

OS DOIS BRASIS

BRASILIANA

Volume 335

Direção de
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

JACQUES LAMBERT

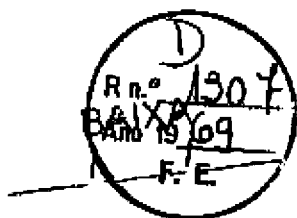
OS DOIS BRASIS

segunda edição

981
C. 725
V. 335
1967

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

SÃO PAULO



Exemplar

Nº 1391

1967

Direitos para a língua portuguesa cedidos pelo
I N E P
(Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) à
COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 639

SÃO PAULO 2, SP

Impresso no Brasil

A

HENRIQUE DE MORAIS



ÍNDICE

<i>Nota à segunda edição</i>	11:
------------------------------------	-----

CAPÍTULO I

<i>A América espanhola e a América portuguesa</i>	15
As grandes divisões étnicas e culturais da América do Sul ..	16
A distância e as dificuldades de comunicação	18
A persistência do isolamento econômico	20
Os três grandes aspectos regionais da América do Sul	22
O aspecto andino	23
O aspecto platino	26
O aspecto brasileiro	27
A América espanhola e a América portuguesa	31

CAPÍTULO II

<i>O crescimento da população brasileira</i>	34
Rapidez do crescimento demográfico	34
A habitabilidade do país	36
A mortalidade brasileira	39
Diferenças regionais de mortalidade	41
Mortalidade infantil	43
Fecundidade da população brasileira	44
Fecundidades diferenciais	47
Composição da população segundo a idade	50
O encargo excessivo da juventude	52

CAPÍTULO III

<i>Imigração estrangeira e migrações internas</i>	57
Pequena importância das migrações internacionais	57
Imigração portuguesa e espanhola	60
Imigração japonesa e alemã	61
Imigração italiana	64
Interrupção da imigração e os obstáculos ao seu restabelecimento	67
Subdesenvolvimento e imigração estrangeira	70
Migrações regionais no interior do Brasil	73
Migrações do Nordeste para o Sul	75
Migrações do campo para a cidade	77
Vantagens econômicas e inconvenientes sociais das migrações internas	80

CAPÍTULO IV

<i>Estrutura étnica e contactos de raças</i>	85
Mistura das raças e a predominância européia	85
Preconceitos de raça e sentimento de côr no Brasil	90
Hierarquia das raças e hierarquia das classes	93
Possibilidades de nativismo afro-brasileiro	95

CAPÍTULO V

<i>A sociedade dualista e o contraste da estrutura social entre os dois Brasis</i>	101
País desenvolvido e país subdesenvolvido	101
A luta do país nôvo e do velho país colonial	107
As duas modalidades de nacionalismo	108
A estrutura social arcaica	110
Efeitos da grande propriedade do tipo fazenda	112
Miséria e fome do Brasil rural	118
A estrutura social do país nôvo	120

CAPÍTULO VI

<i>Agricultura brasileira</i>	127
A pequena produtividade da agricultura de subsistência	128
As sujeições da agricultura tropical	132
Pecuária	134
Monocultura e policultura no Brasil	136
Culturas alimentícias	137
O caso particular do trigo	139
O café e as monoculturas de exportação	140
O algodão	145
O cacau e as frutas	146
A floresta e os produtos de extração	147
Aumento das produções agrícolas	149

CAPÍTULO VII

<i>Transportes e Energia</i>	151
Transportes marítimos	152
Transportes fluviais	154
Transportes terrestres	157
O problema dos transportes a curta distância	158
Estradas de rodagem	159
Estradas de ferro	162
Transportes aéreos	168
Necessidade de reagrupamento da população	170
Energia	172
Carvão	173
Energia hidrelétrica	174
Petróleo	176

CAPÍTULO VIII

<i>Industrialização, investimentos e equilíbrio dos dois Brasis</i> . . .	180
Condições favoráveis ao desenvolvimento industrial do Brasil	180
A siderurgia e as grandes indústrias brasileiras	182
Os investimentos e a escassez de capitais	184
Prioridade das necessidades de construção	186
O Brasil é mais um país desigualmente desenvolvido do que subdesenvolvido	189
Equilíbrio e aproximação dos dois Brasis	192
Prioridade do Sul, de Minas Gerais ou do Nordeste	194

CAPÍTULO IX

<i>Instrução pública</i>	197
Gravidade dos problemas escolares na sociedade dualista do Brasil	197
Cultura aristocrática do Brasil subdesenvolvido	199
Valorização da cultura aristocrática ou democratização do ensino	202
Fracasso do ensino tradicional	206
Ensino primário e o problema do número	208
Condições da instrução primária na sociedade dualista	210
Necessidade da autonomia dos Estados em matéria de ensino primário	213
Utilidade da intervenção federal em matéria de ensino primário	215

CAPÍTULO X

<i>Instituições e vida política</i>	220
Coronelismo e populismo	220
Diferenças políticas entre a América espanhola e a América portuguesa	220
Contribuições da História Política e o papel da Monarquia	223
Unidade nacional e o federalismo	225
Papel político dos grandes Estados	226
Regionalismo	230
Tendências centralizadoras	233
Resistência das estruturas sociais aos esforços de centralização	236
Adaptação das instituições políticas às duas sociedades diferentes que dividem o país	240
Funcionamento do regime representativo nas zonas de estrutura arcaica	242

Papel do patronato e o coronelismo	243
Desagregação do patronato: "bossismo" e populismo	246
Funcionamento do regime representativo nas zonas de estrutura evoluída	248
X Importância do papel dos estudantes nas agitações políticas	250
Papel dos militares na vida política	254
Sufrágio restrito e sufrágio dirigido	256
A ditadura Vargas e o getulismo	260
Constituição Federal de 1946	265
Retorno ao regime constitucional	269
Governo dos Juizes e Govêrno dos Generais	270
Papel nacional do Presidente	274

NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO

Poucos sociólogos terão, como Jacques Lambert, compreendido tão profundamente a problemática brasileira. Este livro marcou, à época de sua publicação, novos e definitivos rumos para o estudo do Brasil e da sua evolução, e ainda hoje constitui contribuição exemplar à nossa bibliografia sociológica.

Sua reedição, pois, é importante e continua oportuna. Não apenas pelo seu valor como interpretação global da dinâmica da estrutura demográfica do país como pelo paralelo que os anos que se passaram desde o aparecimento da primeira edição possibilitam traçar com a realidade de hoje: a evolução do Brasil, nestes últimos quinze anos, dá razão ao otimismo e ao entusiasmo revelados por Lambert. E em tão larga medida que resolvemos manter intacta a primitiva edição, sem quaisquer notas ou revisões que objetivassem atualizar os dados estatísticos então disponíveis. O leitor esclarecido, que conhece os dados recentes, saberá apreender a importância da evolução por que passa o país e, mais ainda, sentir em toda a extensão o vertiginoso progresso do "Brasil novo" — há duas décadas apenas esboçado — e a franca recuperação do "Brasil arcaico".

Os Editôres

Este livro é um pouco obra coletiva, pois que vários membros do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais lhe completaram a documentação e corrigiram os erros. Entre êles, devo um agradecimento particular a Anísio Teixeira, Roberto Moreira, Darcy Ribeiro, Aparecida Joli Gouveia e Jaime Abreu.

Devo também, muito, aos bons amigos Alceu Amoroso Lima, L. A. Costa Pinto e José Honório Rodrigues, que o leram, de lápis em punho, e me orientaram na revisão de noções superficiais ou inexatas.

Finalmente, a minha gratidão à tradutora Clotilde da Silva Costa e aos Profs. Djacir Meneses e Jaime Duarte pela colaboração que prestaram na redação final do texto em língua portuguesa.

J. L.

CAPÍTULO I

A AMÉRICA ESPANHOLA E A AMÉRICA PORTUGUESA

A América do Sul, depois da Segunda Guerra Mundial, adquiriu maior importância na política internacional. O rápido desenvolvimento da indústria delineou mais claramente o futuro econômico que territórios imensos, ricos em matérias-primas, prometem a certos países sul-americanos, e o decréscimo da mortalidade, em face de uma natalidade que se mantém excepcionalmente alta, faz do conjunto dos países ibero-americanos a zona de crescimento demográfico mais rápido do mundo. Enfim, antes mesmo que essas perspectivas de poderio econômico e demográfico se tenham plenamente convertido em realidade, a conjuntura internacional criou para os povos da América Ibérica uma influência política com que, doravante, terão de contar as nações mais poderosas.

Com efeito, as nações ibero-americanas formam, nos conselhos das Nações Unidas e das organizações especializadas, um bloco regional numeroso e relativamente distanciado das exaltadas correntes internacionais. Isto porque o desmembramento político da América Ibérica lhe dá grande autoridade internacional, de vez que, depois da estreita união do grupo árabe-asiático, não surgiu, nas organizações internacionais, outro instrumento de arbitragem.

A Europa, e principalmente os E.U.A., tiveram de considerar o papel atual e futuro da América Ibérica e esforçar-se por compreendê-la. Apesar de uma documentação cada dia mais abundante e mais precisa, os europeus e os americanos do norte têm dificuldade em bem conhecer a América do Sul — à qual unem comumente a América Central — porque se deixam levar pela tendência de considerá-la uma unidade cultural, tendência simplista que deforma as perspectivas.

Não há nada mais sedutor e nada mais perigoso do que a tentação de aplicar as divisões continentais da Geografia Física ao terreno da Sociologia ou da Ciência Política. No terreno social e político o conceito de América do Sul é tão inócuo quanto o de Ásia, Europa ou África.

Na América do Sul, o país que mais sofre a tendência de generalizar é o que mais se distingue dos outros pela extensão de seu território, pela importância numérica de sua população e, sobretudo, pela originalidade de sua cultura: o Brasil.

As grandes divisões étnicas e culturais da América do Sul

Mesmo abstraindo a América Central e as Antilhas, para considerar apenas a América do Sul, as dez repúblicas independentes dessa parte do continente sul-americano estão separadas por traços culturais bem diferentes, e às vezes antagonicos. Não há dúvida de que todos os países sul-americanos receberam da colonização ibérica, além dos contingentes étnicos, numerosas características de sua estrutura social e de sua atuação política e, sobretudo, a mesma religião católica e as línguas latinas que, embora não sejam idênticas, são parentes muito próximas. Os países sul-americanos, relativamente unidos por influências ibéricas comuns, nem por isso deixam de ser muito diferentes uns dos outros, pois a sua vizinhança, no mesmo continente, não os preservou do isolamento; poucas são as regiões do mundo em que a contigüidade do território tenha determinado entre países limítrofes tão pouco intercâmbio, tão poucos contactos contínuos e tão poucas uniões permanentes.

A América do Sul foi até ontem e continua a ser hoje, apesar da aviação, a terra do isolamento; tudo contribuiu para dividir o continente em países, ou em grupos de países, não inimigos como freqüentemente acontece na Europa, porém mais estranhos uns aos outros do que o são os povos europeus, cujas guerras foram consequência e, às vezes mesmo, a origem de contactos muito estreitos.

As dificuldades de transportes e de comunicações dividiram a América do Sul em duas metades que se voltaram, uma para o Oceano Atlântico e a outra para o Pacífico; são dois mundos

de costas um para o outro e entre os quais o intercâmbio de pessoas e, sobretudo, de mercadorias, depois de ter sido impossível durante longo tempo, é ainda hoje em dia muito difícil.

A diversidade das composições étnicas leva-nos a separar os países sul-americanos, não mais em dois, mas em três grupos distintos: uma América Andina, com predominância de contingentes étnicos ameríndios, uma América Platina, quase exclusivamente europeia e, finalmente, uma América Brasileira, em que os elementos étnicos de origem ameríndia e de origem africana se fundiram com elementos portugueses para dar origem à etnia especificamente brasileira, na qual, conquanto o contingente europeu seja nitidamente dominante, é bastante numerosa a mestiçagem. A divisão da América do Sul, entre parte tropical e parte temperada, a que se aferram ainda muitos demógrafos e sociólogos, revelou-se muito artificial, em consequência do seu relêvo, e não oferece qualquer valor político ou econômico.

Em compensação, há uma terceira divisão das nações da América do Sul em dois grupos e que é a mais importante de todas: leva a contrapor a América Portuguesa à América Espanhola. Do ponto de vista da história, da língua e da cultura, existem duas Américas do Sul: a América Espanhola tem, no sul do continente, nove repúblicas, a América Portuguesa reduz-se unicamente ao Brasil, mas em importância territorial e demográfica, não deixam de ser quase equivalentes.

Dêsse modo, a América do Sul não é, certamente, uma América Espanhola; considerá-la como uma América Latina ou uma América Ibérica é menos absurdo, conquanto deforme grandemente a realidade. A América Andina, como a América Central, conserva uma população e traços culturais ameríndios muito numerosos para que sejam subestimados. A Bolívia, o Equador ou o Peru são antigas colônias espanholas, mas não abrigam, quer exclusivamente, quer principalmente, populações de origem ibérica ou de cultura latina.

A generalização ibero-americana só é válida em oposição aos países novos da América do Norte; o que dá ao observador estrangeiro a impressão de unidade dessa América Ibérica são as diferenças que colocam os seus povos em situação oposta aos anglo-saxões dos E.U.A. e do Canadá e não as semelhanças, bem pouco numerosas, entre a República Argentina e o Brasil ou entre o Uruguai e o Peru.

As declarações de estreita solidariedade política, as fórmulas do pan-americanismo, as promessas de colaboração militar ou econômica não nos devem enganar sobre a natureza da solidariedade, aliás muito real, sul-americana, ibero-americana e pan-americana. A solidariedade, declarada e patenteada, das nações sul-americanas, tem base muito positiva — ausência de qualquer rivalidade séria e capaz de gerar conflitos militares entre essas nações — mas essa ausência de conflitos graves é consequência tanto de seu isolamento, quanto de seus interesses comuns. Os interesses que as unem são poderosos, mas essencialmente negativos: resultam da vontade dos países sul-americanos de conservar, tanto quanto possível em um mundo instável, a segurança relativa do continente americano.

Em relação à Europa e, sobretudo, em relação aos E.U.A., é fácil e necessário que a América do Sul, e mesmo toda a América Latina, adotem atitudes políticas comuns, mas, nem do ponto de vista econômico, nem do ponto de vista étnico existe uma comunidade sul-americana tão homogênea quanto essa frágil e dividida comunidade a que a Europa Ocidental tenta hoje dar instituições. Uma união européia é sem dúvida difícil de se conseguir e ainda mais difícil de se conservar, mas a necessidade a impõe a nações ao mesmo tempo hostis e estreitamente solidárias. Uma união sul-americana, entre nações que não se odeiam, encontraria, talvez, menos obstáculos psicológicos, mas nada obriga essas nações a sacrificarem a sua soberania.

A distância e as dificuldades de comunicação

A América do Sul fica tão distante da Europa e dos Estados Unidos da América, que os que a observam de longe se esquecem freqüentemente da extensão do território sul-americano. Dos centros de população da Venezuela, no 10° grau de latitude norte, aos da República Argentina e do Chile, no 35° de latitude sul, há 45 graus de distância, tanto quanto da França à África Equatorial.

Não é apenas o número de quilômetros que isola países com fronteiras comuns; o afastamento não se mede apenas pela distância, mas também pela natureza dos meios de transporte,

pelo tempo e pelo dinheiro necessário ao deslocamento de homens e coisas. As distâncias sul-americanas são grandes, multiplicadas ainda pela natureza muitas vezes arcaica dos meios de transporte transcontinental. O Brasil, que fica no centro do subcontinente, tem fronteiras comuns com todos os países sul-americanos, com exceção de dois, o Chile e o Equador, mas com nenhum dêles existe qualquer outra grande via de comunicação, a não ser o mar.

Realmente, as vias de comunicação não foram traçadas com o fim de assegurar a unidade do continente é sim para ligar as suas diversas partes ao resto do mundo. Com exceção da República Argentina e do Uruguai, os países sul-americanos não são países essencialmente novos. São países pouco povoados e pouco desenvolvidos que, muito depois de terem conquistado a independência política, continuaram atrasados do ponto de vista econômico e social, no período colonial. Quando existem meios de transporte eficazes, trazem êles ainda, quase sempre, a marca de uma estrutura colonial em que as vias de comunicação, dirigidas para as metrópoles econômicas transatlânticas, se orientam tôdas para o mar. Com relação à superfície do território, são poucas ainda as estradas de ferro e de rodagem na América do Sul; excetuando-se alguns pontos de população densa e de forte atividade econômica, nem as estradas de ferro, nem as de rodagem constituem uma rêde destinada a unir entre si as diversas regiões do país, muito menos os diversos países.

Na Europa, politicamente dividida, mas economicamente unida, as vias de comunicação formam um sistema harmônico que atinge maior densidade nas regiões centrais da Europa Ocidental, unindo assim os diversos Estados do continente. Na América do Sul as vias de comunicação são constituídas por troncos independentes, cada qual pondo em contacto centros de população ou de produção com o mar e não com os vizinhos do continente. Sômente nos dois extremos do continente — ao sul entre o Chile e a República Argentina, ao norte entre a Venezuela e a Colômbia — existem estradas de rodagem e ferrovias que ligam, de maneira precária, aliás, o Atlântico e o Pacífico. A situação talvez se modifique no futuro, mas até o presente os povos sul-americanos, todos de frente para o mar, vivem de costas voltadas entre si.

As fronteiras européias, apesar das barreiras econômicas, são linhas em que os povos vizinhos se encontram, mesmo que disso se aproveitem para lutar. Na América do Sul as fronteiras

são freqüentemente zonas imensas, fracamente povoadas e às vèzes apenas exploradas, em que a penetração é tão difícil que isola os povos uns dos outros, não lhes sendo nem mesmo necessário vigiá-las. Nas fronteiras do Brasil com a Bolívia e sobretudo com a Colômbia e o Peru, o centro do continente, livre de qualquer população sedentária, constitui um vazio em que ainda prevalecem os meios de comunicação primitivos, cuja lentidão, pequena capacidade e preço constituem a mais eficaz das barreiras.

Para leste e para oeste, uma América abre-se sôbre o Oceano Atlântico e outra sôbre o Pacífico, tanto mais separadas entre si quanto o obstáculo das distâncias é duplicado por dois outros, tão agrestes, que têm permanentemente barrado até mesmo a aviação: a altitude de uma cadeia de montanhas, cujas gargantas elevadas não podem ser transpostas por ferrovias ou rodovias senão nas duas extremidades, e a floresta equatorial, que não é atravessada por estradas de ferro, ou de rodagem, nem mesmo por veredas, e na qual a escassez da população nem sequer permitiu o transporte. Essa zona central da América do Sul isolou tão bem uma da outra as duas Américas do Sul, que parece mesmo não ter sido possível às civilizações andinas pré-colombianas transmitirem aos primitivos do Leste outros traços culturais além de algumas técnicas de que são testemunhas as cerâmicas que, nas margens do Amazonas, parecem trazer a marca de uma influência andina.

No estado atual dos transportes terrestres, o centro da América do Sul ainda constitui uma fronteira mais difícil de transpor do que a do Saara, entre a África do Norte e a África Negra; circula-se com dificuldade nos desertos áridos; na floresta tropical não é possível afastar-se dos cursos de água sem desbravar a floresta e construir uma infra-estrutura, tão dispendiosa, que deve ser posterior ao povoamento, ao qual não pode preceder, como aconteceu nas planícies centrais da América do Norte, no século XIX.

A persistência do isolamento econômico

É verdade que, de uns vinte anos para cá, o avião pôde vencer a distância e os obstáculos naturais, sem exigir grandes obras em terra. Em virtude, exatamente, das dificuldades de

transporte terrestre é que os transportes aéreos atingiram um desenvolvimento extraordinário na América do Sul, onde se passou da era do cavalo para a do avião. Nas zonas mais selvagens do Brasil, logo que o Serviço de Protecção aos Índios estabelece contacto com alguma tribo primitiva, os próprios índios se encarregam de construir uma pista de aterragem rudimentar, e os exploradores bem como os primitivos que acabam de descobrir, são postos, assim, em contacto directo com a civilização.

Esse desenvolvimento dos transportes aéreos foi, entretanto, mais eficaz ao vencer o isolamento político e intelectual do que o económico: o avião continua tão dispendioso e de tão pequena capacidade que o intercâmbio de pessoas entre a maioria das nações sul-americanas continua escasso e a troca de mercadorias, inexistente fora da via marítima. Só os privilegiados da aviação podem transpor directamente as fronteiras do Brasil com a Venezuela, a Colômbia ou o Peru; pode-se, também, desde 1956, atravessar a do Brasil-Bolívia, graças à nova linha de estrada de ferro, mas, enquanto o trecho boliviano dessa estrada transcontinental não fôr concluído, o viajante estará diante de um impasse. Na América do Sul, quando não se pode sobrevoar as fronteiras, é conveniente contorná-las; não é através das suas fronteiras que os países vizinhos estabelecem contactos económicos proveitosos, e sim, unicamente, por mar; o Brasil e a Venezuela podem, naturalmente, trocar mercadorias, mas não o fazem porque estejam no mesmo continente, nem porque tenham 1.500 quilômetros de fronteira comum, e sim porque dão para o mesmo oceano e para esse oceano dão também os E.U.A., a Inglaterra ou a França.

Entre a América do Sul e os E.U.A. ou a Europa as distâncias são grandes, mas são distâncias aéreas e marítimas, que se transpõem pelos meios de transportes rápidos, de uso generalizado, do século XX; são as distâncias da era da energia, que se expressam em dinheiro e não em duração ou em tropeços. Entre o Brasil e os seus vizinhos do Oeste, é pelos meios primitivos da humanidade que se devem transportar as mercadorias pesadas; quando não se pode fazê-lo, tem-se que voltar as costas ao alvo e, para permanecer no mundo moderno, procurar o mar e empreender o grande périplo do continente. O brasileiro que quiser ir a Lima ou a Quito poderá naturalmente tomar o avião e chegar lá em poucas horas, mas os produtos da siderurgia brasileira levariam mais tempo e pagariam fretes mais elevados

do que para atingir Nova York, Paris ou Londres. Nem o Peru, nem o Equador exercem sôbre a pessoa ou sôbre os bens do brasileiro a mesma atração que a França, a Inglaterra ou os E.U.A.; o Brasil não mantém nenhum contacto permanente com aquêles dois países.

Apesar da aproximação política e sentimental provocada entre os países sul-americanos pela Segunda Guerra Mundial que os isolou da Europa, nenhum país da América do Sul, com exceção do Paraguai e do Peru realiza normalmente mais de 15% das suas trocas com outros países da América Latina; as correntes comerciais tão fracas são, aliás, mais regionais do que continentais, e se formam quase exclusivamente nas poucas zonas em que as comunicações são excepcionalmente fáceis: República Argentina e sul do Brasil, por exemplo, ou Venezuela e Colômbia. No caso do Brasil, apenas 10% das trocas se efetuam no âmbito da América do Sul e mesmo essas trocas reduzidas são, em grande parte, devidas a circunstâncias que deveriam ser temporárias e que obrigam o Brasil a fazer grandes importações de trigo argentino e petróleo venezuelano. Com o Peru tem o Brasil 2.995 quilômetros de fronteira comum, mas o total das trocas com êsse país, em 1954, foi do valor de 27 milhões de cruzeiros, vinte vêzes menos do que com a Turquia.

Os três grandes aspectos regionais da América do Sul

Se, em consequência do isolamento tão prolongado, são tão poucos os traços culturais comuns a todos os países da América do Sul, existem, em compensação, entre alguns dêles, semelhanças bastante numerosas para que se possam distinguir três grandes tipos regionais que constituem três Américas do Sul diferentes.

O primeiro aspecto regional é o da América Platina: apesar da oposição política, há muito tempo provocada pela adoção na Argentina do regime autoritário de Perón, enquanto o Uruguai permanecia fiel às liberdades democráticas, os dois países vizinhos são unidos por laços muito estreitos e apresentam várias características culturais comuns. À volta dessa América do Prata gravita, sem a ela se unir, o Paraguai guaraní, isolado e atrasado; a sociedade chilena também a ela se liga por certos traços, mas, por outros, liga-se à América Andina.

A América Andina fornece um segundo aspecto regional muito diferente e isolado do primeiro: dando para o Oceano Pacífico ou para o Mar dos Caraíbas, mantém relações mais estreitas com a América do Norte do que com a Europa. O Equador, o Peru, a Bolívia, formam conjunto regional unido por traços comuns, alguns dos quais são encontrados mais ao norte, na Colômbia e mesmo na Venezuela e alguns, também, mais ao sul, no Chile.

Finalmente, o terceiro aspecto regional é constituído pelo Brasil que, apesar das distâncias e da diversidade de climas e de ocupações, forma um todo nacional coeso, igualmente diferente da América Andina e da América Platina: a América Portuguesa, tão vasta quanto as duas outras reunidas.

Na base dessa divisão em três grupos regionais encontra-se, predominando sobre a situação geográfica, a diferença de composição étnica e cultural das populações. Todos os países da América do Sul têm, naturalmente, contingentes étnicos ibéricos, portugueses no Brasil e espanhóis nos demais, mas os colonizadores ibéricos defrontaram condições de povoamento indígena opostas, segundo a região do continente em que se foram estabelecer, no leste ou no oeste.

O aspecto andino

No oeste e no nordeste, a América Andina era o domínio da civilização pré-colombiana: a civilização Chibcha, partindo do seu centro na Colômbia, e sobretudo o império dos Incás, partindo dos seus centros peruanos e bolivianos, exerceram influência sobre a maior parte da região montanhosa. A existência de organização políticas, permitiram a multiplicação de técnicos de organização política, permitiram a multiplicação de uma população de que é escusado tentar precisar o número, mas que devia somar a muitos milhões.

A colonização espanhola defrontou-se então com comunidades indígenas bastante densas e de cultura assaz vigorosa para que a sua existência se impusesse aos conquistadores. Fôssem quais fôssem, nessas regiões, os excessos da colonização e a escravização dos indígenas, estes não foram eliminados; as comunidades rurais nem ao menos foram dispersadas e a população

indígena pôde conservar uma existência à parte e preservar certos traços da cultura pré-colombiana. No estado puro, nas aldeias mantidas à margem da civilização espanhola e, por tôda a parte, mestiçado com os contingentes étnicos europeus, o elemento ameríndio constitui ainda hoje uma grande massa da população das repúblicas andinas e, às vêzes mesmo, a sua maioria; particularmente numerosos no Equador, no Peru e na Bolívia, êsses índios são encontrados na Colômbia, e até na Venezuela e no Chile.

É verdade que as estatísticas sôbre a composição étnica são muito imprecisas na América do Sul; para se poderem estabelecer estatísticas étnicas, é preciso que o povo mantenha preconceitos de raça; é mesmo preciso que consagre tal preconceito com discriminações jurídicas. Nas colônias espanholas da região andina, a mestiçagem foi imposta de forma tão generalizada pelos colonos europeus, que hoje é impossível reconstituir a proporção entre os seus diversos elementos. Em vista de todos os intermediários produzidos por essa mestiçagem de europeus puros e índios puros, a classificação em uma ou outra categoria é de natureza grandemente subjetiva. Depende, principalmente, do tom dominante de cada país; naqueles em que grande parte da população traz sinais de origem indígena, basta muito pouco sangue europeu para que um indivíduo pareça branco. Também ocorre freqüentemente que a etnia européia, a dos colonizadores e das classes sociais mais altas, goze de grande prestígio; conforme a forma de recenseamento, a classificação dependerá da amabilidade do funcionário que o efetua ou da opinião do interrogado sôbre a sua posição na hierarquia social.

Mesmo sem falar nos mestiços, cujo número exato não há possibilidade de se apurar, o cálculo do número de índios puros varia do simples ao dôbro: de quinze a trinta milhões, repartidos, exclusivamente, com exceção de algumas centenas de milhares, entre a América Andina e a América Central.

Em 1952, na ocasião da Quarta Conferência dos Estados Americanos Membros da Organização Internacional do Trabalho, foram as seguintes as percentagens de índios puros: Bolívia 54%, Equador 48%, Peru 46%, Colômbia 10% e Chile 5%; outros cálculos apresentam números mais elevados. Mas não se trata apenas da proporção de índios puros; a presença dos mestiços, muito numerosos na Venezuela e na Colômbia e mesmo no Chile, não deixa aos Europeus senão uma posição

relativamente baixa, mas certamente minoritária: 5% no Equador, 8% no Peru e na Bolívia, 10% na Colômbia e na Venezuela e 30% no Chile.

Nessa região da América do Sul, a colonização espanhola encontrava-se em condições mais semelhantes às existentes nos países atrasados, mas já povoados, da África ou da Ásia, do que às dos países novos da América do Norte. O Peru, a Bolívia e o Equador são países insuficientemente desenvolvidos, mas não são absolutamente países novos. Conhecem os problemas de contactos de raça e de cultura que a América anglo-saxônica ignora. Há colonizadores e colonizados e os problemas da colonização são de certa forma os do "colonialismo"; são problemas parecidos com os que surgem na África em consequência dos contactos entre europeus e indígenas. Esses problemas não têm a mesma gravidade porque, se ainda existem colonizadores e colonizados, já não há mais metrópole e o nacionalismo pode unir os habitantes de diversas etnias em lugar de os dividir; também não se apresentam com a mesma nitidez porque, nessa colonização muito antiga, a cultura espanhola teve tempo de atuar profundamente sobre as culturas indígenas e porque a mestiçagem atenuou a oposição de colonos e colonizados, estabelecendo entre eles toda uma cadeia de intermediários.

Até hoje não foi firmemente contestada a supremacia da população de origem européia e dos mestiços de parentesco europeu; existem, entretanto, as bases necessárias ao desenvolvimento de um nativismo indígena, levantado contra a hegemonia, não mais da Espanha, mas daqueles cujos antepassados vieram da Espanha. Em condições análogas, no México, cuja evolução foi mais rápida do que a das repúblicas andinas da América do Sul, o nativismo teve um papel de grande importância nas revoluções.

A subordinação de um território a uma metrópole de ultramar não é a única modalidade do colonialismo; pode ele resultar, também, da dominação de uma população minoritária, que deva sua autoridade a uma colonização anterior. Como a África do Sul não depende de qualquer metrópole estrangeira, os problemas do colonialismo não se apresentam lá da mesma forma que na África do Norte; mas, se as manifestações políticas do conflito de raças ou de culturas são diferentes, nem por isso o conflito deixa de existir. Nada torna inevitável um conflito semelhante entre os colonizadores e os colonizados da América

Andina, porque os colonos espanhóis, relativamente pouco marcados pelos preconceitos de raça, souberam assimilar os indígenas, ou a êles se assimilar; mas a assimilação não é total e qualquer descuido pode provocar o conflito.

Em todo caso, é certo que a América Andina não é uma América Ibérica ou Latina, no sentido em que os E.U.A. constituem uma América Anglo-Saxônica; pelo sangue ela é uma América indígena, na qual a predominância da cultura européia está, em parte, ligada à persistência das estruturas sociais hierarquizadas do período colonial.

O aspecto platino

A composição étnica das repúblicas do Prata é totalmente diferente. No extremo sudoeste do continente, assim como no Brasil, os europeus não encontraram, ao chegar, uma civilização indígena, mas, unicamente, populações esparsas, cujas técnicas muito rudimentares não lhes permitiram multiplicar-se ou organizar-se. Na Argentina e no Uruguai, como nos E.U.A., o primitivo indígena, pouco numeroso, desapareceu ante a colonização européia, sem nada deixar além de raros vestígios de um passado abolido e, entre os descendentes dos colonos estabelecidos há mais tempo, uma imperceptível mestiçagem cujos portadores procuram hoje, com orgulho, os traços invisíveis como prova da presença dos seus antepassados no país à época em que ainda havia índios fora das reservas.

A República Argentina e o Uruguai são dois países de população mais puramente européia do que os E.U.A.; nêles os mestiços são raros e os índios não sobrevivem senão como curiosidade etnográfica:

	<i>Europeus</i>	<i>Mestiços</i>	<i>Índios</i>
Uruguai	88 %	10 %	2 %
Argentina	86 %	12 %	2 %

O termo América Latina só é válido para êsses dois países e é preferível ao de América Ibérica porque os italianos e mesmo os franceses contribuíram, intensamente os primeiros, e, apreciavelmente, os segundos, para o seu povoamento recente. São

os únicos países da América do Sul realmente novos, por isso que os seus colonos reconheciam definitivamente, tal como nos E.U.A., os problemas da colonização e do contacto das raças, exterminando os índios, pouco numerosos e pouco resistentes, que ocupavam o país.

O índio pré-colombiano quase não sobreviveu em seu estado puro na região leste da América do Sul, senão nos raros territórios, sobretudo brasileiros, em que a franquia à colonização foi bastante retardada para coincidir com o desejo, de natureza científica ou humanitária, de preservar, isolando-os nas reservas, os índios, muito pouco numerosos para serem importunos. Isto não aconteceu em qualquer região da Argentina ou do Uruguai, países logo totalmente explorados e ocupados.

Há, entretanto, um país ligado ao grupo do Prata, que é quase puramente índio: o Paraguai. Os habitantes desse país, para os quais o espanhol é uma língua de cultura e intercâmbio, falam ainda o guarani e são, 90%, de origem guarani. O Paraguai constitui, na orla dos países novos de povoamento europeu, um estranho acidente histórico devido à dominação dos jesuítas, os quais em seu império teocrático, tiveram com a preservação e a multiplicação dos índios primitivos o mesmo cuidado que os etnógrafos do século XX, utilizando os mesmos métodos, três séculos mais cedo, quando os índios ainda não haviam sido dizimados pela civilização. Mas o Paraguai, conservado indígena pelo isolamento em que, depois dos jesuítas, os seus ditadores o quiseram segregar, teve o seu desenvolvimento retardado e ainda ocupa lugar de perquenina importância na América do Sul.

O aspecto brasileiro

O Brasil, do ponto de vista da sua composição racial, constitui um terceiro tipo sul-americano que se assemelha, ao sul, do tipo do Prata e, ao norte, do tipo da Venezuela, mas que, tomado em conjunto, é tão diferente de um quanto de outro.

Os Estados do Prata, países novos, de povoamento exclusivamente europeu, têm uma cultura homogênea de origem puramente européia; os Estados Andinos, sobretudo na região central, têm uma cultura heterogênea, composta de contingentes do

elemento europeu minoritário e do elemento indígena colonizado e esses dois elementos são suscetíveis de entrar em conflito à medida em que esses países evoluírem para estruturas mais democráticas. O Brasil, de povoamento muito mais europeu do que os países andinos e muito mais ameríndio do que os do Prata, teve o acréscimo de um terceiro elemento, tão importante quanto os outros dois: o elemento africano.

A própria complexidade desse povoamento obrigou o país a fundir os elementos numa cultura homogênea em que predominam os contingentes europeus, mas de que todos participam. O Brasil não é, assim, nem um país novo, nem um velho país colonial; se a América Andina é cada vez mais uma América Indígena e a América do Prata, cada vez mais uma América Européia, o Brasil constitui uma América Brasileira, de predominância européia acentuada, conquanto original.

Com efeito, se bem que os portugueses não tenham encontrado no Brasil, como os espanhóis na Argentina, senão populações indígenas primitivas e pouco numerosas, essas populações não desapareceram, nem tão depressa, nem tão completamente diante do europeu, quanto as do Uruguai ou da República Argentina. A fazenda brasileira foi menos desfavorável ao indígena do que a estância dos criadores argentinos ou a pequena propriedade familiar dos agricultores norte-americanos. O paternalismo do grande proprietário brasileiro, ao contrário do paternalismo dos jesuítas do Paraguai, não procurou de forma alguma proteger o índio mas, indiretamente, atenuou um pouco os efeitos mortais, para o primitivo, do contacto com o europeu. A fazenda tinha necessidade de mão-de-obra servil e a escravatura humanizou os contactos de raça e de cultura, como tem acontecido na História, sempre que grandes diferenças entre raças e culturas em contacto não permitem outra alternativa além do massacre ou da escravidão. Enquanto o agricultor pobre dos E.U.A. massacrava o índio de quem cobiçava as terras para as cultivar êle próprio, o grande proprietário brasileiro escravizava o índio cujas terras cobiçava, obrigando-o a cultivá-las em seu proveito.

Os índios primitivos do Brasil adaptaram-se sem dúvida, muito mal ao trabalho servil e a escravatura foi mortal, mas a colaboração forçada dos índios com os colonos não deixou por isso de ser bastante geral e durável para permitir à raça

indígena perpetuar-se pela mestiçagem e contribuir assim para a etnia brasileira com um elemento cuja importância não se pode calcular, mas cuja presença é evidente.

A fim de corresponder às exigências da plantaçaõ tropical que a mão-de-obra indígena não pôde satisfazer durante muito tempo, os portuguezes cedo recorreram à importação de escravos africanos, a qual se prolongou até meados do século XIX. Os negros, introduzidos aos milhões, multiplicaram-se no Brasil e o elemento africano constitui hoje uma parte importante da sua população. Conquanto existam, no sul do país, zonas de povoamento puramente européias, conquanto as classes dirigentes sejam de origem quase puramente européia, conquanto, de outro lado, existam, sobretudo na Bahia, no Recife e mesmo no Rio de Janeiro, populações de origem africana relativamente pura, e conquanto, finalmente, subsistam no norte e no oeste alguns índios primitivos, cruzamentos complexos deram início a uma fusão das raças que constitui característica notável do povoamento brasileiro.

Graças a êsses cruzamentos e à ausência de resistência das culturas ameríndias, a diversidade dos contingentes raciais na população do Brasil não parece — ao contrário do que ocorreu na América Central e nas regiões Andinas da América do Sul — suscetível de provocar as reivindicações do nativismo indígena contra os colonizadores europeus. A cultura e, sobretudo, a etnia brasileira são compósitas, mas só existe uma cultura brasileira e a tendência é para que haja uma única etnia brasileira.

O nativismo ameríndio é inconcebível no Brasil; os nativos do território brasileiro nunca constituíram comunidades importantes dotadas de uma cultura sólida; sua contribuição à etnia contemporânea não é insignificante, mas está dissimulada e não se faz notar senão pela presença de uma parte de sangue índio no vasto grupo dos mestiços. Nem uma língua própria, nem uma religião própria, nem mesmo diferenças físicas facilmente perceptíveis, permitem aos descendentes dos indígenas, fundidos na população brasileira, ter consciência de qualquer peculiaridade.

Um pseudonativismo afro-americano poderia encontrar, em uma parte do Brasil, bases étnicas mais favoráveis, tanto mais quanto os ressentimentos da escravatura não desapareceram

completamente e a sobrevivência de desigualdades sociais muito grandes poderia reanimá-los; os indivíduos que têm mais acentuada a marca das suas origens africanas são também aquêles que ocupam na sociedade as posições mais desfavoráveis. Mas, na sociedade brasileira, êsse pseudonativismo não tinha, até recentemente, qualquer base cultural; com efeito, embora certos escravos importados da África tenham sido portadores de culturas relativamente mais desenvolvidas, as solidariedades africanas foram quebradas pelo trabalho braçal da escravatura. A sociedade dominante, de raça e cultura essencialmente européias, que se formou no Brasil colonial, nunca se recusou completamente a acolher os negros livres. Apesar da mestiçagem, ainda é possível uma oposição de raças no Brasil, pôsto que existem raças diferentes e suas diferenças físicas são manifestas, mas, até hoje, êsses conflitos foram evitados.

Ao contrário da estrutura étnica das repúblicas do Prata, a do Brasil é complexa, bem mais complexa que a dos Estados ameríndios da montanha. Mas a complexidade da etnia brasileira não parece prejudicar a unidade nacional e a aceitação geral de uma mesma cultura. Não deixa de ser interessante que os habitantes do nordeste brasileiro durmam às vêzes em rêdes e que em Salvador se tempere a comida com especiarias de origem africana, mas seria imprudente emprestar muita importância a essa sobrevivência dos traços culturais indígenas ou africanos. Quando a influência africana se faz sentir mais profundamente, como ocorreu com as técnicas agrícolas, com a música e, sobretudo, com a religião, essa influência tanto se exerce sôbre a população branca quanto sôbre a negra e não prejudica, portanto, de maneira alguma, a unidade do país.

Se algum dia surgissem no Brasil conflitos de côr, não poderiam provocar reivindicações nacionais, mas, unicamente, sociais. De fato, não se encontram no Brasil, duas culturas diferentes, pertencentes a homens de aspectos diferentes; encontra-se uma única civilização de caráter europeu dominante e essa civilização não está atualmente ameaçada, nem é mesmo contestada. Em compensação, verifica-se nessa cultura brasileira única, a existência de dois níveis diferentes: um de natureza arcaica, e os que se encontram nesse nível têm, ainda hoje, condições de vida miseráveis; outro, de natureza moderna, e os que nêle se encontram têm condições de vida melhores e, o que é mais importante, melhoram rapidamente. Essa divi-

são de população em dois níveis de cultura muito diferentes não corresponde exatamente à sua divisão entre as diversas raças, mas acontece que os homens de tez mais escura estão, em geral, no nível mais baixo.

Se um desses dois Brasis, aquêle cujas condições de vida permanecem miseráveis, continuasse a estagnar na imobilidade dos séculos passados, enquanto o outro Brasil, em que as condições de vida são melhores, continuasse sôzinho a melhorá-las, e caso se reunissem as reivindicações sociais e as reivindicações de côr, a unidade da sociedade brasileira talvez ficasse ameaçada. Mas também se pode esperar que uma reorganização territorial favorecendo as regiões menos desenvolvidas, possibilite a reunião dos dois Brasis e que a evolução do país para estruturas sociais mais igualitárias permita a ascensão do mestiço e do homem de côr sem provocar conflitos de raça ou de cultura.

A América Espanhola e a América Portuguesa

As condições do povoamento e do desenvolvimento econômico permitem distinguir três tipos regionais, principais, na América do Sul: a América Andina, a América Platina e a América Brasileira. As origens coloniais, a língua e a cultura, reúnem os países do Prata e os dos Andes em um mesmo grupo — a América Espanhola — que também compreende a América Central, contrapondo-o à América Portuguesa, que se reduz ao Brasil.

Há, na América do Sul, um fato essencial: a América do Sul não é, nem exclusivamente, nem mesmo principalmente, uma América Espanhola; muito embora se reduza unicamente ao Brasil, a América Portuguesa é tão importante quanto a América do Sul Espanhola, com as suas nove repúblicas.

O Brasil tem oito milhões e meio de quilômetros quadrados, quase exatamente a metade da superfície da América do Sul; em 1956, tinha 60 milhões de habitantes, cêrca da metade da população da América do Sul. Mesmo que se reúnam aos países espanhóis da América do Sul os da América Central, a América Portuguesa do Brasil ainda cobre 40% da superfície e compreende 30% da população.

Nessas condições pode parecer surpreendente que os europeus e os americanos do norte, talvez mesmo os sul-americanos de língua espanhola, insistam em fazer de toda a América do Sul uma América Espanhola e a confundir sul-americanos e hispano-americanos. Os brasileiros lembram sempre, alguns indignados, outros divertindo-se, o homem de negócios que, ao preparar-se para uma viagem ao Brasil, aprende espanhol; isto não é lenda, muito pelo contrário, ouve-se cada vez mais perguntar, tanto nos E.U.A. como na Europa: "Você viveu no Brasil, sabe falar espanhol?" Parece que o novo interesse pela América do Sul ainda aumentou mais a confusão.

Com efeito, muitos fatores dão margem a essa confusão: para os americanos do norte, o primeiro é a vizinhança; eles entram em contacto com um mundo diferente nas fronteiras do Rio Grande e esse mundo é espanhol; o México está perto e o Brasil está longe.

Sem dúvida as perspectivas européias não deveriam considerar da mesma maneira a América Portuguesa, que tanto quanto a América Espanhola se debruça sobre o mar. Mas aí entra, para a Europa e para os E.U.A., o fator número: na América do Sul há nove países de colonização espanhola e, se se acrescentar a América Central e as Antilhas, que também a integram, formam em face da América Anglo-Saxônica e em oposição a ela, um bloco hispano-americano de dezoito nações independentes. O Brasil está só; uma vez que existem na América Latina um país português e dezoito espanhóis, os mais escrupulosos se considerariam justificados em dizer que, excetuando-se o Brasil, a América Latina é espanhola. A exceção é importante e não seria mais absurdo dizer que todo o continente americano é espanhol com exceção dos E.U.A. e do Canadá.

Excetuando-se os votos da Assembléia das Nações Unidas, não é o número dos Estados que conta, mas a extensão e a riqueza do território, o número de homens e sua aptidão para explorar as riquezas desse território. Há nove países espanhóis na América do Sul e o Brasil está sozinho, mas há duas Américas do Sul — uma América Espanhola e uma América Portuguesa — e essas duas Américas são sensivelmente iguais.

Se se quisesse a todo custo generalizar e atribuir à América do Sul uma unidade que ela não possui, seria preferível declará-la portuguesa, mas não espanhola; o erro seria grande, mas

com a afirmação contrária, que é tão comum, o êrro seria maior ainda. Ora, se o Brasil — tão bem aquinhoado com matérias-primas, tão vasto e tão populoso quanto todos os outros países sul-americanos reunidos — congrega, sob a mesma soberania, todos êsses homfens e todos êsses territórios, não estamos diante de um sinal de fraqueza, mas de fôrça.

A América Espanhola está dispersada e dividida; com exceção de alguns acôrdos regionais, restritos e frágeis, ela não tem nem desejo, nem talvez possibilidade de se unir. O Brasil tem sôbre ela a vantagem de uma unidade que nada parece ameaçar hoje em dia. Enquanto a Europa se esforça, à custa de pesados sacrifícios, pela sua união, porque compreendeu que, — apesar do número de seus habitantes, de capitais acumulados, da qualidade de técnicas e da riqueza de cultura — a divisão em Estados muito pequenos e muito numerosos a torna fraca, é paradoxal considerar a América Portuguesa inferior porque é unida, enquanto a América espanhola não o é.

A América do Sul atingirá no mundo o grande lugar que lhe parece reservado, se os seus habitantes, ao mesmo tempo em que se multiplicam, puderem enriquecer através da aplicação das técnicas industriais de grande produtividade. Todos sabem hoje que são necessárias grande unidade territoriais e demográficas para pôr em prática essas técnicas e que os pequenos Estados dificilmente se podem tornar e permanecer ricos. De todos os países da América do Sul, é, pois, o Brasil o que tem melhores condições para se tornar uma grande potência e, se todo o país puder ser arrastado pela mesma corrente de progresso econômico e social que já tomou conta do Estado de São Paulo, a América do Sul deverá tornar-se uma América cada vez mais portuguesa.

CAPÍTULO II

O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

O Brasil ocupa um lugar à parte entre os Estados da América do Sul pela importância de sua população; esta atingiu, em 1956, a soma de 60 milhões, ao passo que a República Argentina, que vem logo a seguir, tem apenas 19 milhões de habitantes. Pelo número de habitantes tornou-se, pois, o Brasil o primeiro país de língua e cultura latinas bem à frente da França, que, em 1955, não tinha mais de 43 milhões de habitantes, e até da Itália cuja população era então de 47 milhões.

Rapidez do crescimento demográfico

Mas não é o número atual de seus habitantes, por mais elevado que seja, que pode dar a medida da força demográfica do Brasil; essa força repousa em uma fecundidade excepcionalmente elevada, a qual, embora crie graves problemas sociais e econômicos, dá à população brasileira uma rapidez de crescimento dificilmente igualada. Entre o recenseamento de 1940 e o de 1950, a população passou de 41 a cerca de 52 milhões, aumentando assim, em dez anos, de 26%; e esse crescimento não parece estar diminuindo, pois nos cinco anos que vão de 1950 a 1955 a população do Brasil aumentou de seis milhões e meio, o mesmo, em cinco anos, que a França em um século, de 1850 a 1950.

A taxa geométrica, anual, de crescimento da população brasileira, que é aproximadamente de 2,4%, não é certamente a mais elevada do mundo, nem mesmo da América Ibérica; a

Venezuela, o México ou o Paraguai multiplicam o número de homens num ritmo ainda um pouco mais rápido. Mas em nenhuma das grandes massas nacionais do mundo se pode observar hoje uma expansão tão rápida quanto a do Brasil, nem tão regularmente mantida; as populações da Rússia, da Índia ou da Indonésia estão longe de se desenvolver com a mesma rapidez. Para se encontrar um paralelo é necessário retroceder ao caso dos E.U.A., no período anterior a 1880, quando o número de americanos acabava de passar, em dez anos, de 38 milhões e meio para mais de 50 milhões. Mas tratava-se, então, no caso dos E.U.A., de um desenvolvimento demográfico acelerado por uma imigração muito numerosa; entre 1940 e 1950, a progressão da população do Brasil foi devida ao excedente dos nascimentos sobre os óbitos. A imigração, que fôra totalmente interrompida entre 1940 e 1945, não recomeçou, na realidade, senão muito lentamente, depois da guerra e durante todo o período não contribuiu com mais de algumas dezenas de indivíduos. Calcula-se, aliás, que em todo o século, de 1850 a 1950, o aumento computado de cerca de 45 milhões de habitantes foi devido, em aproximadamente 38 milhões, ao crescimento natural e somente em 7 milhões ao contingente de imigrantes e seus descendentes nascidos no Brasil.

Em matéria demográfica, qualquer previsão é imprudente, pois as situações que parecem mais estáveis podem ser rapidamente transformadas por uma revolução, uma guerra ou mesmo uma ideologia, mas é perfeitamente justificado procurar-se descobrir o que aconteceria se as tendências observadas se mantivessem de maneira duradoura. Em função das taxas de crescimento demográfico observadas entre 1940 e 1950 — taxas essas que desde então revelaram uma tendência para aumentar as cifras da população do Brasil seriam as seguintes:

<i>Ano</i>	<i>População</i>	<i>Ano</i>	<i>População</i>
1960	65.743.000	1980	105.184.000
1965	73.939.000	1985	118.297.000
1970	83.157.000	1990	113.045.000
1975	83.724.000	2000	168.286.000

Nada, hoje, faz prever que o ritmo de crescimento, atualmente tão rápido, diminua num futuro próximo; quando a expansão demográfica depende total ou parcialmente de correntes migratórias, pode ser brutalmente interrompida por uma mo-

dificação da conjuntura econômica ou uma mudança de política nos países de origem ou de destino. «A expansão demográfica do Brasil decorre do comportamento da população em matéria de reprodução, quer dizer, do conjunto de sua cultura; ocorrem às vèzes bruscas revoluções culturais, mas, geralmente, as transformações culturais profundas, que modificam um comportamento demográfico, não se efetuam senão lentamente e se anunciam, com muita antecedência, por sinais precursores.

No estado atual da sociedade brasileira, não parece que o contròle da natalidade se deva generalizar rapidamente entre as massas populares e que a taxa de natalidade possa baixar bruscamente; se se podem prever modificações nos movimentos naturais da população, o exemplo geral dos outros países que atravessam atualmente o mesmo estágio de evolução, leva-nos a esperar uma diminuição da freqüência de óbitos antes da diminuição da freqüência de nascimentos.

A simples permanência das taxas de crescimento observadas entre 1940 e 1950 ocasionaria uma duplicação da população em menos de trinta anos e parece-nos legítimo prever, para a segunda metade do século XX, uma aceleração e não um retardamento da evolução demográfica do Brasil, tanto mais que, se a imigração não pode ser muito reduzida, poderia, se o Governo brasileiro se decidisse a abrir amplamente as portas do país, acelerar ainda mais o desenvolvimento da população.

Concedendo-se margens para imprevistos, sempre possíveis, mas pouco prováveis, é de se esperar que o Brasil tenha 100 milhões de habitantes antes de 1980, e que o crescimento prossiga muito além dessa data; entretanto, não é possível prever, tão antecipadamente, o seu ritmo; no atual, bastaria um século para chegar a 500 milhões de habitantes.

A habitabilidade do país

Uma tal expansão não encontraria obstáculos intransponíveis no território brasileiro, o qual oferece todo o espaço necessário. Sensivelmente mais vasto que o dos E.U.A., dezessete vèzes maior do que o da França, o território do Brasil tem ainda uma densidade de povoamento pouco superior a seis

habitantes por quilômetro quadrado; 500 milhões de habitantes não lhe dariam 70 habitantes por quilômetro quadrado, uma densidade que, na Europa, seria considerada bem fraca.

Quando se fala, no Brasil, de 6 ou 7 habitantes por quilômetro quadrado, não se trata de uma noção de densidade puramente formal como as que se apóiam sôbre uma relação entre o número dos habitantes do Egito, da Argélia ou da Austrália e a superfície de imensas zonas do deserto. O território brasileiro tem, é verdade, cêrca de um milhão de quilômetros quadrados (944.000) muito pouco irrigados: é o polígono das sêcas que abrange uma grande parte dos Estados do Nordeste e mesmo parte dos Estados de Minas Gerais e Bahia. Mas essa zona de sêcas não representa nem a oitava parte do Brasil e não constitui de maneira alguma um verdadeiro deserto. Quanto aos imensos territórios da bacia do Amazonas, ainda quase desprovidos de população e que no estágio atual são difficilmente habitáveis, estendem-se pelas regiões equatoriais baixas, em cujo paralelo a Ásia soube estabelecer populações agrícolas que figuram entre as mais densas do mundo.

A noção de habitabilidade é de natureza muito subjetiva para se pretender determinar, sem absurdo, a ordem de grandeza da população que o Brasil poderia abrigar, mas ninguém contestará que o Brasil está muito abaixo de um povoamento *optimum*, nem duvidará que a valorização do país seja facilitada por uma população bem maior.

O fato de ser o Brasil um país insufficientemente povoado não significa, aliás, necessariamente, que o crescimento natural, extremamente rápido, de sua população, constitua sempre um benefício. Com efeito, se êsse crescimento, caso prossiga, pode aproximar o país do *optimum* de habitantes e diminuir a resistência do meio ao rendimento dos investimentos, por outro lado impõe à economia brasileira encargos demográficos demasiadamente pesados e que condenam um povo, privado de capitais e esmagado sob o número de dependentes jovens, a níveis de vida extremamente baixos.

Mas, em relação a muitos países da Ásia ou do Oriente Próximo, o Brasil está numa situação demográfica relativamente favorável, pois nesses países, já superpovoados, os pesados sacrifícios impostos às gerações presentes por um

crescimento excessivamente rápido agravam, ao invés de melhorar, as condições do povoamento. O Brasil sofre as consequências da rapidez do crescimento, mas lucra com o aumento do número. O vasto território do Brasil precisa de novos habitantes, na proporção de dezenas de milhões e a sua população se multiplica tão rapidamente que é capaz de produzir todos os excedentes necessários.

É uma situação demográfica que não tem paralelo senão na URSS, onde as características são muito menos acentuadas, pois o crescimento demográfico do Brasil é muito rápido e parece ser muito mais duradouro. De fato, não se notam no Brasil, senão de forma muito atenuada, os sinais de decréscimo que há muito se vêm verificando na URSS e que revelam que o contróle da natalidade naquele país tende a assumir a mesma característica dos países do Atlântico Norte. Enquanto a natalidade baixou na URSS a ponto de obrigar o Governo a adotar uma legislação populacionista, o Brasil, ao contrário, teria interesse em desencorajar uma fecundidade exuberante demais.

Se o aumento do número dos brasileiros encerra, de fato, as promessas da grandeza nacional, a rapidez excessiva dêsse aumento também constitui o mais sério dos obstáculos a essa grandeza; é preciso que a população se multiplique, mas de nada serviria multiplicá-la se essa multiplicação demasiado rápida tivesse que se efetuar em condições tais que os milhões de novos brasileiros que se apresentassem todos os anos à procura de trabalho não pudessem, nem instruir-se, nem adquirir o equipamento de que necessitam para produzir.

Graças ao seu dinamismo demográfico, o Brasil é hoje em dia um dos raros países que têm possibilidade de se tornar, num futuro previsível, uma grande potência, no sentido em que o são os E.U.A. e a URSS. Esta é, porém, apenas uma possibilidade, pois, se, para tornar-se uma grande potência, é necessário possuir, em vasto e rico território, uma população muito numerosa, isto não é, entretanto, suficiente, e o futuro depende mais dos traços culturais da população que do seu número. Os homens podem multiplicar-se como nos E.U.A. ou nas Índias e, no caso do povo brasileiro, conforme se esteja observando o Sul ou o Nordeste, descobrem-se traços econômicos e sociais que deixam prever uma evolução tanto num sentido como noutro.

Pode-se hoje prever que o Brasil eliminará, em um futuro não muito remoto, a distância numérica que separa a sua população da dos E.U.A., mas é mais difícil saber se êle anulará e em quanto tempo, a distância cultural. A população do Brasil, certamente, se multiplicará, mas depende da política do Governo e da influência estrangeira que o tipo dessa população que se multiplicar seja modelado inevitavelmente, segundo os habitantes de São Paulo ou os do Ceará.

A mortalidade brasileira

Durante muito tempo foi difícil conhecer exatamente o mecanismo dos movimentos naturais da população do Brasil; apesar dos notáveis progressos estatísticos alcançados na última década, a documentação ainda é muito recente para que se possam fornecer dados precisos e incontestáveis sobre a história do povoamento. Dispõe-se, aliás, de melhor informação sobre o número dos habitantes do que sobre a natalidade e a mortalidade; se, até 1940, os recenseamentos foram, de fato, muito pouco precisos e de periodicidade irregular, constituem todavia uma base útil para o passado e relativamente segura para os anos mais recentes, 1940-1950; em compensação, os registros de nascimento e mesmo de óbitos ainda não apresentam qualquer garantia, com exceção do Estado de São Paulo e algumas grandes cidades.

O Brasil pertence a um grupo de países que compreende quase todos os da América do Sul, cuja evolução já está bastante adiantada para que sintam necessidade de determinar as estatísticas do estado civil, mas não suficientemente para que essas estatísticas possam estender-se a toda a população. O que pode ser feito nas regiões desenvolvidas do país não o pode nas subdesenvolvidas; o nível de instrução e a estrutura social já não impedem recenseamentos eficazes, mas ainda impossibilitam o registro completo de nascimentos e óbitos. O *habitat* muito disperso, sobretudo, constitui um obstáculo intransponível; assim é que o Estado do Amazonas, três vezes maior que a França, tinha em 1953, apenas 59 cartórios de registros civis. É fácil, pois, conceber que a população deixe de declarar nascimentos e óbitos e mesmo de cumprir as for-

malidades legais do casamento. Ocorre também que, mesmo quando são registrados os atos civis, a remessa do documento para os organismos centrais é feita de maneira muito irregular.

Nessas condições, as estatísticas oficiais constituem a pior documentação possível e não é um paradoxo afirmar que houve grande progresso no conhecimento da demografia brasileira desde que, em 1948, as publicações oficiais deixaram de utilizar as taxas absurdas de natalidade e mortalidade calculadas pelos registros, substituindo-as quer por sondagens parciais, quer por cálculos efetuados de acôrdo com as variações do número da população e da sua composição por idades na ocasião dos recenseamentos decenais. De uns dez anos para cá um Instituto de Estatística, notavelmente bem organizado, pôs em dia métodos tão hábeis de exploração de uma documentação fragmentária, que já se dispõem de dados bastante seguros para a estimativa da natalidade e da mortalidade.

Graças a êsses métodos, o estatístico Mortara pôde calcular que no período de 1915-1925 a taxa bruta de mortalidade devia ser, para todo o Brasil, de cêrca de 21%. Se bem que em certa parte do Brasil a mortalidade se tenha depois reduzido consideravelmente, não parece que essas reduções locais hajam modificado o quadro de todo o país, pois os cálculos feitos de acôrdo com os recenseamentos de 1940 e 1950 revelam uma taxa bruta de 20,6%.

Uma tal mortalidade, nesta época, é muito alta, podendo mesmo figurar como uma das mais elevadas da América Ibérica, se o estado das estatísticas nessa parte do mundo não permitisse pensar que a elevação relativa da taxa brasileira é devida mais à qualidade superior dos métodos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que obtém resultados mais completos, do que a uma freqüência maior de óbitos.

Como quer que seja, a mortalidade brasileira parece tanto mais elevada quanto a população do Brasil, composta de grande número de jovens, não tem senão uma pequena percentagem de gente idosa exposta à mortalidade. O caráter enganoso das taxas brutas de mortalidade que, no caso de uma população do tipo brasileiro, dissimulam parte da freqüência dos óbitos, ressalta claramente quando se examinam as expectativas de vida no nascimento: no período de 1940-1950, a expectativa

de vida do brasileiro era estimada em 42,3 anos (39,3 para os homens e 45,5 para as mulheres). Para se fazer uma idéia de todos os progressos que restam a alcançar, basta verificar que, por volta de 1950, os países socialmente mais avançados chegam a expectativas de vida no nascimento da ordem de 70 anos.

Diferenças regionais de mortalidade

A elevação excessiva das taxas de mortalidade no Brasil, não é, aliás, geral; muito elevadas no Norte, são bem mais baixas no Sul; variam do simples ao triplo e mais entre os extremos da cidade de São Paulo que, em 1953, não registrou senão 9,4 óbitos em 1.000 habitantes, e a cidade de Natal que registrou 33%. Mas, fora êsses extremos, as mortalidades nas capitais do Sul não eram superiores naquela data a 14%, enquanto nas do Norte não desciam senão raramente abaixo de 25%.

Sem dúvida a composição por idade, muito favorável, dos centros de imigração industrial, como São Paulo, tende a exagerar as diferenças, ao mesmo tempo em que dissimula uma parte da freqüência real dos óbitos, mas as expectativas de vida refletem ainda diferenças muito importantes; ao passo que a expectativa de vida no nascimento era, por volta de 1950, respectivamente de 39,5 e 39,9 anos nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, atingia 49,8 no Estado de São Paulo, 55,2 no Estado do Rio Grande do Sul e um pouco mais de 57 anos na cidade de São Paulo. Entre as regiões menos favorecidas e as mais favorecidas há, pois, uma diferença de expectativas de vida no nascimento de cerca de 18 anos.

Essa diferença (dada a imprecisão dos cálculos de rendimento *per capita* regionais) constitui a prova mais segura da existência de dois complexos culturais de qualidades diferentes, tão características de um grupo de países, melhor chamados de desigualmente desenvolvidos do que de insuficientemente desenvolvidos. Com efeito, dentro de qualquer país, existem grandes diferenças de mortalidade nas várias regiões ou nas diversas classes sociais: entre os Departamentos mais favorecidos e os menos favorecidos da França, essas diferenças

atingem a cêrca de 30%; nos E.U.A. as diferenças entre a população branca e a população de côr eram muito acentuadas há poucos anos atrás: 11 anos em 1940. Mas, para se encontrar discrepâncias nas expectativas de vida no nascimento que, como entre o Nordeste e o Sul do Brasil, atinjam 18 anos, é preciso que se tomem populações de cultura ou de épocas diferentes.

A expectativa de vida dos habitantes dos Estados do Rio de Janeiro ou Minas Gerais é, aproximadamente, a dos franceses no princípio do século XIX, e a da cidade de São Paulo, a dos franceses às vésperas da Segunda Guerra Mundial; os 18 anos de expectativa de vida que separam as formas extremas dos dois aspectos da civilização brasileira correspondem à diferença entre a expectativa de vida dos E.U.A. e a do Sião. Já se delinham, opondo-se através das expectativas de vida, dois Brasís bem diferentes.

A alta mortalidade que vem, assim, reduzir a expectativa de vida no nascimento da grande massa da população brasileira é, pois, passível de grande diminuição, diminuição essa que, conforme o indica a experiência internacional nos últimos dez anos, pode sobrevir rapidamente. Nessa questão a experiência de Pôrto Rico é a mais valiosa; realmente, trata-se de uma população ibero-americana, cujo tipo cultural apresenta algum parentesco com o das outras populações da América Ibérica, e sôbre a qual — o caso é raro — existem bons dados estatísticos relativos aos movimentos da população. Nessa população, beneficiada, há alguns anos, por um bom sistema médico-social, a mortalidade, que em 1940 ainda era da ordem da que hoje prevalece no Brasil, foi reduzida, em cêrca de 10 anos, quase à metade, sem que por isto a natalidade tenha sensivelmente diminuído.

Essas altas mortalidades são de fato muito sensíveis ao aperfeiçoamento do aparelho médico-social, não só porque correspondem em grande parte a óbitos da primeira idade, que a simples melhoria da alimentação basta para reduzir, como porque, também, a mortalidade dos adultos e dos adolescentes, provindo, em grande parte, de doenças parasitárias ou infecciosas, cedem diante de medidas gerais de higiene social relativamente pouco dispendiosas. Do ponto de vista das causas de óbitos, duas partes do Brasil assim se opõem, tal como se

opõem países de culturas diferentes. Na cidade de São Paulo, como nos países amplamente desenvolvidos, a causa de óbitos mais importantes está nas doenças do aparelho circulatório, ficando muito atrás as doenças infecciosas e parasitárias; em compensação, no resto do país, mesmo na cidade do Rio de Janeiro, essas doenças que podem ser controladas pela higiene social, continuam sendo, como na era pré-pasteuriana, a principal causa dos óbitos.

Mortalidade infantil

Mas, como geralmente acontece nos países insuficientemente desenvolvidos, a brevidade da expectativa de vida no nascimento é, sobretudo, relativa ao grande número de óbitos de crianças muito novas. No Brasil, não somente ocorre a grande mortalidade no primeiro ano, que acompanha os níveis de vida baixos e a ignorância das massas, como também essa alta mortalidade se prolonga pelos quatro ou cinco primeiros anos de vida.

Os números exatos da mortalidade no primeiro ano não podem ser precisamente determinados para todo o país e mesmo os que foram publicados sobre as capitais dos Estados, nas quais o registro dos óbitos parece assegurado, são suspeitos. Acontece, com efeito, que se os óbitos no primeiro ano de vida são geralmente registrados, o mesmo não se dá em relação aos nascimentos; relaciona-se, portanto, o número de óbitos ocorridos a um número de nascimentos muito insuficiente e assim a taxa de mortalidade infantil obtida é muito exagerada; explicam-se por essa forma as taxas de 504 óbitos por 1.000 nascimentos apurados em 1941 no Rio Grande do Norte e de 818, em Alagoas.

Mas, deixando de lado êsses casos extremos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística calcula a taxa de 243 por 1.000 para Recife, de 236 para Fortaleza e 162 para Salvador, em 1950. Embora desde então essas taxas se tenham reduzido para 93% na cidade de São Paulo e 95% no Estado do Rio Grande do Sul, todos são unânimes em admitir que em todo o Brasil a mortalidade nos primeiros anos de vida deve ser pelo menos de 20%; uma criança em cinco morre antes de completar um ano.

Não há dúvida de que é difícil chegar a índices tão baixos quanto os da Nova Zelândia que, em 1953, registrou apenas 20 óbitos de menos de um ano em 1.000 nascimentos, mas o exemplo de Pôrto Rico ainda uma vez é concludente: a mortalidade infantil naquele país foi reduzida em menos de 20 anos de 140% para 66%.

O aparelho médico-social necessário já existe em uma grande parte dos Estados de São Paulo ou do Rio Grande do Sul, onde produziu resultados semelhantes aos de Pôrto Rico; e mesmo no Distrito Federal, onde as condições sanitárias não são tão boas, a mortalidade infantil, em 1953, já era apenas de 97%. Grandes esforços têm sido realizados em todo o resto do país, tanto para melhorar os cuidados com os recém-nascidos, quanto para combater as endemias, principalmente a malária, e tudo leva a crer que esses esforços redundarão rapidamente em uma grande redução da mortalidade, acarretando um crescimento ainda mais rápido da população do que o atual verificado. Se a mortalidade no Brasil descesse ao nível de Pôrto Rico (7,6% em 1954), a taxa de crescimento anual poderia atingir 3,5% por ano, em lugar dos 2,4% de hoje.

Fecundidade da população brasileira

Tal como na mortalidade, a fecundidade da população brasileira não pode ser apurada com precisão por meio dos dados estatísticos; nos países em que o estado civil não é seguramente apurado, os nascimentos escapam muito mais facilmente ao registro do que os óbitos. Entretanto, as estatísticas de algumas cidades, a utilização dos dois últimos recenseamentos, a consulta a registros de batismo, permitem-nos afirmar com segura certeza e relativa precisão que a fecundidade brasileira é excepcionalmente alta e que não apresenta senão poucos indícios prenunciadores de diminuição rápida.

Em 1950 a natalidade no Brasil era estimada em 43%. Sabe-se de outros pequenos grupos de população no mundo que têm mais alta natalidade e alguns Estados que a têm semelhante: Egito 42,6 (1948), Malásia 42 (1950), Venezuela

43,1 (1950), México 45,7 (1950), mas a população brasileira é o agrupamento mais importante em que essas taxas tão elevadas são seguramente confirmadas.

Para chegar a uma tão grande freqüência de nascimentos, é necessária uma fecundidade feminina especialmente alta pois, segundo a composição por idade e a grande percentagem de jovens de menos de 18 anos, as mulheres em idade de conceber são relativamente poucas. Conquanto seja difícil eliminar a influência da composição por idade que desfigura as taxas brutas de natalidade e calcular uma taxa de fecundidade que relacione os nascimentos unicamente ao número de mulheres em idade de conceber, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística calcula que, por volta de 1950, ocorriam 170 nascimentos anuais por 1.000 mulheres de 15 a 49 anos. Na República Argentina essa taxa de fecundidade era de apenas 95 e nos E.U.A. de 92. Cem mulheres brasileiras, durante todo o seu período de capacidade concepional, haviam dado à luz 645 crianças.

No passado, os países da Europa Ocidental registraram taxas de fecundidade elevadas — nunca porém tão altas quanto as do Brasil — mas, quando a mortalidade começou a diminuir intensamente, verificou-se que a natalidade não tardaria a baixar também, não havendo, assim, grandes excedentes de nascimentos senão durante um período relativamente curto. Essa experiência dos países ocidentais desenvolvidos levou em geral os sociólogos a admitir que o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo que permite reduzir a mortalidade, leva a população a diminuir também sua fecundidade. A relação entre a queda da mortalidade e a queda da natalidade é freqüentemente considerada uma verdadeira lei demográfica, tanto assim que depois de uma fase de crescimento acelerado, que seria necessariamente uma fase temporária de crescimento, um novo equilíbrio demográfico tenderia sempre a estabelecer-se.

E mesmo na hipótese de se admitir a explicação apresentada por Josué de Castro, êsse efeito do desenvolvimento econômico sobre a natalidade seria tanto mais certo quanto se efetuaria por intermédio de mecanismos fisiológicos que não dependem da livre escolha dos indivíduos. A alta fecundidade, que geralmente se observa nos países subdesenvolvidos, estaria, de fato, relacionada à pobreza fisiológica, que

acompanha a subalimentação ou a desnutrição dos povos privados de proteínas animais. A melhor alimentação, que acompanha o desenvolvimento econômico, ocasionaria uma redução da fecundidade, e assim, a melhoria dos níveis e modos de vida, que geralmente tem dado à redução da mortalidade, acabaria fatalmente por ocasionar também redução do número de nascimentos.

Não se pode de forma alguma afirmar que os fatores fisiológicos não tiveram qualquer influência na diminuição da fecundidade que, de maneira geral, se observou nos países em processo de melhoria das condições de vida, mas em compensação pode-se afirmar que se esses fatores fisiológicos têm alguma parte no fenômeno, não é a principal. Tudo indica que, na redução da fecundidade, que seguiu o desenvolvimento econômico da Europa Ocidental e dos países anglo-saxônicos, a prudência maltusiana foi o fator preponderante, senão o único; a redução da fecundidade é grandemente desejada e, sob esse ponto de vista, os efeitos psicológicos da miséria ou do bem-estar são mais importantes do que os fisiológicos.

Ora, a redução da mortalidade, que pode ocorrer hoje em países ainda subdesenvolvidos, tem causas muito diferentes da lenta redução da frequência dos óbitos que, no século XIX, acompanhara a melhoria dos níveis de vida. Sempre que um francês ou um escandinavo do século XIX se instalava em uma residência mais confortável, melhorava a alimentação e recebia uma instrução primária eficaz, podia e sabia lutar melhor contra a doença, o que lhe prolongava a expectativa de vida. É fácil de conceber porque essas mesmas transformações, dando-lhe a esperança de proporcionar condições de vida e instrução ainda melhores aos filhos, podiam decidi-lo a tê-los em menor número.

A redução da mortalidade que, como no caso de Ceilão e Porto Rico se atinge às vezes de forma tão repentina, não é o resultado de uma transformação da sociedade, mas da aplicação das técnicas de prevenção de doenças infecciosas ou parasitárias e da introdução de um bom serviço sanitário. Pode-se bem compreender que a passagem de aviões despejando inseticidas diminua a mortalidade das populações ribeirinhas, isoladas, da Amazônia, mas não parece que essa medida deva necessariamente levá-los a reduzir o número dos filhos.

O exemplo da maioria dos países subdesenvolvidos, em alguns dos quais a mortalidade foi grandemente reduzida sem que a natalidade apresentasse qualquer sinal de enfraquecimento, revela que os fenômenos demográficos que acompanharam, no passado, o processo progressivo da industrialização da Europa Ocidental e dos E.U.A. não devem necessariamente ocorrer de forma idêntica nos países que sofrem processos muito diferentes.

Fecundidades diferenciais

A mortalidade brasileira é, ainda hoje, muito elevada, mas, em relação ao que era no século XIX, diminuiu muito; isso, entretanto, não parece ter ocasionado uma grande redução da fecundidade da população. Também não parece que se deva esperar vê-la diminuir em um futuro próximo; pode-se, realmente, pressentir a próxima difusão do controle da concepção em uma população, procurando-lhe as primeiras manifestações nos pequenos grupos de *status* econômico e social elevado (classes abastadas ou instruídas e em geral populações urbanas) que se acham no início da evolução cultural.

No século XIX pôde-se observar, na Europa, êsses sinais precursores da restrição dos nascimentos, através do estudo das natalidades diferenciais segundo as classes sociais, bem antes que essa restrição se generalizasse e que se lhe pudessem observar as conseqüências nas estatísticas demográficas. Em fins do século XIX, quando a Alemanha e a Inglaterra tinham ainda uma natalidade muito alta, os moradores dos bairros ricos de Berlim ou Londres já imitavam o comportamento dos de Paris, não tendo senão um pequeno número de descendentes. Já se podem notar sinais análogos na população de Pôrto Rico onde, ao passo que as taxas de natalidade do conjunto da população permanecem muito altas, já se observa a limitação do número de nascimentos entre as classes instruídas e as populações urbanas.

No Brasil ainda é muito difícil estudar as fecundidades diferenciais em função do *status* econômico e social. As poucas tentativas de pesquisas que se fizeram em São Paulo ou no Distrito Federal permitem-nos acreditar que a fecundidade re-

lativamente fraca das duas grandes cidades brasileiras é devida ao comportamento das classes médias, — comerciários, servidores, membros das profissões liberais, — que já são numerosas. Mas a documentação é muito fragmentária: realizaram-se pesquisas de grande interesse sobre as fecundidades diferenciais, segundo a cor, que tornam possível atingir indiretamente um aspecto das diferenças determinado pelo *status* econômico e social, pois as diferenças de cor acompanham as diferenças de *status* econômico e social. Os resultados não são muito concludentes, visto que é o grupo dos negros que, com uma taxa de fecundidade de 167 (167 nascimentos por 1.000 mulheres de 15 a 49 anos), parece constituir o de reprodução menos abundante, sendo o dos brancos ligeiramente mais alto, 171, e o dos mestiços 195. A fecundidade de todos é, pois, muito alta e, mesmo os imigrantes europeus, têm um comportamento que, essencialmente, não difere daquele demonstrado pelo resto da população.

Em compensação a fecundidade urbana já parece ser bem inferior à das zonas rurais: 120 nascimentos por 1.000 mulheres em período de fecundidade nas cidades, 171 nas zonas suburbanas e 201 no campo. Mas essa restrição dos nascimentos urbanos ainda é essencialmente o caso das duas grandes zonas urbanas; diante da taxa bruta de natalidade de 43% do Brasil, São Paulo não tinha, em 1950, senão 27%, e o Distrito Federal, 25%. Essa natalidade encobre uma fecundidade muito mais fraca, porque as duas capitais brasileiras têm uma composição por idade muito favorável à reprodução; a taxa de fecundidade de São Paulo não era senão de 87 e a do Distrito Federal, 86, inferior mais da metade do que a taxa média do Brasil e da mesma ordem que a da França.

Mas as situações de São Paulo e da cidade do Rio de Janeiro são muito especiais para que se possa ver na restrição dos nascimentos que nelas ocorre um sinal de mudança de comportamento para todo o país.

Indiretamente, podem-se encontrar indicações de alcance mais geral sobre a evolução da fecundidade em função do desenvolvimento econômico, através das diferenças de natalidade entre os diversos Estados brasileiros. Existem, de fato, no Brasil, grandes diferenças nas estruturas econômicas e sociais dos Estados: uns são puramente agrícolas, outros gran-

demente indutrializados; uns são miseráveis, outros relativamente ricos; algumas populações possuem boas escolas, outras são, de maneira geral, analfabetas. Os Estados do Sul constituem o coração do Brasil evoluído, certos Estados do Norte são grandemente subdesenvolvidos; no Nordeste, por exemplo, Estados como o Piauí ou o Ceará desempenham o papel de freio na evolução geral do Brasil, enquanto os Estados de São Paulo, do Paraná ou do Rio Grande do Sul são o seu motor. Os dois Brasis estão presentes em tôda parte, mas no Nordeste predomina o Brasil arcaico, no Sul, o Brasil moderno.

A suposta relação entre o subdesenvolvimento e a maior fecundidade pode ser observada, mas as diferenças entre as duas categorias são ainda muito tênues. Em 1950 foram efetivamente os Estados do Piauí e do Ceará que registraram as natalidades mais elevadas, 48%. Mas os dois Estados mais ricos e mais evoluídos, registram natalidades que, pelo fato de serem mais baixas, não deixam, entretanto, de equiparar-se às das nações mais fecundas da Ásia ou do Oriente Próximo — 38,5% no Rio Grande do Sul e 38 em São Paulo. A redução da fecundidade observada nas duas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro é, pois, isolada e a elevação do nível de vida, tão acentuada no Sul do país, tem ainda muito pouca influência sobre a fecundidade. Mesmo admitindo-se (o que parece provável) que as classes mais altas brasileiras tenham francamente enveredado pelo caminho da redução da natalidade, é muito duvidoso que o seu comportamento possa ser rapidamente imitado pela massa, porque a estrutura da sociedade brasileira não se presta a uma difusão muito rápida das atitudes dos grupos mais evoluídos entre as massas rurais atrasadas.

A população brasileira, não só conserva uma fecundidade excepcionalmente alta, mas, com pequenas ressalvas, as diferentes subculturas regionais conservam comportamentos relativamente homogêneos em matéria de reprodução. A estabilidade desse comportamento faz prever, em futuro próximo, a acentuação do crescimento demográfico. A taxa de crescimento anual da Colômbia é mais alta do que a do Brasil, apesar de uma natalidade mais baixa, porque a mortalidade — tanto quanto se possa confiar nas estatísticas — já baixou a 13%, mas, como a mortalidade brasileira não pode deixar de

baixar rapidamente para o nível da Colômbia, a taxa de crescimento do Brasil deverá ultrapassar, também rapidamente, a daquele país.

Composição da população segundo a idade

Como os movimentos naturais da população não são mais modificados, senão muito ligeiramente, pela imigração, uma vez que esta foi grandemente reduzida pela crise econômica de 1930, a composição por sexo não apresenta grandes anomalias. Ocorre, simplesmente, que, ao contrário do que se verifica nos países de baixa natalidade, não se encontra preponderância do elemento feminino, em geral determinada pela sobrevivência mais longa das mulheres entre as populações mais velhas; devido à extrema mocidade da população, os dois sexos estão em condições de igualdade (homens 49,90% e mulheres 50,10%).

Mas, é a composição por idades da população que difere profundamente da que se encontra nos países evoluídos da Europa ou da América do Norte e que, sendo muito desfavorável, do ponto de vista econômico, constitui um obstáculo ao desenvolvimento do país. Uma fecundidade tão grande quanto a do Brasil é sem dúvida consequência do subdesenvolvimento, mas, devido à proporção muito grande de jovens ainda incapazes de trabalhar e que ela multiplica na população, essa fecundidade é também causa do subdesenvolvimento; como usualmente ocorre, os fatos demográficos e os fatos econômicos estão unidos por laços recíprocos de fatos e de função.

Não é pela brevidade de sua história que o Brasil pode ser considerado uma nação jovem, mas, antes, pela idade dos seus habitantes. Para medir essa extrema juventude, basta uma comparação: na ocasião do recenseamento de 1950, 52% dos brasileiros tinham menos de 20 anos; nessa mesma época os franceses da mesma idade perfaziam apenas 30%. Em compensação, no grupo etário de mais de 60 anos, havia 16,2% de franceses e apenas 4,4% de brasileiros. Ainda nessa época o Brasil e a Grã-Bretanha tinham populações quase iguais — 52 milhões no Brasil e 50 milhões na Grã-Bretanha — mas 21 milhões e meio de brasileiros tinham menos de 20 anos e, com essa idade, havia apenas 14 milhões e meio de ingleses.

Essa composição por idades acarreta ao Brasil um encargo econômico e social muito pesado; é, naturalmente, melhor que uma população seja jovem do que velha e, se fôr necessário que os adultos mantenham dependentes incapazes de trabalhar, é menos penoso para o presente e mais proveitoso para o futuro manter crianças do que velhos. Mas os jovens são tão numerosos no Brasil que constituem um encargo econômico incomparavelmente mais pesado do que o dos velhos das populações mais idosas.

Países de baixa natalidade, como a França, a Inglaterra e mesmo os E.U.A., preocupam-se com a proporção desfavorável que a multiplicação das pessoas idosas estabelece entre a população apta, pela idade, a exercer atividades econômicas eficazes e a população muito idosa para trabalhar. Em todos êsses países tem-se dado muita atenção ultimamente ao envelhecimento da população; no caso particular da França, tem-se ressaltado a situação de inferioridade econômica em que se encontra um país no qual 53 adultos têm que repartir o fruto do seu trabalho com 16 pessoas de mais de 60 anos e 30 jovens cuja entrada na vida ativa melhor seria que pudesse ser retardada até o vigésimo ano de idade.

Vale dizer então do Brasil: os encargos da velhice são aqui bem leves, mas os da juventude, tão pesados que, se se quisesse estender a formação dos jovens até o vigésimo ano, a população em idade de trabalhar se reduziria a 43% do total, quando na França ela é de 53%.

Esse cálculo, entretanto, não dá senão uma leve idéia do pêso que um crescimento demográfico muito rápido acrescenta à economia do país. Nos países onde o número de crianças não excede de 2 ou 3 por família, pode-se perfeitamente relacionar o número de dependentes jovens ou velhos ao de todos os indivíduos de 20 a 60 anos ou, se se preferir, de 15 a 65 anos, considerados em idade de trabalhar; uma grande parte das mulheres livres dos encargos da maternidade, ou dêles cedo desembaraçadas, fica disponível, em caso de necessidade, para as atividades da produção. Em um país em que as mulheres têm, em média, cinco ou seis filhos, o grupo feminino não deve poder tomar senão uma parte muito pequena na produção econômica; se, como freqüentemente acontece, é obrigado

a fazê-lo devido à miséria, será em prejuízo da função familiar e, se o desenvolvimento econômico do país lucra com o trabalho feminino, o desenvolvimento social é prejudicado. Numa população em que a mulher, em virtude de uma fecundidade que se prolonga por vários anos, deveria poder dedicar-se a tarefas de educação durante 25 ou 30 anos, não se pode legitimamente relacionar o número dos dependentes senão ao da população masculina em idade de trabalhar.

O encargo excessivo da juventude

Dos 52 milhões de habitantes que tinha o Brasil em 1950, os homens adultos de 20 a 64 anos não perfaziam senão 11.700.000; êsses é que, para poder educar os jovens nas condições de longo preparo exigidas pela civilizações evoluídas, deveriam ter tido a seu cargo 27 milhões de jovens de menos de 20 anos. Mesmo estimando-se que, ainda hoje em dia, um período de formação prolongada até à idade de 15 anos seja suficiente, os jovens de menos de 15 anos ainda seriam no Brasil 21.694.000 e os homens de 15 a 64 que os teriam de sustentar, apenas 14.500.000, isto é, 3 dependentes jovens para dois homens em idade de trabalhar.

Na mesma época, na França, conquanto o soerguimento da natalidade, a partir de 1945, tenha aumentado a percentagem dos jovens na população, os de menos de 15 anos são apenas 10 milhões em 40 milhões de franceses. Em vista de uma natalidade que, apesar de seu soerguimento, continua moderada, as mulheres, se fôsse preciso, poderiam dedicar grande parte de sua vida à produção econômica; a população de 15 a 64 anos dos dois sexos quase atinge 28 milhões, ou seja, cêrca de três franceses em idade de trabalhar para um dependente jovem. Deve-se, é verdade, acrescentar aos encargos dos franceses os velhos de mais de 65 anos, que são quatro vêzes mais numerosos do que no Brasil; os 28 milhões de franceses de 15 a 64 anos teriam então a seu cargo 15 milhões de dependentes, enquanto os 14 milhões de brasileiros em idade de trabalhar teriam que sustentar 24 milhões de dependentes, jovens ou velhos. As proporções são quase invertidas; dois ativos para um dependente em um caso, um ativo para dois dependentes no outro.

São bem poucos os países em que os grupos de idade, que seria desejável poder manter inteiramente afastados da vida econômica, sejam tão numerosos e estejam a cargo de um grupo em idade de trabalhar tão reduzido.

É bem verdade que se trata aí de proporções teóricas e que, na realidade, a população ativa francesa não é tão numerosa quanto o revelaria êsse cálculo: pouco mais de 19 milhões, em 1954; por outro lado, a população brasileira ativa é mais numerosa do que deveria ser teoricamente e compreende mais de 17 milhões de pessoas. A diferença, entretanto, continua grande, pois na França 44,8% da população total são ativos e, em função de uma mesma definição da atividade, essa proporção no Brasil é de apenas 33%.

Essa pequena atenuação das diferenças é obtida porque o Brasil, devido à sua composição por idade, é obrigado, a fim de lhe atenuar os efeitos, a empregar ao máximo o grupo de idade masculino de 15 a 19 anos que apresenta uma taxa de atividade de 80,6%; até as meninas dêsse grupo anterior à idade habitual do casamento, são em grande parte empregadas, pois a taxa de atividade atinge mais de 23%, enquanto o das mulheres mais velhas, sobrecarregadas pela maternidade, cai, no Brasil, para 9,6%, quando o da França é de 30%.

Em uma sociedade do tipo brasileiro o encargo de um grupo jovem muito numeroso pode não parecer tão pesado para os adultos quanto o é em uma sociedade plenamente desenvolvida do tipo norte-atlântico. Para a grande massa da população, o período de dependência completa é, de fato, muito reduzido e o ingresso na vida ativa opera-se progressivamente, logo que o desenvolvimento físico o permite. Uma grande percentagem da população dependente continua a dedicar-se a uma agricultura familiar e, nesse tipo de agricultura, a distinção entre população ativa e população dependente é muito artificial. Mas a redução do período de formação e da qualidade da formação que deriva da inferioridade das técnicas empregadas, não é um remédio para o encargo excessivo imposto por um crescimento demográfico precipitado, e sim uma consequência. O encargo de uma juventude que constitui a metade da população não pode ser suportado senão com prejuízo da sua formação técnica, da instrução e da saúde, e eis aí as características sociais do subdesenvolvimento.

Do ponto de vista escolar as conseqüências dessa composição por idade são evidentes e seria totalmente impossível proporcionar a tôda a população uma instrução prolongada. As conseqüências econômicas dessa falta de formação são temíveis, mas a composição por idade desfavorável pode retardar muito mais diretamente o desenvolvimento econômico do país. Há um desequilíbrio inevitável entre os investimentos econômicos possíveis e os que se tornaram necessários pelo crescimento demográfico. O país gasta suas fôrças em uma multiplicação do número de homens que, dada a densidade de 6,14 por quilômetro quadrado, seria certamente desejável, mas que absorve uma grande parte do progresso econômico; povoando-o muito depressa, dificulta-se o seu equipamento.

País insuficientemente desenvolvido, tanto quanto insuficientemente povoado, o Brasil começa apenas a produzir em uma parte do Sul. Na maior parte do país, os seus habitantes têm muito pouca produtividade e níveis de vida muito baixos; para melhorá-los seriam necessários investimentos muito onerosos. E mais onerosos ainda seriam precisos para fornecer equipamento às coortes de jovens trabalhadores que todos os anos chegam em maior número à idade de atividade econômica. Em 1950, meio milhão de rapazes atingiram a idade de 17 anos, mas, em 1955, nasceram mais de um milhão de meninos; muitos dêles são ainda dizimados por uma mortalidade infantil muito elevada, mas pode-se esperar que dentro de poucos anos êles sobreviverão todos para reivindicar, em número superior a um milhão, aos 17 ou 19 anos, máquinas e casas. Nos últimos anos foi extraordinário o desenvolvimento econômico brasileiro, mas em grande parte foi êle absorvido pela manutenção do maior número de brasileiros, sem que o nível de vida de cada um pudesse ter sido apreciavelmente melhorado; a renda nacional aumenta muito depressa, mas também aumenta o número dos que devem auferi-la.

Admite-se hoje que o crescimento anual de 1% de uma população acarreta um investimento de 4% da renda nacional para assegurar a essa população suplementar as instalações necessárias. No Brasil, o crescimento da população, que hoje ultrapassa 2 e meio por cento, caminha para três por cento. Mesmo admitindo-se que, para o Brasil, o cálculo habitual dos encargos do crescimento demográfico seja exagerado, porque no meio brasileiro o rendimento dos investimentos seria particularmente

elevado, o ritmo de 3% é dificilmente suportável e não pode deixar de frear o desenvolvimento econômico do país e anular os efeitos desse desenvolvimento para a população.

Todos os anos novos trabalhadores oferecem-se às centenas de milhares para explorar um país quase vazio; para eles há terras e matérias-primas. Mas, porque a população brasileira empregou tôdas as suas forças produzindo êsses trabalhadores, não lhes pode oferecer capitais para abrir novos territórios e dotá-los de equipamento necessário. Nesse país, onde o interior está vazio, milhões de indivíduos se aglomeram nas velhas zonas agrícolas exauridas ou nas cidades superpovoadas do Nordeste, onde vegetam miseravelmente. Sem capitais, sem formação técnica, sem saúde, muitos jovens brasileiros estão reduzidos, como seus antepassados, a tirar do solo uma subsistência precária, unicamente com a energia dos próprios braços e uma simples enxada. Um homem educa muito mal seis filhos quando precisa trabalhar sem outro instrumento além da enxada, sem outra energia além dos seus braços, e, com seis filhos para alimentar, dificilmente poderá substituir essa enxada por um trator ou mesmo por um arado.

Para que o povoamento do Brasil não corra o risco de lhe retardar o desenvolvimento, para que êsse povoamento não seja acompanhado da ignorância e da miséria, seria desejável que a frequência dos nascimentos diminuísse paralelamente à diminuição da frequência dos óbitos; o crescimento da população é muito necessário, mas seria preferível que fôsse menos rápido; um ritmo de 1,5% por ano seria melhor do que o de 3% para o qual vai rapidamente caminhando.

O exemplo dos E.U.A., onde as taxas do crescimento foram tão grandes no século XIX e onde o aumento do número não parece haver prejudicado a melhoria dos níveis de vida, não é totalmente válido. No século XIX o crescimento demográfico dos E.U.A. foi realmente devido, não apenas ao crescimento natural, mas, em grande parte, à importação de imigrantes europeus adultos, cuja formação não pesou à economia americana e os quais ajudaram a melhorar a composição por idade, aumentando a proporção de adultos do país. A fase de crescimento natural mais rápido da população norte-americana estendeu-se por uma época em que a economia primordialmente agrícola

do país era produto de uma formação técnica muito rudimentar e em que o pioneiro americano não hesitava em atirar à vida ativa seus numerosos filhos, antes mesmo que houvessem podido aprender a ler. Finalmente, essa fase de crescimento extremamente rápido da população americana coincidiu com um período de livre circulação de capitais, durante o qual os E.U.A. conseguiram receber importantes auxílios do estrangeiro.

CAPÍTULO III

IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA E MIGRAÇÕES INTERNAS

A imigração de estrangeiros adultos talvez pudesse aliviar, como o fez nos E.U.A., o encargo excessivo que a juventude da população impõe à população ativa. Os habitantes do Brasil multiplicam-se tão depressa quanto o possam exigir os mais ambiciosos, não tendo, pois, o país necessidade alguma de imigrantes para acelerar ainda mais um povoamento já muito rápido com o simples excedente de nascimentos; porém, necessitaria dessa imigração para corrigir os efeitos do crescimento natural muito rápido, introduzindo adultos que viriam aumentar o número dos que devem sustentar os dependentes jovens. Uma tal imigração seria grandemente eficaz, porque êsses imigrantes, tendo recebido uma formação que o Brasil não tem possibilidades de oferecer à massa da população, teriam uma produtividade mais elevada.

De fato, são geralmente adultos jovens os elementos introduzidos pela imigração; quando uma população é idosa, como no caso da França, o recurso à imigração pode ser recomendado para rejuvenescer a população e repartir com um número maior de adultos o encargo dos velhos; quando, como no caso do Brasil, a população é muito jovem, o recurso à imigração deve ser recomendado para envelhecer essa população e repartir com os imigrantes adultos o encargo das crianças. X

Pequena importância das migrações internacionais

Mas, apesar da fraca densidade, que faz hoje do território brasileiro uma das zonas de maior rarefação demográfica do

mundo, o Brasil não é, e provavelmente não poderá vir a ser, um grande país de imigração. A multiplicação dos brasileiros foi e ainda é, sobretudo, o resultado de um número relativamente pequeno de imigrantes que se uniram à população ameríndia autóctone cujos descendentes conservaram uma grande fecundidade.

Até princípios do século XIX a imigração foi constituída exclusivamente, de um lado, por portugueses e, de outro, pelos escravos africanos, cuja importação se prolongou até 1850, e cujo número exato se desconhece (um autor brasileiro, Simonsen, calculava-o em 3 milhões e meio). Não foi senão no momento em que a abolição da escravatura se tornou uma certeza, entre 1885 e 1888, que se desenvolveu uma imigração de outras nacionalidades além da portuguesa.

A base da população brasileira é, pois, constituída pelos descendentes dos três antigos elementos, ameríndios, portugueses e africanos. Como o elemento português detinha uma superioridade social incontestável, pôde impor a supremacia da sua cultura, à qual os dois outros elementos pouco tinham a opor, e pôde também impor a supremacia de seu sangue, não só porque, nas misturas raciais, a superioridade do senhor português se manifestou durante longo tempo, como porque, depois da abolição da escravatura, a imigração africana foi interrompida.

Mais tarde, quando, além da portuguesa, se formaram, a partir de 1885 até 1930, outras correntes imigratórias européias de importância numérica relativamente grande, encontraram no Brasil uma cultura luso-brasileira de predominância incontestável.

Se, aliás, o período de 1885 a 1930 parece um período de grande imigração, não é senão devido à insignificância da imigração anterior e posterior a essa data. O número máximo atingido pela entrada de imigrantes foi de 1.129.000 na década 1891-1900, mas na década 1931-1940 êsse número caiu para 218.000. Em um século o total de imigrantes livres não passou de cerca de cinco milhões; os E.U.A. ultrapassaram êsse total em uma única década e até um velho país de densidade relativamente alta como a França recebe maior número de imigrantes. Além do mais, no total são contados duas vêzes os emigrantes em visita ou os portugueses que vão passar uma temporada em seu país de origem, além de haver ainda um grande número para os que

fracassaram e voltaram aos seus países (talvez 25 ou 30%), de modo que a imigração real não deve ter ido muito além de três milhões no período de 1850 a 1950.

Imigração no Brasil depois de 1884:

1884-93	883.668	1924-33	737.223
1894-03	862.110	1934-43	197.238
1904-13	1.006.617	1944-53	348.443
1914-23	503.981	1954	72.248

O Brasil que, de 1930 a 1950, teve uma imigração relativamente insignificante, apenas conta com uma pequena percentagem de estrangeiros em sua população. Já em 1900 ela não era superior a 6%, não obstante àquela época as naturalizações serem concedidas com muita facilidade. Hoje, entretanto, com a maior dificuldade de se obter a naturalização, o número de estrangeiros é muito reduzido, tendo sido avaliado, pelo recenseamento de 1950, em 1.085.000, isto é, 2% da população; não havendo senão de 3 a 4 mil naturalizações por ano, existem apenas 128.897 cidadãos naturalizados. É verdade que êsses estrangeiros se concentram em algumas regiões, principalmente no Estado de São Paulo e no Distrito Federal, onde a sua presença é mais facilmente assinalada, mas em lugar algum perfazem mais de 8% da população. É preciso acrescentar ainda que uma grande parte, cêrca da metade, sô são estrangeiros do ponto de vista jurídico formal, pois são imigrantes portugueses que não encontram qualquer problema de assimilação, não se consideram êles próprios estrangeiros e não são considerados como tal no meio em que vivem.

Deve-se, entretanto, reconhecer que o problema do contacto de culturas não existe apenas entre os brasileiros natos e os imigrantes nascidos no estrangeiro. Devido à natureza da sociedade brasileira, tal como se apresentava até muito recentemente, e principalmente em vista do isolamento, certos grupos de imigrantes conservaram durante várias gerações suas características culturais estrangeiras; foi o caso dos alemães e italianos no extremo sul do país e, em menor escala, no Estado de São Paulo. Os descendentes de imigrantes que, apesar de brasileiros natos, se comportavam como estrangeiros no meio brasileiro, aumentavam, assim, grandemente, as colônias estrangeiras. Isto explica porque o Estado de São Paulo, que tem apenas 7% de estrangeiros, parece tão profundamente marcado pela colonização

italiana; êsse fenômeno é ainda mais acentuado no Rio Grande do Sul, em que certas zonas parecem principalmente alemãs e outras principalmente italianas, muito embora êsse Estado seja um dos que, sob o ponto de vista jurídico, contenha menos estrangeiros, apenas cêrca de 1,5%.

Imigração portuguesa e espanhola

Depois de terem sido os únicos imigrantes livres de fácil acesso ao Brasil, os portugueses foram superados em número pelos italianos, entre 1884 e 1930; nessa época não constituíam, de fato, com 1.204.000 indivíduos, senão 29% do total de imigrantes, enquanto os italianos constituíam 34%. Mas a imigração portuguesa, sobretudo depois de 1940, isenta das restrições que uma legislação ultranacionalista impôs aos imigrantes de outras nacionalidades, durante a ditadura Vargas, tornou-se novamente a mais importante; em 1954 o número de portugueses entrados no Brasil como imigrantes foi de 30.000 em um total de 72.000 e o dos italianos, que vinham em segundo lugar, foi de 13.000 apenas.

Ao contrário da imigração italiana que se aglomerou nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, a portuguesa é individual; favorecida pela comunidade de língua e de cultura, pode-se espalhar por todo o país e identificar-se quase imediatamente com a população autóctone, cujos níveis de vida e cuja cultura são os mesmos que os seus. Os portugueses são provincianos, não são estrangeiros.

Para êles não existe qualquer problema de assimilação; embora livremente aceitos, não gozam do mesmo prestígio que os italianos. Mas, pelo fato de se estabelecerem nas cidades, ocupam, também freqüentemente, desde a chegada, posições subalternas no pequeno comércio, em empregos domésticos, de jardinagem e, apesar de seu grande sucesso individual, não têm a seu crédito o grande prestígio coletivo dos italianos de São Paulo.

Se os portugueses são hoje os imigrantes preferidos do Brasil, é certamente porque êste nunca perdeu o sentimento de íntimo parentesco com Portugal, mas é também porque os imigrantes portugueses não se elevam, pelo nível de vida ou de

cultura, acima da massa das populações urbanas no meio das quais se estabelecem e porque são um dos elementos estrangeiros que não parecem destinados a ocupar rapidamente uma posição dominante.

Os espanhóis também forneceram à população brasileira um grande contingente, ocupando, durante o grande período imigratório, o terceiro lugar, depois dos italianos e dos portugueses. Conquanto sua assimilação não se processe automaticamente como a dos portugueses e a população autóctone tenha nítida consciência das suas diferenças culturais, os espanhóis não formam colônias separadas, permanentes, pois chegam individualmente e se dispersam, senão por todo o território, pelo menos por todos os centros urbanos. Entretanto suas atividades no comércio de retalho têm, às vêzes, provocado a hostilidade local da população, e a violência das atividades políticas na Espanha também tem despertado a desconfiança do Governo temeroso das atitudes ideológicas dos imigrantes daquele país.

Imigração japonesa e alemã

Outros grupos nacionais, todavia, têm provocado alguns problemas, como é o caso, de maneira diversa, dos elementos japoneses e alemães e, em certos casos, italianos, que se fixaram em algumas regiões do país em grupos compactos, formando "colônias".

A imigração japonesa é recente; não chegou em grande número, senão depois da Primeira Guerra Mundial e, apesar de ter sido estimulada pelo Governo brasileiro, no período 1935-1940, não teve tempo, antes de ser interrompida pela Segunda Guerra, de introduzir no território brasileiro mais de 200.000 indivíduos que ainda não conseguiram multiplicar-se muito. Esses japoneses, que se estabeleceram no interior longínquo, sobretudo no Estado de São Paulo, para se dedicarem à agricultura, têm oferecido certa resistência à assimilação. Durante a Segunda Guerra Mundial a existência de colônias japonesas provocou inquietações, provavelmente exageradas, pois além de pouco numerosas, estavam muito isoladas no interior do Brasil; além disso, sua resistência à assimilação pode ser explicada pela natureza recente da imigração, mais do que por vontade de resistir. Os japoneses

constituem um dos raros grupos étnicos com os quais a população brasileira, cuja ausência de preconceitos raciais tem sido tão freqüentemente notada, não se consegue unir, sem que seja possível discernir claramente se a resistência procede dos japoneses ou dos brasileiros.

Conquanto tenha sido restabelecida nestes últimos anos, essa imigração não parece mais destinada a desempenhar um grande papel (os japoneses entrados em 1954, em número de 3.119, são o quarto grupo nacional em ordem de importância). Do ponto de vista econômico é uma perda lamentável, porque os japoneses, tendo em vista o baixo nível de vida a que estão acostumados, poderiam facilmente adaptar-se às condições de vida brasileiras e trazer para o país técnicas particularmente valiosas: a agricultura japonesa é muito admirada pelos brasileiros, assim como a eficácia da sua vida comunitária.

A imigração alemã produziu efeitos bem mais importantes, apesar de não figurar, na história brasileira, senão em quinto lugar, de não ter constituído, no grande período 1884-1930, mais de 4% do total e de não ter contribuído com mais de 170.000 pessoas. Mas a importância dos contingentes alemães na população do Brasil reside na existência de uma imigração muito antiga, chegada ao tempo do Império, na primeira metade do século XIX e cujos descendentes tiveram tempo de se multiplicar.

Os indivíduos de nacionalidade alemã são hoje relativamente pouco numerosos no Brasil: são unicamente aqueles que chegaram depois da Primeira Guerra Mundial, e os que continuam a chegar apenas em número de 1.000 por ano. São quase tão numerosos quanto os gregos e os sírio-libaneses. Não é entre esses estrangeiros, mas entre os brasileiros natos, cujos antepassados há muitas gerações têm nascido no país, que se devem procurar as massas alemãs do Brasil. Em 1940 existia uma colônia alemã, cuja importância se pode avaliar — provavelmente mais de quinhentas ou seiscentas mil pessoas — que conservara a língua e os costumes alemães e vivia isolada do resto da população brasileira. Descendentes de camponeses estabelecidos há um século no Brasil, os teuto-brasileiros, até muito recentemente, formaram uma colônia grandemente homogênea, não só porque se concentrava no extremo sul do Brasil, em certas zonas do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina, como porque dificilmente podia manter contactos com os grandes centros da vida brasileira.

No Rio Grande do Sul mais ainda do que em Santa Catarina, havia algumas vilas em que se podia passar temporadas sem se encontrar uma única pessoa que falasse português, sem se observar um traço de cultura que não fôsse alemão.

As colônias alemãs do Brasil não eram, portanto, formadas por alemães constantes das estatísticas; os alemães que figuravam como estrangeiros, e que chegados entre 1920 e 1940 conservavam a nacionalidade alemã, se haviam estabelecido, geralmente, nas cidades, sobretudo nos grandes Estados industriais, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Por mais que desejassem permanecer alemães, com o tempo não podiam evitar uma certa assimilação, principalmente a dos filhos. Mesmo quando formavam uma colônia alemã, era ela de caráter temporário, e só dificilmente poderia perpetuar-se.

Os camponeses do extremo sul, ao contrário, isolados e imobilizados em vilas puramente alemãs, não podiam deixar de perpetuar a cultura alemã enquanto permanecessem naquele *habitat* em que não existiam luso-brasileiros.

Do ponto de vista econômico, a imigração alemã satisfizes plenamente o Brasil e a ela se devem, em grande parte, os progressos dos Estados do extremo sul. Mas êsse próprio sucesso não poderia deixar de suscitar grande reação contra a mesma. A imigração alemã, provinda de um país de nível cultural e de vida mais altos, que os do Brasil, a menos que fracasse, está fadada a ocupar uma posição dominante e, nesse caso, as relações que se estabelecem entre os imigrantes e os autóctones mais humildes são as difíceis relações de colonizadores e colonos.

As vésperas da Segunda Guerra Mundial e no seu decurso, o Governo brasileiro preocupou-se com a permanência das colônias alemãs; entretanto, elas não parecem ter constituído uma séria ameaça para o país; os camponeses alemães, instalados há tanto tempo no Brasil, haviam conservado a cultura de origem mas estavam muito satisfeitos com a sua situação. Só a conjuntura internacional poderia fazer surgir o perigo de um ponto de apoio à ação de uma Alemanha todo-poderosa.

Durante a guerra o Governo brasileiro tentou precipitar a assimilação das colônias alemãs do sul e, principalmente, impor à força o emprêgo da língua portuguesa. É difícil saber se essa política de assimilação forçada teve resultados duradouros; o que

é certo é que os núcleos de população alemã integram-se hoje rapidamente na sociedade brasileira, mas é muito provável que essa integração decorra muito mais do desenvolvimento do extremo sul e da quebra do isolamento do que das medidas de fôrça.

Há trinta ou quarenta anos, as massas alemãs do Rio Grande do Sul eram muito mais adiantadas culturalmente do que os camponeses luso-brasileiros que as cercavam; eram-lhes superiores na instruções, nos níveis e modos de vida e resistiam a uma assimilação que equivaleria a um retrocesso. Hoje o Sul do Brasil tem, em muitos lugares índices de alfabetização e de mortalidade muito próximos dos que prevalecem na Europa; os níveis de vida são igualmente elevados, tendo sido preenchida a distância entre as duas culturas. Os alemães se assimilam porque o país se desenvolveu e porque não podem deixar de se misturar à população luso-brasileira se quiserem participar da prosperidade nacional.

Uma população majoritária não pode assimilar as minorias sem com elas manter numerosos contactos e sem que lhes possa oferecer uma cultura igualmente evoluída. O que faz dos E.U.A. um *melting-pot* em que tôdas as etnias rapidamente se fundiram, é que, além do meio ser mais favorável do que aquêle de onde provinha a maioria dos imigrantes, era muito grande a mobilidade da sociedade americana; para que a mistura se faça nesse *melting-pot* é necessário, entretanto, que o conteúdo seja vigorosamente trabalho. É o que começa a ocorrer no Brasil e, nessas condições, parece-nos que a imigração alemã só pode oferecer vantagens.

Imigração Italiana

O que nos faz duvidar que a formação das colônias alemãs no sul do Brasil seja devida aos traços particulares da etnia alemã, que a tornariam inassimilável a uma população luso-brasileira muito diferente, é que, na mesma região e nas mesmas condições, uma imigração italiana, que em outras regiões se assimilou muito rápida e completamente, acabou, ela também, por formar núcleos italianos resistentes.

No período da grande imigração, de 1884 a 1930, os imigrantes mais numerosos eram os italianos, que vieram em número de cerca de 1.400.000, ou seja, 34% do total. Depois da Segunda Guerra Mundial, embora os italianos constituam, depois dos portugueses, o grupo imigrante mais importante, não chegaram mais de 75.000. Esses imigrantes italianos formaram duas correntes, muito desiguais em importância, a maior das quais se fixou no Estado de São Paulo e a menor, no Estado do Rio Grande do Sul, na vizinhança das colônias alemãs, com as quais os italianos não se confundiram.

Mas não foram trabalhadores agrícolas recrutados pelos grandes proprietários, que se estabeleceram nessa zona temperada do extremo sul, e sim, como os alemães, lavradores independentes que se ocupam, em pequenas plantações familiares de sua propriedade, com várias culturas, principalmente a da uva. Nas vizinhanças das vilas alemãs há vilas italianas que, como as primeiras, são habitadas por camponeses. Essas vilas conservaram sua língua e seus costumes estrangeiros e lá também os descendentes de imigrantes, nascidos no Brasil, conservam quase intacta a cultura nacional.

É verdade que o isolamento dessas vilas italianas não foi tão completo quanto o dos alemães: o parentesco da língua e talvez também outras afinidades facilitavam os contactos; mas, se as colônias italianas se mantiveram menos absolutamente afastadas do Brasil do que as alemãs, permaneceram até à Segunda Guerra Mundial tão italianas quanto as outras eram alemãs e a propaganda fascista nelas era feita tão eficazmente, quanto, nas outras, a da Alemanha nacional-socialista.

Essas colônias italianas, bem mais numerosas do que as alemãs, não provocaram, entretanto, as mesmas reações, nem suscitaram as mesmas inquietações. Isto talvez se explique pelo fato de que a metrópole italiana não parecia capaz de exercer sobre os seus antigos cidadãos a mesma atração e que os núcleos de população italiana, mesmo quando conservavam as características culturais originais, pareciam menos estranhos à cultura brasileira. Mas é sobretudo porque no Estado de São Paulo existia um outro centro de imigração italiana muito maior do que o do Rio Grande do Sul. No Estado de São Paulo, o estabelecimento dos italianos fêz-se de modo muito diferente. A princípio, não eram pequenos proprietários mas imigrantes miseráveis que os grandes fazendeiros de café iam recrutar na

Itália, a partir de 1884, para substituir a mão-de-obra africana que estava prestes a desaparecer com a abolição da escravatura. Esses imigrantes, aceitando tarefas que antigos escravos se recusavam a executar, eram introduzidos no meio brasileiro, em fazendas nas quais não constituíam a única mão-de-obra; chegavam a uma região próspera, no próprio centro da atividade do Brasil, onde não havia porque temer o isolamento.

Mesmo se conseguissem formar uma colônia italiana, nela não se podiam fixar. No extremo sul, os camponeses alemães ou italianos estavam ligados à terra, para a qual os atraía a vizinhança dos seus compatriotas, porque ela lhes pertencia: no Estado de São Paulo, para melhorar a sua situação, os imigrantes tinham que deixar a terra em que substituíam os escravos, mudar de patrões e, muitas vezes, de *habitat* e de profissão.

Se, depois de conquistar conhecimentos e recursos necessários, queriam tornar-se agricultores independentes, tinham que procurar zonas mais afastadas em que não predominava a grande propriedade e não eram os únicos a procurá-las. Se êles próprios ou os seus filhos queriam aproveitar as oportunidades de ascensão que lhes oferecia a concentração da indústria no Estado de São Paulo, tinham que se mudar para a cidade; num ou noutro caso, não podiam reconstituir grupos italianos homogêneos e isolados. É possível que os italianos tivessem mais vontade de se assimilar do que os alemães e que a sua cultura lhes facilitasse a assimilação, mas a verdade é que eram forçados, pela própria natureza da sociedade, a assimilar-se, quer o quisessem, quer não.

O Brasil foi, pois, levado pelas circunstâncias a exagerar as diferenças entre as duas correntes de imigração. Como a população do Estado de São Paulo é mais numerosa, mais próspera e sobretudo mais conhecida do que a do Rio Grande do Sul, é sob os traços da primeira que o brasileiro vê a imigração italiana. A imagem dominante do imigrante alemão é a das colônias isoladas dos camponeses do Rio Grande ou de Santa Catarina. Julgam-se, portanto, os italianos pelos que se assimilaram, e os alemães, pelos que não se assimilaram: a conclusão evidente, parece ser, pois, que os primeiros são assimiláveis e os segundos, não.

Do ponto de vista econômico, os brasileiros julgam tão favoravelmente os imigrantes italianos quanto os alemães; êstes últimos, porém, parecem-lhes menos desejáveis por não acreditarem que o seu país seja capaz de os assimilar. Esquecem, entre-

tanto que, se as duas categorias de imigrantes têm realmente atitudes diferentes quanto à assimilação ao meio brasileiro, êste também tem poderes de assimilação diferentes no Estado de São Paulo e no Rio Grande.

Interrupção da imigração e os obstáculos ao seu restabelecimento

A partir de 1930 o papel da imigração no povoamento do Brasil tem sido insignificante, não sòmente porque a crise econômica, que no Brasil foi particularmente grave, interrompeu a entrada de imigrantes, como também porque as restrições sistemáticas, impostas pela legislação, impedia-lhes o estabelecimento no país. Só os portugueses, que não eram considerados pròpriamente estrangeiros, puderam continuar a emigrar em massa no período de 1930 a 1940.

Vários são os motivos que explicam essa interrupção, embora não a justifiquem. Um dêles, totalmente independente da vontade do Govêrno brasileiro, deriva do nacionalismo italiano, no período fascista. Sendo os italianos os imigrantes que melhor se adaptaram às condições sociais brasileiras, estavam sòlidamente estabelecidos no país, facilitando, assim, a instalação dos recém-chegados. Os primeiros imigrantes italianos haviam sido, na verdade, um pouco explorados nas fazendas de café onde substituíam os escravos, mas como não tardaram a subir na escala social, a imigração italiana constituiu um benefício, tanto para o Brasil, para cujo desenvolvimento muito contribuiu, como para a Itália, cuja pressão demográfica aliviava, mas, sobretudo para os próprios imigrantes que, ao fim de alguns anos, se encontravam em condições de vida muito superiores às que haviam deixado, pelo menos na Itália do sul. A sêde de poder do regime fascista interrompeu êsse movimento migratório e o Brasil não soube e nem quis restabelecê-lo depois da queda do fascismo e do fim da crise econômica.

Por maiores que fôssem as vantagens econômicas da imigração européia e, sobretudo, da italiana, sérios obstáculos sociais impediam o restabelecimento das correntes migratórias para o Brasil, depois de 1930.

De fato, apesar de uma densidade de povoamento extremamente baixa e de um desenvolvimento econômico muito rápido, o Brasil tem grandes excedentes de mão-de-obra não qualificada. Nas zonas prósperas é freqüente a falta de mão-de-obra, mas em compensação, em outras regiões do país existem massas numerosas desempregadas ou mal empregadas. É o caso não só do Nordeste, como também das zonas rurais vizinhas dos centros de atividade industrial dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e até mesmo de São Paulo. O subemprego acompanha o subdesenvolvimento.

A mão-de-obra não qualificada não é absolutamente deficiente em número; é mal repartida e, às vêzes, de pouco rendimento. Os imigrantes estrangeiros, a menos que possuam técnicas especiais, esbarram por tôda parte com a concorrência dos brasileiros que poderiam, e freqüentemente desejariam, emigrar para as zonas mais prósperas do país.

Na agricultura, propriedades mal exploradas esperam, para se renovarem por métodos de cultura de maior rendimento, a redistribuição de centenas de camponeses que vegetam, trabalhando alguns dias por mês, mas hesitam em abandonar uma terra a que se apegaram por múltiplos laços. Mesmo numa cidade como o Rio de Janeiro, assim como nos países superpovoados do Oriente, grandes massas de indivíduos obtêm rendas precárias de trabalhos intermitentes, lotam os empregos domésticos ou chegam mesmo a viver em quase completa ociosidade. Todos se contentam com níveis de vida do tipo oriental que nenhum imigrante europeu tolera por muito tempo.

Nessas condições, caso se trate da mão-de-obra não qualificada de que necessita a agricultura do Estado de São Paulo e de que as emprêsas industriais do Sul também se utilizam, mais do que o fazem as européias, parece mais indicado recorrer aos excedentes da população rural brasileira do que aos imigrantes estrangeiros.

Conclui-se então que a função da imigração européia não é outra senão fornecer técnicos e operários especializados, lavradores independentes e dirigentes de exploração agrícola. Em todo caso, o imigrante europeu útil não se vem colocar no primeiro degrau da escada social para exercer trabalhos desprezados pelo autóctone; mesmo que o imigrante aceite, para se poder estabelecer no Brasil, uma concorrência com a mão-de-obra na-

cional não especializada, é com o intuito de ascensão social rápida; quando não consegue subir, tem que regressar, o que explica porque é tão elevado o número de retornos.

Em um país desenvolvido, com deficiência de quadros experientados e de capitais, mas com mão-de-obra suficiente, o imigrante que queira preencher êsses quadros e integrar-se na camada superior da população, chega mais como um senhor do que como um servidor. Por mais desejável que seja sua presença para acelerar a produtividade do país, torna-se dificilmente tolerável pelas massas que começam a reivindicar igualdade e, politicamente, é difícil admitir em grande número êsses imigrantes invejados, pois o Governo tem que levar em conta a opinião popular.

Os únicos imigrantes que as necessidades psicológicas permitiram aceitar são os que tolerassem condições e modos de vida semelhantes aos das massas rurais atrasadas; e êsses não seriam os mais úteis ao país. Para o afastamento de uma imigração de qualidade, as classes médias, que temem a concorrência dos imigrantes nas profissões liberais, no comércio e na indústria, concordam com o povo que já não quer ceder a melhor parte aos estrangeiros e mesmo que se dispusesse a receber um grande número de técnicos estrangeiros, não seria fácil encontrá-los, pois êles são raros em todo o mundo. A manutenção das correntes migratórias, por mais necessárias que elas sejam, já não é, pois, compatível com a evolução das instituições políticas.

Enquanto o Brasil foi totalmente dirigido pela aristocracia rural, esta não hesitou em se valer dos imigrantes estrangeiros que lhe proporcionavam mão-de-obra tècnica superior. A imigração, além de lhe servir os interêsses, era grandemente vantajosa para o país cujo desenvolvimento acelerava. Ninguém hoje contestará que a vinda dos italianos foi um benefício para a população e que, pelo fato de os terem acolhido, os habitantes de São Paulo não estão em piores condições que os do Ceará, que não recebeu imigrantes.

Os grandes proprietários ou os intelectuais não encontravam motivo para fazer restrições aos imigrantes estrangeiros que lhes vinham servir; como os imigrantes estavam muito abaixo dêles na escala social, os dirigentes do Brasil não percebiam quão rapidamente êles conseguiam elevar-se muito acima da massa da população.

Ora, depois de 1930, sem perder de todo a influência, a aristocracia rural perdeu o contróle exclusivo do país. A crise econômica veio acompanhada de uma revolução política que constituiu o ponto de partida de uma evolução social. Embora, mais tarde, essa revolução tenha conduzido ao estabelecimento de um longo período de regime autoritário, foi, a princípio, de inspiração democrática. Como não podia, nem queria, dar liberdade de palavra às massas totalmente desprovidas de educação política, a ditadura esforçou-se por lhes oferecer compensações, valendo-se de uma ideologia democrática e de medidas demagógicas.

Subdesenvolvimento e imigração estrangeira

Na conjuntura sócio-política contemporânea, a imigração estrangeira em nada pode contribuir para os países subdesenvolvidos, mesmo que êstes sejam, também, insuficientemente povoados, porque a entrada de imigrantes provenientes de países igualmente subdesenvolvidos é inútil, e a de imigrantes provenientes de países mais desenvolvidos esbarra com a hostilidade da opinião pública e dos poderes públicos.

Em uma fase de evolução política paralela ao subdesenvolvimento e mais ainda à desigualdade do desenvolvimento, os que detiveram o poder, quer pela força, quer através de eleições, exercem êsse poder sem auscultar uma opinião pública que ainda não está bem formada. Precisam, entretanto, justificar êsse poder com o objetivo de reforma social e vêem-se levados, senão a operar essas reformas sociais, pelo menos a criar o estado de espírito que as tornará inevitáveis.

A fim de criar uma opinião pública que os mantenha no poder, os regimes dessa fase de transição fazem apêlo às paixões, mais do que à consciência política. Assim agindo, preparam a formação de uma opinião pública, mas também deformam essa opinião porque, para despertá-la, têm que recorrer a motivos sentimentais. Êsses regimes, que os brasileiros qualificam hoje de *populistas*, são, não os autores, mas os arautos da mudança; são demagógicos mais do que democráticos; raramente podem criar, mas, destruindo, obrigam a reconstruir; seu maior perigo é que, apelando para o sentimento mais do que para a razão, ameaçam afastar a opinião pública das medidas necessárias à reconstrução.

Os sentimentos mais facilmente despertados e os menos susceptíveis de provocar uma exigência de prestação de contas aos dirigentes são os do nacionalismo; as aspirações democráticas que começam a despertar derivam-se para o exterior e o advento de uma verdadeira democracia interna fica, assim, adiado por algum tempo.

Em um país pobre, onde os imigrantes de países mais evoluídos adquirem inevitavelmente certa posição de colonizadores, é contra êsses imigrantes que a princípio se volta o nacionalismo. Desde a revolução de 1930 o Brasil entrou em uma era nacionalista e populista; o movimento, intensamente acelerado pela ditadura do Presidente Vargas, não pôde ser completamente interrompido pela queda dessa ditadura. O nacionalismo acarreta, inevitavelmente, um certo grau de xenofobia, até então estranho à aristocracia financeira que dirigira o país antes de 1930.

Em 1934, o regime, já ditatorial, do Presidente Vargas, adotou uma legislação destinada a organizar cientificamente a imigração, mas que acabou, enquanto estêve em vigor, por torná-la quase impossível. Foram adotadas medidas de restrição que, sem dúvida, correspondiam ao sentimento popular, mas cuja orientação, tratando-se do Brasil, pode parecer estranha, pois, em condições inteiramente diferentes, seguia os moldes adotados nos E.U.A. para restringir a imigração depois da Primeira Guerra Mundial.

A legislação brasileira de 1934 inspirava-se no mesmo princípio de preservação da composição étnica da população que o triunfo provisório do mito nórdico e o receio das raças inferiores levaram os E.U.A. a adotar. As diversas nacionalidades foram atribuídas quotas que as autorizavam a introduzir todos os anos 2% do total de imigrantes que haviam enviado ao Brasil no período de 1884 a 1933. Mas, durante a ditadura, a legislação foi constantemente alterada, as quotas suspensas e, sobretudo em 1938, com a introdução de uma exigência que estipulava a proporção de 25% de agricultores em cada quota, ficou praticamente paralisada qualquer imigração que se oferecesse. Em consequência, o Brasil não pôde tirar proveito da oportunidade excepcional de acolher técnicos preciosos que se ofereciam em virtude da perseguição alemã.

Depois da queda da ditadura, entretanto, a situação mudou consideravelmente. O Conselho de Imigração e Colonização, encarregado de orientar a imigração, foi instituído pela Consti-

tuição de 1946, baseado em princípios muito mais flexíveis. Entretanto, o princípio da livre imigração não foi restaurado e a mudança de orientação política de imigração tem sido relativamente lenta. Não foi senão por volta de 1949, que o número de imigrantes se tornou mais significativo, tendo chegado em 1952 a mais de 88.000, decrescendo, em 1955, para cerca de 55.000. Também nessa época o Brasil perdeu a oportunidade de selecionar entre os deslocados os melhores elementos. Quando começou a recebê-los (13.000 em 1949, 18.000 em 1950) já outros países haviam feito sua escolha nos campos de refugiados.

De fato, a estrutura social do país — com as suas regiões muito desigualmente desenvolvidas e grandes diferenças de níveis de vida entre as diversas classes da população — acarreta duas tendências irreconciliáveis em matéria de imigração estrangeira. O sentido do interesse nacional e a vontade de acelerar a evolução do país fazem desejar a vinda de imigrantes de um nível de cultura e um nível de vida tão altos quanto possível, que os grupos mais prósperos e evoluídos do país estão prontos a receber; por outro lado, o amor-próprio individual dos grupos mais pobres da população, que começam a exercer influência, pelo menos indireta, na vida política, não lhes permite aceitar imigrantes que aqui viriam colocar-se muito acima deles na sociedade. Seria então necessário encontrar imigrantes do tipo ocidental mais evoluído que aceitassem substituir uma população rural, cujos níveis de vida e de cultura se assemelham aos do Oriente, nas atividades agrícolas que ela não quer mais exercer. Como não se quer aceitar refugiados políticos, em virtude das suas ideologias, mas somente imigrantes volutários, o problema não tem solução.

Por maiores que sejam, porém, as vantagens econômicas de uma numerosa imigração para o Brasil, as resistências que ela encontraria e os problemas sociais que a sua presença poderia criar, provavelmente não a tornariam desejável.

Nessas condições, não há possibilidade de outro tipo de imigração além de lavradores com capitais, ou de técnicos especialmente necessários ao país, que, em virtude do seu pequeno número, podem passar despercebidos. E, mesmo assim, é possível que o rápido desenvolvimento de uma classe média numerosa, a cujos desejos o Governo é especialmente sensível, venha restringir a aceitação desses técnicos aos setores da população em que a falta de nacionais credenciados seja indiscutível.

Migrações regionais no interior do Brasil

Sendo a imigração estrangeira, hoje em dia, de muito pouca importância no Brasil, é exclusivamente da fecundidade da população que depende o povoamento de um dos mais vastos e mais despovoados países do mundo; e é graças ao fluxo dos habitantes do interior para as cidades que se pode fazer face às necessidades de mão-de-obra das regiões do país que se desenvolvem mais rapidamente e que não são aquelas da população mais densa, nem de taxa de crescimento natural mais elevado. Daí a importância que têm hoje, no Brasil, as migrações internas.

A população do Brasil multiplica-se bastante rapidamente, apenas pela alta fecundidade, para satisfazer às necessidades do desenvolvimento econômico, mas o país é imenso e o seu desenvolvimento processa-se em centros muito localizados; em consequência, quando a população se multiplica, nem sempre o faz onde pode ser empregada. Para que se possam utilizar os excedentes de nascimentos, é preciso que a população tenha bastante mobilidade para satisfazer às necessidades onde estas se manifestam. O Brasil nunca teve essa mobilidade: em período bastante recente, em que a sua fecundidade era, entretanto, tão alta quanto a de hoje, teve que recorrer a imigrantes europeus para suprir os claros do Estado de São Paulo, pois era menos difícil deslocar o estrangeiro do que o homem do interior. Foi só depois da Primeira Guerra Mundial que a população do Brasil se pôs em movimento, movimento esse que, depois da Segunda Guerra, aumentou de tal maneira que chegou a causar inquietações.

A população rural, que no Brasil é grandemente majoritária, não tem, entretanto, a mobilidade de uma população de país novo. O brasileiro é geralmente muito apegado à comunidade em que nasceu e não há lugar no mundo em que os grupos primários tenham tanta vitalidade quanto no interior do Brasil. Os brasileiros, geralmente, resistiram às mudanças que as transformações frequentes de atividades econômicas teriam exigido; essa grande resistência era motivada pelo fato de que tais movimentos se processavam em um território imenso e que lhes teria sido preciso transportarem-se para distâncias enormes, e viver em outros climas.

Até hoje o povoamento do Brasil não se adaptou completamente às transformações econômicas e traz ainda a marca de uma história há muito tempo superada. Ao longo da costa brasileira, a população, que ainda não se afastou muito do mar, agrupa-se

em tórno de dois grandes centros de povoamento que apresentam características bem diferentes, dos quais um, constitui um centro de emigração e o outro, um centro de imigração.

Durante o período colonial, o mais antigo centro de povoamento brasileiro foi constituído na era da cultura da cana-de-açúcar. Estabeleceu-se no Nordeste, a parte do país mais próxima da Europa, e cuja zona costeira se prestava muito a essa cultura. No século XVIII, chegava quase ao fim o ciclo da cana-de-açúcar e, apesar dos ciclos do ouro e das minas terem atraído para muito mais longe, em direção ao oeste e ao sul, os mais aventureiros, o centro de população do Nordeste, que perdera sua razão de ser, continuou a desenvolver-se por crescimento natural.

Situam-se, no Nordeste, nove Estados com cêrca de 20 milhões de habitantes, nenhum dos quais se tornou até hoje muito próspero: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, na divisão regional que os brasileiros denominam de Nordeste, mais os dois Estados vizinhos da Bahia e Sergipe, que o Brasil classifica na subdivisão Leste do país, mas que apresentam características demográficas muito semelhantes.

É sobretudo nesses Estados que persiste o velho Brasil colonial e em que se encontram excedentes de mão-de-obra difficilmente utilizáveis no lugar; essa é uma região do Nordeste superpovoada e, sob tal aspecto, é um tipo de povoamento mais semelhante ao da América Central do que ao da América do Sul. Pode parecer exagêro falar-se de superpovoamento, quando a densidade do conjunto dos Estados do Nordeste é de apenas 13 habitantes por quilômetro quadrado, mas essa zona, como aliás a maior parte do Estado da Bahia, é a zona das sêcas periódicas e no sertão sêco só consegue viver, em condições de grande insegurança, uma população muito esparsa.

As zonas verdadeiramente povoadas do Nordeste são as zonas irrigadas da costa, que, por tradição, são chamadas de zona da mata: aí a população atinge concentrações muito altas. No Estado de Pernambuco, por exemplo, ao passo que o vasto sertão tem 7 habitantes por quilômetro quadrado, a zona da mata tem 105. Essa densidade seria aceitável, conquanto já alta, em um país industrial plenamente desenvolvido, mas é excessiva para uma região agrícola.

O segundo centro de povoamento tem características bem diferentes; é constituído pelos Estados do Sul — São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul — mais dois Estados

limitrófos do Leste — Minas Gerais e Rio de Janeiro. Essa região tem cerca de 35 milhões de habitantes, mas é a zona de crescimento econômico e, em relação ao Nordeste, constitui uma zona de rarefação demográfica que atrai os migrantes. De um lado, é, de fato, a zona em seu conjunto e não apenas a parte costeira, que se presta à agricultura, (com exceção de parte de Minas Gerais) e, de outro lado, o território desses seis Estados abrange, aproximadamente, 1.500.000 quilômetros quadrados. A sua densidade não é, pois, superior a 23 habitantes por quilômetro quadrado, bem modesta para uma região que, hoje, já está grandemente industrializada e em processo de rápido desenvolvimento.

Deve-se acrescentar, entretanto, que essa zona não é nada homogênea e que o desenvolvimento econômico nela se processa em pontos determinados, numerosos no Estado de São Paulo, mais raros nos de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Existem, pois, no interior da zona mais próspera do Brasil, grandes desequilíbrios demográficos entre os centros de crescimento econômico e os das regiões rurais decadentes.

Migrações do Nordeste para o Sul

Em consequência do desacôrdo que subsiste entre a estrutura demográfica do Brasil e sua estrutura econômica, são necessários os deslocamentos de população e êstes se fazem em duas correntes principais, cuja intensidade é uma prova da atividade do país.

Uma dessas correntes estabeleceu-se entre a zona de altas concentrações demográficas do Nordeste e a zona de rarefação constituída pelo Sul próspero, sobretudo pelo Estado de São Paulo. Quando cessou a imigração estrangeira que se dirigia, em sua quase totalidade, para o Estado de São Paulo e regiões vizinhas, foi às migrações internas que recorreu o Sul do Brasil. O Nordeste é hoje um centro de emigração intensa, não o bastante, entretanto, para lhe diminuir a população, pois a fecundidade é lá tão grande que a pressão se renova constantemente e está sempre superpovoado. Em seu conjunto, apesar da emigração, o Nordeste tem uma taxa de crescimento anual igual ou superior à taxa média do Brasil: 2,4% em todo

o Brasil, 2,6 no Ceará e 2,4 em Pernambuco. A mobilidade da população brasileira já é bastante grande para que, em 1950, mais de 10% de brasileiros fôsseem recenseados fora dos Estados em que nasceram; em 1940, essa proporção era de apenas 8,5%. Naturalmente, nos Estados de emigração a proporção dos que nasceram fora do Estado é muito pequena, apenas 4% no Ceará e 6% em Pernambuco; nos Estados de imigração atinge cifras extremamente altas, 43% no Distrito Federal, 32,4 no Paraná e 12,6 em São Paulo. Cêrca de dois milhões, aproximadamente 10% do total dos que nasceram nos Estados da zona sêca do Nordeste e da Bahia, tiveram que emigrar, em geral para o Sul.

Em conseqüência dessa poderosa migração que se acelerou rãpidamente entre 1930 e 1950, o centro do Brasil transfere-se para o Sul. Transfere-se, também, um pouco, para o Oeste, com o desenvolvimento de territórios ainda quase totalmente virgens.

Essas migrações para o Oeste, porém, não são ainda muito numerosas. De fato, conquanto os Estados do Oeste constituam, com mais de 1.800.000 quilômetros quadrados, povoados com 2.000.000 de habitantes, uma zona de rarefação demogrãfica em relaçaõ ao conjunto da regiãõ costeira, ainda não se formou uma corrente de migração muito volumosa nessa direçaõ. O desenvolvimento processa-se nas grandes propriedades, sobretudo de criaçaõ, que não têm necessidade de mão-de-obra muito numerosa. De sua origem colonial, o povoamento do Brasil conserva ainda um carãter marítimo muito acentuado e o interior do país é vazio.

Os Estados litorãneos têm densidades relativamente altas: 55 no Estado do Rio de Janeiro, mais de 100, em certas zonas costeiras do Nordeste; os quatro grandes Estados do Centro-Oeste e da Amazõnia, Mato Grosso, Goiãs, Amazonas e Pará, e os Territõrios Federais dêles desmembrados, tinham, em 1954, 5 milhões e meio de quilômetros quadrados e apenas 4.128.000 habitantes.

A partir de 1940 o Govêrno propôs-se acelerar a marcha para o Oeste e o Norte e em parte o conseguiu, pois, entre 1940 e 1950, a populaçaõ do Centro-Oeste passou de 1.280.000 para 2.061.000 e a do Norte de 1.510.000 para 2.067.000. São percentagens de aumento, entre os dois últimos recenseamentos, que se podem registrar com satisfaçaõ (50% no Estado de Goiãs onde se concentraram os maiores esforços) mas, em

1955, a densidade desse Estado não era ainda senão pouco superior a 2 habitantes por quilômetro quadrado. Fala-se, há muito tempo, para estimular esse movimento, em transportar a Capital Federal para o Estado de Goiás; essa transferência está em via de realização, pois em Brasília, a nova Capital, já começam a erguer-se os primeiros edifícios.

É, pois, provável que tenha soado a hora do desenvolvimento do Oeste. Até o presente, o desenvolvimento do Brasil concentrara-se nos quatro Estados do Sul — São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — e em uma parte dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Essa zona vai estender-se em direção ao Oeste e tudo indica que, do ponto de vista político, a mudança da Capital constituirá um benefício, pois deterá a centralização excessiva que se verifica no Rio de Janeiro.

Do ponto de vista econômico e social, é de se esperar que esse desenvolvimento não venha exagerar a dispersão da população e agravar o problema dos transportes; é de se esperar, sobretudo, que o desenvolvimento das novas zonas do Oeste não prejudique os esforços de desenvolvimento das zonas grandemente povoadas do Nordeste.

Migrações do campo para a cidade

Um segundo movimento de migrações internas, muito mais importante do que o primeiro, diz respeito aos deslocamentos entre áreas vizinhas. Em todo o Brasil os excedentes da população rural dirigem-se para as cidades, sendo esse movimento especialmente acentuado no Sul.

A população do Brasil ainda tem um caráter rural muito pronunciado; o recenseamento de 1950, que utilizou critérios mais precisos que os precedentes, fornece uma percentagem rural de 63,84%. A isso deve-se acrescentar que as estatísticas brasileiras não contrapõem duas categorias de população — rural e urbana — mas introduzem uma terceira — sub-urbana — que muitas vezes apresenta características muito semelhantes às da população rural. A percentagem das populações verdadeiramente urbanas sobe muito rapidamente, mas, em 1950, era ainda de 24,95%.

Essa percentagem, para um país nôvo, seria fraca; a Argentina e o Uruguai já possuem uma maioria urbana; entretanto o Brasil é muito mais industrializado do que esses dois países. Mas o Brasil, ao contrário da República Argentina e do Uruguai, não é simplesmente um país nôvo.

A urbanização do Brasil tende a afetuar-se nas grandes cidades; em 1950 a metade da população urbana concentrava-se nas 14 maiores cidades, e as duas capitais do Brasil, Rio de Janeiro, capital política e São Paulo, capital econômica, que tinham em 1950, respectivamente, 2.336.000 e 2.042.000 habitantes, parece terem, ambas, atingido em 1956 três milhões de habitantes, um ritmo de crescimento sem paralelo.

A velocidade dessas migrações, tanto as do campo para as cidades, como as do Nordeste para o Sul, não deixa de causar temores ao Governo brasileiro que, às vezes, procura dificultá-las. Uma e outra criam, de fato, sérios problemas sociais e não se processam sem grandes sofrimentos pessoais.

São sobretudo os movimentos da população rural para a cidade que, devido à sua intensidade, causam preocupações e foram eles, provavelmente, que contribuíram para inspirar a inútil política de imigração estrangeira, destinada a favorecer uma imigração rural. O Brasil, que ainda não tem 25% de habitantes urbanos, já fala em despovoamento do campo e de retorno à terra.

Não é o número de agricultores, entretanto, que é muito pequeno; a maioria dos caboclos é ainda subempregada e procura as cidades em busca de trabalho.

É preciso, evidentemente, que não se sacrifique o desenvolvimento da agricultura pelo da indústria, como muitos países o fizeram. Mas não é de braços que tem necessidade a agricultura brasileira, e sim de técnicos e de capitais. Para compensar a partida dos que se vão estabelecer nas cidades não se trata de multiplicar o número dos que ficam, mas antes de os instruir e de lhes proporcionar máquinas, transportes e serviços públicos; o Brasil não precisa de mais trabalhadores agrícolas, precisa de outros trabalhadores agrícolas, menos numerosos e mais ricos e instruídos.

Muito embora essas migrações sejam indispensáveis e decorram do próprio desenvolvimento da economia brasileira,

acontece, às vezes, que uma vez iniciado o movimento, a migração para as cidades prossegue muito rapidamente e que os imigrantes precedem nessas cidades o desenvolvimento das atividades secundárias ou terciárias. A vida urbana exerce no Brasil uma atração ainda mais forte do que nos países plenamente desenvolvidos; entre as cidades brasileiras, que são mais modernas do que as européias, e a zona rural, totalmente desprovida de meios de comunicação e de serviços públicos, a distância é imensa. Não é unicamente a distância social que separa a cidade do campo, é a que separa o século XVIII do XX.

Devido a essa atração urbana, o êxodo prematuro para as cidades, sobretudo para as grandes cidades, é muito facilitado no Brasil, mesmo com a falta de empregos, em virtude da pouca exigência da população rural em matéria de condições de vida; os párias da cidade, aos olhos dos rurícolas, chegam a parecer privilegiados. Os costumes e o clima permitem-lhes resolver, sem grandes despesas, o problema da moradia, se bem que o resolvam mal com a construção de casebres de taipa em terrenos baldios, cujos proprietários geralmente não se opõem à ocupação temporária gratuita. Certas grandes cidades, sobretudo o Rio de Janeiro, são, assim, infestadas de taperas que se espalham pelos morros, as favelas, nas quais vegeta uma plebe que faz mais questão de morar na cidade do que verdadeiramente de trabalhar. Em vão multiplicam-se as moradias para sanear a zona; as favelas se amontoam mais depressa do que se esvaziam e é bastante desguarnecer um terreno para que nêle logo surjam novas favelas.

Mas, por maiores que sejam os distúrbios que essas migrações causam, tanto nas cidades que as recebem, como nas zonas rurais que os adultos abandonam, é inútil deplorá-las; serão tanto mais intensas quanto mais rápido fôr o desenvolvimento do Brasil. O progresso dos meios de transporte provoca todos os anos a quebra do isolamento em novas comunidades rurais, e generalizam-se as migrações.

As migrações do campo para as cidades, e as migrações do Nordeste para o Sul, que amanhã serão migrações do Leste para o Oeste, são igualmente necessárias e constituem uma prova do progresso do país.

Vantagens econômicas e inconvenientes sociais das migrações internas

Essas migrações, entretanto, sobretudo as do Nordeste para o Sul, não deixam de criar sérios problemas sociais. A população do Nordeste é muito numerosa e precisa emigrar, e é o Sul que a atrai. Mas as diferenças entre os modos de vida do Norte e os do Sul são muito grandes; conquanto fale a mesma língua, e participe do mesmo sentimento nacional, a população rural do Nordeste apresenta um grande atraso cultural em relação à das cidades do Sul. Os migrantes analfabetos, mal vestidos, sem qualquer noção de higiene, não são recebidos sem protesto; no Rio e em São Paulo já se fala mesmo em doenças tropicais esquecidas, que eles teriam novamente introduzido naquelas cidades.

É muito característico que, nas grandes cidades do Sul, se tenha mais consciência da presença dos migrantes procedentes do Nordeste do que dos procedentes das zonas rurais vizinhas. É aos primeiros que se atribui a responsabilidade dos problemas causados à administração urbana pelas migrações. E no entanto, os migrantes longínquos não são os mais numerosos. No Estado de São Paulo, por exemplo, em um milhão de indivíduos originários de outros Estados, mais de 500.000 procedem do Estado vizinho de Minas Gerais, 190.000, apenas, da Bahia e 62.000 de Pernambuco, e ainda com a circunstância de que êsses "nortistas" geralmente se estabelecem nas fazendas afastadas e não nas grandes cidades onde a sua presença é mais imaginária do que real. Contrariamente, também, ao que habitualmente se acredita, essas migrações longínquas não estão aumentando atualmente, pois diminuíram no Estado de São Paulo em 9% de 1954 a 1955. No Distrito Federal, onde quase todos os habitantes são urbanos, a situação é a mesma e, se 42% dos habitantes não são ali nascidos, vieram em grande parte do próprio Estado do Rio de Janeiro, do qual foi desmembrado o Distrito Federal, e do Estado vizinho de Minas Gerais; um número reduzido provém do Nordeste.

O problema criado pela presença desses migrantes é, assim, em grande parte, um problema psicológico; eles são relativamente pouco numerosos, mas a sua presença é mal rolerada. Ao renunciar à imigração estrangeira, o Brasil não eliminou

os problemas de assimilação: não são estrangeiros, mas indivíduos da mesma língua e do mesmo sangue que o Brasil põe hoje em contacto e que tem de assimilar. O sul do Brasil, cuja cultura deve ser dominante, como o foi em França a da *Ile de France*, é um *melting-pot*, mas os que ela tem de misturar são brasileiros que não estão separados por duas culturas diferentes, e sim por duas épocas de uma mesma cultura.

Mais graves do que os problemas, um pouco imaginários, que a presença dos nortistas cria para os habitantes do Sul, são aquêles que o deslocamento acarreta para os do Nordeste. Apesar de se processar no interior do país, essa migração desloca-se para distâncias tão grandes que produz sofrimentos semelhantes aos das migrações internacionais. Depois que, nos últimos dez anos, se estabeleceu uma ligação terrestre entre o Nordeste e o Sul do país, essas migrações fazem-se sobretudo em caminhão. Porém, para atingir a estrada em que circulam os caminhões, os migrantes muitas vêzes têm que fazer longas jornadas a pé, a viagem de caminhão dura freqüentemente mais de uma semana em veículos abarrotados, e os viajantes, agarrados aos "paus-de-arara", chegam esgotados a São Paulo, de onde terão ainda que ser transportados para o local de trabalho. É uma longa aventura que faz lembrar a dos pioneiros americanos que, antes das estradas de ferro transcontinentais, dirigiam suas caravanas para a Califórnia.

Além das péssimas condições da viagem, esta é ainda muito dispendiosa para os pobres habitantes do Nordeste: contraem dívidas e muito freqüentemente são arrastados à aventura por traficantes sem escrúpulos. Tanto por causa do preço, quanto pelas condições da viagem são obrigados a deixar a família para trás, com a esperança mais ou menos remota de mandar buscá-la, um dia. Muitas vêzes o rompimento dos laços familiares é definitivo e não só as comunidades rurais do Nordeste ficam empobrecidas com a partida dos seus elementos adultos mais ativos, como ainda herdam o encargo de mulheres e crianças abandonadas.

As migrações do Nordeste para o Sul põem em contacto os nacionais de um mesmo país, mas, tendo-se em mente essa diferença essencial que possibilita a assimilação, ao ver chegar a São Paulo os homens do Nordeste, não se pode deixar de pensar nas migrações dos africanos do norte para a França; sob certos aspectos, estas são mais fáceis e provocam menos sofrimentos, porque a viagem é menos longa e penosa.

Nas condições atuais de desenvolvimento econômico e demográfico do Brasil, não se pode negar que há exploração, inconsciente mas cruel, do Nordeste pelo Sul e do campo pelas cidades. As relações entre as diversas regiões do Brasil assemelham-se um pouco às dos países plenamente desenvolvidos com os insuficientemente desenvolvidos, sem que qualquer barreira política consiga atenuar o impacto de estruturas sociais e de sistemas econômicos diferentes. Mas não é o que sempre sucede nos países desigualmente desenvolvidos?

O desenvolvimento econômico do país concentrou-se em torno de São Paulo: lá é que se encontra hoje a competência técnica, lá é que existem os meios de comunicação e lá é que se tendem a aplicar os capitais, pois é naquela região que êles se formam e onde geram proveitos mais imediatos. As zonas arcaicas, que são constituídas não só por todo o Nordeste mas, de modo geral, mesmo no Sul, pelas zonas rurais, proporcionam a êsse desenvolvimento econômico localizado uma reserva de mão-de-obra sempre renovada; subalimentada e semi-analfabeta, essa reserva de mão-de-obra constitui-se sem grande ônus; desempregada, está sempre pronta a servir quando dela se necessita.

Se os adultos, multiplicados pelo crescimento tão rápido da população brasileira, tivessem que ser preparados em condições razoáveis de bem-estar, o Brasil esgotar-se-ia tentando fazê-lo. Mesmo não se considerando o alto custo de um adulto do tipo americano ou inglês, mas o de um brasileiro, paulista, preparado durante uns quinze anos para as suas funções de adulto, se essa formação longa e cuidada tivesse que ser proporcionada a mais de dois milhões de crianças que nascem todos os anos, o custo seria excessivo para o país.

Mas o custo médio do brasileiro está longe de ser tão elevado quanto o do paulista ou do carioca; com a sua economia e estrutura social dualista, o Brasil desenvolvido pode retirar do Brasil subdesenvolvido numerosos imigrantes que foram preparados em condições que nem São Paulo, nem o Distrito Federal aceitariam para as suas próprias crianças.

Principalmente no Nordeste, mas de modo geral por toda a zona rural, mesmo nos arredores da cidade do Rio de Janeiro, o habitante do Brasil arcaico é subalimentado ou mal alimentado, é mal vestido, mora em casebre de taipa que êle mesmo constrói ajudado pelos amigos; se não desconhece os produtos farmacêuticos, também não pede ao médico que os receite; enfim, a sua

instrução não é dispendiosa, pois, nas regiões mais atrasadas, apenas 20 ou 25% dos rurícolas sabem ler e escrever. Como é muito problemático que os serviços sociais possam atingir o camponês, o jovem caboclo chega à idade de 15 anos sem ter dado uma despesa superior a alguns milhares de cruzeiros. Existe, assim, uma reserva de mão-de-obra, que, se em nada contribui para a economia nacional, também quase nada lhe custou; vegeta morosamente, enquanto espera que o Sul, já relativamente rico e enriquecendo rapidamente, dêle tenha necessidade.

É verdade que essa reserva de mão-de-obra não se constitui em condições tão próximas do mínimo necessário à subsistência, sem ser atingida por uma alta mortalidade. A expectativa de vida do Brasil arcaico é inferior em mais de 15 anos à do habitante de São Paulo. Mas, ao contrário do que às vezes se afirma, essa mortalidade aumenta muito pouco o custo de formação dos sobreviventes, porque a curta expectativa de vida no nascimento é conseqüência, sobretudo, da alta mortalidade infantil: nas condições prevaletentes no Brasil arcaico, os que morrem antes de um ou dois anos ainda nada custaram à coletividade.

Graças à miséria do Nordeste e de grande parte das zonas rurais em geral, a economia progressista dos Estados do Sul tem possibilidade de conciliar um crescimento demográfico exagerado com investimentos econômicos suficientemente altos para elevar rapidamente o nível de vida do Sul. Uma multiplicação excessiva do número não oferece grandes perigos ao progresso econômico, contanto que os que se multiplicam muito depressa se conservem fora do mercado, não exijam nem serviços sociais, nem máquinas, nem moradias. A vantagem econômica da estrutura social dualista é poder pôr à disposição da parte desenvolvida, que em processo de desenvolvimento, imigrantes que não procedem do estrangeiro, mas que vegetam na sociedade arcaica, enquanto esperam, para poder passar para a sociedade progressista, que esta dêles necessite. Enquanto essa reserva de mão-de-obra permanece escondida no isolamento rural ou nas províncias longínquas, o país nôvo não se impressiona com a sua ignorância, a sua desnutrição, a sua falta de saúde. Sua presença só incomoda quando os imigrantes, sem terem sido chamados, vêm amontoar-se nas cidades e ali exhibir o seu atraso cultural. Passa-se então a desejar a sua volta para o mundo arcaico de onde saíram cedo demais e, aliás, de onde êles já vêm sendo repellidos.

Todos os países desigualmente desenvolvidos conheceram êsses contrastes entre duas sociedades e dêles se serviram para acelerar o aumento do número em retardar muito o desenvolvimento da economia; as democracias populares aceitaram melhor do que as outras êsses contrastes, pois, enquanto as outras os toleravam, elas muitas vêzes os provocavam. Mas, se essa estrutura dualista pode oferecer certas vantagens de ordem econômica, tem também inconvenientes sociais e políticos muito sérios para que não se deseje aproximar as condições e os níveis de vida das duas sociedades, mesmo que, para o conseguir, seja preciso diminuir um pouco o ritmo de crescimento da população.

CAPÍTULO IV

ESTRUTURA ÉTNICA E CONTACTOS DE RAÇAS

A população brasileira foi constituída por elementos de três grandes raças: branca européia, ameríndia e negra africana; o contingente japonês, mais recente, é ainda muito pequeno e, portanto, não teve tempo de se fundir com o resto da população.

Entre êsses três grupos raciais fundamentais vêm-se produzindo há longos anos, sem cessar, inúmeras mestiçagens: europeus e ameríndios, europeus e africanos, africanos e ameríndios, enfim, tôda espécie de miscigenação. Essas antigas mestiçagens criaram tantos intermediários entre as raças que se tornou extremamente difícil classificar a população brasileira segundo a raça e calcular com precisão a participação de cada uma no povoamento do país.

Mistura das raças e a predominância européia

Um estudo da população brasileira, do ponto de vista sociológico, tem que pôr de lado a noção de raça e substituí-la pela noção de côr ou, melhor ainda, de tonalidade, e como não há definição que permita diferenciar os indivíduos pela tonalidade da pele, não se pode apresentar qualquer dado exato sôbre a estrutura da população brasileira sob êsse aspecto. A classificação dos indivíduos de acôrdo com a raça, nas estatísticas nacionais, exigiria a determinação de separá-los segundo a sua origem racial e de acôrdo com regras estabelecidas. Mas para isto seria preciso que houvesse discriminação de raça, o que não existe no Brasil.

A única classificação possível é a que se encontra nas estatísticas do estado civil, computadas pelos recenseamentos e que distinguem brancos, negros, amarelos e pardos; não cogitam de africanos, de caucasianos ou de mestiços. Isto não quer dizer que no Brasil faltem termos para designar as várias mestiçagens raciais: mulato, mameluco, cafuso, caboclo e muitos outros, são termos que designam em princípio a mistura de duas ou várias hereditariedades raciais, num determinado grau, mas a noção de raça é tão difícil de ser aplicada no Brasil, que praticamente só os antropólogos conhecem o valor técnico desses termos. Na linguagem corrente são usualmente confundidos uns com os outros; o termo caboclo, sobretudo, que tecnicamente designa a mais antiga das mestiçagens (índio e europeu), acabou sendo usado para designar o homem do campo, seja qual for a sua raça ou côr; o caboclo é o camponês brasileiro, branco, pardo, negro ou amarelo.

A única afirmação incontestável sobre a composição racial da população brasileira é que ela compreende tôdas as tonalidades, do branco ao preto e que os grandes elementos que a compõem — ameríndio, europeu e africano — são todos importantes, embora não no mesmo grau.

Outro fato indiscutível é que a parte da etnia européia é francamente preponderante e — fenômeno mais difícil de explicar, mas corroborado pelas estatísticas — parece aumentar rapidamente apesar da relativa interrupção da imigração. A população brasileira está branqueando; depois de ter constituído, no princípio do século XIX, uma pequena minoria (apenas 25%), os brancos constituem hoje grande maioria, 60%. O quadro seguinte dá uma idéia dessa transformação da côr:

	1800	1880	1890	1940	1950
Branços	920.000	3.787.000	6.303.000	26.171.000	32.027.661
Mestiços	1.220.000	4.187.000	5.900.000	8.744.000	13.786.000
Negros	1.960.000	1.954.000	2.097.000	6.035.000	5.692.000
Amarelos	—	—	—	247.320	329.082

Não se pode confiar muito na exatidão dos números acima porque a qualificação de branco, negro ou pardo depende de fatores muito subjetivos e, principalmente, da estrutura social nas diferentes épocas. Pode-se ter como certo, entretanto, que, enquanto durou a escravidão, a qualificação de branco foi muito criteriosa, e que pelo menos não foi dada aos escravos; com a

abolição da escravatura, porém, a qualificação de negro, que lembrava um passado doloroso, deve ter sido evitada sempre que era possível. Nas estatísticas contemporâneas, a qualificação de branco não deve ser interpretada como designando uma ascendência exclusivamente européia ou mesmo uma côr muito clara; significa apenas que, em contraste com outros elementos da população, os que nela são incluídos parecem mais brancos do que amorenados. É possível que antigamente os fatores subjetivos tenham tido tendência a exagerar o número dos negros, ao passo que hoje exageram o número de brancos. Isto, entretanto, não é regra infalível: um mestiço ligeiramente amorenado, que se considera branco, provavelmente só considerará de côr os que forem bem mais escuros do que êle; também mestiços muito claros, que ressentem o fato de não serem totalmente integrados nos círculos brancos de suas localidades, classificam sistematicamente de mestiços todos aquêles que têm lábios um pouco grossos ou cabelos crespos.

Mas, seja qual fôr a inexatidão das estatísticas, que podem ter exagerado outrora a percentagem dos negros, como podem exagerar hoje a dos brancos, o fenômeno do branqueamento é muito evidente para que dêle se possa duvidar e para que se insista em procurar uma explicação aparentemente tão difícil de encontrar.

A explicação, que comumente se oferece, é a da aceleração da imigração européia entre 1880 e 1930, que em parte deve ser exata, mas que não basta para explicar todo o fenômeno. A imigração só contribuiu de forma muito restrita para o crescimento da população que é, sobretudo, promovido pelos excedentes de nascimentos. No aumento da população verificado desde meados do século XIX, a parte dos imigrantes e seus descendentes não é muito superior a 20% e, no entanto, os recenseamentos provam que o número dos brancos decuplicava, enquanto o dos negros e dos mestiços, que constituíam a base da velha população brasileira, apenas triplicava.

Além disso, a imigração poderia explicar certas transformações locais (é a causa, por exemplo, do caráter cada vez mais acentuadamente europeu das zonas do sul do país em que se concentram os imigrantes) mas não pode ter qualquer influência em Estados como os da Bahia, Ceará e mesmo Pernambuco e os demais Estados do Nordeste, em que não há imigrantes e nos quais as estatísticas registram a mesma tendência da população a evoluir para o tipo europeu.

Mais difícil de se compreender é como teria sido possível que a população negra diminuísse em cerca de 350.000, em números absolutos, no período de 1940 a 1950. Para isso teria sido preciso que sua fecundidade fôsse tão baixa que lhe impedisse a reprodução. Tal, entretanto, não é o caso e as fecundidades diferenciais dos brancos, dos mestiços e dos negros não explicam as transformações que se efetuaram, pois, conquanto apresentem alguma diferença, são tôdas muito altas. Os elementos puramente africanos parecem ter uma fecundidade inferior à dos brancos, os mestiços a mais alta, mas as diferenças são pequenas e as percentagens dos mestiços, que se reproduzem mais depressa do que os outros, também diminuem na população.

Restam apenas duas explicações, ambas igualmente improváveis para uma tão rápida transformação da côr. A influência do meio físico: essa descoloração dos negros sob a influência do *habitat* seria muito singular no Brasil, e seria muito estranho que se acelerasse tão repentinamente depois de 1880. A predominância sexual dos homens brancos que teriam operado a mestiçagem em seu proveito quase exclusivo: êsse fator pode ter desempenhado um papel importante na época da escravatura, mas foi principalmente depois da abolição que a população começou a branquear. Aliás, se êsses fatôres houvessem atuado teriam multiplicado o número dos pardos e não o dos brancos.

À parte êsses efeitos, incontestáveis, mas restritos, da chegada dos imigrantes europeus entre 1880 e 1930, é preciso admitir que o aumento do número dos brancos de 20 para mais de 60%, nas estatísticas, traduz um fenômeno sociológico e não biológico: a transformação das atitudes a respeito da raça ou da côr; indivíduos que há um século atrás seriam considerados de côr, não o são mais hoje. Talvez o prosseguimento da mestiçagem tenha multiplicado o número dos mestiços, tão claros que se enquadram no grupo dos brancos, os quais já não são mais tão ciosos de uma origem puramente européia como no tempo da escravatura. Entretanto, também é preciso interpretar êsse fenômeno como a prova de uma evolução do Brasil para estruturas sociais mais democráticas e igualitárias, que fazem da qualificação de branco, bem como de "senhor" e em breve, talvez "doutor", um direito do cidadão, de que só o poderá privar a evidência de um físico muito característico.

Deve-se notar ainda que os dados sôbre a composição racial do Brasil são prejudicados pela imensidão e diversidade do país; em relação ao passado, êsses dados baseiam-se geralmente em

observações pessoais de viajantes, observações essas que dependem da região visitada por êsses observadores estrangeiros e baseados nas quais tendem a generalizar.

A distribuição de côr varia muito, de fato, conforme o Estado. Em todo o país, nas zonas rurais arcaicas do interior, encontra-se êsse tipo, não totalmente europeu, mas de côr relativamente clara, que qualquer estatística classificará de branco e para o qual contribuíram os antigos cruzamentos do conquistador portuguez com o índio: tipo tão largamente difundido do caboclo que parece o mais autênticamente brasileiro. Mas, nos grandes centros de população, os processos de povoamento são muito diferentes e foi geralmente com êsses centros de acesso mais fácil que os observadores tiveram contacto.

O contingente africano é especialmente numeroso nas velhas zonas de fazendas, onde a escravatura havia concentrado as massas africanas, preservando-se em estado relativamente puro. O ciclo da cana-de-açúcar deixou no Nordeste, em Recife, no centro, na Bahia e no Rio de Janeiro, uma grande população negra ou mulata escura. Ela também é encontrada, de forma mais diluída, no Estado de Minas Gerais para onde o ciclo do ouro e das minas, no século XVIII, atraiu muitos escravos e ex-escravos; é ainda encontrada, às vêzes, no Estado de São Paulo, apesar da imigração européia, nas antigas fazendas de café, mais próximas da costa, que foram prósperas na época da escravatura. Nesse Estado, os antigos contingentes africanos estão sendo hoje renovados pela imigração procedente da Bahia. Enfim, as grandes cidades têm muitas vêzes concentrações africanas anormalmente numerosas, pois parece — apesar de não ser possível prová-lo pelas estatísticas — que a população negra é mais móvel do que a branca e não se fixa no campo.

As grandes regiões de concentração africana sempre foram as mais acessíveis do Brasil, aquelas com as quais o estrangeiro tem contacto e muitas vêzes as únicas que êle conhece. É provável que essa concentração da raça africana nessas regiões mais acessíveis do país tenha levado a exagerar, no passado, o número dos negros ou dos mulatos escuros e que, por consequente, o branqueamento aparente da população brasileira decorra não sòmente do fato de que hoje se tende a subestimar a importância do contingente africano, mas também de que outrora se tendeu a superestimá-lo. A proporção dos brancos parece maior à medida em que o país vai sendo mais conhecido.

Nos Estados do extremo sul, Paraná, Santa Catarina e, principalmente, Rio Grande do Sul, os contingentes africanos são tão raros que se tornam difíceis de notar. O desenvolvimento do Paraná e mesmo o de Santa Catarina foi posterior à abolição da escravatura e o seu povoamento foi, em parte, afetado por elementos procedentes do Rio Grande do Sul. Neste último Estado, em que a atividade dominante da pecuária exigia pouca mão-de-obra, nunca houve muitos escravos. Diz-se, às vezes, que o rigor do clima contribuiu para afugentar os que para ali haviam sido levados, mas considerando-se que o rigor dêsse clima é muito relativo e que os negros se aclimataram muito bem em outros piores, como os da Virgínia e de Maryland, parece mais provável que, em um meio onde a predominância européia era esmagadora e os preconceitos raciais praticamente não existiam, a mestiçagem foi suficiente para fazer desaparecer quase completamente qualquer traço de etnia africana. Há, pois, no extremo sul do Brasil, uma região em que a população se aproxima do tipo puramente europeu da República Argentina; na pouca mestiçagem que ali é possível encontrar, os contingentes ameríndios são bem mais importantes do que os africanos; modificaram mais os traços do que a côr das fisionomias européias.

No Oeste e também no Norte do Brasil, os elementos africanos não foram muito numerosos, mas os indígenas o foram mais do que em qualquer outro lugar; não sòmente lá subsistem algumas centenas de índios não civilizados, como o tipo do mestiço de português e índio, principalmente na Amazônia, é às vezes o predominante.

Preconceitos de raça e sentimento de côr no Brasil

A população é, assim, constituída pela mistura de três raças; entre elas, parece continuar a processar-se a mestiçagem. Não existe qualquer barreira legal que separe uma da outra as diversas raças, qualquer barreira que estabeleça entre elas verdadeiras segregações. A conclusão geral dos observadores, sobretudo no passado, é que o Brasil desconhece qualquer problema de contacto das raças, entre as quais existe a mais perfeita igualdade e a mais íntima mestiçagem.

Essa conclusão, entretanto, não é inteiramente admissível; só é válida em comparação com o que ocorreu nos E.U.A. O conceito dos contactos das raças é, de fato, geralmente falso,

porque, muito freqüentemente, em lugar de estudar os caracteres próprios dos contingentes de raça, tal qual se formaram no Brasil, a tendência é descobrir em que se diferenciam êles dos que se formaram entre brancos e negros nos E.U.A.

Toma-se, como ponto de referência, a manifestação dos preconceitos de raças, sob a forma de segregação, característica do sul dos E.U.A.: uma vez que não existe no Brasil nenhum traço de segregação organizada e os africanos se misturam livremente com os europeus, é-se levado a esquecer que os problemas do contacto das raças podem tomar outras formas além da segregação e a afirmar que no Brasil não existe qualquer preconceito de raça ou de côr.

O americano do norte ouve o aristocrata brasileiro do mais puro tipo europeu declarar com desenvoltura: "Como poderíamos ter a certeza de não contar algum antepassado africano, se nossos ascendentes, que são os fundadores do Brasil, aqui vivem há tanto tempo"; vê também êsse aristocrata associar-se, na vida quotidiana, a indivíduos de outra côr, comer em sua mesa, recebê-los em sua casa e verifica, mesmo, que, às vêzes, um primo, do qual comumente se caça mas que em absoluto se renega, traz a marca visível de ascendência africana que, nos E.U.A., lhe valeria o apelido de *colored*. As atitudes enganam muito, tanto assim que o brasileiro, que conhece os perigos das discriminações raciais, faz questão de afirmar que, a êsse respeito, não tem qualquer preconceito.

Mas como o contacto das raças não provocou, no Brasil, as severas medidas de segregação racial que originou em uma parte dos E.U.A., e que êsse país se esforça por eliminar, o observador não deve concluir que o brasileiro não dá atenção às diferenças raciais. Se ignoram o preconceito de raça e não condenam *a priori* todos aquêles que têm ascendência étnica diferente da sua, os brasileiros em geral têm, entretanto, um sentido muito definido da côr. Têm-no tão profundo, que às vêzes se espantam de não encontrá-lo em certos imigrantes. A presença, na rua, de um homem de tipo puramente europeu, acompanhado por uma mulher jovem, de tipo africano muito acentuado, não provoca qualquer reação aparente e o estrangeiro acredita então que as raças se misturam livremente. Mas essa promiscuidade não deixa de surpreender o brasileiro autêntico, que provàvelmente fica a imaginar que o homem deve ser português ou um marinheiro americano.

A mestiçagem no Brasil sempre foi e continua a ser intensa, mas raramente se vêem uniões entre pessoas de côr muito diferente. Entre os brasileiros são realmente raras as uniões legítimas de indivíduos de pura ascendência européia com outros de pura ascendência africana, e as ilegítimas, se não são secretas, também não são ostensivas. Nenhuma proibição legal limita a mistura de côres e a reação espontânea do meio é moderada. Mas o sentimento da côr é grandemente evidenciado pelo fato de que os casamentos geralmente se realizam entre indivíduos de tonalidades vizinhas e isto em tôdas as camadas da população. Em seu livro sôbre o negro do Rio de Janeiro, L. A. Costa Pinto relata um inquérito que revela ao mesmo tempo a inexistência do preconceito de raça e a fôrça do sentimento de côr. Esse inquérito abrangeu 313 jovens. À pergunta: "Você vê algum inconveniente no casamento de sua irmã com uma pessoa de côr?", uma grande proporção (115) respondeu não, mas à pergunta: "Poderia você casar-se com uma pessoa de côr?", apenas 59 responderam afirmativamente. Não há objeções no terreno de princípios, cada qual que aja como bem lhe aprouver, mas os sentimentos pessoais são contra êsses casamentos. Os que não participam dêsse sentimento não sofrem qualquer sanção brutal, porque o brasileiro, que tem o sentido da liberdade individual, é bastante individualista para admitir que cada um faça o que quiser, o que não quer dizer que aprova um comportamento anormal. O casamento inter-racial pode provocar uma certa desconsideração social, que poderá ser grandemente atenuada se o cônjuge de côr fôr rico ou instruído, mas que não deixará de existir.

Esse sentimento de côr, entretanto, não existe só em relação ao casamento; basta dizer que a denominação de negro ou mesmo de prêto é um pouco desatenciosa, e que é prova de cortesia considerar os indivíduos mais brancos do que o são. Mas, ao contrário do preconceito de raça, tal como o tiveram outros povos, o sentimento brasileiro de côr não provocou até hoje qualquer reação de isolamento. Um brasileiro de côr branca, notadamente se pertence à aristocracia ou às classes médias, desaprovava grandemente o casamento de seus filhos com brasileiros de côr e dificilmente manteria com êles relações pessoais íntimas, mas isso não é motivo para que se sinta constrangido de trabalhar ao lado de pessoas de côr, de se hospedar no mesmo hotel ou de viajar no mesmo compartimento. Até muito recen-

temente, em vista da condição da grande maioria das pessoas de côr, os contactos raciais fizeram-se, aliás, com muito facilidade, porque não eram feitos em plano de igualdade.

Hierarquia das raças e hierarquia das classes

Há no Brasil uma hierarquia de côres e a côr muito escura constitui um obstáculo à ascensão social; entretanto, não se tem consciência dêle senão, quando se quer sair de seu meio e, além do mais, não é um obstáculo insuperável; ocorre com a côr o mesmo que se dá em tôda parte com uma linguagem incorreta ou a falta de boas maneiras. Da mesma forma por que se vence o *handicap* da educação, pode-se vencer o da côr. É difícil que um negro venha a ser um alto funcionário; precisará de muito mais talento e trabalho do que se fôsse de côr clara; encontrará resistência, mas tão sutis que não as precisará atribuir à sua côr, além do que não serão irreduzíveis. Enquanto o negro dos E.U.A. esbarrou durante longos anos com discriminações legais, o do Brasil chocou-se às discriminações sutis do esnobismo.

O que caracteriza os problemas levantados pelo contacto de negros e brancos nos E.U.A. é que, devido à noção de raça, êles foram ali colocados no plano de princípios, ao passo que no Brasil foram colocados no plano dos fatos, devido à noção de côr.

Nos E.U.A. existem duas categorias que, pelo fato de serem apenas duas, são extremamente opostas; por conseguinte, lá se é classificado, seja qual fôr a côr da pele, quer entre os brancos, quer entre os de côr, em virtude de uma definição; a mais comumente aceita qualifica de negro "todo aquêl que possuir um oitavo ou mais de sangue africano". Alguns mestiços muito claros podem "passar" por brancos, mas terão que escolher e decidir se serão negros ou brancos, pois não há meio térmo.

O Brasil não classifica os homens em raças, de acôrdo com definições jurídicas ou com teorias científicas; classifica-os de acôrdo com a aparência física e a côr; torna-se, assim, difícil contrastá-lo, porque não há simplesmente brancos e negros, e sim, homens que são mais ou menos brancos ou mais ou menos negros. As diversas côres confundem-se e não se pode dizer onde começa uma e acaba a outra. O europeu puro está muito

distanciado do africano puro, quase tanto quanto nos E.U.A., apesar de que a distância social não exclui a cortesia. Mas o branco está tão próximo de um mestiço claro que não sente nenhuma necessidade de estabelecer diferenças e êsse mestiço claro está próximo de um mais escuro, consciente, por sua vez, de seu parentesco com um negro. Se se quisessem estabelecer barreiras, onde colocá-las, a menos que se erguesse uma entre cada indivíduo? A segregação, além de não ser desejada, não é possível.

Apesar de intenso, o sentimento de côr não dividiu profundamente a população brasileira, porque, até o presente, não acarretou, nem uma discriminação violenta por parte da côr superior, nem ressentimento por parte da inferior. Apesar do sentimento de côr, a mestiçagem continua e a população caminha para a unidade racial: conquanto seja raro, de fato, que a mestiçagem se processe por uniões entre indivíduos de côr muito diferente, são freqüentes as uniões entre indivíduos de tonalidades ligeiramente diferentes e a população de côr, em seu conjunto poderá um dia confundir-se com a branca.

Mesmo atualmente, a côr escura sem dúvida constitui uma desvantagem, mas não irremediável; ser negro é uma circunstância desfavorável que se pode anular: por mais escura que seja a pele, não se é mais um negro quando se é educado, instruído ou rico. Há uma anedota, que vem sendo transmitida de geração para geração, muito significativa: certo viajante, no tempo da escravidão, encontra um negro a cavalo, vestido com uma rica farda e pergunta ao guia: quem é êsse negro? E o guia lhe responde: "Não é negro, é um capitão!"

A anedota é bastante simplista, mas não há dúvida de que a população negra em geral não teve tempo de se elevar muito na sociedade; na classe mais pobre não se incluem apenas negros, mas na mais abastada êles são muito poucos. A hierarquia das classes não se confunde com a das côres; ambas têm, entretanto, estreita correlação. As estatísticas das profissões, como a da educação, são muito eloqüentes. No Distrito Federal, onde a população é quase tôda urbana, os indivíduos classificados de negros pelo recenseamento, constituem 27% da população; mas no comércio, por exemplo, os empregados brancos são em número de 9.501 e os negros de 36; em 100 mulheres negras no Rio, mais de 31% são constituídos de domésticas, e em 100 brancas, menos de 4%. Entre os brancos de mais de 10 anos, 88% sabem ler e escrever, entre os negros, 53%. Os mestiços ocupam

a posição intermediária, mas, principalmente no que diz respeito à situação profissional, estão muito mais perto dos negros do que dos brancos.

Essa diferença de situação econômica, no Rio, chega a criar uma espécie de segregação racial em relação à moradia. Os bairros da zona sul são considerados elegantes e encerram uma proporção branca muito maior que os da zona norte; Copacabana tem cerca de 80% de brancos. É preciso acrescentar, entretanto, que a existência de uma grande percentagem de negros, mesmo nos bairros mais ricos, é devida ao fato de que as favelas não são, como na Europa, periféricas; instalam-se nos morros que se erguem em todos os bairros. Nessas favelas, a proporção da população de cor é superior a 70%.

O que até aqui mais tem separado os homens de cor dos brancos é a diferença de níveis e modos de vida: a barreira das diferenças de classes é mais facilmente notada que a barreira, muito real, mas muito sutil, das diferenças de cor. Nada indica, entretanto, que, ao melhorar o seu nível de vida, o negro não se dará conta da barreira da cor, por menor que ela seja. Nesse momento é que os brasileiros precisarão de muito tato para evitar os conflitos de raças.

Possibilidades de nativismo afro-brasileiro

O procedimento, à base de tato — o tato é uma virtude brasileira — e não de ciência ou de direito, que, inconscientemente, o Brasil adotou em relação aos problemas de contacto de raça, constitui o grande sucesso brasileiro no campo social. E justamente porque o problema racial existia no Brasil e porque, até o presente, tem tido soluções aceitáveis, é que se deve admirar a sabedoria brasileira. No tempo da escravidão, as revoltas africanas foram mais numerosas, mais violentas e mais bem organizadas no Brasil do que nos E.U.A. e os negros fugidos organizaram comunidades independentes — os quilombos — que, em certos casos, resistiram muito tempo, só sendo subjugadas à custa de verdadeiras guerras; a diversidade das raças e a lembrança ainda muito recente da escravatura não dividiram, entretanto, o país em duas sociedades estranhas e antagônicas. Porque a sociedade branca não se recusou sistematicamente a aceitar os elementos de cor, porque lhes permite considerarem-se brasilei-

ros iguais aos outros, desde que seja o mesmo o seu comportamento, o Brasil desconhece os problemas de raça e de cultura que geralmente se apresentam às populações, mesmo àquelas constituídas por contingentes raciais menos variados.

No Brasil, não poderia existir, como na América Andina, o problema de um verdadeiro nativismo indígena, pois não possui uma população indígena numerosa e agrupada. Mas a população negra ou mulata, que constitui uma grande parte das massas culturalmente atrasadas, e que, pelos seus níveis e modos de vida, faz lembrar, às vèzes, uma população indígena em relação aos colonos, poderia um dia contrapor, à população de origem européia, um pseudonativismo afro-americano.

É um problema que a política racial, ou melhor, a ausência de política racial do Brasil, parece não dever temer. Os brasileiros, em geral, sejam êles de sangue europeu, índio, africano ou mestiço, concordam em construir uma civilização baseada em valores europeus. É sobretudo no sentido espiritual, sem dúvida o mais importante, que a população brasileira se torna cada dia mais européia; e torna-se cada vez mais européia porque é para a cultura euro-americana que se orientam todos os seus elementos.

Atualmente não parece provável a ocorrência de divisões raciais, o que, entretanto, não é impossível. Entre as camadas superiores, que são as mais brancas, e as inferiores, que são as mais pretas, a barreira de classe é tão alta que disfarça as barreiras de côr impedindo-as, assim, de serem percebidas pela população de côr. É difícil prever-se o que acontecerá com as transformações da estrutura social do país num sentido mais democrático e com a destruição das barreiras de classe.

Não há, naturalmente, nenhum perigo de ver surgir o problema, por querer o Brasil, como outrora os E.U.A. e atualmente a África do Sul, impor discriminações raciais. Algumas pessoas o tentaram, em 1935, e certos adeptos do integralismo, fascinados pelo prestígio alemão, gostariam de disseminar pelo Brasil o mito nórdico. Essa imitação ingênua, entretanto, não teve êxito e não corre o risco de se repetir, porque já passou a hora daquele mito. Ao contrário, alertado por algumas tentativas de certos grandes hotéis e estabelecimentos de diversões para barrar os fregueses de côr, o Govêrno aprovou, em julho de 1951, uma lei que proíbe as discriminações nos hotéis e restaurantes.

O perigo manifesta-se noutro sentido: legislação alguma pode reprimir o sentimento da côr quando êle se manifesta e êsse sentimento não está totalmente ausente no Brasil. As discriminações contra a população de côr foram tão universais que engendraram nessa população susceptibilidades inevitáveis, mesmo nos países em que eram menos acentuadas. Por mais que possa parecer, não seria impossível que os negros do Brasil, que não sofreram discriminações raciais sistemáticas, tentassem ali, à medida em que se elevassem na hierarquia social, vingar-se das discriminações que os de sua raça sofreram em outros países e que não podem deixar de lhes ferir o amor-próprio.

O Brasil tem uma longa tradição de tolerância que não torna provável o aparecimento de um racismo branco; tem, entretanto, um esnobismo branco e êste não deve dar lugar a um racismo de côr, facilitado pelos desejos de vingança das raças de côr contra discriminações sofridas em outros países, pela lembrança da escravidão e pela condição inferior em que ainda se encontram os elementos de côr na sociedade brasileira. O conflito de raças surge geralmente, do desejo da raça branca, dominante, de afirmar a sua superioridade e de sua recusa em assimilar o grupo dominado, mas o conflito de raças pode agravar-se pela vontade do grupo outrora dominado de afirmar sua individualidade e pela sua recusa em se deixar assimilar.

Os povos de origem européia, envergonhados, de certa forma, com o tratamento que dispensaram aos povos de côr, acreditam piamente que os problemas de contacto de raças são coisas do passado e se resolvem com o advento de regimes políticos e estruturas sociais democráticos que garantem às diversas raças igualdade jurídica e econômica. Receamos, porém, que não seja êsse o caso, pois os conflitos de raças nunca nos pareceram tão exacerbados como atualmente. Ninguém pode duvidar da vontade dos Estados do Norte, bem como do Govêrno Federal dos E.U.A., de lutar enêrgicamente contra os preconceitos de raça, mas, com a elevação do nível de cultura da população de côr naqueles Estados, multiplicaram-se ocasiões de conflitos, ao mesmo tempo em que também se multiplicavam os contactos, já agora num plano de igualdade.

Os regimes hierarquizados, recentemente desaparecidos, conseguiram reduzir os contactos de raças, colocando-as umas sôbre as outras em sociedade reciprocamente fechadas: os problemas sociais mais prementes entre senhores e antigos escravos não eram de contacto de raças, mas de igualdade jurídica, política e econômica das diversas classes. No Brasil, essa igualdade

ainda não foi estabelecida, do ponto de vista econômico, em vista da grande disparidade de níveis de vida e de cultura, mas não deve tardar a impor-se, pois alguns indivíduos de côr, ainda isolados, já se destacam da massa e tentam identificar-se com as classes médias e superiores.

É com o aparecimento da igualdade que as raças se põem realmente em contacto, que se tornam ofensivos os preconceitos e que as discriminações, mesmo simplesmente mundanas, mesmo proibidas por lei, são profundamente sentidas. Quando as pessoas de côr têm a mesma instrução, os mesmos níveis e os mesmos modos de vida que os brancos, e quando são, às vêzes, de tonalidade de côr muito próxima, a menor manifestação do sentimento de côr torna-se humilhante. As discriminações são proibidas no Brasil, mas o empregado de comércio que vê um anúncio de emprêgo especificando que o candidato deve ser de boa aparência, se é muito escuro suspeita, mesmo que não seja verdade, que não lhe adianta apresentar-se. Como o homem de côr sabe que é o que geralmente ocorre, tem uma tendência a atribuir todos os seus fracassos ao preconceito de raça. O estudante que falha nos exames, o engenheiro ou o médico que não conseguem estabelecer relações íntimas com os colegas brancos, sentem com isso profunda amargura.

Atitudes que não causariam ressentimento, como ainda acontece nas estruturas paternalistas das zonas rurais brasileiras, poderiam tornar-se sensíveis em um meio menos hierarquizado, principalmente porque a situação dos elementos isolados que se elevaram acima da massa negra é hoje especialmente dolorosa, mais talvez do que nos E.U.A. Os intelectuais negros não se chocam no Brasil com as mesmas resistências da sociedade branca, mas têm dificuldade de se integrar sem encontrar, ou sem o temor de encontrar, segundas intenções; e já não podem mais procurar refúgio em uma sociedade negra muito primitiva e totalmente subordinada à sociedade branca. Nos E.U.A., advogados, médicos e industriais negros, podem ter dificuldade de competir com os brancos em pé de igualdade, mas encontram uma sociedade negra educada bastante numerosa, que lhe oferece as mesmas vantagens que a sociedade branca. No Brasil, os negros mais evoluídos estão isolados; afastaram-se completamente de uma sociedade negra inconsistente, da qual tudo os separa e, na sociedade branca, de que têm, forçosamente, de procurar fazer parte, ostentam, ou acreditam ostentar a marca de uma inferioridade social.

Ao afirmar a igualdade jurídica das raças, embora elas não fôsem socialmente iguais no país, os brasileiros esforçaram-se por evitar a formação do conflito de raças, mas, com a efetivação da igualdade social, o Brasil vai entrar em uma fase perigosa. Nas regiões mais desenvolvidas do Sul, em São Paulo e no Rio de Janeiro e em algumas grandes cidades do Nordeste, principalmente no Recife, os indivíduos de côr e sobretudo os mestiços, começam a ter consciência de raça e já se encontram certos grupos que fazem apêlo à solidariedade africana e enaltecem a originalidade das culturas africanas.

O aparecimento de um sentimento de solidariedade e orgulho racial na população de origem africana é favorecido pelo interêsse que, até muito recentemente, um setor da literatura sociológica brasileira demonstrou pela influência da cultura africana no Brasil. Numerosos trabalhos, de grande valor, louvam as contribuições culturais dos negros à civilização brasileira; realçam tudo o que nas artes e na técnica seja de origem africana, desde o mais importante, como a música, até os mínimos detalhes do artesanato ou da cozinha, de que se encontram vestígios em certos bairros da Bahia ou do Recife.

Essa primeira camada de literatura sôbre o negro brasileiro, geralmente de autoria de intelectuais brancos da Bahia ou do Nordeste, revela grande simpatia pelo negro, mas é muitas vêzes de espírito ainda muito paternalista e interessa-se mais pelo folclore africano e pela sua influência sôbre a cultura brasileira, do que pelos problemas sociais criados pela condição inferior dos negros e as conseqüências da escravatura. Apesar de parecer, aos olhos de muitos, tranqüilizadora, porque não é de molde absolutamente a provocar reivindicações sociais, essa literatura "do negro bom" não deixa de ser perigosa para a unidade brasileira, porque coloca o problema racial no terreno cultural.

Quer se trate de contactos de raças ou de nacionalidades, o terreno cultural é o mais perigoso; foi através da exaltação de particularismos culturais, reais ou imaginários, que se convenceram tantos povos de que não podiam viver juntos. O romantismo preparou o desmembramento de impérios com uma longa história comum, e a literatura do "negro bom" não lhe é totalmente estranha.

No Brasil, a fim de evitar conflitos entre uma população de origem e de côr diferentes, a experiência levou à convicção de que tôdas se podiam fundir em uma só nação; as diferenças de côr só eram encaradas como caracteres individuais, e, assim, os

brasileiros deviam formar uma única sociedade unida por uma só cultura. É provávelmente por não querer opor as raças umas contra as outras, que se ressalta hoje o que o Brasil deve à África e, na verdade, deve-lhe muito. Mas, procurando, assim, distinguir na cultura brasileira as contribuições das culturas negras e as das raças brancas, coloca-se o problema num plano coletivo e não mais num plano individual. Tendo-se em vista, porém, que, apesar da mestiçagem, existem evidentes diferenças físicas entre dois grupos de homens, tendo-se em vista que, apesar da igualdade política e jurídica, existem evidentes diferenças sociais entre esses dois grupos, corre-se o risco de criar a necessidade de uma vida coletiva diferente para cada um desses grupos.

O exagêro dos literatos, o gôsto dos etnógrafos pelos detalhes técnicos que permitem descobrir os traços de uma cultura caída no esquecimento, o gôsto do observador estrangeiro pelo pitoresco e o exótico, tudo leva a apresentar a cultura de uma parte da população brasileira como uma cultura africana que, para ser fiel à sua missão, deveria continuar sua evolução segundo os modelos africanos dos bairros baixos da Bahia e não segundo os modelos romanos-cristãos de São Paulo.

O Brasil soube resolver melhor do que qualquer outro país, de forma justa e humana, o problema dos contactos das raças, mas, desde que havia raças em contacto, não podia impedir que o problema se apresentasse. Recentemente o problema racial inspirou novos trabalhos sociológicos que o colocam em um terreno mais realista e mais propício a uma solução ciosa da unidade nacional.

Os jovens sociólogos, em lugar de estudar o negro nas estruturas mais arcaicas do Brasil e de se confinarem às contribuições porventura feitas pelos escravos aos seus senhores, através da mãe preta, observam os negros evoluídos das cidades industriais. Estudando, não mais o papel que tiveram outrora no Brasil os descendentes de africanos, mas o lugar que brasileiros de sangue africano começam a ocupar agora no país e que não lhes poderá ser negado no futuro, os observadores são obrigados a reconhecer a inferioridade de cultura e de nível de vida que geralmente está ligada à côr. Associando, assim, o problema da côr ao problema das classes, corre-se o risco de acelerar certas reivindicações sociais, que não poderão deixar de perturbar o país. Mas, quando se mostra a essa população de côr, evoluída, que as reformas sociais podem trazer certo alívio aos seus problemas, está-se convidando-a a identificar-se com a sociedade brasileira dominante e não a separar-se dela.

CAPÍTULO V

A SOCIEDADE DUALISTA E O CONTRASTE DA ESTRUTURA SOCIAL ENTRE OS DOIS BRASIS

Apesar da diversidade de origens raciais da população brasileira, a unidade do país nunca esteve ameaçada pela multiplicidade das raças e das cores e, dada a grande sabedoria da política brasileira nesse terreno, é lícito esperar que todo perigo seja sempre evitado. Mas, se há uma só cultura e uma só nacionalidade de que se orgulham os brasileiros, essa cultura única tem dois aspectos, ou melhor, dois níveis bem diferentes. Os brasileiros estão divididos em dois sistemas de organização econômica e social, diferentes nos níveis como nos métodos de vida. Essas duas sociedades não evoluíram no mesmo ritmo e não atingiram a mesma fase; não estão separadas por uma diferença de natureza, mas por diferenças de idade.

País desenvolvido e país subdesenvolvido

Observa-se, assim, dentro do próprio Brasil, a mesma diferença, grandemente acentuada, entre país novo, próspero e em constante transformação e sociedade velha, miserável e imóvel, que se nota no plano internacional. No Brasil reproduzem-se os contrastes do mundo: nêle seria fácil encontrar aspectos que lembram os de Los Angeles ou Chicago e outros que, sem serem tão trágicos, pois no Brasil há lugar para todos, fazem lembrar os da Índia ou do Egito.

Em grande parte do Brasil, velhas tradições vêm resistindo aos anos. Há mais de quatro séculos os colonos portugueses e seus escravos africanos, depois de se terem misturado com os

índios, organizaram-se em pequenas comunidades, cuja tranqüilidade até à recente abolição da escravatura nada conseguiu perturbar. Essas comunidades, esparsas pelo interior ou agrupadas perto da costa, em tórno das fazendas coloniais, separadas umas das outras e tôdas isoladas do estrangeiro, resistiam à mudança da mesma forma que as comunidades campestres indígenas de outros países. No decorrer do longo período de isolamento colonial, formou-se uma cultura brasileira arcaica que conserva ainda a marca da escravidão e do século XVI, uma cultura que, com suas tradições e suas rotinas, mantém dentro do isolamento que ainda perdura, a mesma estabilidade que as culturas indígenas da Ásia ou do Oriente Próximo.

Quando, em fins do século XIX, o isolamento começou a ser quebrado e, no Estado de São Paulo, nasceram uma agricultura e uma indústria, ativas e modernas, o Brasil já deixara de ser um país nôvo. A não ser que se embrenhassem profundamente no interior, os paulistas e os novos imigrantes achavam-se no meio de uma população que se tornara indígena. Assim como existe um Oriente imutável e imóvel enquanto não fôr transtornado por ideologias vigorosas ou por transformações econômicas, também existe um Brasil imutável que conserva ainda hoje os costumes do período colonial.

Em contraste com essa cultura arcaica, principalmente mas não exclusivamente rural, a atividade dos habitantes de São Paulo e, em seu redor, da maior parte dos Estados do Sul, acarreta a formação de uma outra sociedade, muito mais móvel e evoluída, que, sendo a sociedade dominante do Sul, se projeta aos poucos por tôda parte, sobretudo nas grandes cidades. O afluxo de imigrantes europeus, arrancados do seu meio originário e trazendo novas técnicas e modos de vida, o desenvolvimento de novas formas de agricultura, a criação de uma grande indústria, a concentração de capitais nacionais e estrangeiros, o desenvolvimento dos transportes, tudo contribuiu para unir numerosas populações em uma vasta sociedade em constante evolução. O Brasil do Sul é um país nôvo, ou pelo menos está-se tornando um país nôvo e já desenvolvido.)

Mas, a diversidade do Brasil, não se reduz unicamente a êsse contraste entre o país desenvolvido e o país subdesenvolvido: as subculturas brasileiras são muito numerosas e o seu inventário apenas começou. Criadores das planícies irrigadas do Sul, criadores das caatingas ressecadas do Nordeste,

ribeirinhos dos cursos de água da Amazônia em suas palafitas (*), assalariados agrícolas das usinas de açúcar do Nordeste, colonos arregimentados das plantações de café de São Paulo, aqui e acolá, colonos semi-independentes das fazendas decadentes, camponeses do tipo europeu de Santa Catarina ou do Rio Grande do Sul, pioneiros do Oeste, todos têm seus modos de vida muito peculiares. Muitos outros ainda, pescadores, lenhadores, mineradores de ouro ou seringueiros, operários das cidades, contribuem para a diversidade do imenso império. Mas, dentro dessa diversidade, todos pertencem a um ou outro Brasil, o Brasil arcaico e o Brasil nôvo.

Conquanto o país nôvo e o país velho, colonial, tenham cada qual seu domínio próprio — o primeiro no Sul e o segundo no Nordeste — um e outro estão presentes por tôda parte e indissolúvelmente ligados. No Nordeste existem centros, relativamente pouco numerosos, em que a nova civilização industrial se impôs vigorosamente; o Sul está cheio de localidades em que ainda não penetram as atividades modernas.

A poucos quilômetros dos arranha-céus do Rio de Janeiro, no próprio Estado de São Paulo, em que o desenvolvimento é mais uniforme, muito perto também da cidade-cogumelo de Belo Horizonte, existem fazendas abandonadas; comunidades fechadas em que se perpetuam os modos de vida de outrora, como se perpetuam, — mais raramente, é verdade — nas pequenas cidades que têm apenas a função de mercado rural e centro administrativo. Mantendo por tôda parte estreito contacto, os dois Brasis, tão diferentes, estão unidos pelo mesmo sentimento nacional e por muitos valores comuns; não constituem duas civilizações diversas, mas sim, uma em face da outra, duas épocas de uma mesma civilização: os dois Brasis são igualmente brasileiros, mas estão separados por vários séculos.

Este não é um fenômeno tipicamente brasileiro, pois em parte alguma o desenvolvimento social se tem processado de forma regular. O desenvolvimento das civilizações sempre ocorreu em âmbitos regionais e, tal como acontece atualmente no Brasil, por tôda parte o motor da evolução localizava-se nas cidades, de onde, mais tarde, se irradiava a mudança para o campo. Por tôda parte, em seu início, o desenvolvimento da indústria aumentava a distância entre as cidades e o campo e

(*) Mocambos, no Recife, malocas, no Rio Grande do Sul (N. T.).

desagregava a cultura dos países que se industrializavam. E é por essa razão que o campo, resistindo a uma mudança de cujos benefícios não desfrutava, foi sempre tão conservador. Na primeira fase da industrialização o cidadão viu-se na mesma situação do colono estrangeiro entre camponeses indígenas e, assim como esse colono, foi dificilmente tolerado; no sentido etimológico, o cidadão é o burguês.

Mesmo nos E.U.A., em que o tipo do agricultor, tão diferente do camponês, oferecia um terreno particularmente favorável à mudança, teria sido fácil, até à Segunda Guerra Mundial, descobrir traços de resistência rural. Entre o Sul atrasado e o Norte impulsionado por uma constante mudança, podia-se observar tão grande diferença no grau de evolução das culturas regionais, que as duas partes do país se poderiam ter separado, se, depois da Guerra de Secessão e o fracasso da separação, os Estados do Norte não tivessem conseguido impor pela força a preponderância da sua cultura. O Norte hoje consegue assimilar o Sul, mas, para isso, foi preciso primeiro conquistá-lo.

E no entanto a diferença dos ritmos da evolução era, naquele país, menos acentuada que hoje, no Brasil, porque, nos países novos anglo-saxões, como nos velhos países da Europa, a civilização industrial não foi violentamente importada, mas, nêles nasceu e se desenvolveu progressivamente.

Se a mudança que provocava em determinados pontos, irradiando-se das cidades, não se propagou imediatamente a todo o país, êste não deixou de lhe sentir os efeitos e de se modificar, de maneira mais ou menos rápida. O isolamento rural não era tão grande que permitisse uma permanência muito prolongada do atraso e a mudança não era tão rápida de molde a determinar grandes atrasos. O país evoluía liderado pela cidade, mas todo êle evoluía e a cultura, transformando-se em seu conjunto, conservava a sua unidade através da mudança.

Em muitos países sul-americanos, principalmente no Brasil, a civilização industrial foi violentamente importada de países em que já estava plenamente desenvolvida e introduzida em regiões onde espaços imensos, desprovidos de meios adequados de transporte, separavam centros de povoamento muito esparsos e pouco numerosos para que as mudanças sociais pudessem difundir-se rapidamente de uns aos outros. A partir de 1880, uma parte do Estado de São Paulo foi arrastada por todos os movimentos da civilização ocidental, mas êsse movimento só

atingiu superficialmente, o resto do Brasil depois da Primeira Guerra Mundial; a revolução de 1930 e a insurreição paulista de 1932 foram conseqüências dessas mudanças e da desigualdade de ritmo com que elas se processam nas várias regiões do Brasil.

Oriundas da Europa ou dos E.U.A., as novas formas de civilização estabeleceram-se a princípio em apenas alguns pontos isolados do imenso território brasileiro; essas novas formas de civilização européia atravessaram o mar, tal como o fizeram as formas arcaicas que os primeiros colonos portugueses haviam introduzido quatro séculos mais cedo; levarão mais tempo para atingir todo o território do que levaram as primitivas. O Brasil contemporâneo resiste mais à mudança do que a terra quase deserta do século XVI; os colonos portugueses não enfrentavam senão alguns milhares de indígenas primitivos, mas as novas formas de culturas da Europa ou da América industrializada chocam-se contra milhões de indivíduos que se tornaram indígenas, que têm uma cultura a defender e que constituem comunidades muito bem organizadas para defendê-la.

Não são somente os Estados distantes do Nordeste, do Norte ou do Oeste que resistem às mudanças que São Paulo e as cidades em geral acolhem com entusiasmo, mas também as zonas rurais, muito próximas, cuja estrutura em sociedades fechadas torna dificilmente permeáveis as influências exteriores.

Entre o velho Brasil e o nôvo existem séculos de distância; no correr dos anos a diferença dos ritmos de evolução ocasionou a formação de duas sociedades, diferentes porque não são contemporâneas. Isto explica porque os observadores estrangeiros, e às vezes os próprios brasileiros, hesitam em se pronunciar sobre o verdadeiro caráter do país. Existem dois países, entre os quais é difícil distinguir o verdadeiro; na fazenda do interior, o homem do campo trabalha de enxada e transporta uma colheita insignificante em carroças rangentes que precisam ser puxadas por três ou quatro juntas de bois, porque a roda maciça não gira sobre o eixo; na cidade de São Paulo, a cada hora termina-se um prédio e, para sustentar um arranha-céu muito pesado que se começa a inclinar, congela-se o solo. Conforme o observador se deixe impressionar por um ou outro desses dois mundos que tem diante dos olhos, um ao lado do outro, predirá para o Brasil uma evolução no sentido dos E.U.A. ou no da Índia.

A economia dualista e a estrutura social dualista que a acompanha não são novas, nem caracteristicamente brasileiras; nas fases de mudança social rápida foram sempre observadas,

como o são atualmente em todos os países desigualmente desenvolvidos. No Brasil, entretanto, o contraste entre as duas sociedades é hoje particularmente acentuado, porque a evolução de uma parte do país é extraordinariamente rápida e porque a imensidão do país e a dificuldades de comunicações tornam mais lenta a difusão dos novos traços culturais.

Algumas cifras darão idéia das distâncias extremas que separam as duas sociedades; nas cidades do Estado de São Paulo, 85% dos adultos sabem ler e escrever, o mesmo acontecendo na cidade do Rio de Janeiro, mas nas zonas rurais do Estado do Rio de Janeiro, apenas 36% sabem ler e escrever, e no Estado de Alagoas, 13%; a diferença de expectativa de vida entre as populações mais evoluídas e as mais arcaicas é de 18 anos; a cidade do Rio de Janeiro e o Estado de São Paulo têm 13 milhões de habitantes e pagam mais de 74% dos impostos, ao passo que sete Estados do Nordeste — Ceará, Paraíba, Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Piauí — mais o Estado da Bahia, têm 13 milhões de habitantes e pagam 2,08% dos impostos; a renda *per capita* dos habitantes de Alagoas, em 1953, era de cerca de NCr\$ 2,50 e a dos habitantes do Distrito Federal, aproximadamente vinte.

Contrastes tão acentuados e sociedades tão diferentes, dentro de um mesmo país, só se encontram nos países da Ásia ou da África, onde existem, lado a lado, uma sociedade européia evoluída e uma sociedade indígena arcaica; o Marrocos, por exemplo, com a cidade administrativa de Rabat ou a cidade comercial de Casablanca, de um lado, e, de outro, as tribos do Rif, apresenta contrastes tão grandes quanto os que existem entre a fazenda da Bahia ou mesmo do Estado do Rio, e o centro comercial de São Paulo. A situação no Brasil não é tão séria porque não se trata, nem de duas raças, nem de dois povos formando duas sociedades diferentes, mas de indivíduos que professam a mesma religião, falam a mesma língua, e têm a mesma nacionalidade, a mesma história e a consciência da sua solidariedade. Não há qualquer obstáculo, além do econômico, à transição de uma sociedade para outra, o que não impede que o Brasil precise urgentemente difundir por todo o país os níveis e métodos de vida das regiões evoluídas.

Nessas condições — caso se queira basear a previsão desse Brasil complexo em analogias com a história de outros países — não é nem na América do Norte, nem nas Índias que se deve procurá-las, porque o Brasil não é um país inteiramente novo

como o primeiro, nem inteiramente velho como o segundo. Por mais arbitrária que possa parecer, a comparação mais perfeita é com a Rússia.

A história fizera da Rússia, mais ainda do que do Brasil, uma nação muito velha, cheia de tradições seculares e imobilizada dentro dessas tradições, mas uma nação estabelecida em um imenso território por colonizar; como no caso do Brasil, era nos excedentes de natalidade de uma população fecunda e não na imigração estrangeira que se queria recrutar os habitantes do novo país em construção. Num caso como no outro, a dificuldade da tarefa reside no fato de que ela não consiste apenas na importação de uma nova civilização, mas também na transformação de uma cultura muito antiga.

A luta do país novo e do velho país colonial

O fato de poder desenvolver-se por meio dos seus próprios excedentes de população, constitui, sob muitos aspectos, uma vantagem para o Brasil, porque êle pode suprir-se livremente, com as próprias reservas demográficas, o que, entretanto, não elimina os problemas de assimilação, mas apenas a sua natureza. No caso dos imigrantes italianos, o novo Brasil não tinha simplesmente que assimilar indivíduos de cultura estrangeira, mas de uma cultura contemporânea à sua; no caso dos imigrantes do Brasil velho, tem que assimilar pessoas da mesma cultura, porém atrasada de muitos séculos. Para conseguir a difusão da cultura progressiva por todo o país e tornar-se uma grande potência moderna, o Brasil terá de vencer resistências que países completamente novos, como os E.U.A. (onde entretanto, tais resistências eram bem menos vigorosas), só conseguiram à custa da Guerra de Secessão.

O complexo arcaico é tão forte, tão grande a sua resistência, que, ao contrário do que sucedeu nos E.U.A., até recentemente, não era o Brasil atrasado que temia ser vencido e eliminado, mas o país novo que receava não conseguir arrastar em sua evolução o resto do país. Era comum ouvir-se dizer que o Estado de São Paulo, ligado aos demais Estados do Brasil, era como uma locomotiva que puxava dezenove carros vazios.

Essa situação não acarretou, como nos E.U.A., uma guerra de secessão, mas provocou sérias dificuldades políticas. O Estado de São Paulo nem sempre tolerou a lei do número imposta

pela preponderância política do Brasil arcaico e a revolução paulista de 1932 foi uma vã tentativa de reivindicar a direção do país.

Nos E.U.A., foi o país nôvo o vencedor da guerra de secessão; no Brasil, na guerra contra São Paulo, o país nôvo foi provisoriamente vencido. Essa derrota não poderia deixar de ser provisória; nada poderá impedir que São Paulo continue a transformar o país, não em seu proveito, mas à sua imagem. A luta entre as forças do movimento e as da resistência apenas começou, mas, depois da Segunda Guerra Mundial, ninguém pode duvidar do seu resultado; o país ainda será por muito tempo, desigualmente desenvolvido, mas o complexo arcaico está grandemente abalado e recua em todo o país. A parte evoluída caminha tão rapidamente que a distância entre as duas, às vêzes, aumenta, mas o fato primordial é que, partindo dos centros do Sul, o movimento tende a difundir-se por todo o Brasil.

As duas modalidades de nacionalismo

As resistências, entretanto, ainda poderão ameaçar o futuro do Brasil, e mesmo que não lhe possam impedir o desenvolvimento e a ascensão à categoria de grande potência mundial, poderão retardá-lo e, sobretudo, tornar mais dolorosas as transformações inevitáveis. A mais perigosa dessas resistências é a que decorre das modalidades opostas que pode assumir o nacionalismo, conforme seja êle o de um país próspero e confiante no futuro, ou o de um país atrasado, susceptível e inquieto. Como no Brasil existem simultaneamente os dois tipos de sociedade, as duas modalidades de nacionalismo nêle se defrontam. Mais uma vez estão face a face os dois aspectos do Brasil, e, se é certo que o Brasil arcaico foi vencido no terreno econômico, não se pode assegurar que o seja também no terreno ideológico.

Os países de nível de vida elevado ou em rápido crescimento, não são menos nacionalistas do que os insuficientemente desenvolvidos, mas as manifestações dêsses nacionalismos é que são extremamente diferentes. O nacionalismo da Austrália não é menos vigoroso do que o do Egito; os resultados é que são opostos.

No Brasil, o país desenvolvido — e, fato mais importante, ainda em via de desenvolvimento acelerado, — é principalmente representado pela agricultura e a indústria progressiva do Estado

de São Paulo. Em nenhum outro lugar o brasileiro se mostra tão nacionalista, mas é um nacionalismo orgulhoso, confiante no valor do país e no seu futuro. Esse nacionalismo é semelhante ao da Austrália ou do Canadá: o país é, ou será amanhã, maior, mais rico ou mais forte do que os outros. Não se sente inveja do estrangeiro, tem-se mais tendência a lamentá-lo ou a desprezá-lo. Vêem-se chegar estrangeiros como imigrantes, cuja presença demonstra que a vida cá é melhor do que no estrangeiro, já que os imigrantes vieram e parecem muito contentes por trabalhar lado a lado com os nacionais, e, muitas vezes, sob as suas ordens.

Um povo com tal sentimento de nacionalismo não pode temer estabelecer contacto com o estrangeiro porque sabe que o faz em pé de igualdade e talvez mesmo de superioridade. Esse nacionalismo orgulhoso não precisa desconfiar dos capitais estrangeiros, pelo menos do capital privado, pois se o país oferece aos que os investem mais vantagens do que os países de que provêm, não se tem dúvida de que em breve esses capitais serão nacionalizados e, provavelmente, também os capitalistas, sobretudo se capitalistas, capitais ou imigrantes, procederem de países velhos e decadentes, cujo passado se respeita mas em cujo futuro não se tem fé.

O Canadá e a Austrália não têm medo de receber técnicos ou capitais, quer da Europa, quer dos E.U.A.; não lhes ocorre absolutamente temer uma forma indireta de colonização ou mesmo de dominação econômica de povos que consideram seus iguais e aos quais esperam um dia ser superiores. No Estado de São Paulo e em muitas regiões do Sul do Brasil existe essa forma de nacionalismo.

Os países pouco desenvolvidos, entretanto, têm uma outra modalidade de nacionalismo que os faz desconfiar do estrangeiro e fechar-se em copas. É o nacionalismo das sociedades indígenas que sofreram processos colonizadores e que antes de mais nada, querem afirmar o princípio da sua independência. Esse nacionalismo não é constituído pela confiança no futuro, mas devido aos ressentimentos do passado; não concorre para abrir de par em par as portas do país a contingentes estrangeiros que poderiam perfeitamente ser absorvidos e sim pela vontade de se isolar do estrangeiro com receio de ser explorado e ainda mais humilhado. Passado o perigo da dominação política, teme-se ainda a dominação econômica.

É uma forma de nacionalismo que contém mais amor-próprio nacional do que interesses nacionais; os que o possuem não se conseguem convencer de que os contactos com países tidos como mais desenvolvidos possam ter outra forma além das relações humilhantes de indígenas e colonos.

Devido ao dualismo da estrutura brasileira, as duas formas de nacionalismo no país são inevitáveis e legítimas. Dependendo de qual delas seja a dominante, êsse nacionalismo poderá ser construtivo ou destrutivo. Premidos entre as duas e pressionados pelas ideologias contraditórias do país desenvolvido e do país subdesenvolvido, os governos freqüentemente hesitantes, adotando, ora uma, ora outra política, procuram atrair os capitais estrangeiros, mas têm medo de os aceitar; as necessidades econômicas, geralmente mais fáceis de identificar, nem sempre são compatíveis com as necessidades políticas e, em um mundo onde os povos miseráveis constituem a maioria, os brasileiros, que dêles ainda têm um tão grande contingente, esquecem-se de que o seu país, arrastado por um rápido movimento de progresso, está em via de se colocar entre os fortes e não mais entre os fracos, na sociedade internacional; realmente, enquanto o Brasil do paulista é rico e forte, o do cearense é fraco e pobre.

A estrutura social arcaica

A população brasileira, em sua maioria, continua a ser uma população rural que, em grande parte, pertence ao país subdesenvolvido. De fato, em uma grande extensão do país essa população rural é constituída por indivíduos isolados, organizados em pequenas comunidades muito homogêneas, que não participam diretamente, nem da vida econômica, nem da vida política nacional. Excetuando-se algumas centenas de milhares de cultivadores independentes que, em São Paulo ou no extremo sul do país, pertencem, como os moradores das grandes cidades, aos países novo, os demais brasileiros — mais da metade — povoam o país pouco desenvolvido.

Essa população rural é bem diferente dos camponeses da Europa Ocidental, mas é mais diferente ainda da população rural dos países novos anglo-saxões em sua resistência à mudança. Atribuem-se geralmente essas diferenças tão acentuadas entre os dois tipos de americanos rurais, os do Norte e os do Sul, às qualidades diversas dos povos anglo-saxões e latinos e explica-se

o atraso cultural do homem do interior do Brasil pela repugnância dos primeiros colonos ao trabalho manual, pelas deficiências dos governos, pelos princípios disciplinadores do catolicismo, pela tendência à mestiçagem, etc.

É bem possível que os traços culturais latinos hajam tido certa influência sobre o atraso cultural geral da América Latina em relação à América Anglo-Saxônica, mas não se pode deixar de levar em consideração a influência do meio em que se estabeleceram no Brasil os colonos portugueses; não apenas a influência direta do clima, mas a das formas de sociedade que ali encontraram ou tiveram que estabelecer. Também não se deve esquecer que o sul dos E.U.A. teve os seus "caboclos" constituídos pelos brancos pobres e que provinham da mais pura linhagem anglo-saxônica.

Um dos fatores que contribuíram para imprimir à população rural seus traços peculiares é a dispersão muito precoce do povoamento. Tem-se muitas vezes observado que, nos E.U.A., a população se concentrou durante longo tempo em um território relativamente restrito, sem se preocupar com o desbravamento das regiões do Oeste. Em 1776, século e meio depois do desembarque do Mayflower em 1620, os colonos anglo-saxões ainda não se haviam estabelecido senão em uma pequena superfície igual à da França. A existência de uma raça de índios guerreiros obrigou os colonos dos E.U.A. a avançar muito lentamente pelo interior; para tanto, era-lhes preciso esperar crescer em número, exterminar ou rechaçar os índios e equipar totalmente uma zona antes de ocupar a seguinte. A ocupação do território fêz-se em ordem e em número; o Oeste só foi conquistado depois que os transportes permitiram fazê-lo de maneira eficaz.

A América do Norte venera o mito do pioneiro, mas, felizmente para os E.U.A., os colonos americanos não eram pioneiros por índole, e, em todo caso, não o foram durante muito tempo; foram os pequenos proprietários agrícolas (*fermiers*), tipo social muito diferente do pioneiro, que fizeram os E.U.A. A colonização do Oeste foi sempre numerosa bastante para conservar sua cultura de origem por toda parte em que se estabelecia; sempre os elementos mais adiantados se mantiveram ligados à civilização por uma cadeia de comunidades organizadas. A metrópole manteve-se sempre separada dos territórios a serem colonizados: é o fenômeno da fronteira, cuja importância tem sido freqüentemente acentuada pelos historiadores e sociólogos americanos, a exemplo de Turner. No Brasil nunca existiram

fronteiras; é preciso ir a Goiás, ou Mato Grosso, no extremo Oeste, para se encontrar uma aparência de fronteira na orla dos territórios defendidos por algumas tribos guerreiras.

Os portugueses descobriram o Brasil muito cedo e ocuparam-no muito depressa. A procura de escravos ou de ouro, os bandeirantes paulistas percorreram territórios imensos; como só encontraram em seu caminho raças pacíficas, incapazes de lhes opor grande resistência, a colonização brasileira espalhou-se por um território excessivamente vasto. No Brasil nunca existiu uma verdadeira fronteira entre os territórios explorados e os que apenas começavam a sê-lo; o Brasil é um império que reúne em seu vasto território, uma metrópole e várias colônias, vivendo a primeira entre as segundas, das quais mal se distingue. A possibilidade de evasão para o interior esgotou a colonização por uma constante hemorragia interna. Desde meados do século XVIII já haviam sido ocupados mais de quatro milhões de quilômetros quadrados, a metade do Brasil, e a sua população não era ainda de três milhões.

Tendo sido colonizado muito cedo, o Brasil já não era mais um país nôvo quando os meios modernos de transporte tornaram possível uma vida civilizada. Pioneiros em demasia, incapazes de manter os contactos indispensáveis à manutenção de uma civilização evoluída em virtude do seu completo isolamento, só devastavam o território que não conseguiam explorar. Grande parte do Brasil foi assim apropriado antes de ter podido ser explorado; hoje êsse território tem que ser reconquistado de uma população meio indígena, meio européia, empobrecida e ignorante. Contrariando a lenda tão fundamentada enraizada, segundo a qual os anglo-saxões foram colonizadores individualistas e aventureiros e os latinos, funcionários coloniais sem iniciativa, o Brasil está agora pagando o gôsto pela aventura dos portugueses e o seu excesso de iniciativas.

Efeitos da grande propriedade do tipo fazenda

Mesmo nas regiões em que os colonos brancos ou negros não se evadiam para o interior e se conservavam agrupados, a natureza das culturas e os modos de organização da propriedade deram lugar a formas de agrupamentos que determinavam a imobilização da sociedade. O sistema da distribuição das terras em domínios muitos vastos, a natureza das culturas da zona

tropical e o emprêgo da mão-de-obra escrava, ameríndia ou africana, acarretaram a distribuição da população em pequenos grupos homogêneos, concentrados em tôrno da sede da exploração, mas freqüentemente separados por grandes distâncias das outras explorações. As fazendas são propriedades feudais grandemente hierarquizadas, não existindo em face do proprietário, senão a mão-de-obra escrava e, às vêzes, uma clientela livre, mas igualmente dependente do senhor.

O território do Brasil, de maneira geral, era próprio às culturas tropicais, com exceção do extremo sul; em consequência, a fazenda foi ali a forma normal de estabelecimento agrícola, ao contrário dos E.U.A. em que apenas uma pequena parte do território teve grandes fazendas. Nessas condições, no Brasil, a fazenda nunca pôde dedicar-se à monocultura. Houve monocultura de exportação, açúcar em uma região, café noutra, mas, à parte êsses produtos de exportação comercializados, cada exploração agrícola tinha que plantar tudo de quanto necessitavam os seus habitantes. A fazenda provia as suas próprias necessidades, completamente isolada das suas vizinhas. A povoação foi, assim, retalhada em pequenas comunidades, cimentadas pelos contactos directos da vizinhança e do patronato. Essas comunidades, que ainda subsistem hoje em grande número, têm uma estrutura muito simples, pois, abaixo do senhor e do pequeno círculo familiar que o cerca, não há lugar para uma classe média. Essas pequenas comunidades são tôdas muito fechadas, muito hierarquizadas e muito isoladas, de maneira que oferecem à mudança uma resistência praticamente inquebrantável.

A grande fazenda brasileira é geralmente responsabilizada pelo atraso da evolução do Brasil em relação à América do Norte; principalmente os observadores norte-americanos, habituados à pequena propriedade familiar — o "homestead" — que constituiu a base da sua sociedade, salientam o papel nefasto dos latifúndios sul-americanos. Mas, se a fazenda é o fator primordial da imobilização da sociedade rural e contribui para lhe conservar o caráter arcaico, é menos devido ao monopólio das terras e ao obstáculo que êsse monopólio criou ao desenvolvimento da pequena propriedade familiar, do que à sua tendência a restringir os contactos sociais a um pequeno grupo primário e a favorecer o isolamento. A fazenda tradicional, nunca foi, de fato, senão em raras exceções, muito bem organizada do ponto de vista econômico, a ponto de barrar a pequena proprie-

dade; é a fazenda moderna, racionalmente organizada do Estado de São Paulo, que elimina o posseiro (*squatter*) e o pequeno proprietário.

Não há dúvida de que as grandes propriedades de mais de 1.000 hectares ainda ocupam a maior parte do território (51% em 1950) mas é preciso acrescentar que são sobretudo os Estados pouco povoados e explorados, os dominados pela grande propriedade — 82,8% na Amazônia, e mais ainda nos antigos e imensos territórios do Guaporé e do Acre e 92% em Mato Grosso. Em compensação, nos Estados povoados e prósperos a percentagem da grande propriedade, conquanto ainda muito grande, é bem menor, — 34% em São Paulo, 35,3% no Paraná, 25,2% em Santa Catarina, 39,5% em Minas Gerais. Mesmo no Nordeste, essa percentagem não é muito superior a 30%.

É um absurdo, aliás, comparar a grande propriedade brasileira à da Europa. A êsse respeito o Brasil e em geral tôda a América do Sul são vítimas da tendência generalizada de se aplicarem teorias que são válidas no caso da Europa superpovoadas, mas inadequadas a países como o Brasil, que tem uma tão vasta região praticamente deserta de homens. É uma tolice, constantemente repetida, a afirmação de que o homem do campo brasileiro não possui terras porque a grande propriedade tomou conta do país.

Não é verdade que o homem do campo brasileiro tenha falta de terras, mas sim, falta de capitais para adquirir as terras em que poderia estabelecer pequenas explorações. É relativamente fácil explorar essas pequenas propriedades familiares que não se ressentem da falta de terras e que pelo contrário, o que as prejudica é exatamente a sua excessiva extensão, a qual, aliada à carência de capitais dos proprietários, lhes impede a exploração. Existem por todo o Brasil lavradores, brasileiros ou portugueses, às vêzes mesmo alemães ou franceses, que não cultivam, à enxada, senão uma pequena horta em volta da sua cabana, que, no entanto, surpreendentemente, possuem 100 ou 200 hectares de terra. São os primeiros a reconhecer que cederam à tentação de adquirir uma grande propriedade sem terem possibilidade de conseguir mão-de-obra suficiente e capital necessário para comprar o mínimo material indispensável e para inverter na exploração da terra, bem como para estabelecer a ligação entre uma propriedade muito extensa e as vias de comunicação muito distantes.

A grande fazenda brasileira, na sua forma tradicional, não monopoliza a terra que lhe pertence, desperdiça-a. Tal como no regime feudal, as relações pessoais entre o grande proprietário e seus empregados são mais importantes do que as relações puramente econômicas; a missão do proprietário consiste em muitas obrigações sociais e muito poucas obrigações econômicas; esse proprietário tem o dever de proteger e dar assistência, mas não é obrigado nem a produzir, nem a enriquecer. A grande propriedade brasileira é um mal, não por que seja desumana e brutal, mas porque não é suficientemente eficaz. Enquanto nos demais países a grande propriedade expulsa os miseráveis e, expulsando-os, obriga-os a empregarem-se onde são necessários, onde podem educar-se e elevar-se, no Brasil ela ajuda os miseráveis, multiplicando-lhes o número; contribui assim para a acumulação de uma população rural inútil e cria o subemprego.

A fazenda arcaica, do tempo da escravatura, que nunca se pôde adaptar ao seu desaparecimento, não é desumana, mas não deixa de ser anti-social. Constitui uma sociedade acolhedora para os simples, uma sociedade que assegura aos seus membros o mínimo necessário à subsistência e à manutenção de um rudimento de civilização, mas o assegura muito facilmente. Nessa grande propriedade, que tem terras em excesso e falta de capitais, é muito fácil repelir o progresso, evadir-se da civilização e do preceito do trabalho. Para os que se contentam com isso, ela perpetua, além de uma grande liberdade, a miséria do regime primitivo da extração. É a grande propriedade inexplorada ou mal explorada que mantém grande parte da população brasileira afastada da sociedade nacional e que faz com que o país, com tantos desocupados, tenha falta de trabalhadores. Pode-se acusar a grande fazenda de desperdiçar e empobrecer a terra que não é capaz de explorar, de desperdiçar e empobrecer os homens que não sabe fazer trabalhar. Não se pode acusá-la, entretanto, de oprimir o caboclo, nem de lhe restringir a independência econômica. A grande propriedade brasileira, em geral, é perigosa — muito mais do que se pensa — mas por motivos bem diferentes dos que freqüentemente se lhe atribuem e que se aplicam à Europa e, na América do Sul, às grandes fazendas de criação das estâncias da Argentina e do extremo sul do Brasil, bem como às grandes plantações bem organizadas de São Paulo.

Na Europa ou nos E.U.A., a grande propriedade é benéfica do ponto de vista econômico e nefasta do ponto de vista social, o mesmo podendo-se dizer de certos grandes empreendimentos modernos do Brasil. Mas as velhas fazendas decadentes, que neste país constituem a maioria, são nefastas do ponto de vista econômico e só são prejudiciais do ponto de vista social porque facultam aos miseráveis a preservação da sua miséria.

De fato, quando em fins do século XIX a fazenda perdeu a sua mão-de-obra escrava, já havia, geralmente, esgotado uma terra mal explorada. Os que possuíam capitais, acharam mais vantajoso comprar novas terras e estabelecer novas fazendas que, hoje, exploram mais prudentemente. Nas velhas fazendas, semi-abandonadas, o proprietário em geral substituiu a escravatura por um sistema que lembra as grandes propriedades medievais. O proprietário transforma em pastagens e em alguns campos de trigo, cana-de-açúcar ou mandioca, a maior parte das centenas ou milhares de hectares que possui. Para cultivar essa propriedade, contrata colonos que lhe dão um determinado número de dias de trabalho, geralmente pagos em produtos e a quem êle cede terras para o cultivo necessário à sua subsistência.

Nessa propriedade, o trabalho dos habitantes divide-se entre a exploração dos seus próprios lotes e as tarefas nas terras do proprietário. Mas, como na propriedade feudal, os deveres pessoais do patronato aliam-se às necessidades de uma exploração arcaica da propriedade, para impedir que o grande proprietário proíba que ocupantes se instalem livremente em suas terras e ali construam suas casas e estabeleçam as culturas de que necessitam para suas famílias. O proprietário deve, ao contrário, estimulá-los, pois êsses ocupantes serão clientes que facilitarão a exploração da propriedade e fortalecerão o seu prestígio pessoal.

A colonização abundante da terra é preocupação constante dêsse tipo de proprietário, como o era do senhor que, para atrair habitantes para a sua propriedade, oferecia-lhes franquias. A fim de recrutar um maior número de colonos que lhe limpem os pastos quando a sêca os ameaçar de incêndios, o proprietário ajudará uma família a construir uma casa de taipa, que custará apenas uns poucos dias de trabalho, além de lhe emprestar ferramentas; de tempos a tempos, oferecerá a outra, o trabalho de uma junta de bois para lhe auxiliar a colheita; manterá algumas culturas, — quando lhe seria mais conveniente dedicar-se à criação — instalará um moinho de cana-de-açúcar ou um

alambique. Muitas vêzes poderá oferecer vales para o farmacêutico e uma calça de zuarte ou um par de sapatos, em época de festas ou de eleições; às vêzes também interporá sua autoridade entre seus homens e o Govêrno. Dêste modo, disporá de uma reserva de mão-de-obra, mas uma mão-de-obra muito pobre, porque é pouca e mal empregada.

É uma mão-de-obra incerta e que deve constituir um excedente para que se possa contar com ela, pois o fato de estar ao abrigo da necessidade livra-a da obrigação do trabalho regular. A própria gleba do colono é geralmente muito mal explorada, porque, se êle é o seu explorador relativamente independente, não é o proprietário, e, além disso, está muito afastado do mercado, cujo mecanismo desconhece, não sabendo, portanto, como dêle se utilizar. A condição do colono também é precária, porque as obrigações do proprietário são apenas obrigações morais: basta que a fazenda mude de dono e que êste, dispondo de mais capital e menos cioso das tradições, queira explorá-la de modo mais eficaz, para que sejam suprimidos todos êsses serviços que acarretam despesas sem oferecer qualquer vantagem além das satisfações do patronato. Nada mais resta ao colono senão despedir-se, e, no lugar das suas culturas, novas pastagens acolherão um rebanho mais numeroso; os bois devoram os homens.

Mas, enquanto perdura a velha estrutura feudal, a fazenda, fechada sôbre si mesma, provê às suas necessidades e é essa a razão pela qual, ao contrário do que geralmente crêem os brasileiros, o Brasil, sendo um país de grandes propriedades, é ao mesmo tempo um país de pequenas plantações variadas.

A fazenda constitui ainda o coração do Brasil arcaico. À sua volta, organiza-se a resistência à evolução rápida que arrasta todo o país; essa forma de sociedade, tão importante, é infelizmente pouco conhecida. Apesar dos numerosos estudos de comunidade que, de uns anos para cá, a sociologia brasileira vem ativamente realizando em todo o Brasil, a fazenda tem sido esquecida. Como freqüentemente acontece, foram sobretudo as sociedades aberrantes que despertaram interêsse; existem estudos excelentes sôbre as comunidades ribeirinhas do Amazonas, sôbre as cidades decadentes das regiões auríferas de Minas Gerais, sôbre os pescadores de São Paulo — tipos sociais originaes, que não reúnem senão algumas dezenas de milhares de indivíduos — e não existem trabalhos sociológicos sôbre a fazenda, cuja forma de agrupamentos reúne milhões de indivíduos.

Miséria e fome do Brasil rural

O caboclo brasileiro encontrou no isolamento a liberdade do homem primitivo, mas não produzindo mais do que este e, como este, sujeito aos imperativos do clima e do solo, também lhe conhece a miséria. Sua habitação, em geral, limita-se a uma cabana de terra batida, coberta de sapé ou de fôlha de zinco, que êle mesmo construiu; seus móveis se reduzem a um estrado de madeira, sôbre o qual coloca, para dormir, um colchão de palha sêca, e, em geral, mas nem sempre, uma mesa e algumas cadeiras; os utensílios caseiros constam de algumas cestas, pratos de madeira, um almofariz e um pilão de madeira, pratos e xícaras de fôlha ou de latas de conservas; suas roupas consistem em uma calça e uma camisa de chita, e, às vêzes, um par de sapatos que, aos domingos, êle carrega na mão para calçá-los à porta da igreja; seus instrumentos agrícolas se reduzem à enxada e ao facão de mato.

A miséria do interior do Brasil não é a miséria das regiões pobres da Europa Ocidental, mas a que precedeu a economia de troca; chega mesmo à fome e, apesar da fraca densidade da população, são as áreas rurais mais famintas do que as cidades. Frequentemente se tem constatado a existência da fome no Brasil, algumas vêzes mesmo exagerando-se, mas, sobretudo, desconhecendo-se a sua verdadeira natureza.

A julgar pelas estatísticas, o Brasil é subalimentado porque não produz a quantidade de alimentos necessária aos seus 60 milhões de habitantes, mas as estatísticas da produção de gêneros alimentícios têm um valor muito relativo. O Brasil realiza excelentes recenseamentos agrícolas, que completa com inquéritos do Ministério da Agricultura, mas, por melhores que sejam os métodos empregados, sua eficácia é inevitavelmente prejudicada pela estrutura econômica e social do país.

Em um país em que a metade da população vive da economia privada e onde, por conseguinte, sômente uma parte da produção alimentícia é comercializada, tem-se que acrescentar à produção agrícola registrada, não só os produtos de extração, abundantes em certas regiões, mas banana, chuchu, mandioca ou batata-doce, que todos plantam em volta da casa e que ninguém pôde contar ou calcular. Não há melhor prova da grande margem de incerteza, do que as divergências entre as estatísticas do recenseamento e as do Ministério da Agricultura.

Deve-se, portanto, aceitar, com certas reservas, os dados fornecidos pela FAO em relação ao período de 1948-1949, que atribuem à população brasileira apenas 2.350 calorias por cabeça, muito menos do que à egípcia. Mais graves são as cifras consignadas nos inquéritos de Josué de Castro, porque se referem a populações urbanas e suburbanas do Nordeste, cuja alimentação é mais fácil de controlar; tais dados demonstram que essa população é francamente subalimentada, mas seria perigoso estender essas conclusões a outras além das superpovoadas do Nordeste, sobretudo às rurais das regiões úmidas, que vivem em condições muito diferentes.

A miséria fisiológica e a fome incontestável do brasileiro do interior, e, muitas vezes também, da plebe das cidades, é principalmente conseqüência da má alimentação, mais do que da subalimentação, e aquela decorre, em parte, da falta de educação. O caboclo vive do que produz: geralmente milho, mandioca e feijão e, às vezes, arroz; êle também compra açúcar. Mas o caboclo não varia a alimentação e tem carência de muita coisa, porque não compra nada fora, e também porque maus hábitos alimentares o fazem desprezar produtos de que dispõe, como as frutas. A fome do brasileiro não é a dos países superpovoados, mas a dos primitivos.

O brasileiro padece também da fome dos primitivos que, por falta de intercâmbio, dependem muito da natureza; quando falha a colheita local, o homem do interior passa fome, porque os vizinhos também não produzem excedentes, e, quando os há, é difícil transportá-los e ainda mais difícil comprá-los para os que vivem de uma economia restrita. Se existem tantos brasileiros mal alimentados, não é tanto porque não haja bastante o que comer para todos, como porque a sociedade não está organizada de maneira a colocar tôda a produção à disposição de todo o país; ela não está aparelhada nem para assegurar a conservação de tôda a produção alimentícia.

Enquanto permanece em seu meio, não tem, êsse caboclo miserável, qualquer ambição ou iniciativa; habituado a trabalhar em conjunto, fornecendo dias de trabalho ao grande proprietário, não basta oferecer-lhe terras próprias para que se torne um produtor independente; é preciso proporcionar-lhe a educação necessária, e, sobretudo, seria preciso fornecer-lhe capitais. Nas áreas das velhas fazendas, cujos proprietários delas se desinteressaram, os caboclos abandonados queixam-se freqüentemente: "A terra é boa e não queremos abandoná-la, mas que havemos

de fazer? Não temos proprietário!" Perdendo o proprietário, a comunidade local perde o seu governo; o que falta não é o proprietário, é o dinheiro, é o chefe.

Se o caboclo miserável constitui a massa dessa sociedade arcaica do velho Brasil, também o dono de mil ou dois mil hectares, imobilizado na fazenda ancestral, cujas terras esgotadas deixam muito pouco excedente depois de haver satisfeito as necessidades de uma população numerosa, muitas vezes faz parte dessa sociedade imóvel, que tanto um como o outro amam e não pensam em mudar. O proprietário é o chefe, mas em comparação com as classes superiores da indústria ou da agricultura produtiva do país novo, é tão pobre e atrasado quanto o são seus caboclos em comparação com os operários de São Paulo ou os colonos alemães do Rio Grande do Sul; a diferença é que é muito mais fácil aos seus filhos passar para o outro Brasil.

As pequenas comunidades rurais — que vivem praticamente de uma economia fechada, separadas do mundo pela pobreza e pela ignorância — são fortalecidas por estreita solidariedade econômica e, nas relações pessoais de patronato e clientela, encontram também grande solidariedade política. A comunidade, na pessoa de seu chefe, interpõe a sua autoridade entre o Estado e os indivíduos. O Brasil arcaico, em contraste com os países ocidentais, ou o Brasil novo, não é constituído por indivíduos e sim por comunidades.

Também é comum, nesta época de rápida transformação social, que as pequenas comunidades rurais, embora continuando a existir, estejam totalmente desorganizadas. Seja porque algum proprietário ausente, delas não mais se ocupa e não foi substituído, seja porque — caso talvez mais freqüente — novas ideologias lhe tenham roubado o prestígio, o fato é que a comunidade rural se está desintegrando. Livres do patronato, os rurícolas, entretanto, não se integram diretamente na sociedade nacional; a destruição do quadro tradicional, que não foi substituído, deixa-os mais isolados e mais miseráveis.

A estrutura social do país novo

Em contraste com a estrutura social, hierarquizada mas simples, do Brasil velho, em contraste com essa justaposição de comunidades que não congregam senão um pequeno número de

indivíduos mas que os unem; entretanto, pelas relações pessoais, o Brasil nôvo apresenta uma estrutura social menos hierarquizada, porém mais complexa; uma estrutura que muda ràpidamente. Parte do Brasil constitui uma vasta sociedade, cujos membros estão ligados não por contactos pessoais, mas pelas solidariedades indirectas, e bem mais amplas, da divisão do trabalho e das instituições políticas.

Nas regiões prósperas do Estado de São Paulo, nas zonas de colonização organizada do Sul, nas vizinhanças das grandes cidades em geral, vê-se surgir uma classe de agricultores independentes, donos de pequenas propriedades familiares, que não estão absolutamente envolvidos nas relações de patronato. Acima de um proletariado rural, que não encontra mais quadros sólidos, forma-se uma classe média rural. Já não é mais no mundo hierarquizado da fazenda, mas nos quadros econômicos do mercado e nos quadros políticos do município, do Estado e da Federação, que se organiza a sociedade. Essas zonas agrícolas progressistas mantêm estreito contacto com a cidade e nelas há possibilidades de circulação de idéias e de homens, como nas sociedades do Atlântico Norte.

Quando a grande propriedade subsiste, já não é mais da mesma natureza; organizada agora para a produção e não mais para a proteção, cria relações econômicas e não pessoais; deixando de fornecer quadros sociais à população rural, não oferece muita resistência às mudanças. A grande fazenda de café de São Paulo parece, ao contrário, constituir um meio eficaz de transformação; com a sua enorme necessidade de mão-de-obra, recruta agora imigrantes no Brasil arcaico, como o fazia outrora na Itália, facilita a sua introdução na sociedade tão diferente do país nôvo e constitui a transição entre o paternalismo do interior e o individualismo da cidade.

Mas a grande propriedade é instável; dedicadas à cultura do café ou do algodão, as plantações esgotam-se ràpidamente; em outras regiões do Brasil, as plantações cansadas subsistem e a população, que reluta em abandoná-las, vegeta na semi-ociosidade. No Estado de São Paulo, a grande fazenda exaurida tem que se mudar, mas, ao mesmo tempo que perde o valor, em virtude do esgotamento da terra, para plantações de produtos de exportação, a qualidade dos meios de transporte e a existência dos grandes centros urbanos de consumo conferem-lhe

nôvo valor para abastecimento da cidade. Laticínios, aves, cereais e tôda sorte de cultura de víveres, fazem surgir pequenas propriedades familiares e, ao mesmo tempo em que a grande propriedade vai procurar no Oeste novas terras, que lhe dão lucro tanto loteando quanto explorando, as zonas que ela abandona vão-se afastando das velhas estruturas coloniais.

Mas, em certas velhas zonas de colonização italiana ou alemã, do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina, ou nos núcleos de colonização que o Govêrno e algumas grandes sociedades estão atualmente estabelecendo, a grande propriedade é totalmente inexistente e a sociedade rural é constituída por pequenos e médios lavradores independentes.

Mas é sobretudo nas cidades do Sul que a sociedade brasileira se moderniza ao mesmo tempo que se diversifica; no Rio e em São Paulo e em várias outras cidades menores, a velha aristocracia rural, que ainda predomina em certas regiões do interior, já não constitui mais do que um círculo mundano, que pode ainda conservar alguma influência política em virtude de relações pessoais e familiares, mas que não exerce sôbre a população urbana qualquer patrocínio direto.

No Estado de São Paulo, o processo está muito mais adiantado e o Brasil moderno não forma ilhas esparsas pelo Brasil arcaico, abrange todo um país; o Brasil arcaico ali só existe em uns poucos refúgios isolados, que vão rapidamente desaparecendo.

Sem dúvida, mesmo nas cidades, o Brasil arcaico ainda conserva alguns prolongamentos: no Nordeste, por exemplo, a pequena cidade não é mais do que uma capital rural, à qual se estende a autoridade das personalidades rurais influentes. E êle está presente nas grandes cidades modernas, principalmente no Rio, na pessoa dos imigrantes deslocados que para lá se transferem e não são imediatamente assimilados; os moradores, que se erguem no centro do Rio, constituem uma "zona" de favelas onde uma população miserável e analfabeta constrói casebres de taipa, vive de expedientes, na semi-ociosidade, reproduzindo na cidade os estilos de vida do interior.

São, entretanto, apenas vestígios de um período já ultrapassado: São Paulo, Rio de Janeiro, Pôrto Alegre, Belo Horizonte, são cidades em constante mudança, onde tudo se transforma sem cessar. As habitações, os hospitais, as biblio-

tecas, os estabelecimentos de ensino, os serviços sociais, são os mais modernos, muito mais do que os da Europa. De fato, não são, geralmente, senão amostras do que desejaria ser o Brasil nôvo, e ainda inacessíveis à maioria: nas vizinhanças do mais moderno hospital, morrem pessoas sem terem sequer visto um médico; à porta de escolas, que fariam inveja aos E.U.A., embora ainda muito raras, inúmeras crianças permanecem ignorantes. Nesse tipo de sociedade, é mais fácil fazer muito bem, imediatamente, a uma minoria do que pouco a todos. Mas, se muitos habitantes dessas cidades não podem gozar das vantagens da civilização tão moderna que elas oferecem, têm-nas diante dos olhos, e aspiram, portanto, mais do que nunca, à mudança que lhes porá à disposição essa civilização.

Enquanto os estilos de vida das zonas rurais atrasadas são os que, na Europa Ocidental, precederam os tempos modernos, os estilos de vida para que se encaminha o nôvo Brasil são os da América do Norte do século XX.

É sobretudo pela ascensão das classes médias que êsse nôvo Brasil difere profundamente do antigo em que elas não existiam. Descendentes de imigrantes ambiciosos, filhos muito numerosos de uma aristocracia rural que ainda não reduziu muito a sua prole, todos se encontram nas profissões liberais, nas funções públicas, no comércio, no exército e nos quadros da indústria, formando uma sociedade individualista que não proporciona, nem aceita o patronato. Foi essa classe média que rompeu de forma mais definitiva com o Brasil rural, mesmo quando os seus membros dela se originaram na primeira geração. Enquanto o Brasil velho é uma federação de grupos primários, que provêem à própria subsistência, o país nôvo desconhece a existência dos grupos primários, e a própria família nêle está enfraquecida.

Nada detém a classe média urbana em sua evolução; ela acolhe os estilos de vida, as idéias e ideologias novas, sem oferecer resistência; em uma geração ela passa, por exemplo, diretamente, sem dificuldade, de um quase enclausuramento das mulheres para a co-educação e para a mesma liberdade dos países anglo-saxões. A posição estratégica da classe média nas cidades dá-lhe uma autoridade desproporcionada à sua importância numérica no país, permitindo-lhe muitas vezes fazer valer a sua vontade na política nacional, até mesmo contra a vontade das massas rurais, ou melhor, de seus chefes.

A posição das classes médias urbanas é tão importante que não deixa ao proletariado urbano senão um papel muito insignificante. O desenvolvimento da indústria aumenta muito rapidamente a importância numérica da população urbana operária, mas esta tem certos traços que a distinguem nitidamente das populações operárias da Europa e, mais ainda, das dos E.U.A. Recém-chegados das zonas rurais atrasadas, muitos operários das cidades ainda não se desintegraram completamente da velha sociedade colonial; seus níveis de cultura são muito baixos, seus estilos de vida, arcaicos; são “caboclos” que perderam seus quadros tradicionais e ainda não encontraram outros; estão, por conseguinte, em uma fase de desorganização; já não pertencem mais ao velho Brasil e ainda não se integraram no novo.

Em consequência das migrações rápidas, que precipitam os indivíduos em um meio urbano, que, no Brasil, é completamente diferente do meio rural, as zonas urbanas onde se instalam êsses migrantes são como várias zonas rurais decadentes, focos de desorganização social, e seus próprios habitantes ficam à mercê dos aventureiros que esperam construir, por meio dos seus votos ou dos seus movimentos de massa, uma próspera carreira política. Mas a evolução nessas cidades é muito mais rápida do que no campo, e novas classes, as sindicais por exemplo, já começam a formar-se.

Os níveis de vida dêsses operários ainda são relativamente muito baixos, mas não se podem comparar com os do homem do campo.

Na sociedade em que cada qual tem que viver, tanto o operário da cidade, quanto o caboclo, são pobres, mas as suas pobrezaas são tão diferentes quanto a do Oriente e a do Ocidente. O operário das cidades do Sul ainda é muito mal pago em comparação, não somente com o dos E.U.A., mas mesmo com o da Europa; recebe, entretanto, três ou quatro vezes mais do que o caboclo do interior e, sobretudo, como trabalha todos os dias, recebe diàriamente; não está perfeitamente bem, mas é tratado; não é muito instruído, mas geralmente sabe ler — se pertence às gerações mais jovens quase sempre sabe ler. Ao contrário do caboclo, o operário isolado na sociedade urbana está sujeito à lei do trabalho, da qual nenhum patronato virá subtraí-lo. Ele pertence ao país desen-

volvido e tem que lhe aceitar os inconvenientes tanto quanto as vantagens.

Morando numa casinha de subúrbio — duas peças, varanda, cozinha e banheiro — às vêzes nos apartamentos baratos, extremamente modernos, que os órgãos públicos mandam construir, com luz elétrica e, geralmente, aparelho de rádio, informado por vários jornais, protegido por uma legislação social progressista que, nas cidades, é realmente aplicada, êsse proletariado urbano não pertence naturalmente à mesma classe social que o comerciante abastado das cidades-jardim de São Paulo ou dos arranha-céus de Copacabana, mas pertence à mesma civilização.

A casa de taipa e o edifício de concreto são os símbolos expressivos dos dois níveis de cultura que constituem o país. Seja qual fôr a sua classe social, todos êsses habitantes do concreto situam-se nas várias camadas de uma sociedade próspera, progressista e instável, de uma sociedade de estrutura individualista, que desconhece a proteção e os constrangimentos do patronato. Os caboclos e seus patronos, distribuem-se pelas várias camadas de uma sociedade tradicionalista, muito miserável, de uma sociedade muito hierarquizada, porém muito simplesmente hierarquizada.

Entre essas duas épocas da cultura brasileira, a distância vem-se acentuando constantemente, já que uma evolui cada vez mais rapidamente, ao passo que a outra se mantém perfeitamente imóvel enquanto não fôr rompido o seu isolamento. Mas, entre as duas culturas diferentes é possível a circulação, pois são brasileiros que as possuem; pode-se, pois, esperar que elas se encontrem um dia e que a sociedade brasileira recupere a unidade ameaçada em um período de transição.

A sociedade arcaica, conquanto seja ainda muito mais numerosa, é a mais fraca e em geral vive na defensiva. Entre as duas sociedades, a circulação faz-se em um só sentido: a população do velho Brasil não varia enquanto se mantém imóvel, mas ela começou a movimentar-se e, quer se transporte do norte para o sul, quer, em todo o país, se transfira do campo para a cidade, deixa sempre o velho Brasil para se incorporar ao nôvo. Todos os dias, o desenvolvimento dos transportes abre novas zonas à influência urbana e, todos os dias, novas comunidades rurais começam a desmembrar-se.

A menos que sobrevenha uma revolução profunda, que, para ser rápida, terá que ser singularmente brutal, a evolução deverá demorar muito para atingir todo o Brasil; o sentido, porém, dessa evolução parece claro. O grande problema para o Brasil é evitar que o desenvolvimento econômico do país se processe muito exclusivamente na região já desenvolvida, fazendo com que, ao contrário, êle se difunda por todo o país, a fim de uniformizar a sua estrutura social.

CAPÍTULO VI

AGRICULTURA BRASILEIRA

De uns anos para cá, com a criação de uma poderosa indústria no Estado de São Paulo, iniciou o Brasil uma fase de desenvolvimento extremamente rápido. Entretanto, apesar dos progressos industriais que transformam o sul do país e lhe dão prosperidade, continua a ser um país essencialmente agrícola.

É um país agrícola, em primeiro lugar, porque a grande maioria da população continua a viver da agricultura, se bem que a percentagem dos agricultores venha rapidamente diminuindo — de 17 milhões de trabalhadores, 10 milhões ainda eram agricultores em 1950, enquanto a indústria não absorvia senão 2 milhões e meio.

O Brasil é, ainda, um país agrícola porque a agricultura, apesar de uma produtividade geralmente baixa, contribui muito mais para a renda nacional do que a indústria.

É, finalmente, um país agrícola porque suas exportações provêm quase totalmente (mais de 90%) da agricultura, sendo o restante constituído principalmente por matérias-primas destinadas à indústria; a percentagem dos produtos industriais na exportação é insignificante.

Essa agricultura, dependendo da natureza das culturas e das diversas regiões do Brasil, apresenta características muito diferentes. De maneira geral, é de muito pequena produtividade, pois, contrabalançando as grandes e prósperas plantações dos Estados de São Paulo e Paraná — e mais algumas em outros Estados — existem, em muito maior número, espalhadas por todo o país, as pequenas plantações, que mal produzem para a própria subsistência.

As plantações modernas do sul do país e certas plantações de açúcar do Nordeste são extraordinariamente bem organizadas e pertencem indiscutivelmente ao país desenvolvido. Empregam em grande escala a energia animal e o trator e têm alta renda por trabalhador; a renda por hectare, na verdade, não é geralmente boa, porque, num território tão fracamente povoado e tão pouco explorado como o do Brasil, o desperdício da terra ainda constitui regra geral. Entretanto, ninguém pode negar a eficácia da plantação do café brasileiro; pode-se-lhe talvez fazer restrições pelo fato de sacrificar a qualidade pela quantidade e de não produzir o grão de alta qualidade da Colômbia ou da América Central, ou também pelo fato de esgotar a terra no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas, graças à sua organização e ao rendimento da sua mão-de-obra, a plantação de café no Brasil é de grande produtividade. Essa agricultura progressista está-se estendendo de maneira relativamente rápida para o Oeste, não só no norte do Paraná, como também no Estado de Goiás; constitui, entretanto, uma exceção quanto à superfície ocupada e ao número de trabalhadores empregados.

A pequena produtividade da agricultura de subsistência

Em sua maioria, os lavradores pertencem ao Brasil arcaico e a sua produtividade é tão fraca que, em muitos casos, mal conseguem alimentar-se, malgrado os imensos territórios que permanecem desocupados. Grande parte das terras cultivadas do Brasil é destinada apenas a culturas de subsistência, mas são essas culturas as que utilizam os métodos mais primitivos. No Brasil, a grande produtividade é característica da monocultura: algodão, cana-de-açúcar ou trigo, mas sobretudo o café destinado à exportação. O domínio da produção de alimentos, que é o da policultura, é também o do Brasil arcaico.

Só o caráter primitivo das culturas de subsistência, que absorvem a maioria da população, pode explicar o fato de ter o Brasil dificuldades alimentares, aliás provavelmente exageradas. Quando se trata de formular opiniões gerais sobre um país como o Brasil, quer por meio de estatísticas, ou de outra maneira qualquer, sempre se encontra a mesma dificuldade. Os dois Brasis são opostos e é inútil querer aplicar ao Brasil

arcaico conceitos válidos para o Brasil moderno. Relacionam-se cifras de produção agrícola relativas a todo o país, à totalidade dos habitantes, quando, no país arcaico, grande parte da população, que vive fora do mercado, não participou, nem da sua produção, nem do seu consumo. Seria mais seguro restringir essas estatísticas ao mundo para o qual elas têm valor e relacionar as cifras, aproximadamente exatas, da produção do país desenvolvido às da sua população.

Já se repetiu muitas vèzes que, apesar de possuir, conforme a época, 40 ou 50 milhões de habitantes, o Brasil não tinha senão 15 ou 20 milhões de consumidores e ainda menos produtores; esta afirmação, conquanto ainda procedente, tende a sê-lo cada dia menos.

Seria absurdo negar que o Brasil tem populações subalimentadas e, ainda em maior número, populações mal alimentadas; não são as estatísticas que o demonstram, mas pesquisas minuciosas, como as realizadas por Josué de Castro, principalmente no Nordeste. Não há dúvida, porém, de que essas averiguações têm sido levemente generalizadas e, sobretudo, sua causa tem sido exageradamente atribuída à insuficiência da produção agrícola. O pessimismo quanto à incapacidade da terra brasileira para alimentar os seus habitantes parece pouco justificado; trata-se, provavelmente, mais da má distribuição da produção agrícola do que de sua insuficiência. Para isso contribuem grandemente as dificuldades de transporte e, se é verdade que o transporte das colheitas só é possível à custa de grandes prejuízos e despesas, disso não se pode culpar nem a indolência nem a ignorância do caboclo, nem tampouco a incúria do proprietário rural. Foram as dificuldades de transporte e a falta de silos, por exemplo, que privaram o Brasil de parte dos grandes aumentos da produção de trigo. O valor dos produtos avariados foi calculado em 30%; mesmo admitindo-se que o *deficit* alimentar de 4,4%, apurado com tanta precisão, seja exato, bastaria evitar essas perdas para convertê-lo em um excedente tão grande, pelo menos em quantidade, quanto o dos países bem alimentados.

O fato de ser a agricultura brasileira perfeitamente capaz de prover à alimentação do país não impede que, na maioria dos casos, ela seja muito primitiva e imobilize nas terras um número excessivo de trabalhadores inúteis e miseráveis.

Foram, em grande parte, as formas de povoamento do Brasil que contribuíram para a resistência da agricultura brasileira às técnicas modernas. O povoamento do Brasil foi outrora determinado pelos grandes ciclos econômicos originados pelas necessidades das metrópoles européias; a prosperidade de uma cultura de exportação ou de mineração acarretava o povoamento de novo território e, depois de um período de prosperidade, o esgotamento das terras ou das jazidas, as modificações da procura estrangeira, deixavam-no vegetar nessas terras empobrecidas que uma grande fecundidade multiplicava rapidamente. O ciclo da cana-de-açúcar no Nordeste e em toda a costa do Atlântico até o Rio de Janeiro, o ciclo da mineração nas regiões pouco férteis do vale do São Francisco, no norte de Minas e até no Estado de Goiás, o ciclo da borracha, de pequena duração, no vale do Amazonas e, finalmente, o ciclo do café nas regiões montanhosas do Rio de Janeiro e no leste do São Paulo e Minas, todos deixaram ruínas.

As características gerais da agricultura brasileira não são fornecidas pelas grandes fazendas prósperas, que a exportação do café tornou conhecidas em todo o mundo e cujos proprietários viveram em opulência proverbial, mas sim pelos milhões de caboclos, trabalhadores independentes ou colonos de grandes propriedades que, proprietários ou assalariados, continuam tão pobres como antes. Vivem à margem da economia monetária e, mesmo os assalariados, freqüentemente recebem os seus salários em produtos.

Nesse Brasil esquecido só se conhece a energia dos braços e o instrumento de trabalho é a enxada; 70% das plantações não conhecem outro. As fazendas modernas, que utilizam o arado, estão concentradas no Sul; 75% só nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. O mesmo se pode dizer do trator. O Governo brasileiro tem-se esforçado por difundir o uso do trator, mas a agricultura arcaica não se utiliza dêle; nos Estados de Alagoas e Sergipe mesmo o arado é objeto de curiosidade e, talvez um dia, como geralmente acontece no Brasil, saltando épocas, passar-se-á diretamente da enxada para o trator.

A rotação de culturas e a seleção de sementes são práticas desconhecidas e, enquanto no Brasil moderno se utiliza o avião para espalhar inseticidas sobre as plantações, em todo o interior do Brasil o caboclo ainda emprega as técnicas herdadas dos autóctones ou, mais freqüentemente, dos escravos africanos. Em 1950, de 1.895 municípios, 1.676 praticavam a agricultura

itinerante da queimada, que imobiliza em um alqueire interminável 6 ou 7 oitavas da plantação; foi apurado nessa ocasião que menos da metade dos municípios adquiriam adubos.

Devido a êsse regime, existem no Brasil muitas terras incultas; as propriedades agrícolas cobrem a quarta parte da superfície do país, mas são sobretudo pastagens, matas de corte e alqueives; as culturas ocupam apenas 10% dessas propriedades. Há também um grande número de propriedades, cujas terras esgotadas poderiam ser recuperadas, mas, num e noutro caso, a substituição da agricultura arcaica pela agricultura moderna exige deslocamentos de população que, provavelmente, acabariam por se produzir, em uma economia liberal, à custa de muito sofrimento, do qual, entretanto, pede a população ao Govêrno que a defenda.

Possuindo duas agriculturas, uma altamente produtiva, e outra, que, não o sendo, absorve justamente a maior parte da população agrícola, o Brasil é levado a sacrificar o progresso agrícola à necessidade política de preservar situações tradicionais, mesmo quando estas só podem trazer a miséria para os que as suportam e para todo o país. Possuindo imensos territórios férteis, que ninguém ocupa, sem capitais para os explorar, o Govêrno, entretanto, não deixa de gastar milhões, como por exemplo, no Nordeste, nas obras contra as sêcas, destinadas a impedir que os seus habitantes morram de fome e de sede em uma zona semideserta. O Brasil possui terras em demasia; essas, entretanto, não estão onde se acham os homens e, como êles se apegam ao lugar em que sempre viveram, é mister proporcionar-lhes, com pesados sacrifícios, terra utilizável. O Govêrno é obrigado a dispor também dos seus parques capitais para abrir e conservar estradas, sociais e não econômicas, em regiões em que os homens são numerosos e os produtos raros.

Ocorre no Brasil algo semelhante ao que poderia ter sucedido nos E.U.A. se, em meados do século XIX, o Govêrno federal houvesse sido constringido a ajudar os camponeses da Nova Inglaterra a permanecer nos solos graníticos da costa em lugar de deixá-los emigrar para as planícies férteis do Meio-Oeste.

Reunindo em seu território um velho país decadente e um país nôvo e progressista, o Brasil tem que desdobrar esforços para socorrer plantações de pequena produtividade em lugar de prestar auxílio às altamente produtivas, porque as necessidades sociais têm primazia sôbre o interêsse econômico.

Assim como a França não pode sacrificar Ariège ou Lozère, o Brasil não pode sacrificar o Ceará ou Sergipe. Isto não impede, entretanto, que as zonas prósperas do Sul sejam as de mais rápido desenvolvimento — talvez rápido demais em relação ao resto do país — retardado, contudo, pela necessidade de arrastar todo o país.

As sujeições da agricultura tropical

Se em grande parte do país os agricultores continuam a empregar as técnicas primitivas, que lhes proporcionam uma produtividade que apenas dá para lhes alimentar a família, isto acontece às vêzes porque as condições próprias à agricultura tropical não permitem técnicas mais científicas. O geógrafo Gourou revelou a relativa pobreza agrícola dos países tropicais — dizem alguns que êle a exagerou — e o Brasil não escapa às imposições do clima tropical, mesmo quando se liberta do calor graças à altitude.

Mais de nove décimos do território brasileiro — de 93 a 94% — estão situados na zona intertropical; só o extremo Sul, constituído pelos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e parte do Paraná, ficam na zona temperada. Isto absolutamente não quer dizer que o clima no Brasil seja penoso para o homem branco; muito pelo contrário, grande parte do Brasil — o planalto brasileiro, maior do que a República Argentina — devido à altitude, tem temperaturas muito moderadas. Há estação quente, durante a qual as noites são relativamente frescas, e estação de inverno, que é também a estação seca, durante a qual, sem que a temperatura desça normalmente abaixo de 10°, se torna agradável o aquecimento; é o clima que geralmente se chama de “temperado durante todo o ano”. O planalto brasileiro presta-se, assim, muito bem à moradia e ao trabalho do homem europeu.

Mas o clima do planalto brasileiro, temperado quanto ao número de graus, é tropical quanto ao regime das chuvas que, durante os meses do verão, são concentradas e às vêzes muito violentas. Do ponto de vista da lavoura tal regime de chuvas expõe as culturas e o solo a graves perigos; um atraso das chuvas pode comprometer as plantações e sobretudo a violência das chuvas tropicais aumenta grandemente o risco de erosão

tornando necessária a adoção de métodos de cultura que consomem numerosa mão-de-obra. A erosão torna-se mais perigosa porque a topografia do planalto brasileiro é bastante acidentada e, em grande parte do território, o escoamento da camada de terra vegetal origina a formação de lateritas definitivamente estéreis.

Essa ameaça de destruição do solo impede, em muitos lugares, o emprêgo dos métodos de cultura extensiva, de grande rendimento, que podem ser utilizados nos países novos, de clima mais temperado, quando a fraca densidade do povoamento não obriga à exploração intensiva do território. Desde que a inclinação seja um pouco mais forte, a natureza torrencial das chuvas, no Brasil, obriga a descobrir o solo o menos possível e, por êsse motivo, a adotar a lavoura de enxada como método normal de cultura.

O Brasil, a não ser no Sul, quase não utiliza o trator — e mesmo o arado é muito pouco empregado — o que deixa indignados os observadores norte-americanos. Sem dúvida a natureza primitiva da lavoura de enxada é devida em parte à falta de capitais, à falta de iniciativa de certos grandes proprietários e à falta de educação da população rural, mas é devida, sobretudo, ao fato de que, em muitas regiões montanhosas, seria perigoso e inútil arar a terra.

Não basta conhecer as técnicas mais eficazes da agricultura das regiões temperadas, é preciso que elas sejam praticáveis. O trabalhador agrícola brasileiro, que dispõe de poucos recursos de energia, tem muita vêzes que renunciar àqueles de que dispõe — cavalos ou bois — a fim de não esgotar muito depressa o solo. O lavrador brasileiro — obrigado a manter família numerosa com o simples recurso de seus braços, sem se poder apoiar na tradição dos costumes para fazer as mulheres trabalharem no campo e sem qualquer garantia de poder transportar e colocar algum excedente de produção que porventura obtenha — não pode deixar de ter uma produtividade muito fraca. Não obstante o seu grande número, êsses lavradores, habitantes do velho Brasil, sôbre os quais recai o encargo da cultura de gêneros alimentícios, têm muita dificuldade de suprir a população urbana, que se torna cada dia mais numerosa.

Isto explica porque, apesar da abundância de terras férteis e inexploradas, se fale no Brasil em alimentação insuficiente; o Brasil nôvo, que produz muito, desenvolve-se sobretudo através da indústria e nas cidades, mas é também um Brasil

que consome muito e, para satisfazer às suas necessidades, a agricultura, que, de modo geral, ainda subsiste no velho Brasil, teria que acelerar muito mais o ritmo de crescimento da sua produtividade. O desequilíbrio entre o ritmo da evolução da produtividade industrial e o da produtividade agrícola é característico de todos os países desigualmente desenvolvidos e foi muito mais acentuado nos países comunistas do que nos demais.

Pecuária

É a pecuária que mais se ressentente das condições desfavoráveis do clima tropical e é nela que, geralmente, mais persistem os métodos primitivos. O clima brasileiro, do ponto de vista da criação animal, só tem uma vantagem sobre os climas temperados: permite que o gado permaneça no campo durante todo o ano, evitando assim as grandes despesas, que acarretam a construção de estábulos, nas regiões mais frias.

Mas, sob os demais aspectos, a rigorosa alteração das estações secas e úmidas, na região do país mais própria à criação, constitui uma grande desvantagem. As pastagens brasileiras são imensas e o rebanho, que vive nos 100 milhões de hectares de pastagens recenseadas, é o quarto do mundo, depois da Índia, dos E.U.A. e da URSS. Enquanto na França existe apenas cerca de uma cabeça de gado por 3 habitantes, os 50 milhões de brasileiros tinham, em 1950, 57 milhões de bovinos; mas essa riqueza de rebanhos — a maior do mundo — não impede que os brasileiros sofram da falta de carne para comer.

É que os números, considerados isoladamente, são enganosos: se o rebanho brasileiro é mais numeroso que o da Argentina, não é da mesma qualidade e nem poderia sê-lo.

Excetuando-se o Rio Grande do Sul, as pastagens no Brasil não são boas senão na estação úmida do verão, durante mais ou menos quatro meses; nos oito meses restantes o rebanho tira muito pouco alimento dos pastos ressequidos. Não seria impossível, naturalmente, formar reservas de forragem durante o verão, mas em um país que ainda não possui máquinas, nem silos e que tem de manter uma criação extensiva, o custo de produção da carne seria muito alto. A qualidade das pastagens,

aliás, não é das melhores e não se conseguiu criar bons prados artificiais.

Excetuando-se as zonas fronteiras do Uruguai, a alimentação regular do rebanho durante todo o ano constitui um luxo apenas acessível às fazendas-modélo de criação de reprodutores e às granjas de laticínios nos arredores das grandes cidades. A pobreza fisiológica, em consequência da fome periódica do rebanho, bem como os numerosos parasitas, dos quais o mais temível é o carrapato, obrigaram os brasileiros a renunciar às raças delicadas, grandes produtores de carne e leite para se dedicarem à criação das raças mais fortes e resistentes. Enquanto a Argentina pôde especializar-se na produção do gado Shorthorn, os criadores mais esclarecidos de São Paulo ou Minas Gerais tiveram que se contentar em aprimorar as qualidades de um rebanho nativo, que há séculos se habituou ao meio brasileiro, cruzando-o com zebus importados da Índia.

Esses animais rendem pouca carne, o seu crescimento é muito prejudicado pelo raquitismo consequente da alimentação irregular e a sua mortalidade é muito alta, sobretudo no Estado do Pará, no norte do país (40% a 50%) e mesmo em São Paulo, em que atinge cêrca de 20% dos nascimentos.

Enquanto a República Argentina consegue abater anualmente 25% do seu rebanho, o Brasil, que cria o seu, tanto para o leite como para a carne, só pode abater 13%; o pêso de 1.000 libras, que a Argentina consegue aos dez meses, só é atingido no Brasil aos 5 anos. Não só os animais crescem mais lentamente, como o seu rendimento de carne é bem menor do que na Argentina — 166 quilos líquidos contra 261.

Apesar dessas dificuldades, a produção da carne tem aumentado muito: 4%, de 1954 para 1955. Com o desenvolvimento da indústria frigorífica tal situação poderia ser grandemente melhorada, pois permitiria o abate do rebanho antes que a estação sêca causasse muitas mortes e o emagrecimento dos sobreviventes. Outra solução, mais proveitosa, seria o melhoramento dos transportes. A viagem em estrada de ferro está sujeita a tantas delongas que acarreta grande percentagem de mortes e o emagrecimento do gado. Muitos ainda o preferem transportar a pé, mas, nesse caso, a alimentação torna-se difícil, porque as populações ribeirinhas têm mêdo das epidemias transmitidas por essas transumâncias. Como sempre acontece no Brasil, o problema do transporte talvez fôsse a chave dos demais.

Monocultura e policultura no Brasil

O Brasil é conhecido no estrangeiro como um país monocultor e os próprios brasileiros atribuem à monocultura o atraso do desenvolvimento do país. O êrro começou, dizem, com a cana-de-açúcar e o fumo; quando começaram a surgir concorrentes em melhor situação, o país perdeu a sua prosperidade efêmera e vastas regiões ficaram arruinadas. Mas a lição não valeu; com o café tornou o Brasil a dedicar tôdas as suas atividades a um único produto e, durante a crise desse produto, antes de 1940, ficou mais uma vez arruinado, e está arriscado a arruinar-se outra vez, caso não encontre terras novas para substituir as plantações esgotadas.

Mas, apesar de tão sólida reputação, o Brasil não é senão excepcionalmente um país monocultor. A propriedade típica do Brasil, a que emprega a grande massa da população rural e é encontrada em todo o interior, explora culturas mais variadas do que as da Europa. A propriedade em geral é muito vasta, mas, no Brasil arcaico, as culturas constam de pequenas plantações de milho, cana-de açúcar, feijão, mandioca e algumas frutas; o café, quando plantado, é em pequena quantidade.

E por que se falaria no estrangeiro dessa policultura, muito variada, mas muito pobre? Ela é própria dos milhões de pequenos lavradores, que vivem praticamente de uma economia fechada e cujos produtos são consumidos na mesma propriedade e nos mercados locais.

Como se tem geralmente tendências a considerar o Brasil um país nôvo, como a República Argentina ou a Austrália, não se coloca em primeiro plano a agricultura que provê às necessidades da população, mas unicamente aquela que satisfaz às exigências da exportação. Para o estrangeiro e para o exportador, o Brasil é o país do café, mas para o lavrador brasileiro, o Brasil é o país do milho, da mandioca, do arroz e do açúcar. A monocultura, que é característica das grandes fazendas, sobretudo as de café, e também de algodão e de cacau, é essencial para a economia brasileira porque só ela produz divisas. Característica da pequena propriedade que ocupa a maior parte do território brasileiro, a policultura é ainda mais importante, porque fornece alimentação aos sessenta milhões de habitantes do Brasil e emprega a maioria dos homens do

campo. Ao passo que as grandes culturas de exportação cobrem apenas três milhões e meio de hectares, as culturas de víveres ocupam 14 milhões.

Culturas alimentícias

À época de escassez do açúcar, durante o período colonial, a cana-de-açúcar foi a grande cultura de exportação do Brasil; ocupava, então, na economia do país, o lugar que hoje ocupa o café, e foi em torno das suas plantações que primeiro se desenvolveu a exploração do país. Foi com ela que se enriqueceu o senhor de engenho; foi ainda por causa dela que se importaram tantos escravos, e o grande número de indivíduos de origem africana, que hoje se encontra ao longo da costa, do Nordeste ao Rio de Janeiro, é um legado da cana-de-açúcar.

O Brasil deixou de ser grande exportador desse produto, do qual, entretanto, ainda é grande produtor; o papel da cana na economia brasileira ainda é de grande relevância, não sendo, porém, geralmente reconhecido porque grande parte da colheita é consumida pela família e toda a produção utilizada no próprio local. Juntamente com o milho, a cana-de-açúcar continua a ser uma das culturas alimentares mais importantes no Brasil.

A cana é cultivada em todo o país, de várias maneiras diferentes: no Nordeste, no norte do Estado do Rio de Janeiro e no Estado de São Paulo, a cana-de-açúcar constitui a monocultura das fazendas que produzem para as grandes fábricas; há, hoje em dia, forte tendência à concentração e as refinarias se esforçam por congregar propriedades que elas exploram diretamente. Mas, em todo o interior do país, o lavrador estabelece a sua própria plantação de cana e toda a propriedade um pouco maior tem um pequeno engenho, que refina grosseiramente a produção do proprietário e a dos pequenos produtores da vizinhança. Em 1949, o Brasil teve uma produção de 23 milhões de sacas de açúcar de 60 quilos; existe, porém, uma produção, não comercializada, impossível de se avaliar.

O açúcar tem, de fato, um papel importante na alimentação do brasileiro; a população se alimenta essencialmente de arroz, mandioca, milho e feijão; em grande parte do país, na refeição nunca entram o leite, a carne e os legumes frescos.

É o açúcar que atenua os efeitos da alimentação mal equilibrada; grande quantidade dêle é consumida com o café que, para o brasileiro, é um alimento. O cafêzinho, que o brasileiro toma várias vêzes por dia, leva açúcar até mais da metade da xícara; na realidade, não é uma xícara de café e sim de açúcar molhado com café. Em vista disso, durante a Segunda Guerra Mundial, o racionamento do açúcar constituiu para os brasileiros uma privação tanto mais dolorosa quanto estavam mais pobres, e, em consequência da privação do açúcar, a subnutrição mais se agravou.

A produção das pequenas plantações de açúcar, que os caboclos estão sempre a multiplicar, é naturalmente pequena, por falta de irrigação e adubo. Acontece com a cana-de-açúcar no Brasil o mesmo que se dá com o trigo na França: todo camponês quer plantar êle próprio um bem sem o qual não pode viver e assim estabelecem-se culturas nos locais menos apropriados; a produção média é, portanto, pequena e, para que as culturas mais desastradas não deixem de ser rentáveis, torna-se necessário estabelecer preços muito elevados. A produção média brasileira não é superior a umas quarenta toneladas de cana por hectare, contra 100 e até 150 nos países de cultura intensiva; em tempos normais, os custos de produção são inacessíveis ao mercado estrangeiro; as exportações em 1954, somaram apenas 160.000 toneladas.

O arroz, cuja produção se desenvolve muito rapidamente, é cultivado em todos os Estados; de tôdas as culturas de víveres é a que mais freqüentemente constitui uma monocultura. Principalmente no Estado do Rio Grande do Sul foram organizadas grandes plantações irrigadas, cuja produção é bem elevada. A contribuição do arroz para a alimentação do país aumenta dia a dia: entre 1952 e 1954 a superfície cultivada aumentou de cêrca de 30% e só em 1954 a tonelagem produzida aumentou em mais de 10%. Essa produção é inteiramente consumida no Brasil.

O mesmo acontece com as outras grandes culturas de víveres; em todos os Estados encontram-se batata-doce e mandioca e também feijão que, juntamente com o milho, constitui a base da alimentação do povo. Depois dos E.U.A., é o Brasil o maior produtor de milho, mas a sua produção também é pequena porque, em lugar de o cultivar, como o fazem os E.U.A., em solos adequados, nenhum camponês brasileiro pres-

cinde de uma pequena plantação de milho para seu próprio consumo, de sorte que a superfície ocupada por êste é duas vêzes maior que a do café.

O caso particular do trigo

O produto agrícola de que o Brasil tem hoje maior necessidade é o trigo. No Brasil há falta de trigo; o clima não é favorável ao seu cultivo e as tradições culturais de uma população habituada a consumir farinha de mandioca e farinha de milho não contribuíram para o estimular. Até à Segunda Guerra Mundial, o consumo de pão e de massas alimentícias era estritamente urbano e, mesmo nas cidades, era um consumo de luxo, próprio dos estrangeiros ou de alguns grupos que os imitavam. A pouca farinha de que necessitava o país era facilmente importada da Argentina.

Mas, as transformações sociais que se processam no Brasil, acarretaram um rápido aumento do consumo do trigo, aumento êsse que constitui um dos índices da evolução da sociedade brasileira para uma estrutura mais democrática; passando do Brasil arcaico para o país nôvo, grupos cada dia mais numerosos habituam-se ao pão. Apesar dos ônus, que êsses novos hábitos alimentares impõem a um país quase exclusivamente tropical, a difusão do gôsto pela farinha de trigo não podia ser desencorajada; corrigir a subnutrição, variando a alimentação popular, é um dos problemas mais importantes do Brasil. Entretanto, o ônus das importações de trigo e de farinha é muito pesado e poderia tornar-se excessivo se não se tivessem feito esforços extraordinários para adaptar a cultura do trigo ao clima brasileiro.

Os solos mais favoráveis são os do extremo Sul, no Rio Grande do Sul e, no extremo Oeste, nos planaltos do Estado de Goiás. Promoveram-se numerosas iniciativas, bem como facilidades de crédito e, conquanto essa cultura, iniciada depois de 1945, ainda esteja em fase experimental, não parece haver dúvida de que a experiência dará resultado. Em Goiás, os resultados decepcionaram, mas, no Rio Grande do Sul foram muito satisfatórios. A melhor prova é a rapidez com que se desenvolve a cultura, que, em dez anos, de 1944 a 1954, triplicou a superfície que ocupava, passando de 215.000 a mais

de 1.300.000 hectares. Ao mesmo tempo, a produção aumentou, atingindo cerca de 1 tonelada por hectare, uma produção fraca, sem dúvida, mas perfeitamente razoável, tratando-se de uma cultura extensiva, pois a dos E.U.A., às vésperas da Segunda Guerra Mundial, era da mesma ordem.

O problema do trigo ainda não foi resolvido; sua importação constitui o mais pesado ônus no setor alimentar, cerca de 50% do total, mas está em via de ser solucionado. A produção nacional satisfaz a um terço das necessidades do país, que já pode encarar, sem muita preocupação, a generalização do consumo do pão e da farinha. A aclimação da cultura do trigo no Estado do Rio Grande do Sul é um dos acontecimentos importantes do após-guerra, tão importante, talvez, quanto o desenvolvimento da siderurgia para a independência econômica do Brasil.

O café e as monoculturas de exportação

Os grandes produtos de exportação são também os que geralmente constituem o objeto da monocultura e o café, conquanto seja cultivado nas pequenas propriedades, juntamente com os víveres, é que faz com que o Brasil seja considerado um país de grandes fazendas de monocultura. Desde 1880, o café tem constituído o principal produto de exportação do Brasil e, em certas épocas, quase o único; a sua importância, porém, não parece ter diminuído, pois hoje representa, êle só, cerca de dois terços do total das exportações, percentagem esta que mais se elevaria caso se modificassem as cifras de maneira a nelas incluir as oscilações das taxas de câmbio.

O café continua, portanto, a ser a principal fonte de divisas estrangeiras, fonte tanto mais preciosa quanto são os E.U.A. o seu principal freguês e que a possibilidade de financiar as importações de combustíveis depende dos dólares obtidos com essa exportação. O próprio desenvolvimento da indústria contribuiu ainda mais para aumentar a importância econômica do café, pois essa indústria incipiente, que não tem ainda qualquer capacidade de exportação, exigindo, ao contrário, um equipamento dispendioso, é uma grande consumidora de divisas.

Mas, se o papel econômico do café continua a ser importante, o mesmo não acontece com o seu papel social. Ao passo que o milho, a mandioca ou o arroz são realmente culturas brasileiras porque são encontradas em todo o país, e que não há propriedade sem boi ou porco, o café é uma cultura regional, estritamente localizada à volta de São Paulo, que é responsável pela metade da sua produção. Essa cultura só é importante nas regiões dos Estados do Paraná e Minas Gerais, vizinhas de São Paulo, e no Estado do Espírito Santo. A importância social do café é ainda restrita porque a sua cultura, frequentemente, é própria das grandes fazendas que praticam a monocultura e que, no Brasil, ela se presta pouco à pequena propriedade familiar. É verdade que no Estado do Rio de Janeiro, em Minas e mesmo nas velhas regiões de São Paulo, muitas fazendas conservam pequenas plantações, cuja exploração confiam a meeiros a quem a venda da colheita fornece um dos poucos meios de ligar a sua economia familiar à economia monetária. Mas a produtividade dessas pequenas plantações em um solo geralmente cansado é conseqüentemente, muito pobre.

Tal como vinha sendo feita até muito recentemente, a cultura do café no Brasil era uma cultura itinerante, que era obrigada a deslocar-se à medida que esgotava as terras. Tendo começado, na primeira metade do século XIX, perto da costa, nas regiões montanhosas do Estado do Rio de Janeiro, a produção do café concentrou-se, no começo do século XX, no Estado de São Paulo e continua hoje a deslocar-se para o Oeste, já tendo ultrapassado as fronteiras de São Paulo, avançando pelo Estado do Paraná. As culturas de café estendem-se, também, um pouco, pelos territórios de Minas Gerais e do Espírito Santo, sempre nas zonas elevadas. No Estado do Rio de Janeiro não subsistem senão velhas plantações esgotadas, de muito pouca produtividade.

A produção em grandes plantações favorece o tratamento científico dos arbustos e proporciona colheitas em boas condições, com baixo custo de produção. Ao contrário do que sucede em certos países da América Central e na Colômbia, os cafêzais brasileiros são geralmente cultivados ao sol, o que lhes facilita o tratamento, além de permitir economia de mão-de-obra na ocasião da colheita. Nas pequenas plantações familiares da América Central, cultivam-se geralmente os cafê-

zais na sombra; a maturação estende-se, assim, por um período mais longo, e os grãos só são colhidos à medida em que vão amadurecendo. Esses métodos de cultura proporcionam qualidades superiores de café, porque o tratamento dos grãos depois da colheita pode ser feito mais cuidadosamente.

As técnicas de plantação não são uniformes, mas em geral o arroteamento da floresta, onde o solo é mais propício às plantações, é feito por empreitadas, por pessoal especializado, mas os arbustos são plantados pelo proprietário. Os cafézais são, depois, confiados a colonos que recebem uma quantia fixa por pé de café que se comprometam a conservar em bom estado até à época da colheita. Em certas fazendas, reduzem-se as despesas de plantação, permitindo-se aos colonos explorar culturas intercaladas durante os primeiros anos. Essa prática — que tende a desaparecer nas fazendas mais modernas, porque prejudica o crescimento do cafeeiro e distrai o trabalhador da sua tarefa principal — tinha a vantagem de permitir culturas de viveres, além de não sacrificar a alimentação da população às exigências da exportação. Essa vantagem, entretanto, não, é tão grande quanto se tem afirmado, porque, se é possível que o Brasil, no passado, tenha algumas vezes sacrificado as culturas alimentares às culturas de exportação, há muito tempo que tal não acontece. Em comparação com as culturas de viveres e as pastagens, o café ocupa pouco espaço no território brasileiro. Não é a terra que a plantação de café absorve em grande quantidade, e sim capitais, mas esses capitais são tão diretamente empregados na obtenção das divisas necessárias ao equipamento do país, que seria injusto culpar o café pela parte que absorve dos investimentos agrícolas.

A colheita do café, que é paga à parte, exige mão-de-obra muito numerosa, mesmo nas condições especialmente favoráveis dessa colheita no Brasil. Apesar dos salários pagos pelas fazendas de café de São Paulo e do norte do Paraná serem relativamente altos em comparação com os salários agrícolas, a cultura de café sempre teve escassez de mão-de-obra. Isto se explica porque a plantação brasileira não pode ser feita nas regiões já povoadas; a cultura do café com o adubo natural da floresta queimada, esgotou rapidamente o solo, de maneira que, periodicamente, essas plantações tiveram que procurar terras virgens no Oeste para se reconstituírem; não encontrando, assim, mão-de-obra no local, têm que a levar de fora. Uma das principais preocupações do plantador de café tem sido

sempre “colonizar” a sua fazenda e, depois da abolição da escravatura, a mão-de-obra tem sido muito disputada pelos plantadores. A prática de reter o trabalhador em virtude das dívidas deu, outrora, lugar a abusos que provocaram protestos dos italianos.

Essa mão-de-obra geralmente transferiu-se de muito longe, porque os colonos das velhas plantações quase sempre hesitaram em acompanhar o café em seu itinerário e, sempre que puderam, preferiram permanecer na terra cansada. No passado, o fornecedor de mão-de-obra era a África, depois de 1880, a Itália e, depois de 1930, o Brasil subdesenvolvido da Bahia e do Nordeste. É uma mão-de-obra relativamente instável que, logo que pode, vai de uma plantação para outra, mas que às vezes consegue, graças à experiência adquirida, estabelecer pequenas plantações independentes. Com sua organização rígida, a plantação também constitui uma transição útil entre as condições de vida do Nordeste e as das regiões desenvolvidas do Sul. É geralmente nas fazendas de café que o imigrante do Nordeste ou da Bahia tem o seu primeiro emprêgo, a fim de não chegar ao meio urbano desconhecido antes de receber uma educação preparatória sobre os métodos de vida do país desenvolvido.

A grande fazenda de monocultura cafeeira, ao lado de graves defeitos, tem indiscutivelmente um papel social útil: facilita a mobilização das populações do Brasil arcaico. Não só aumenta uma mobilidade necessária, como atenua os efeitos de desagregação social dessa mobilidade; graças aos serviços sociais, que só a grande propriedade próspera pode organizar no interior, graças ainda à concentração da mão-de-obra, torna menos difícil a passagem de um Brasil para o outro. Em virtude dos lucros rápidos, que a produção de café proporciona nos períodos de conjuntura favorável, a cultura do café, que oferece o inconveniente de suscitar o desejo de especulação, tem em compensação a vantagem de atrair para a agricultura empreendedores audaciosos; só ela pode manter na população o espírito pioneiro, que leva à exploração de novas regiões.

O Brasil moderno, progressista, tende a ser exclusivamente urbano e industrial e há grande perigo de que o Brasil rural se imobilize cada vez mais; é pela cultura do café e, atualmente, um pouco, pela do trigo e algumas raras culturas de legumes ou frutas, que o país nôvo penetra no mundo rural.

Conquanto se afirme, de quando em quando, tanto no Brasil como no exterior, que a fase áurea do café já terminou, a sua produção continua muito lucrativa. Seu inconveniente não reside em uma rentabilidade insuficiente, mas na irregularidade de um mercado que, alternando períodos de grandes lucros com longos períodos de *deficit*, expõe os imprudentes a aventuras perigosas. É, realmente, difícil adaptar a produção à procura; as novas plantações só começam a produzir plenamente depois de uns dez anos; uma crise de más vendas acarreta o retardamento ou o abandono das plantações e, quando a procura se torna a intensificar, como são necessários dez anos para que as plantações possam produzir, as cotações sobem, proporcionando lucros fabulosos. Estimuladas por êsses lucros, as plantações multiplicam-se em demasia, e, quando começam a produzir, provocam uma depressão que se irá acentuando durante os vários anos necessários para que as novas plantações entrem em pleno rendimento. Num sentido ou no outro, portanto, as oscilações de preços são muito grandes e de longa duração.

Em princípios do século XIX e até à Segunda Guerra Mundial, o Brasil sofreu uma crise de café que só foi interrompida alguns anos depois da Primeira Guerra Mundial, para logo recomençar pouco antes de 1930. Para reabsorver os excedentes, foi necessário adotar-se uma série de medidas que não só limitavam ou proibiam novas plantações, como determinaram a destruição, que se tornou famosa, do café que era jogado ao mar ou queimado nas locomotivas.

Essas medidas, todavia, produziram efeito, pois a superfície cultivada que, em 1938, era ainda de 3.500.000 hectares, em 1945 caíra para 2.400.000. Além disso, nas plantações que permaneceram, os cafeeiros velhos davam colheitas mais fracas, tanto que, de 30 milhões de sacas, em 1930, baixaram para 19 milhões em 1939.

Essa redução prolongada ocasionou preços altamente lucrativos durante os anos de após-guerra e, uma vez revogadas as medidas restritivas, plantou-se e ainda se planta muito café. No oeste de São Paulo e no norte do Paraná, imensas regiões cobriram-se de novos cafêzais; as terras nessas regiões são muito férteis, as plantações foram estabelecidas em moldes mais científicos e o preço da terra é bastante elevado para justificar a utilização de adubos, tanto que nos anos vindouros a pro-

dução deverá aumentar consideravelmente. Uma nova crise de superprodução poderá sobrevir: tal é o ciclo do café, cujas plantações se aproximam novamente de 3.500.000 hectares.

As oscilações de preços resultantes desse desenvolvimento cíclico, bem como as variações de quantidade que decorrem da sensibilidade do cafeeiro às geadas que ocorrem a temperaturas de cinco graus, são nocivas à economia brasileira porque, conquanto o café não represente senão pequena percentagem da sua produção interna, domina as exportações, pois, no período 1951-54, para elas contribuiu com cerca de 64%, enquanto o algodão, que vem logo a seguir, não participou delas senão com 10%.

Seria ideal que o Brasil descobrisse outras fontes de divisas a fim de diminuir as diferenças de valor das suas exportações, mas a primazia do café não está absolutamente ameaçada. Existem concorrentes, sem dúvida, e o Brasil não tem mais o monopólio; o café africano está ocupando lugar de destaque nos mercados europeus, o café colombiano é muito procurado pelo mercado americano por causa da sua ótima qualidade. O Brasil, que já chegou a fornecer 70% das exportações mundiais de café, só fornece hoje 50%. Ao passo que a Colômbia produzia oito ou dez vezes menos café do que o Brasil no período anterior à guerra, em 1954 atingia cerca da metade da produção brasileira. A situação, entretanto, não é inquietadora para o Brasil visto que produz um café bem mais barato do que os seus concorrentes, aos quais, se o quisesse, poderia eliminar em grande parte, oferecendo aos exportadores melhores condições cambiais.

O café constitui um objeto de exportações agrícolas particularmente precioso porque o Brasil o produz em condições tais que tornam difícil qualquer concorrência. O problema não é tanto o de descobrir outras fontes de exportações agrícolas (nenhuma poderia fornecer tantas divisas valiosas); trata-se principalmente de chegar a uma estabilização dos preços do café.

O algodão

Visando melhorar a condição das exportações, que dependiam quase exclusivamente do café, o Governo brasileiro procurou incentivar novas produções e a cultura do algodão foi

a que despertou maiores entusiasmos. É verdade que o algodão não era destinado, nem exclusiva, nem principalmente à exportação, pois a maior parte da sua produção sempre se destinou ao suprimento da indústria têxtil, a pioneira das indústrias brasileiras. Mas as exportações de algodão aumentaram rapidamente depois da Segunda Guerra Mundial e, por volta de 1949, já traziam um bom reforço ao café, sendo responsáveis por 10% das entradas de divisas. Foi ainda o Estado de São Paulo que melhor soube desenvolver a nova cultura de exportação.

A cultura do algodão, entretanto, merecia também ser estimulada por seu interesse social; o café, produto de monocultura, presta-se mal, no Brasil, às pequenas plantações familiares, para as quais as oscilações dos preços do mercado são muito perigosas e os investimentos, de rentabilidade muito demorada; o algodão parece adaptar-se melhor à policultura, podendo, além disso, contribuir para o estabelecimento de uma classe média de lavradores independentes.

Entretanto, as esperanças depositadas no algodão foram de certo modo frustradas; a concorrência dos E.U.A. tornou as exportações pouco lucrativas. Depois de alcançar um limite em 1952, cobrindo uma superfície de mais de 3 milhões de hectares, o algodão voltou, em 1954, a ocupar menos de 2 milhões e meio de hectares, ao passo que as exportações diminuíram em 50% sobre o seu máximo.

O cacau e as frutas

Ofuscado durante muito tempo pela glória crescente do café, o cacau não deixou, entretanto, de recuperar uma importância cada dia maior; no período de 1946-1954, representou cerca de 6% das exportações. Estas são tanto mais importantes quanto o cacau, tal como o café, é uma das fontes de divisas fortes e que, excepcionalmente, se trata de um produto que não enriquece o Estado de São Paulo, mas uma região especialmente pobre e muito povoada, próxima de Salvador.

O Brasil tentou obter, com as frutas, sobretudo as bananas e as laranjas, outros produtos agrícolas exportáveis. Essas duas frutas são essenciais na alimentação nacional e poderiam ser consumidas ainda em maior quantidade, remediando as carências alimentares, da população pobre, se o seu consumo

fôsse mais incentivado. Na maior parte do Brasil, tôdas as casas têm um pequeno pomar de laranjeiras e touceiras de bananeiras, que exigem muito pouco cuidado, mas o homem do interior quase não come frutas, além de ser muito difícil transportar essa produção de qualidade duvidosa.

Tentaram-se grandes culturas de laranjas e bananas para exportação no Estado de São Paulo e nos arredores do Rio de Janeiro. Acreditava-se, sobretudo no caso das laranjas, que a diferença das estações proporcionaria mercados lucrativos na Europa e nos E.U.A. Mas o desenvolvimento das exportações de frutas cítricas foi prejudicado pelas dificuldades de transportes e completamente interrompido durante a guerra e, em consequência, as plantações foram descuidadas, sendo hoje em dia muito insignificantes as exportações. O mesmo não aconteceu com as bananas, que são exportadas em grande quantidade para a Argentina, compensando assim o grande apetite dos brasileiros pelas frutas das regiões temperadas, que importam daquele país, como maçãs, pêras e uvas.

A floresta e os produtos de extração

As florestas cobrem grande parte do território do Brasil, principalmente as regiões mais pobres e menos desenvolvidas da bacia do Amazonas, mas os produtos florestais não enriquecem muito a região amazônica. É ainda o Sul, que nesse setor, possui as riquezas de mais fácil utilização. Nem a madeira empregada no Brasil, nem a exportada, provêm da floresta equatorial. Das exportações de madeira, que são consideráveis, 80% provêm da araucária, o pinho do Paraná, que cobre as montanhas do extremo sul do Brasil e constitui a melhor fonte de madeira da América do Sul, que não possui grande variedade de madeiras brancas. Infelizmente a floresta de araucária, de acesso fácil, está ameaçada de esgotar-se rapidamente.

Na Amazônia os produtos florestais mais importantes não são as madeiras, mas os produtos oleaginosos e a borracha, que hoje em dia não têm grande importância.

Os óleos vegetais, de emprêgo mais lucrativo, como o óleo de mamona, de carnaúba, de babaçu, de oiticica, provêm de outras regiões, igualmente pobres, as zonas secas do Nordeste, às quais não proporcionam senão poucos recursos. Com as

fibras de piaçaba, da pita e do sisal, êsses óleos vegetais constituem a principal riqueza das regiões semidesertas do interior do Nordeste.

A borracha teve o seu período de prosperidade e constituiu a base de um dos grandes ciclos econômicos brasileiros no fim do século XIX até 1914, mas, conquanto a produção, que em 1938 caíra para 16.000 toneladas, tenha subido ligeiramente até pouco mais de 30.000 em 1952, sem aliás conseguir manter-se nesse nível, não apresenta entretanto, grande importância econômica.

A *hevea brasiliensis*, localizada na bacia do Amazonas, e outras plantas gomosas, espalhadas por uma dezena de Estados do Norte e do Nordeste, nunca foram cultivadas de maneira sistemática. Antes do desenvolvimento das plantações asiáticas, a produção da borracha dependia principalmente da sangradura das seringueiras espalhadas pela floresta amazônica; as populações ribeirinhas dos Estados do Pará, do Amazonas e do antigo Território do Acre, tiveram então um período de prosperidade, que terminou em 1919.

É verdade que o seringueiro, para fazer a sua coleta, tinha que percorrer longas veredas; andando de árvore em árvore, em uma região às vêzes ainda habitada por índios hostis, num clima insalubre, tinha que transportar pelo rio tôda a provisão de que necessitava.

O modo de colhêr a borracha era muito dispendioso para poder suportar a concorrência das plantações asiáticas. As poucas plantações, que se tentaram estabelecer, principalmente a Ford, foram prejudicadas pela escassez da mão-de-obra.

Durante a Segunda Guerra Mundial, ficando os E.U.A. completamente privados da produção asiática, tentou o Brasil restabelecer a colheita da borracha selvagem; seus esforços não foram totalmente vãos, pois a produção é hoje maior do que antes da guerra, mas foram extremamente dispendiosos, sobretudo em vidas humanas. Atualmente, com o surto da indústria automobilística e o desenvolvimento de uma indústria nacional de pneumáticos, surge o problema do suprimento de borracha. O problema só poderá ser resolvido com a plantação, visto que a coleta do produto nativo não é mais suficiente, mas é possível que a vida no Brasil, mesmo nas suas regiões mais pobres, já tenha atingido a certos níveis para que seja vantajoso cultivar a borracha.

A decadência de tudo quanto constitui produto de extração é, aliás, um sinal de que a economia brasileira contemporânea está a caminho do progresso e da maturidade. Mas, como o norte do Brasil é o reino desses produtos, o próprio desenvolvimento do país acarreta um retrocesso para a Amazônia; a prosperidade dessa região foi de curta duração e não deixou vestígios além dos grandes edifícios públicos de Manaus e, sobretudo, dos descendentes miseráveis dos pioneiros da borracha, que vegetam às margens dos rios desertos.

É bem possível, aliás, que a extração mineral (metais e petróleo) proporcione muito breve às regiões do Norte as possibilidades de desenvolvimento, que a extração dos produtos vegetais lhes deixou de oferecer e que ainda não se deve esperar da agricultura.

Aumento das produções agrícolas

De maneira geral, a agricultura brasileira é ainda uma agricultura pobre; na maior parte do Brasil oferece à numerosa população rural níveis de vida muito baixos e deploráveis condições de vida. Tanto em virtude da ignorância decorrente do tipo de vida do caboclo quanto pela miséria, a agricultura constituiu o centro de resistência ao desenvolvimento do país.

Isto, entretanto, não justifica o pessimismo de certas pessoas quanto ao futuro agrícola e alimentar do Brasil. A agricultura brasileira é pouco produtiva, mas está em via de melhorar. Os progressos da indústria concentram todas as atenções; entretanto, em 1955, o grande acontecimento da economia brasileira foi o aumento da produção agrícola, mais de 5% em relação ao ano anterior. É verdade que, no tocante à agricultura, seria temerário fiar-se nas variações passageiras de uma produção que depende em tão grande escala das condições atmosféricas. Também é difícil precisar em que proporção essas variações de produção são devidas a um aumento real e em que proporção resultam de um registro mais apurado.

Contudo, há muitos anos já se vem registrando um crescimento constante da produção agrícola, crescimento que se processa em ritmo acelerado. O que reconforta, sobretudo, é constatar-se que, de uns anos para cá, os progressos mais acentuados se têm verificado em relação aos produtos alimenta-

res destinados ao mercado interno. De 1948 a 1955, a produção das grandes culturas de exportação aumentou em 22%, percentagem esta devida em grande parte a uma excelente safra de café, e deve-se notar que a produção de 1954 era superior à de 1949 em apenas 10%. Em compensação, nesse mesmo período, os quatorze produtos alimentares mais importantes acusaram uma progressão de 35%, muito superior à progressão da população, apesar da excessiva rapidez desta última. De 1948 a 1954, o aumento da produção alimentar *per capita* foi mais de 10% e, como o ritmo se acelerasse, foi de quase 7% só no período de 1953 a 1955.

Também é grato observar-se que pela primeira vez, o aumento é devido a algo mais do que o desperdício da terra: não foi apenas a superfície cultivada que aumentou, mas também o rendimento por hectare. No período de 1954 a 1955, a produção aumentou em 6%, e a superfície cultivada em 1%. No mesmo período, aumentou também o rendimento por trabalhador, que, entretanto, é ainda muito pequeno: em 1955, mais de NCr\$190,00 no Sul, menos de NCr\$45,00 no Nordeste. Mesmo no setor da agricultura, continua o contraste entre o país desenvolvido e o país subdesenvolvido, mas os esforços despendidos no sentido de fazer com que o Nordeste participe do desenvolvimento econômico do país, não foram baldados, pois os progressos têm sido maiores no Nordeste do que no Sul.

Essas observações, entretanto, não abrangem um período bastante longo para que permitam tirar conclusões, mas pode-se, contudo, esperar que, do ponto de vista agrícola, deixe de aumentar a distância que separa os dois Brasis.

CAPÍTULO VII

TRANSPORTES E ENERGIA

Não se pode duvidar do futuro econômico do Brasil quando se observam os progressos surpreendentes alcançados em poucos anos. Encarado com um todo, entretanto, o Brasil, não deixa de ser um país subdesenvolvido que, do ponto de vista dos níveis de vida, da extensão da expectativa de vida, da instrução pública, apresenta atrasos evidentes em relação, não só aos países anglo-saxônicos da América do Norte, como também às repúblicas hispano-americanas do Prata.

Tem-se afirmado freqüentemente que êsses atrasos decorrem de defeitos da organização social, de um mau sistema político ou da pouca atividade da população; tais afirmações são comumente feitas por brasileiros, que a fazem, por estranho que pareça, geralmente movidos pelo patriotismo.

Existe, de fato, uma estranha manifestação de patriotismo, que não é absolutamente particularidade brasileira, pois também é notada entre os franceses ou os norte-americanos e que, para melhor exaltar a grandeza do país, menospreza os esforços dos homens que contribuíram para o seu desenvolvimento. Raciocina-se como se as nações, brasileira, francesa ou norte-americana fôsem constituídas pelos territórios e não pelos seus habitantes, e o patriotismo pode permitir que se duvide das virtudes das populações contanto que não se conteste a superioridade do território sôbre todos os demais.

Quando se aplica ao Brasil, essa forma desumana de patriotismo redundava em uma injustiça para os brasileiros, pois, se eles não conseguiram resultados tão rápidos quanto os argentinos ou os norte-americanos, é porque tiveram que superar muito mais dificuldades e lutar contra uma resistência do meio que outras populações não encontraram. Para melhor avaliar a importância dos resultados alcançados no desenvolvi-

mento do Brasil e daqueles que ainda se poderão alcançar, é preciso não esquecer as dificuldades que a natureza da topografia e do clima, a falta de certas matérias-primas e também os erros dos primeiros colonizadores, causaram à população brasileira.

Sobre dois pontos, entretanto, são unânimes os observadores: o Brasil tem escassez de energia e de meios de transporte.

O mais importante e difícil problema econômico a resolver em toda a América do Sul é o dos transportes e o Brasil é um dos países em que são grandes essas dificuldades, devidas, em parte, à topografia e ao regime das chuvas que causam obstáculos à circulação e, em parte, à má distribuição da população que agrava tais dificuldades, sobretudo no que diz respeito aos transportes de curta distância.

Outro problema, quase tão importante e difícil de resolver, é o da energia. A América do Sul foi muito mal aquirada com carvão; o do Brasil é escasso e de má qualidade. No norte do continente, o petróleo pôde compensar em parte a falta de carvão; é possível e mesmo provável que o Brasil também possua grandes jazidas petrolíferas, mas estas não foram ainda delimitadas e a sua exploração apenas começou.

Transportes marítimos

As dificuldades de transporte não impediram a penetração do país pelos pioneiros; os desbravadores de florestas, como os bandeirantes paulistas, sempre conseguiram abrir caminho e deixaram atrás de si núcleos de povoação que viveram no isolamento. Mas o desenvolvimento das atividades econômicas e o transporte de mercadorias exigem outros meios de transporte. Até há bem pouco tempo, só os transportes marítimos puderam satisfazer às exigências de uma vida econômica ativa. Os centros de população multiplicaram-se rapidamente ao longo da costa atlântica, da qual entretanto, tiveram dificuldade em se afastar. Assim, o centro do povoamento, que de há um século para cá só se deslocou 200 quilômetros para o Oeste, continua ainda hoje muito próximo da costa, a 44°33' de longitude oeste.

Entre os grandes centros, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo (servido pelo porto de Santos), e Porto Alegre, as comunicações fizeram-se, durante muito tempo, por meio da

cabotagem, que ainda é o principal meio utilizado para o transporte de mercadorias. Em 1955, o movimento dos 35 portos principais, cujo tráfego consta das estatísticas, foi de 37 milhões de toneladas, pouco mais do dobro do tráfego de 1945. Metade dessa tonelagem corresponde aos portos do Rio de Janeiro e Santos.

Infelizmente os transportes marítimos de que dispõe o Brasil são hoje insuficientes. O Brasil deixou tornar-se obsoleta sua frota de cabotagem e, apesar das grandes subvenções (cêrca de um bilhão de cruzeiros em 1956) o reaparelhamento da marinha mercante não foi totalmente satisfatório; atualmente tem necessidade de recorrer a navios de outras nacionalidades para os seus serviços de cabotagem.

Essas dificuldades, entretanto, são de natureza temporária e decorrem da impossibilidade de conseguir tonelagem durante a guerra, e de uma política tarifária que deixou as empresas de navegação em situação financeira precária. Mas, no Brasil, os transportes marítimos esbarram com problemas oriundos da dificuldade de ligar os portos ao interior.

A topografia do país tem realmente constituído uma barreira, entre o interior e o mar, difícil de transpor. No centro e no sul do país, o planalto brasileiro, com seu clima temperado pela altitude, constitui a zona mais favorável ao povoamento e é nela que, de fato, se concentra a atividade econômica do país. Mas em toda essa região central e meridional do Brasil a vertente oriental do planalto descamba muito violentamente para a costa atlântica, formando uma verdadeira muralha, de 800 a 1.000 metros de altura, em que só existem raras aberturas. Essa muralha é particularmente abrupta na região do Estado de São Paulo, o mais ativo e povoado de todos os Estados do Brasil. A cidade de São Paulo fica a poucos quilômetros do mar, mas o seu escoadouro natural foi a princípio, o vale do Paraíba que, à custa de um desvio de 500 quilômetros, conduzia ao porto do Rio de Janeiro. Para ligar São Paulo, isto é, a zona mais rica do sul do Brasil, ao porto de Santos, só existia, até 1946, um funicular que transportava os vagões serra abaixo, um a um, até o nível do mar. Mais tarde, pôde ser construída uma nova ferrovia, acessível aos comboios pesados, que evitava o congestionamento, e uma auto-estrada que exigiu inúmeras obras de arte.

O obstáculo topográfico não era intransponível, mas transpô-lo foi muito dispendioso. A riqueza do Estado de São Paulo permitiu tal despesa; entretanto, não é fácil multiplicar as estradas para o mar e ampliar o acesso ao interior. A dificuldade sem dúvida contribuiu para concentrar o desenvolvimento econômico do Brasil em torno da cidade de São Paulo e de seu pôrto, a cidade de Santos.

Transportes fluviais

O obstáculo criado pelas montanhas ao desenvolvimento do interior foi muito pouco aliviado pelos transportes fluviais pois embora o Brasil possua uma vasta rêde fluvial, o acesso dos rios ao mar é muito difficil, pelo menos no Sul.

O Brasil, regado ao norte pela bacia do Amazonas, ao sul pela do Rio da Prata, é atravessado por outros rios que desempenharam papel fundamental como instrumentos de exploração no período colonial. Mas, acontece que, na parte meridional do Brasil, — a que apresentava um terreno mais favorável à colonização — a rêde fluvial está separada das suas desembocaduras marítimas por cataratas e orienta-se de tal modo que, se pode servir para comunicar a costa com o interior, não consegue, senão de maneira precária, comunicar o interior com a costa. Os rios constituem assim, um instrumento de penetração do país, mas não de desenvolvimento: úteis aos desbravadores, não podem sê-lo, nem para o agricultor, nem para o industrial. É bastante significativo o fato de que os rios brasileiros vão perdendo importância à medida que se intensifica a atividade econômica do país.

De fato, dado o caráter montanhoso das regiões central e meridional do Brasil, os rios que nascem na cadeia de montanhas ao longo da costa, dirigem-se para o interior; nos Estados de São Paulo e Paraná, os rios que nascem a poucos quilômetros dos grandes portos, embrenham-se pelo interior para desembocarem no grande sistema do Prata e penetrarem, milhares de quilômetros mais ao sul, no território argentino.

O sistema fluvial Paraná — Paraguai é, economicamente, o mais importante da América do Sul, não, todavia, para o Brasil, mas para a Argentina e o Paraguai. Com o Paraguai e o Paraná, tem o Brasil o equivalente do sistema Missouri-Mississípi

nos E.U.A., um Mississípi, porém, entrecortado de corredeiras que, dirigindo-se para o estrangeiro, realiza o que Jefferson não queria tolerar e conseguiu evitar com a compra da Luisiana.

Tais rios, cujo curso se orienta às avessas, contribuíram para a dispersão da população no interior, sem auxiliar a exploração dos territórios ocupados e têm-se revelado mais prejudiciais do que úteis ao desenvolvimento racional do país. Nesses tributários do Rio da Prata, cuja bacia abrange cêrca de um milhão e meio de quilômetros quadrados do território brasileiro, não se efetua hoje senão um pequeno tráfego local.

O Estado de Mato Grosso é todo cortado por êsses rios e, conquanto êsse Estado se desenvolva rapidamente, o tráfego de seus portos fluviais que, em 1948, atingia o já pequeno total de 166.000 toneladas, em 1954, não foi além de 31.000 toneladas. A zona de desenvolvimento agrícola mais intenso do Brasil é atualmente o norte do Paraná, onde, em poucos anos, nasceram grandes cidades; é uma zona pioneira, que se expande em direção ao rio Paraná, e que cedo lhe atingirá as margens; entretanto, o tráfego dos portos fluviais do Estado continua nulo e as mercadorias escoam-se para o leste, pelas rodovias ou pelas vias férreas que se dirigem para São Paulo e para os portos marítimos do Estado do Paraná. Nesse Estado, particularmente próspero, o tráfego fluvial diminuiu de dois têrços depois de 1938, não sendo superior a 11.000 toneladas, quando só no pôrto de Paranaguá, sôbre o Atlântico, fôra de 700.000 toneladas. Para que a bacia do Paraná venha a ser de grande importância econômica para o Brasil, é preciso utilizar o imenso potencial hidrelétrico, o qual, segundo se estima, representa 50% de todo o potencial do Brasil, mas, para os transportes, o rio é praticamente inútil.

No Norte, o contrário, com uma bacia hidrográfica de 4.778.000 quilômetros quadrados em território brasileiro, o Amazonas e seus afluentes constituem a mais perfeita via de comunicação fluvial e, além do território brasileiro, é também a via de acesso ao leste peruano, cujos territórios cisandinos dificilmente se podem comunicar com o Pacífico. A navegação é particularmente fácil no Amazonas, mesmo para os navios marítimos que, através dêle, podem atingir Iquitos, no Peru, a 2.300 milhas do Atlântico. A navegação do Amazonas é, sem dúvida, a de maior futuro, mas, por enquanto, sua bacia ainda não está em fase de desenvolvimento; é uma das regiões menos povoadas do Brasil, onde existe apenas um habitante por 2 quilômetros

quadrados. Para os centros de atividade econômica do Sul e mesmo para os centros de povoamento do Nordeste, os territórios servidos pelo Amazonas são colônias longínquas, cuja superfície, em nove décimos, é ainda coberta pela floresta tropical.

No início do século XIX, a Amazônia teve sua era de prosperidade com a coleta da borracha selvagem, mas essa hora passou e em todo o território amazonense os produtos de extração têm pequena importância. A extração dos produtos minerais talvez lhe restabeleça o tráfego, o petróleo a transformará em um dos centros da vida econômica do Brasil e, nesse dia, a via de comunicação fluvial adquirirá grande importância; enquanto isso não se der, o rio continuará muito pouco utilizado. Nessa região do Brasil toda a vida se concentra à margem dos rios, pois não há outro meio de comunicação e esses rios constituem excelente meio de transporte, mas é uma região do país em que há muito pouco o que transportar. O porto de Belém, no Estado do Pará, que tem uma atividade relativamente grande, movimentou 856.000 toneladas de mercadorias em 1954; é, porém, um tráfego mais de natureza marítima do que fluvial. O grande porto fluvial, no centro das vias navegáveis do Amazonas, é Manaus, cuja atividade se resumiu, em 1954, à movimentação de 277.000 toneladas, menor do que a de 1953.

No desenvolvimento do país, o rio que mais importância teve foi o São Francisco; ele apresenta a particularidade de não se embrenhar muito profundamente pelo interior e de conservar um curso paralelo à costa atlântica. Nascendo no Estado de Minas Gerais, a cerca de 300 quilômetros do oceano, nele desemboca depois de uns 3.000 quilômetros de curso. O São Francisco permitiu, assim, estabelecer as primeiras comunicações internas entre as duas grandes zonas de povoamento do Nordeste e do Sul. Sua função histórica foi essencial: não só a expansão mineira do século XVIII pôde efetuar-se graças ao São Francisco, como ele ainda contribuiu para manter a unidade entre os dois centros de colonização, tão afastados e diferentes, do Nordeste e do Sul. Mas, se o São Francisco une as duas grandes zonas de povoamento do Brasil, fá-lo através de regiões muito pouco povoadas e prósperas; é o rio da zona seca, do sertão, onde a população é rara e os produtos ainda mais raros. Não constitui uma via navegável cômoda, porque, antes de desembocar no Atlântico, é interrompido pela intransponível catarata de Paulo Afonso; também já não constitui mais via de comuni-

cação muito necessária, porque a zona sêca, que atravessa, é área em que os transportes terrestres hoje são relativamente fáceis. De uns anos para cá, ligando o Nordeste e o Sul, foram construídas uma rodovia e uma estrada de ferro. É pela via férrea e mais ainda pelos caminhões que hoje em dia se efetuam as grandes migrações humanas entre o Nordeste e o Sul.

O São Francisco, entretanto, está recuperando importância econômica com a exploração de seus recursos hidrelétricos; a grande catarata de Paulo Afonso fica relativamente próxima dos centros de povoamento do Nordeste, aos quais fornece hoje a energia que lhes poderá aumentar a atividade. Mas como via de comunicação, sua importância é bem secundária.

Não dispondo de outros recursos, o Brasil teve que se utilizar e ainda se utiliza, dos seus rios, mas, enquanto não se promover o desenvolvimento da bacia do Amazonas, os transportes fluviais não resolverão o problema brasileiro. O Brasil, por infelicidade, tem os seus melhores rios mal situados; e aqueles melhor situados têm cursos desfavoráveis e são de navegação difícil.

Transportes terrestres

Não podendo o Brasil, com o seu povoamento atual, tirar grande proveito da rede fluvial para os transportes pesados, depende, inteiramente, quando se afasta do mar, das estradas de ferro e de rodagem.

Mas, a topografia, o clima e a dispersão do povoamento tornam muito dispendioso o estabelecimento da infra-estrutura dos transportes terrestres, sem falar na dificuldade da sua manutenção.

O povoamento do Brasil processou-se de forma desordenada: um longo período de exploração colonial atraíu vagas de população para os pontos favoráveis à monocultura de exportação mais produtiva na ocasião; outras migrações foram provocadas pela extração dos minérios preciosos. Uma vez esgotadas as terras ou as jazidas, a prosperidade abandonava a região, onde, entretanto, freqüentemente, permanecia a população que ali se multiplicava. Para ligar êsses centros de povoamento, muitas vezes quase improdutivo, aos portos e centros da atividade nacional, será necessário construir e manter estradas de ferro e

de rodagem que percorram regiões intermediárias, praticamente desertas. O Brasil, que tem de desenvolver uma imensa região nova, já sentiu a necessidade, tal qual os velhos decadentes, de realizar obras públicas sem qualquer finalidade além de impedir que regiões em futuro se extingam completamente. Por conseguinte, torna-se às vêzes necessário retardar o desenvolvimento geral do país para manter o legado improdutivo do passado. O Brasil não pode desprezar as estradas de ferro, nem as rodovias "eleitorais", porque, mesmo quando as obras públicas de interesse eleitoral são economicamente absurdas, atendem freqüentes vêzes a imposições sociais muito justas.

O problema dos transportes a curta distância

As formas de povoamento do passado brasileiro vieram complicar o problema dos transportes a curta distância, ainda mais do que os de longa distância. Mesmo nas zonas mais povoadas e prósperas, o povoamento fêz-se sob o regime do desgaste da terra; a exploração deixa inculta a maior parte da sua superfície, porque o solo está esgotado, porque se aferra à agricultura itinerante da queimada, porque desprezou as terras menos férteis ou porque se dedica a atividades pecuárias muito intensas. Comumente, excetuando-se as regiões sêcas, os lavradores não vivem aglomerados, mas estão dispersos pelos próprios locais que cultivam. São então precisos inúmeros caminhos vicinais, muito longos, para ligar às grandes vias de comunicação, populações pouco numerosas. Na França, os caminhos vicinais ainda criam, por vêzes, problemas sociais e econômicos, embora não tenham que transpor senão umas poucas centenas ou mesmo dezenas de metros para atingir a estrada macadamizada; no Brasil, são extensos quilômetros que devem ser atravessados por êsses caminhos de terra incapazes de resistir às chuvas tropicais. Portanto, por mais esforços que se façam para construir estradas de ferro e de rodagem, enquanto o povoamento continuar assim disperso, o problema dos transportes permanecerá insolúvel, pois não há meio seguro de atingir quer uma, quer outra dessas estradas.

Mesmo quando a estrada de ferro ou a rodovia ficam próximas, os transportes são muito dispendiosos e lentos, pois leva-se um dia e às vêzes mais para atingi-las, com burros de carga ou carros de bois. É por meios primitivos que muitas fazendas

têm que escoar as suas colheitas e é por ser tão difícil escoá-las que grande parte se perde e muitas das velhas fazendas se contentam com uma economia fechada. No próprio Estado do Rio de Janeiro, a poucas horas da Capital Federal, em uma região servida por uma rede relativamente densa de estradas de ferro e de rodagem, existem pastagens onde os proprietários colocaram vacas de raça leiteira, cujo produto se escoaria facilmente para a população de três milhões de habitantes da capital vizinha. Apenas quatro ou cinco horas são necessárias por ferrovia e duas ou três por estrada de rodagem para atravessar os 150 ou 200 quilômetros que as separam da cidade. Mas, para atingir a estrada ou a estação férrea, há 10, 15 ou 20 quilômetros de caminhos acidentados, nos quais os caminhões, que só os podem atravessar em tempo bom, se desgastam ao cabo de um ou dois anos. Resta, pois, o recurso de transportar o leite em lombo de burro; mas nem homens, nem animais podem fazer tal trajeto todos os dias e, aliás, o leite não suportaria as longas horas de transporte. Nessas pastagens a solução é, pois, a criação extensiva, ou a transformação do leite em produtos, como o queijo, cuja conservação seja garantida. As explorações agrícolas ficam nos grandes subúrbios da capital, mas têm que se comportar como se estivessem situadas no fim do mundo; experimentam até mais dificuldade, porque não se podem valer da refrigeração. Eis apenas um exemplo para mostrar que o mais grave problema de transportes é o de curta distância, porque nêle não intervêm somente os fatores de custo e tempo de transporte, mas o próprio arcaísmo dos meios de que se dispõe.

Estradas de rodagem

Tôdas as missões econômicas que, desde 1945, vêm visitando o Brasil, têm repetido aos brasileiros, que o sabem muito bem, que o problema fundamental da economia brasileira é o dos transportes e o problema fundamental dos transportes é o da estrada de rodagem.

Nesse terreno, tudo praticamente resta a fazer, pois, antes de 1930, só existiam no Brasil pequenos trechos de estradas trafegáveis por automóveis e isto mesmo nos subúrbios das grandes cidades. O Brasil foi violentamente precipitado da era

da trilha e dos transportes em lombo de burro, para a era dos transportes rodoviários. O intermediário das estradas carroçáveis — na Europa milenar — nunca existiu no Brasil.

Ora, mesmo deixando de lado, por enquanto, a bacia do Amazonas, em que ainda não soou a hora de construir estradas de rodagem, resta uma superfície de cerca de quatro milhões de quilômetros quadrados, oito vezes maior que a França, na qual uma população pouco mais numerosa e muito menos rica do que a da França, tem que estabelecer uma rede rodoviária, sem que para isto tenha recebido qualquer legado do passado.

No Nordeste a tarefa é relativamente fácil, porque a população está bastante concentrada na orla marítima e, no interior fracamente povoado, o clima muito seco e o terreno pouco acidentado tornam suficientes as precárias estradas de terra onde os caminhões podem rodar sem dificuldade durante todo o ano e cuja construção e conservação é relativamente pouco dispendiosa. Esse tipo de estrada, quando é um pouco mais trafegada, tem o inconveniente de se tornar ondulada, apressando o desgaste do material rodante, inconveniente que também conheceu, durante muito tempo, o Oeste dos E.U.A. e conhecem muito bem os habitantes das savanas da África. Na região seca — o sertão — a circulação rodoviária é relativamente fácil, mas é região pobre, que tem poucas necessidades de transporte.

A situação é outra, quando se sai do polígono das secas e se entra nos terrenos acidentados sujeitos ao regime das chuvas tropicais; o solo, que ali é o mais fértil do Brasil, é constituído por uma terra pesada que, logo ao começarem as chuvas, forma sobre as estradas espessa camada de lama. Nas regiões acidentadas, as estradas não macadamizadas são geralmente trafegáveis na estação seca, embora causando ao material um desgaste muito rápido. Na estação das chuvas, o tráfego pára, às vezes, completamente, quer devido à lama, quer devido à queda de barreiras. Mesmo quando se consegue, com grande sacrifício, manter em estado trafegável as principais estradas, as populações ribeirinhas têm muita dificuldade em atingi-las. Nas regiões baixas, como no Rio Grande do Sul, ou nas zonas pantanosas de Mato Grosso, só à custa de tremendos esforços se consegue efetuar qualquer tráfego de automóveis nas estradas de barro. Durante três ou quatro meses, e em certas regiões durante todo o ano, para atravessá-las é preciso lançar mão da pá, de guinchos e de bois, e levam-se horas para percorrer uns poucos quilô-

metros. Às vèzes as estradas ficam de tal maneira intransitáveis por causa da lama, que os ribeirinhos, a trôco de pedágio, permitem a circulação fora da estrada, a fim de se evitarem os atoleiros.

Em 1954 tinha o Brasil 362.000 quilômetros de estradas, uma densidade relativamente grande em relação ao número de habitantes — 6,3 quilômetros por 1.000 habitantes — conquanto fraca em relação à superfície do território — 4,2 quilômetros por 100 quilômetros quadrados. O nome de estrada, entretanto, não deve ser interpretado literalmente, pois, na realidade, trata-se freqüentemente de caminhos, dos quais apenas alguns são regularmente utilizáveis.

Com excessão do Nordeste, a única solução para os transportes rodoviários é a construção de estradas macadamizadas, cuja feitura é mais difícil e cuja conservação é muito mais dispendiosa que a da maioria das estradas européias.

O Brasil está hoje atacando com grande energia essa tarefa estafante. Ao passo que, em 1935, praticamente, não existiam estradas macadamizadas, hoje elas abrangem mais de 2.000 quilômetros e são excelentes. Grandes e rápidas ligações puderam, assim, ser estabelecidas: Rio de Janeiro está ligado a São Paulo por uma auto-estrada de cêrca de 500 quilômetros; também se fêz a ligação do Estado de São Paulo com o Rio Grande do Sul por uma estrada trafegável durante todo o ano e, em direção ao norte, pode-se ir de automóvel até a Bahia. No interior do Estado de São Paulo, a maior parte dos centros importantes de população possuem cômodas comunicações rodoviárias com a Capital. O Govêrno programou para 1956 um plano de construção de estradas que prevê para 1961 a realização de 3.255 quilômetros de estradas macadamizadas. Mas, quando se pensa que, durante todo êsse período, êle não só precisará manter um mínimo de conservação em 360.000 quilômetros de estradas de barro secundárias, como ainda acrescentar-lhes mais 100.000 quilômetros, pode-se fazer uma idéia do esforço requerido para resolver, de forma muito sumária, o problema dos transportes rodoviários.

É que, mesmo no estado precário atual das estradas, é o automóvel que constitui o principal meio de transporte. Enquanto no período de 1946 a 1954 o tráfego de mercadorias, por via férrea e marítima, pouco cresceu, o dos transportes rodoviários aumentou em 500%. Os motoristas de caminhão, no Brasil, são de uma incrível audácia, pois, apesar do mau estado,

tanto das estradas quanto dos seus caminhões, enveredam por qualquer caminho. Sem a sua audácia, estaria paralisada a economia brasileira. Nas boas estradas do Rio, de São Paulo ou de Belo Horizonte, os caminhões circulam aos milhares todos os dias, mas mesmo nas estradas secundárias de barro, mais distantes, sempre há um ou outro motorista de caminhão que consegue passar. O motorista de caminhão é hoje o mais precioso dos pioneiros.

Mas êsses aventureiros do transporte não conseguem servir o interior do país senão à custa de duros esforços. Devido às dificuldades do terreno, calculava-se, em 1951, que, enquanto o veículo norte-americano consumia 2,8 toneladas de combustível, o brasileiro precisava de 4,3, sendo ainda muito maior o consumo de peças avulsas.

O estado das estradas agrava, sobretudo, o problema de substituição do material. O parque rodoviário do Brasil era, em 1955, de cêrca de 700.000 veículos, 45% dos quais, caminhões; êsse número aumentou mais de duas vêzes depois de 1946, mas ainda é muito insuficiente. Todo o material rodoviário, com exceção de algumas peças sobressalentes, teve, até o momento, que ser importado mas, em vista da escassez de divisas, o Governo brasileiro foi obrigado a reduzir tais importações. A rapidez do desgaste que, todos os anos, põe fora de serviço cêrca de nove por cento do material rodoviário, é assustadora.

O Brasil depende cada vez mais do automóvel para os seus transportes e não pode esperar reduzir as despesas de conservação do material com a melhoria da rêde rodoviária (uma boa estrada como a de São Paulo, diminui as despesas de gasolina em 23% e as de conservação em 70%) antes de alguns anos ainda. É, pois, indispensável que crie uma indústria automobilística. Tanto as necessidades de substituição, como a existência de uma grande procura que não pode ser satisfeita, atraem hoje em dia os construtores estrangeiros e é de se esperar que brevemente o Brasil possa atender à procura de automóveis sem depender das importações.

Estradas de ferro

Nos países da Europa ou nos E.U.A., quando os transportes rodoviários foram organizados, já existia uma rêde coesa de estradas de ferro e, portanto, o problema com que deparavam

era o de coordenar a ferrovia à rodovia, problema que os levou à conservação apenas das ligações de grande tráfego e ao abandono das linhas férreas que o automóvel podia substituir em condições econômicas mais favoráveis. Quando o automóvel se impôs, já estava terminada a era da construção de estradas de ferro.

Quando teve início no Brasil a era dos transportes rodoviários, conquanto o país já dispusesse de algumas estradas de ferro, não possuía ainda uma verdadeira rede ferroviária. A coordenação da ferrovia e da rodovia necessária no Brasil não consiste, pois, na escolha das vias férreas que se devem abandonar, mas na escolha dos itinerários em que se deve dar preferência à construção de estradas de ferro e daqueles em que deve ter prioridade a construção de rodovias. Enquanto outros países puderam realizar tais esforços separada e sucessivamente — o da construção de estradas de ferro durou um século — no Brasil eles terão que ser realizados simultaneamente. Se se quiser imparcialmente o imenso esforço da população brasileira para promover o desenvolvimento de seu país, não se deve considerar unicamente o ponto a que chegou, mas aquele de que partiu muito recentemente, sem se esquecer de que é difícil realizar em vinte anos o que outros realizaram em vários séculos.

Relativamente à extensão do país, as estradas de ferro que começaram a funcionar em 1844 não são bastante longas e não se comunicam umas com as outras de modo a servir todo o território; constituem redes locais isoladas. A parte do Brasil realmente desenvolvida ou que pode ser rapidamente desenvolvida, é cerca de oito vezes maior que a França, mas as vias férreas, que, em 1954, perfaziam um total de 37.000 quilômetros, são menos extensas do que na França. O Brasil possuía, nessa época, cerca de 60 milhões de habitantes, mas o tráfego ferroviário era igual ao da Suécia, que tem apenas 7 milhões.

Para o Brasil, o exemplo estrangeiro em questão de transportes é muito perigoso; são os países há muito desenvolvidos que ditam maneiras de pensar no âmbito social ou econômico; os E.U.A., a Inglaterra ou a França já não têm mais necessidades de construir estradas de ferro; ao contrário, o desenvolvimento do automóvel obriga esses países a reduzirem um sistema muito complexo de vias férreas. Como nesses países já não há mais necessidade de construir estradas de ferro, dizem que a sua época já terminou e que todos os esforços devem concentrar-se no

automóvel. Esquecem-se de que, se já não têm mais necessidade de construir estradas de ferro, não é porque o automóvel tenha tornado inúteis, mas porque já as construíram em excesso. Se tais conceitos são válidos para a Europa ou os E.U.A., não o são para o Brasil, onde a estrada de rodagem não pode substituir a de ferro cumprindo ao contrário, complementá-la.

Infelizmente, o Brasil desinteressou-se um pouco da construção de estradas de ferro; em virtude da prioridade concedida ao estabelecimento da rede rodoviária, em virtude do desânimo provocado pela necessidade de manter, por motivos sociais, velhas vias férreas, inúteis e em constante estado de *deficit*, o desenvolvimento das estradas de ferro é extremamente lento. Desde 1938, apenas 3.000 quilômetros foram construídos. A grande maioria das companhias ferroviárias foi nacionalizada, o que tornou difícil o concurso de capitais nacionais ou estrangeiros. São, pois, necessários grandes esforços nesse terreno. Em primeiro lugar será preciso ligar umas às outras as diversas linhas férreas. Na realidade, elas só constituem uma rede no Sul. O Estado de São Paulo dispõe de um sistema de transportes ferroviários relativamente completo, com uma taxa de 31 quilômetros por 1.000 quilômetros quadrados, enquanto em todo o Brasil essa taxa não é senão de 4,3 quilômetros. A rede de São Paulo prolonga-se até os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Há muito tempo, essa rede central já está ligada ao extremo sul do país por uma estrada de ferro de linha singela que, depois de numerosos desvios que os construtores multiplicaram à vontade, atinge as fronteiras argentina e uruguaia. Mas a ligação é tão precária, que o tráfego internacional é muito reduzido e, mesmo para o Rio Grande do Sul, os transportes são efetuados sobretudo por via marítima. O desenvolvimento da cultura do trigo ao longo dessa estrada lhe exigirá remodelação.

Uma das grandes realizações recentes, foi a ligação do Sul com a Bahia, concluída em 1950; os dois grandes centros de povoamento podem agora comunicar-se por estradas de ferro, o que também facilitou as migrações internas. Uma terceira ligação foi concluída em janeiro de 1955, pondo em comunicação as estradas de ferro de São Paulo com a fronteira boliviana; o Brasil procura assim não deixar a Bolívia, que não dispõe de portos marítimos, na dependência exclusiva da República Argentina. O projeto prevê a ligação férrea do Atlântico com o

Pacífico, através da Bolívia, de Santos a Arica, a primeira ligação transcontinental no centro da América do Sul; o trecho boliviano, entretanto, está atrasado.

Várias outras iniciativas, igualmente urgentes, devem ser empreendidas em vista da abertura de novos territórios. O norte do Paraná constitui hoje a "fronteira" ativa do Brasil. Exploram-se terras virgens, que são as mais férteis do país; embora o desenvolvimento da região se efetue principalmente através das estradas de rodagem, a atividade econômica é muito grande para que se possa dispensar a estrada de ferro. O Brasil também está empenhado em prolongar as linhas férreas até o sul de Mato Grosso e Goiás, onde as "fronteiras" progredem mais lentamente do que as do Paraná. Esse desenvolvimento procede todo do Estado de São Paulo. Outros esforços deverão ser realizados, no plano local, como, por exemplo no Território do Amapá, no extremo Norte, onde a extração de minérios parece ter grande futuro.

Finalmente, uma terceira série de iniciativas, a mais importante, impõe-se, em vista da necessidade de padronizar e aperfeiçoar o material e as vias férreas que os construtores estrangeiros planejaram visando atender a necessidades locais imediatas, sem prever o futuro. Em consequência, as dificuldades do transporte se agravam em vista da diversidade de bitolas que, no Brasil, são, pelo menos, de três tipos diferentes. A falta de homogeneidade do material talvez seja ainda mais prejudicial; por exemplo, os diferentes sistemas de engate e freios, tornam necessários numerosos transbordos. A maior parte do material é obsoleta; a idade média das locomotivas é de 30 anos. Muitas ferrovias foram construídas sem lastreamento e, em consequência, as viagens, na época da seca, são intoleráveis, devido à poeira. Em virtude do estado precário, tanto do material, quanto das linhas férreas, os acidentes são freqüentes e os descarrilamentos multiplicam os atrasos, além de acelerarem o desgaste do material.

Acontece também que as estradas, geralmente, não foram planejadas para o tráfego intenso, originado do rápido crescimento, tanto da população, quanto da economia; os percursos, em geral, são de linha singela. Atualmente, um dos problemas mais urgentes é multiplicar a capacidade de transporte das ferrovias de Minas. É ao longo dessas estradas que se instala a indústria pesada brasileira; é por intermédio de Minas Gerais que o país nôvo poderá empreender a conquista do Centro e do

Nordeste; não serão as estradas de rodagem, cuja qualidade, aliás, é bem medíocre, que poderão satisfazer às necessidades dessa região; ela precisa de uma rede ferroviária do tipo das que fazem de São Paulo um Estado moderno.

Existe, entretanto, um outro obstáculo ao desenvolvimento dos meios de transporte: a falta de fontes de energia. O Brasil possui pouco carvão e o que existe é de má qualidade. Para queimá-lo é preciso, depois de lavá-lo, equipar as locomotivas com caldeiras especiais e o seu poder calorífico é muito inferior ao do carvão importado. A desvantagem de um combustível de tão má qualidade é, pois, reduzir ainda mais uma capacidade de transporte já insuficiente. Um dos processos utilizados para compensar a deficiência do carvão, é a utilização de lenha, que contribui para diminuir a capacidade útil do material. E a tração à lenha é ainda grandemente usada. Certas linhas que a utilizam, empregam até 35% da sua capacidade no transporte desse combustível e, em seu conjunto, as estradas de ferro consagram 10% dos transportes à alimentação das locomotivas. A muitos tem causado preocupação a ameaça que a utilização da lenha representa para os recursos florestais do Brasil; essa ameaça não parece ser muito grande, pois as companhias ferroviárias têm interesse em utilizar as plantações de eucalipto que margeiam as suas linhas.

Enquanto o Brasil não dispuser de reservas petrolíferas suficientes, a eletrificação, à qual o Governo empresta a maior importância, parece ser a única solução, mas uma solução muito dispendiosa para um país que tem tão grande necessidade de equipamento.

Igualmente sérios são os problemas criados pela exploração das estradas de ferro: apenas 10% da rede apresentam atualmente uma situação financeira estável; em 1956, para uma receita total de pouco mais de cinco bilhões de cruzeiros, as estradas de ferro acusavam um *deficit* de três bilhões, que tinha de ser coberto pelo Governo. As despesas de conservação e remodelação das ferrovias totalizaram cerca de 8% do orçamento.

O *deficit* é tanto mais inevitável quanto o Brasil, que possui muito poucas rodovias e precisaria construir muitas estradas de ferro, tem que conservar várias muito pouco movimentadas. Ainda neste terreno, o Brasil é prejudicado por uma dispersão muito precoce do povoamento e pela natureza cíclica de um desenvolvimento que se baseou durante longo tempo sobre as monoculturas de exportação. O Estado do Rio de Janeiro tem

a mais alta densidade de estradas de ferro em todo o Brasil — 62,3 km por 1.000 km², o dôbro de São Paulo. Mas grande parte dessas ferrovias — quase tôdas as linhas da Leopoldina, que não são utilizadas para o tráfego suburbano da Capital Federal — foi construída, com grandes despesas, para o escoamento do café, que, no século XIX, encontrava um solo ideal nas zonas montanhosas do Estado. Hoje, a produção do café deslocou-se para muito longe, no Oeste, nos Estados de São Paulo e Paraná, e, se naquela região do Estado do Rio a população permanece, quase não tem mais transportes para efetuar.

O Brasil começa apenas a constituir a sua rêde ferroviária, mas, como é um país velho e, simultâneamente, um país nôvo, já tem que manter estradas de ferro de interêsse social em regiões decadentes, onde, se existem habitantes, não há, entretanto, atividades econômicas. É êste um dos obstáculos que a existência do Brasil arcaico cria ao desenvolvimento do país nôvo. Já possuindo uma longa história, o Brasil tem constantemente que escolher entre a preparação do futuro e a preservação do passado, e, às vêzes, vê-se obrigado a despender tantos esforços para manter zonas mortas quanto para desenvolver as de futuro. Com os encargos do país nôvo, mais os encargos do país velho, é dupla a carga que tem de suportar; isto tem que ser levado em conta em qualquer comparação que se queira fazer entre o Brasil e os países verdadeiramente novos.

Tôda a atividade econômica do Brasil ressentese da insuficiência de transportes por via férrea; não sòmente regiões inteiras têm o desenvolvimento entravado pela ausência de estradas de ferro, como, até nas regiões melhor servidas, as que existem, mesmo se utilizadas em tôda a sua capacidade, não conseguem fazer face às necessidades crescentes. De 1946 a 1953, enquanto a população passava de 46 a 58 milhões e o desenvolvimento econômico se processava ainda mais ràpidamente, o tráfego das estradas de ferro permanecia praticamente estacionário, fazendo recair sòbre os transportes rodoviários todo o pêso do desenvolvimento demográfico e econômico. Depois de 1953 a situação melhorou: de 1953 a 1954 o aumento do tráfego ferroviário foi de 4% e, de 1954 a 1955 de 5%.

Os prejuízos, porém, que a falta de transportes causa à economia brasileira são ainda muito grandes. É lamentável, por exemplo, que a maior usina siderúrgica, Volta Redonda, embora situada junto à arteria principal da rêde ferroviária brasileira, tenha que despachar os seus produtos mais pesados pelas rodo-

vias; é igualmente lamentável que, por não possuir uma estrada de ferro de grande capacidade, não possa o Brasil enviar aos E.U.A. senão pequenas quantidades dos minérios extraídos das jazidas inesgotáveis de Minas Gerais; é lamentável, enfim, que a siderurgia, que se desenvolve dentro do Estado de Minas Gerais, não possa receber dos E.U.A. o carvão que não possui em troca de ferro de que carece aquêlê país.

Também a agricultura se ressentê dos atrasos e até de recusas de transportes e se é má a alimentação dos brasileiros, isto deve-se mais à falta de transportes do que à insuficiência da produção agrícola. No Estado de Mato Grosso, onde é barata a criação do gado, devido às suas imensas pastagens naturais, a espera nas estações de embarque atingia 25 dias em média, em 1956. O trigo de que tanto necessita o Brasil e que o Rio Grande do Sul começa a produzir, e logo poderia fazê-lo em abundância, perdeu-se, em parte, nos pátios das estações ferroviárias.

Se as estradas de rodagem e as ferrovias formassem duas rêdes complementares e densas, os problemas econômicos e sociais do Brasil estariam em via de ser resolvidos e os dois Brasís se encontrariam — o país desenvolvido levaria rapidamente o país atrasado à prosperidade geral.

Transportes aéreos

País que não herdou do passado qualquer meio eficaz de transporte terrestre e onde as distâncias são grandes e a topografia difícil, o desenvolvimento da aviação tinha que ser muito rápido; nas regiões mais afastadas, a população passa diretamente do transporte braçal para o transporte aéreo sem parecer surpreender-se. Exemplo característico é o método empregado pelo Serviço de Proteção ao Índios para manter contacto com os postos instalados em regiões até então inexploradas. Logo que estabelecem contacto com uma nova tribo e que as relações se tornam pacíficas, os funcionários do Serviço procuram conseguir que os nativos construam um campo de pouso, e geralmente o conseguem sem muita demora. Não existe estrada de ferro, não existe estrada de rodagem, poucos quilômetros adiante do pôsto ninguém ainda conseguiu penetrar, mas, em poucas horas, transpõem-se os milhares de quilômetros, que separam o pôsto, do Rio de Janeiro ou de São Paulo.

Os transportes aéreos transformaram as condições do transporte de longa distância, pelo menos para as pessoas. Há apenas trinta anos, era tão difícil ir-se do Rio de Janeiro para o norte do país, que os habitantes de Manaus ou Belém achavam mais fácil enviar seus filhos para estudar em Paris do que no Rio; hoje, a viagem faz-se em um dia. Em nenhum outro lugar os transportes aéreos tiveram tanta importância. Em 1948, os aviões comerciais já transportaram mais de 1 milhão de passageiros, e sete anos depois esse número havia quase triplicado. Depois de 1945 o tráfego aéreo aumentou oito vezes. A linha Rio de Janeiro — São Paulo, no tráfego de passageiros, é a segunda do mundo; no aeroporto de São Paulo passam anualmente 1.000.000 de pessoas e pousam por dia cerca de cem aviões.

O brasileiro tem a vocação do ar e disso muito se orgulha; os efeitos dessa revolução na circulação interna são muito importantes no terreno político e mesmo no econômico. A ação do Governo faz-se sentir hoje de maneira mais uniforme e a unidade política do país consolidou-se desde que se tornou possível aos funcionários do Governo transportarem-se em poucos dias ou horas para os pontos mais distantes do país. O Governo pode exercer uma ação direta sobre a população das regiões afastadas, sem ter que depender, pelo menos nos centros importantes, do intermédio de chefes locais, difíceis de controlar. O avião restringe a onipotência do "coronel".

Também do ponto de vista econômico são incalculáveis os efeitos da possibilidade de transporte rápido de pessoas. Os homens de negócios brasileiros não precisam hoje limitar suas iniciativas à região costeira do sul do país. Para ir do Rio de Janeiro a certas localidades, distantes apenas duzentos ou trezentos quilômetros, leva-se um ou dois dias, mas vai-se a Goiás ou a Mato Grosso em um dia; assim o fazendeiro de café do Rio pode visitar suas plantações do norte do Paraná, o comerciante pode visitar os mercadores do Oeste e o industrial pode dirigir as minerações do Norte. Todos os centros de atividade, mesmo os mais insignificantes, possuem um aeroporto cujo tráfego local é intenso.

Entretanto, por maiores que sejam os efeitos da expansão exuberante dos transportes aéreos, eles não conseguem solucionar o problema nacional dos transportes. Mesmo para os passageiros, se o avião encurtou as distâncias do ponto de vista do tempo, o mesmo não se pode dizer do ponto de vista do dinheiro,

apesar de tarifas muito baixas que criam um sério problema quanto à renovação do material. Os funcionários, os homens de negócio e os grandes proprietários rurais, utilizam amplamente os transportes aéreos, mas o seu preço é inacessível à massa da população brasileira. Apesar dos sacrifícios da viagem, os migrantes do Nordeste viajam para São Paulo em uma semana, amontoados em caminhões, em lugar de levarem algumas horas de avião. A aviação aumentou a mobilidade dos que já eram móveis, mas não lhes aumentou o número e nada pôde contra o isolamento rural. Retrato do país jovem, o aeroplano passa inacessível sobre as fazendas e as pequenas cidades sempre isoladas do país velho.

Mas a aviação é sobretudo pouco eficaz para o transporte de mercadorias. Na falta de qualquer outro meio rápido, tentou-se algumas vezes transportar por avião mercadorias pesadas; trata-se, porém, de casos excepcionais, porque o preço desses transportes continua proibitivo. O tráfego de mercadorias é relativamente pequeno, pois, em 1953, foi de 55 milhões de toneladas quilométricas, e não é assim que se tornará possível transportar o trigo do Rio Grande do Sul ou o ferro de Minas Gerais.

De tôdas as maneiras, o avião é incapaz de resolver o maior dos problemas de transportes em um país com o tipo de povoamento do Brasil — o transporte de curta distância e a ligação dos núcleos de povoamento dispersos com o aeroporto, a estrada de ferro, a rodovia ou o mar. Alguns grandes proprietários podem manter uma pista de aterragem em suas propriedades, mas contam-se nos dedos. Como o Brasil é imenso, tem-se a impressão de que o problema dos transportes é sobretudo uma questão de longas distâncias, quando é, principalmente, de relações de vizinhança. É claro que se precisam transportar pessoas e mercadorias de Pôrto Alegre a Manaus através de milhares de quilômetros, mas é mais necessário ao bem-estar da população o transporte das colheitas das fazendas para o mercado.

Necessidade de reagrupamento da população

É difícil, mas não impossível, estabelecer-se no Brasil um plano racional de transporte de longa distância e o Governo procura fazê-lo, concentrando os esforços onde eles são mais necessários. Quando se trata de ligar, porém, uma população

muito dispersa às grandes vias de comunicação, a tarefa é bem mais difícil e enquanto não fôr concluída, o país subdesenvolvido permanecerá dentro do país próspero, tolhendo-lhe o desenvolvimento. Antes de tudo, o problema dos transportes é o problema do isolamento rural e para fazer cessar o isolamento causado pela dispersão e a má distribuição da população, não basta construir algumas grandes estradas, nem multiplicar os transportes aéreos; é preciso que a população aumente ou que mude de *habitat*. Os isolados estão perdidos para o país desenvolvido e, no Brasil, eles são legiões.

Sem dúvida, o crescimento demográfico do Brasil é rápido, mas serão precisas ainda gerações para que a relação superfície-habitante se aproxime, mesmo da que existe em país de fraca densidade como os E.U.A., tanto mais quanto está visto que o ritmo atual de crescimento demográfico já é um pesado encargo e que só se pode desejar vê-lo diminuído. Enquanto o Brasil não tiver duzentos milhões de habitantes, não será possível à sua população, tão dispersa, por maiores que sejam os seus esforços, cobrir oito milhões de quilômetros quadrados com uma rede espessa de boas estradas de rodagem e, ao mesmo tempo, terminar a construção das estradas de ferro.

Aliás, os países novos, de fraca densidade, quando conseguem proporcionar níveis de vida elevados ou relativamente elevados a tôda a população, em geral são largamente urbanizados, e urbanizados em grandes cidades, ainda que permaneçam como países agrícolas. Na Austrália, cêrca de 70% da população vive nas cidades e perto de 50% em cidades de mais de 100.000 habitantes; a República Argentina é mais urbanizada, não só do que os E.U.A., como também do que a Bélgica.

No Brasil, a migração para as cidades e, particularmente, para as grandes cidades, tão deplorada pelos brasileiros, não é sômente o resultado inevitável da industrialização e do enriquecimento do país; constitui também o meio mais imediato de solucionar o problema dos transportes e, conseqüentemente, de transformar as condições da vida rural. Realmente, as condições de vida urbanas e rurais ainda são muito diversas: enquanto os rurícolas continuarem dispersados e isolados, não poderão ser instruídos, nem tratados, e dificilmente poderão ser bem alimentados.

Como não é possível romper o isolamento, instalando-se por tôda a parte, ao mesmo tempo, as vias de comunicação necessárias, o desenvolvimento harmônico do Brasil requer o estabele-

cimento de uma relação mais equilibrada entre a superfície do território que elas devem servir e o número dos que deverão utilizá-las, bem como assegurar-lhes a construção e a conservação. O crescimento rápido da população acabará por melhorar essa relação, mas, até lá, é o reagrupamento da população que a pode favorecer.

Energia

O segundo grande obstáculo que a população brasileira tem de vencer é a falta de energia que, aliás, agrava o problema dos transportes. No atual estado de exploração geológica e de aproveitamento do território, longe ainda de serem concluídos, não parece que o Brasil tenha sido muito favorecido no terreno da energia. Nêle, como na Europa, o problema econômico mais grave é o da energia.

Enquanto o desenvolvimento industrial foi pequeno e a população pouco numerosa, o Brasil não sentiu falta de energia, graças à floresta, que ainda cobre grande parte do país. Ainda hoje, a civilização brasileira apóia-se principalmente na madeira; calcula-se mesmo que, por volta de 1950, de 70 a 80% da energia consumida no país eram produzidos pela madeira. Esse combustível foi durante muito tempo utilizado pela siderurgia brasileira e ainda o é por grande parte das fábricas de Minas Gerais; um terço das locomotivas queima madeira e é este combustível que fornece calor às centrais elétricas de muitas pequenas cidades.

Com o crescimento da população, que no Sul já é de densidade relativamente alta, e com o desenvolvimento da indústria, a dependência da floresta torna-se cada dia mais difícil de suportar, principalmente quando se tem em conta que, na parte do país já desenvolvido, a floresta foi quase sempre imprudentemente derrubada e regride rapidamente. Torna-se então necessário ir buscar muito longe a madeira e utilizar boa parte da pequena capacidade de transportes para carregar o mais incômodo dos combustíveis; muitas vêzes é preferível adotar medidas para a preservação das florestas, geralmente pouco eficazes ou estabelecer o que produz melhores resultados — grandes plantações de eucaliptos, que no Brasil são de grande rendimento. Tanto as companhias de estrada de ferro, como as grandes

fábricas de Minas tiveram de fazê-lo. Nessas condições, se o Brasil continua a retirar da madeira grande parte da energia que despende, é porque tem falta de carvão e de petróleo, mas não poderá contar por muito tempo com a contribuição da floresta.

Carvão

No que diz respeito ao carvão, o Brasil tem que recorrer a dois depósitos relativamente grandes e bem situados; o do Rio Grande do Sul e o de Santa Catarina. Ambos ficam no sul do país e, na escala de distâncias brasileiras, próximos das grandes zonas de desenvolvimento industrial; o carvão de Santa Catarina fica mais afastado do mar que o do Rio Grande do Sul, mas é de melhor qualidade; tanto um quanto o outro, porém, podem ser facilmente transportados por via marítima.

A produção dos dois depósitos que, depois de 1945, pouco variou e parece ter atingido o teto, é de cerca de dois milhões de toneladas. Dos dois, o de Santa Catarina é hoje o mais próspero, sua produção aumentou consideravelmente, enquanto o do Rio Grande do Sul diminuiu. A exploração desses depósitos é, aliás, dispendiosa e o rendimento por operário, fraco: em 1950 foi de 640 quilos no Rio Grande do Sul e de 400 quilos em Santa Catarina.

Mas, o grande obstáculo é a má qualidade desse carvão. Antes da guerra de 1939, quando o carvão era importado da Inglaterra por preços baratos, o Governo foi obrigado a impor a incorporação de determinada percentagem de carvão nacional ao carvão estrangeiro, a fim de manter em atividade as minas brasileiras. Diz-se que o carvão do Rio Grande, único que então se utilizava, era tão difícil de queimar que certas companhias de estradas de ferro aceitavam a obrigação de comprar o carvão nacional como um impôsto, mas preferiam utilizá-lo como lastro.

A falta de carvão estrangeiro, decorrente da guerra, obrigou o Brasil a contentar-se com o que tinha; as companhias ferroviárias aprenderam a queimar o carvão nacional, cuja qualidade, aliás, foi melhorada pelas minas. O carvão de Santa Catarina, melhor que o do Rio Grande do Sul, quando misturado a 50% do carvão importado, pode fornecer até coque que é utilizado pela grande indústria siderúrgica de Volta Redonda.

O carvão nacional constitui agora 60% do consumo do país, mas é um consumo pequeno, porque êsse carvão é um combustível caro, incômodo, de má qualidade e escasso, tanto assim que fornece apenas 7% da energia consumida no Brasil.

Enquanto não forem descobertas e exploradas outras minas, próximas dos centros de consumo, a indústria siderúrgica brasileira será onerada com encargos pesadíssimos, apesar da abundância do ferro e de sua alta qualidade. Para se desenvolver, essa indústria terá que importar carvão norte-americano.

Energia hidrelétrica

À medida que a energia hidrelétrica puder compensar a falta de carvão, o Brasil disporá de uma grande fonte de energia. Realmente, em uma grande parte do país — a mais povoada e sobretudo mais desenvolvida — a topografia é muito acidentada e as chuvas são por tôda parte — menos no Nordeste — muito abundantes; em conseqüência, o Brasil possui um imenso potencial hidrelétrico que, segundo foi calculado, fica logo abaixo do que dispõem os E.U.A., a URSS e o Canadá. É a única fonte de energia de que, sem sombra de dúvida, o Brasil está bem provido.

É verdade que grande parte dêsse potencial não pode ser imediatamente utilizado por estar muito afastado dos centros de consumo. Nem o Norte, nem o Oeste distante, têm ainda necessidade de grandes fontes de energia; entretanto, a descoberta de minas no Norte, poderá exigir um princípio de exploração das fontes de energia dessa zona e, se o Oeste ainda não está desenvolvido, pode-se, contudo, esperar que a bacia do Paraná cedo o esteja.

Aliás, o Sul foi especialmente bem aquinhoado, possuindo numerosas quedas aproveitáveis; acontece, porém, que as chuvas periódicas da zona tropical obrigam à construção de grandes represas, que tornam as instalações muito dispendiosas. Foram importantes os esforços despendidos em equipamento: de 1945 a 1955 a potência instalada aumentou mais de duas vêzes, sem que, entretanto, a progressão recuperasse o ritmo particularmente acelerado do período de 1920 a 1940. Por mais rápido, contudo, que seja êsse desenvolvimento, o da procura é ainda maior e, em conseqüência, grandes centros industriais, princi-

palmente o de São Paulo, muitas vezes durante o inverno tiveram que sofrer cortes de corrente. Uma nova central, surgida com o aproveitamento das cataratas do São Francisco, em Paulo Afonso, fornece grande quantidade de energia a regiões pouco favorecidas, mas grandemente povoadas, da zona árida do Nordeste; abre perspectivas de industrialização para o Brasil subdesenvolvido, as quais seriam ainda mais importantes do ponto de vista social que do econômico.

Naturalmente, nas condições de povoamento disperso do Brasil, não é possível fornecer energia elétrica a toda a população rural. Entretanto, vários grandes proprietários instalam pequenas centrais elétricas para satisfazer às suas necessidades e as pequenas cidades têm geralmente demonstrado grande engenhosidade, quer aproveitando de maneira rudimentar as quedas próximas, quer instalando centrais térmicas que empregam a lenha como combustível. O consumo brasileiro, entretanto, é, ainda assim, muito pequeno — 160 kw (1955) em comparação com os 3.875 kw da Noruega ou mesmo com os 674 kw da França.

O Governo tem feito os maiores esforços no sentido de assegurar o desenvolvimento da única fonte de energia que o Brasil sabe ser imensa, mas esse desenvolvimento indispensável exige muito tempo e dinheiro. Os capitais privados, infelizmente, sentem-se pouco atraídos pela indústria hidrelétrica. A legislação adotada em 1934 não lhes é muito favorável, pois estabelece, para o cálculo da remuneração do capital, o princípio do custo histórico, princípio muito desvantajoso em um país cujo crescimento econômico tem sido sempre acompanhado por uma constante desvalorização monetária. Acontece também que o desenvolvimento da produção da energia elétrica foi confiado, antes da Segunda Guerra Mundial, a duas grandes companhias estrangeiras, que detêm cerca de dois terços da produção: a Brazilian Traction e as Empresas Elétricas Brasileiras. De maneira geral, reconhece-se que as duas companhias, conquanto não tenham conseguido fazer face à necessária expansão, tiraram grande partido da potência instalada, aumentando muito o fator de carga, mas, como são companhias estrangeiras, que administram serviços públicos em caráter de monopólio, são bastante impopulares.

E preciso, pois, que o Governo intervenha; parece que se encontrou uma fórmula de associação do Governo e das duas companhias concessionárias, que permitirá executar os proje-

tos de aproveitamento dos rios de Minas Gerais, aumentando, assim, consideravelmente, a potência instalada em uma das regiões em que poderá ser melhor aproveitada.

Petróleo

O Brasil, pobre em carvão, rico em energia hidrelétrica, consumindo mais depressa do que consegue produzir, tem que procurar no petróleo uma fonte de energia complementar. Só o petróleo poderá ajudar a solucionar o problema dos transportes, que é a chave dos demais. Quer se trate da estrada de rodagem em que se irão multiplicar os caminhões, quer se trate da estrada de ferro, à qual só o "Diesel" pode assegurar boas condições de tração sem instalações muito dispendiosas, o petróleo é o melhor recurso, podendo ser imediatamente importado e transportado sem atrasos e despesas de equipamento.

As riquezas petrolíferas do Brasil são ainda pouco conhecidas; dois campos estão sendo explorados atualmente, um dos quais no Estado da Bahia, na parte central da costa do Atlântico, que produz petróleo desde 1945. Sua produção desenvolveu-se rapidamente: somente no ano de 1955, dobrou de capacidade, o que faz esperar que, dentro de poucos anos, possa aquêlê Estado fornecer 25% do atual consumo do Brasil. É uma percentagem bastante significativa, mas que, entretanto, perde o seu valor diante do fato de que o consumo brasileiro, mesmo restringido pelas dificuldades de importação, aumenta em proporção anual de 20%. O outro campo recentemente descoberto e onde prosseguem as perfurações, está situado na Amazônia e já se pensa em Manaus como a futura capital do petróleo. Que existe petróleo no Brasil, já ninguém mais duvida, e embora não se conheça ainda a extensão das suas reservas, é lícito esperar que encontre em seu solo todo o petróleo de que necessita e que, como aconteceu na Venezuela, talvez mesmo lhe venha a proporcionar uma rica fonte de divisas.

Mas, enquanto a produção do petróleo não pode atender a boa parte das necessidades do país, é preciso importar o petróleo e economizá-lo. É muito pesado o ônus dessa importação e, caso pudesse suprimi-la, o Brasil aceleraria muito seu desenvolvimento industrial. Em 1954, as despesas com as importações de petróleo correspondiam mais ou menos a

dois terços do *deficit* da balança comercial e, em 1955, se tais importações não houvessem sido necessárias, êsse *deficit* teria desaparecido. Correndo o risco de agravar o problema dos transportes, e correndo também o risco de retardar o seu desenvolvimento econômico, o Brasil foi obrigado a suprimir quase completamente as importações de automóveis e a deixar deteriorar o seu parque de caminhões; teve de reduzir até as importações das máquinas mais necessárias, a fim de diminuir o *deficit* da balança comercial na área do dólar. A simples supressão das importações de petróleo, que os brasileiros têm certeza de encontrar em seu próprio solo, teria evitado tais sacrifícios. O pêso dessas importações é ainda mais difícil de suportar de vez que provêm da Venezuela e das Antilhas Holandesas e que deverão ser pagas em dólares a dois países que, em troca, quase não importam produtos brasileiros.

O desenvolvimento rápido de uma produção nacional capaz de assegurar a independência do Brasil em matéria de energia é, pois, o mais premente de todos os problemas brasileiros. Para tentar solucioná-lo, no tempo do presidente Vargas, o Governo instituiu um monopólio estatal, a Petrobrás, encarregada de proceder tanto a pesquisas como à exploração do petróleo brasileiro. A essa organização devem-se os resultados bastante significativos que se conseguiram obter. Mas ninguém pode contestar que o desenvolvimento dos recursos petrolíferos será relativamente lento se o Brasil se limitar aos seus próprios recursos para financiar pesquisas e perfurações.

No primeiro plano da política brasileira projeta-se, pois, a questão da participação das grandes companhias estrangeiras na exploração do petróleo do Brasil. Pode, realmente, parecer paradoxal que o Brasil seja ainda obrigado a comprar quase todo o petróleo que consome, na Venezuela, e a pagar em dólares às grandes companhias estrangeiras. Se, realmente, o Brasil possui as reservas petrolíferas que todos dizem possuir, talvez fôsse menos dispendioso deixar que essas companhias estrangeiras se beneficiassem com uma parte dos lucros do consumo do petróleo nacional, ficando a outra parte no país, do que ceder todos os lucros, de um lado, à Venezuela e, de outro, às referidas companhias estrangeiras.

O problema do petróleo não tem, entretanto, um aspecto apenas econômico; grande parte da opinião pública combate, por uma questão de princípios, qualquer concessão das grandes riquezas naturais a interesses privados e vê na Petrobrás uma

promessa da evolução da economia brasileira num sentido mais social; parte ainda maior da população combate, por questões sentimentais, qualquer participação estrangeira na exploração dessas riquezas naturais; enfim, as grandes sociedades petrolíferas não são muito populares. Por maiores que sejam as vantagens econômicas de uma rápida expansão da produção petrolífera devida ao seu concurso, numerosos elementos, quer da direita, quer da esquerda, no Exército ou entre os intelectuais, receiam que as grandes companhias de petróleo constituam um Estado dentro do Estado e intervenham tanto na política quanto na economia, ameaçando a independência do país.

O progresso das sondagens, feitas exclusivamente com capitais nacionais, apesar da colaboração individual de técnicos estrangeiros, é inevitavelmente lento e o crescimento da produção nacional, menos rápido que o da procura. Com isso, sofre tôda a economia e prolonga-se a miséria da região subdesenvolvida do país, em virtude do atraso que a falta de energia causa ao desenvolvimento da economia brasileira. O Brasil terá certamente de pagar caro a independência que quer conservar nesse terreno; evidentemente, não é possível concluir-se se êsses receios são ou não justificados e se essa independência terá ou não saído cara; nem é mesmo possível saber se, preferindo procurar no estrangeiro um abastecimento de petróleo sôbre o qual não pode exercer qualquer contrôle, a aceitar a penetração em seu território das grandes companhias estrangeiras, o Brasil aumenta a sua independência, tanto política quanto econômica, ou se, ao contrário, êle a sacrifica.

A recente experiência dos países europeus em matéria de energia petrolífera, os levaria a admitir que é bem mais difícil controlar a atividade dessas companhias de petróleo quando ela se exerce no estrangeiro e dela se depende, do que quando ela se exerce dentro do país. Quando companhias estrangeiras exploram poços de petróleo no território nacional, exercem-se sôbre elas fortes meios de pressão; quando, porém, se depende de companhias estrangeiras, que exploram o petróleo no exterior, não há possibilidades de pressão, quer sôbre elas, quer sôbre o país produtor. Mas, certa ou errada, a opinião pública brasileira é tão claramente hostil à participação estrangeira na exploração do petróleo que nenhum Govêrno se arriscaria a ser acusado de querer entregar ao estrangeiro as riquezas nacionais.

No interêsse do Brasil, é, pois, de se esperar que a Petrobrás, ou encontre os recursos e auxílios necessários, fora dos grandes trustes petrolíferos, ou encontre um meio de assegurar-lhes a colaboração de maneira a fornecer a uma opinião pública suscetível, tôdas as garantias que ela exige. Enquanto o Brasil não puder produzir em seu solo o petróleo de que necessita, a Petrobrás tem que se esforçar por reduzir a perda das preciosas divisas estrangeiras através das importações, desenvolvendo no Brasil uma indústria de refinação. Nesse terreno tem obtido grande êxito e, conseguido que os grandes fornecedores de petróleo bruto participem do financiamento dessa indústria, a Petrobrás pode esperar ter condições de prescindir de qualquer importação de petróleo refinado. A indústria de refinação não só alivia um pouco a balança comercial brasileira, como ainda deverá contribuir para o desenvolvimento da petroquímica, que incentivará a criação de uma indústria de base que falta ao Brasil: a indústria química.

Nem a falta de energia, nem a dificuldade dos transportes são obstáculos intransponíveis para o desenvolvimento econômico do Brasil, mas, tanto um quanto o outro impõem à população brasileira grandes sacrifícios, que outros países puderam evitar.

CAPÍTULO VIII

INDUSTRIALIZAÇÃO, INVESTIMENTOS E EQUILÍBRIO DOS DOIS BRASIS

Considerado em seu conjunto, o Brasil é ainda um país agrícola e subdesenvolvido: para cada homem empregado na indústria, há cinco trabalhando na agricultura, enquanto na República Argentina o número dos que trabalham na indústria é quase igual ao dos agricultores. É preciso, portanto, que o Brasil se industrialize, pois hoje em dia nenhuma economia próspera pode depender de modo primacial, da agricultura e nem é possível manter permanentemente nível de vida elevado sem indústria nacional plenamente desenvolvida.

O Brasil tem muito ainda que realizar, apesar do muito que já fêz neste quarto de século; o grande acontecimento econômico da história brasileira contemporânea é a rapidez da sua expansão industrial. Outros países sul-americanos desenvolveram-se mais cedo, mas nenhum se desenvolveu atualmente de modo tão rápido, nem, sobretudo, assenta o seu desenvolvimento sobre bases tão amplas.

Realmente, sempre que consegue vencer o obstáculo dos transportes difíceis e da energia cara, o Brasil tem condições particularmente favoráveis para assegurar o desenvolvimento e a diversificação das suas indústrias.

Condições favoráveis ao desenvolvimento industrial do Brasil

Em primeiro lugar, o território brasileiro contém grandes riquezas minerais; a mineração não foi feita ainda senão em muito baixa escala e em pequena porção do território e, con-

tudo, possui o Brasil grandes recursos em manganês, bauxita, cromo, titânio, tântalo, lítio, magnesita, grafita, diamantes industriais etc.. É verdade que, no caso de algumas dessas jazidas, o problema do acesso é ainda difícil de resolver, não havendo atualmente possibilidades de exportação. Tal, porém, não acontece com o principal e o mais abundante dos minérios: o ferro. O Brasil possui depósitos de ferro muito bem situados no Estado de Minas Gerais, nas vizinhanças dos centros econômicos do país, e que se enquadram entre os maiores do mundo e os que possuem mais alto teor. Infelizmente, não foi possível aproveitar essa riqueza para a exportação embora a sua abundância o permita, porque os meios de transporte para a costa são inadequados e a Venezuela está em melhor situação de satisfazer às exigências dos E.U.A. Essa abundância, entretanto, permitiu a instalação de uma poderosa indústria siderúrgica, que facilita ao Brasil a conquista da independência econômica.

Por outro lado, o desenvolvimento industrial é facilitado pela extensão do mercado de que dispõe; a unidade da América portuguesa dá-lhe, quando se trata de criar uma indústria nacional, superioridade esmagadora sobre a América espanhola desmembrada. O Brasil tem numerosa população, em rápido crescimento, que dispõe de imenso espaço para grande expansão em território que cobre cerca da metade da América do Sul. Nenhum outro país, nessa parte do mundo, tem população que atinja o terço da brasileira; é uma diferença tão grande quanto a que separa as populações da Grã-Bretanha, Alemanha, França ou Itália, das populações dos E.U.A. ou da União Soviética. São poucos os países que hoje em dia podem seguramente prever uma população de muitas centenas de milhões. Tem, assim, o Brasil terreno favorável à expansão econômica, mais poderosa e diversificada do que qualquer outro país da América do Sul, e, talvez, do mundo, exceção de três ou quatro maiores.

Finalmente, o desenvolvimento da indústria está hoje facilitado no Brasil pelo fato de que, apesar de tudo estar ainda por desenvolver, já há um começo de tudo. E, o que é mais importante, o espírito empreendedor, que desponta principalmente no Sul, ali se manifesta com vigor. Os empreendedores brasileiros não são muito numerosos, mas não hesitam em empreender; os seus capitais ainda não estão à altura das necessidades do país, mas já existem, e os empreendedores não

se recusam a aplicá-lo. Conquanto a indústria brasileira esteja ainda localizada em pequena parte do território, ali está, entretanto, sólidamente estabelecida e o desenvolvimento industrial do país já se iniciou em alta escala, no Sul.

A siderurgia e as grandes indústrias brasileiras

Tal como geralmente acontece, a indústria mais antiga e melhor equipada é a têxtil. A indústria têxtil nacional atende às necessidades do país e as importações de tecidos, que constam de apenas algumas centenas de toneladas, só incluem artigos de luxo. Durante a Segunda Guerra Mundial, essa indústria conseguiu até exportar para a América do Sul e a África; seus preços não lhe permitiram conservar êsses mercados, uma vez restabelecida a concorrência, mas, no que diz respeito à indumentária, o Brasil é absolutamente independente, pois mesmo a indústria de calçados acusou grandes exportações.

A indústria têxtil tem sobre as outras uma vantagem social: abrange uma área geográfica relativamente grande. Embora metade da produção se localize no Estado de São Paulo, existem grandes fábricas nos Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, e o próprio Nordeste, tão pouco favorecido nos outros setores, participa também da produção têxtil. Na produção industrial do Brasil, a parte da indústria têxtil é ainda de 20% e emprega cerca de um quarto dos trabalhadores industriais.

Mas, o grande acontecimento no desenvolvimento industrial do Brasil foi o aparecimento, depois da Segunda Guerra Mundial, de poderosa indústria siderúrgica. A siderurgia era muito antiga no Brasil, onde a existência de grandes florestas, nas zonas do ferro, havia permitido a criação de uma siderurgia, alimentada a lenha, no Estado de Minas Gerais; mesmo antes da guerra, existiam grandes emprêsas, como a Belgo-Mineira. Mas, no decurso da Segunda Guerra Mundial, o Governo obteve o concurso dos E.U.A. para a instalação de uma grande indústria siderúrgica controlada pelo próprio Governo. Sua localização foi fixada em uma das regiões mais ativas do país, no ponto de cruzamento de duas vias de comunicação: a que, ligando o mar ao Estado de Minas Gerais, efetua o transporte do carvão e do ferro; e a que, ligando o Rio de Janeiro

a São Paulo, une as duas grandes regiões em que se localizam as indústrias de transformação para as quais deverão escoar os produtos da siderurgia.

Esta indústria correspondeu plenamente às esperanças que nela se depositavam e, em conseqüência do seu êxito, muitas outras emprêsas mais antigas adquiriram nôvo impulso e novas emprêsas francesas, alemãs e até japonêsas, vêm participando da expansão da siderurgia no Brasil. Evidentemente, ainda não se fabrica tudo no país e há necessidade de importação de certos perfis, mas algumas peças já podem até ser exportadas; no que diz respeito à siderurgia, o Brasil pode contar com uma próxima e completa independência.

No caminho aberto pela siderurgia, várias indústrias de transformação vão-se estabelecendo: elevadores, refrigeradores, objetos domésticos, rádios são amplamente fabricados no país; as indústrias de construções mecânicas e elétricas estão ainda em início, mas desenvolvem-se rapidamente. As três grandes lacunas que existem são reveladas pelos dados estatísticos sôbre as importações: os veículos, as máquinas em geral e os produtos químicos.

O automóvel, principalmente, tem grande aceitação no mercado brasileiro; sua procura, entretanto, não pode ser totalmente satisfeita porque a indústria automobilística se desenvolve muito lentamente. País de 60 milhões de habitantes, tem pouco mais de 700.000 automóveis, isto é, um carro para 85 habitantes. O mercado, porém, é muito maior do que o indicam essas cifras; na realidade, os veículos importados ficam extremamente caros, principalmente porque o Governo, com o intuito de reduzir essas importações, impõe-lhes uma taxa de câmbio elevadíssima, tendo-as tornado quase inacessíveis nos últimos anos. Nas classes médias das cidades e mesmo em certas regiões rurais do Sul, haveria grande freguesia para pequenos carros rústicos, vendidos a preços análogos aos que se vendem na Europa. Além do mais, como o mau estado das estradas obriga à renovação mais freqüente do material do que na Europa, e como há alguns anos essa renovação não tem sido processada, parece haver grande mercado para os produtos de uma indústria automobilística nacional.

A indústria nacional de automóveis está em via de ser criada; desde 1956, grandes firmas alemãs, francesas e italianas vêm estabelecendo grandes linhas de montagem, que começam com pequena percentagem de peças nacionais desde logo

aumentadas até criar em derredor uma grande indústria auxiliar da construção automobilística. Tendo-se em vista o ônus que a importação de automóveis impõe à economia brasileira e os graves inconvenientes que o verdadeiro racionamento, atualmente em vigor, acarreta para um país onde o mais sério problema econômico é o do transporte, a conquista da independência, no setor da construção de automóveis, constituirá um período fundamental no desenvolvimento geral do Brasil.

Mas, o setor que mais necessita de apoio é o das indústrias químicas de base. Segundo as estatísticas brasileiras, a indústria química já parece estar bastante desenvolvida, mas isto deve-se sobretudo à importância da indústria farmacêutica que é, de todas, a que apresenta maior volume de exportações. A extração de óleos vegetais para a exportação é também muito importante para a indústria química. Mas, conquanto as grandes indústrias químicas de base sejam geralmente as mais difíceis de estabelecer, o recente e rápido desenvolvimento da indústria de refinação do petróleo deve possibilitar o desenvolvimento da petroquímica e dar grande impulso a esse setor.

Em país, como o Brasil, cuja evolução se processa tão rapidamente, excetuando-se os estudos de conjunturas, de nada vale registrar números de produção que logo estarão superados; o que melhor evidencia as transformações ocorridas e as que se podem esperar é a rapidez e a constância do crescimento nestes últimos anos: de 1948 a 1953 o índice da produção industrial passou de 100 a 161, e até a 196, no caso dos bens de produção, duplicando, portanto, em 7 anos, ao passo que a produção agrícola passou, na mesma época, de 100 a 133. É verdade que esse crescimento extraordinariamente rápido da indústria diminuiu bastante de 1955 a 1956, mas entram aí muitos fatores accidentais para que se possam tirar conclusões baseadas em alterações anuais.

Os investimentos e a escassez de capitais

Para que se possa garantir ao Brasil, em caráter permanente, um aumento de produção superior ao da população, serão necessários grandes investimentos. Admitindo-se como verdadeira a conclusão de que um crescimento anual de 1% da população tornaria necessário atribuir 4% da renda nacional às necessidades desse excedente de população, no Brasil ter-

se-ia que destinar cerca de 10% dessa renda a investimentos de ordem puramente demográfica. Pode-se talvez admitir que, no Sul, a percentagem de 4% seja exagerada em virtude da grande receptividade do meio; por outro lado, é provável que o ritmo de crescimento da população brasileira aumente ainda mais nos próximos anos, pois caso a intenção de equilibrar o desenvolvimento do território determinasse a atribuição de uma parcela maior dos investimentos às regiões do Nordeste, a maior resistência do meio poderia diminuir-lhes o rendimento.

Se, aos investimentos exigidos pelo crescimento demográfico, se acrescentassem os necessários ao desenvolvimento dos níveis de vida muito baixos da população em geral, perceber-se-á a extensão das necessidades de capitais no Brasil.

Há muito tempo o Brasil vem conseguindo inverter uma grande percentagem do produto nacional bruto, que é crescente, pois, de 14,9% em 1947, passou a 18% em 1951. Apesar do nível de vida extremamente baixo da população, a participação das economias nos investimentos é, sem dúvida, facilitada pela concentração da renda em poucas mãos.

Alega-se, é verdade, que o equipamento industrial do país não atrai, na proporção almejada, os capitais nacionais e que as economias da classe abastada são mal empregadas. Realmente, apenas alguns grandes capitalistas não recuam diante dos investimentos industriais; são, geralmente, procedentes de São Paulo e, às vezes, também, de origem italiana, alemã ou libanesa. Não é à falta de ousadia dos capitalistas brasileiros que se pode atribuir tal estado de coisas, mas, antes, à incapacidade do mercado financeiro brasileiro de drenar os produtos das economias para os investimentos industriais. As fortunas brasileiras são constituídas em grande parte por terras, mas começa a aparecer no Brasil uma classe média que pode dispor de economias; infelizmente, o mercado de títulos não oferece grandes oportunidades de aplicação e as que oferece são decepcionantes.

A indústria brasileira é próspera, mas poucos benefícios proporcionou aos acionistas, talvez porque o autofinanciamento de uma indústria em tão rápido crescimento lhes tenha prozelado por tanto tempo a materialização dos lucros, e também porque, conquanto a indústria brasileira seja relativamente concentrada, a empresa geralmente permanece sob o controle da família. Mesmo quando recorre à forma de sociedade por ações, geralmente, se descuida da distribuição de dividendos aos acionistas.

O Governo, por sua vez, contribuiu para desacreditar os investimentos em imóveis; as desvalorizações monetárias sucessivas, arruinaram os numerosos proprietários de títulos de renda. O mercado de títulos parecia ter conquistado alguma popularidade quando o Governo, na ocasião da Segunda Guerra, criou a siderurgia nacional e abriu a subscrição de ações para os cidadãos brasileiros. O desenvolvimento da siderurgia ultrapassou qualquer expectativa, mas os acionistas não participaram dessa prosperidade. Quer se trate do setor livre, quer do setor nacionalizado, são raras as ações que, ao longo de uma expansão industrial dificilmente igualada, tenham constituído investimento lucrativo. Existem no Brasil fortunas de industriais, de produtores de café, de comerciantes e, sobretudo, de proprietários de terras; não há porém, fortuna de acionistas. A única esperança nesse setor é o recente desenvolvimento das sociedades de investimentos, que talvez introduzam novos métodos.

Nessas condições, é fácil de se conceber que as economias nacionais se sintam atraídas pelos investimentos imobiliários e, principalmente agora, pelos prédios residenciais ou terrenos nas cidades. Calcula-se que, há bastante tempo, os prédios residenciais vêm absorvendo mais da metade da poupança nacional.

Prioridade das necessidades de construção

Muito se tem criticado os capitalistas brasileiros — críticas que hoje se poderiam muito justamente estender à classe média — pela obstinação em concentrar os capitais nacionais na construção de imóveis nas grandes cidades, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo; segundo a opinião geral, seria bem mais útil aplicá-los no desenvolvimento dos bens de produção de que tanto necessita o Brasil.

De fato, muitas dessas construções não foram feitas visando o interesse do país, e a especulação imobiliária paralisa muitos capitais e atividades. As construções concentraram-se quase exclusivamente no Rio e em São Paulo e em geral constaram de prédios de luxo. O desenvolvimento do condomínio nas cidades que, como São Paulo, crescem duas vezes em dez anos, proporcionou tais lucros que muitas vezes a construção antecedeu a procura. As organizações estatais ou controladas pelo Estado — Bancos, Caixas Econômicas, companhias de

seguros e capitalização — incentivaram a especulação mobilizando os grandes capitais de que dispunham em benefício dos especuladores. Em consequência, enquanto a massa da população, tanto no campo, como nos subúrbios das grandes cidades, se aglomerava em barracões provisórios, de taipa ou de latas de gasolina, grande número de casas e prédios de apartamentos luxuosos, todos à venda e nunca para alugar, permaneciam vazios à espera que a falta de terrenos e o aumento constante dos preços os fizessem parecer baratos.

Está certo que se censure aos brasileiros o excesso de especulação, mas pode-se censurá-los por construir demais? A população, em geral, está mal alojada e às vêzes nem casa tem; o *habitat* rural é ainda primitivo e, na cidade, as favelas multiplicam-se mais depressa do que se consegue destruí-las. A população cresce muito rapidamente e aflui do campo para as cidades; para passar do Brasil subdesenvolvido, que se contenta com o barracão, para o Brasil nôvo, que exige o concreto armado, é preciso construir muito e depressa. Se não se constrói bastante, num país como a França, cuja população é estacionária, sofre-se o desconforto de ficar mal alojado; em um país como o Brasil, cujas cidades aumentam duas vêzes em poucos anos, se não se constrói bastante o resultado é intolerável: não se tem onde morar.

É fácil desejar que os capitais sejam invertidos em maior escala nas atividades produtivas e que, para se viver melhor amanhã, se aceite hoje tôda espécie de privações, mesmo a de não ter onde morar; talvez se possam impor tais sacrifícios nas ditaduras comunistas, mas é muito arriscado fazê-lo em outros países, e mesmo naquelas é perigoso impô-los durante muito tempo. Como se pode desejar que os capitais se apliquem em maior escala na indústria e acelerem assim o crescimento, já tão rápido, das cidades, se, com isso, se reduzem as atividades de construção? Ter-se-ia então que multiplicar as favelas?

Ainda aqui o Brasil sofre as consequências da rapidez do seu crescimento, principalmente do seu crescimento demográfico, que não só diminui de maneira geral a produtividade do país, determinando-lhe uma composição por idade desfavorável, como ainda torna necessário atribuir uma parcela muito grande dos investimentos às necessidades elementares da moradia. A êste respeito, tomando-se por base uma população estacionária para a qual, devido à redução da moradia em um

século, tem que se substituir todos os anos 1% das habitações, deduz-se que, para uma população que aumenta 1% cada ano, essa substituição teria que ser duas vezes maior e mesmo, com o ritmo de crescimento do Brasil, quase quatro vezes maior. Quando a população é muito móvel, como no caso do Brasil, a percentagem deve ser ainda maior.

Ao mesmo tempo que exige grandes investimentos em imóveis, de que carece a indústria, o crescimento demográfico estimula tais investimentos porque valoriza inevitavelmente os imóveis. Nas grandes cidades brasileiras, hoje em dia, a especulação de terras não é mais apanágio dos ricos ou dos profissionais; tornou-se popular. Com a generalização de um sistema de vendas a prazo, até nos meios operários se compra um terreno na ocasião do casamento, ou quando nasce um filho, ou, logo que se tenha o bastante para o primeiro pagamento. A trinta ou quarenta quilômetros do Rio ou de São Paulo, os terrenos são vendidos e revendidos, sem que até hoje essas especulações tenham decepcionado os que podiam esperar.

Os investimentos imobiliários poderiam ser melhor orientados e a especulação estéril dos terrenos poderia ser desencorajada, se se conseguisse canalizar as pequenas economias para valores imobiliários mais equitativamente associados à prosperidade da indústria; entretanto nada poderá impedir o Brasil de consagrar grande parte dos seus recursos à construção de casas, enquanto não diminuir um pouco a fecundidade da população.

Se o Brasil quiser continuar a melhorar os níveis de vida dos seus habitantes, bem como a multiplicá-los o número, terá inevitavelmente de recorrer ao recurso de capitais estrangeiros, como sempre tiveram de o fazer os países que não quiseram pagar o rápido crescimento da população com a agravação da miséria. Há, no Brasil, participação de capitais estrangeiros, mas ainda em pequena escala; aproximadamente 70% dos investimentos totais de 1955 eram provenientes de capitais nacionais. Em verdade, ainda que os capitais estrangeiros não sejam os mais importantes, são, entretanto, os mais bem empregados para o desenvolvimento econômico do país, geralmente aplicados na indústria e, principalmente, nas indústrias básicas. É especialmente o caso dos capitais europeus que são hoje os mais importantes dos capitais estrangeiros.

Até 1954 os capitais americanos constituíam mais da metade dos capitais estrangeiros introduzidos no Brasil; a partir de 1955 inverteu-se a situação; cêrca de 18% dos investimentos efetuados no Brasil provêm da Europa, 8% dos E.U.A. Só a França e a Itália haviam contribuído com quase tanto quanto os E.U.A. e, mais do que êste país, tais recursos foram aplicados mais diretamente no desenvolvimento da produção industrial. É uma participação já bem grande que, no interêsse geral, deveria aumentar ainda mais, pois, na conjuntura internacional, a elevação do país à categoria das grandes potências seria vantajosa não só para o Brasil como para todo o mundo ocidental.

O Brasil é mais um país desigualmente desenvolvido do que subdesenvolvido

De maneira geral, o Brasil é ainda um país essencialmente agrícola, um país, entretanto, que se industrializa dia a dia e que, em certas regiões, já deixou de ser subdesenvolvido.

Para se avaliar a verdadeira natureza da economia brasileira, como, aliás, para se avaliar todo o seu progresso social, é preciso ter-se em mente a noção de sociedade dualista e a existência de dois Brasis. Deturpam-se completamente as perspectivas quando se pretende julgar o Brasil como se julgaria um país europeu, cujo desenvolvimento se processou durante milênios. Há, sem dúvida, uma nacionalidade brasileira, a que se apegam igualmente todos os brasileiros, tanto assim que o imenso império português da América não está ameaçado por qualquer separatismo nacionalista; os dois Brasis são igualmente brasileiros, conquanto diferentes, e sobretudo do ponto de vista econômico, deve-se ter sempre presente a noção de uma América portuguesa que compreende uma metrópole com suas colônias. As colônias são povoadas pelos mesmos brasileiros que a metrópole, sem, entretanto, terem atingido o mesmo grau de maturidade econômica. Tudo se altera quando se deixa de incluir, no mesmo julgamento, a metrópole e suas colônias.

O Brasil, dizem, é um país insuficientemente desenvolvido, pois, sendo tão escassamente povoado, apenas parte do seu solo é cultivada, raros são os meios de transporte de que dispõe e a predominância da agricultura sôbre a indústria é

nêlo tão esmagadora que até essa agricultura, que desperdiça a mão-de-obra e utiliza unicamente a energia animal, obtém apenas poucos rendimentos, tanto por trabalhador, quanto por unidade de superfície. O desenvolvimento insuficiente manifesta-se, aliás, na renda *per capita* que é muito baixa. Calcula-se que, em 1952, a renda *per capita* no Brasil não ultrapassava US\$ 140.00. O número em si não tem grande valor à vista das dificuldades de cálculo da renda nacional na sociedade dualista do Brasil e da dificuldade ainda maior, de convertê-lo em dólares; isso indica, entretanto, uma ordem de grandeza. Considerado como um todo, porém, o Brasil é indubitavelmente muito pouco desenvolvido, pois alguma das suas regiões começam apenas a ser exploradas.

Todavia, para obter a renda *per capita* do brasileiro, foi necessário associar os dois Brasis: o produto nacional que decorre essencialmente da atividade de parte dos Estados do Sul, sobretudo São Paulo, foi dividido por todos os brasileiros que, vivendo em sua grande maioria no velho Brasil, fora da economia monetária, não participaram da criação dessa renda, nem do seu consumo. Para isto reunimos a metrópole e as colônias. Desta forma, nenhum império pareceria grandemente desenvolvido. A Venezuela (devido ao petróleo), a República Argentina e o Uruguai (devido às verdadeiras atividades nacionais) têm uma renda *per capita* bem mais alta que o Brasil e podem parecer, pelo menos os dois últimos, mais amplamente desenvolvidos. Porém, mesmo que se distribuam os resultados da sua atividade por todos os habitantes da América do Sul espanhola, esta ainda se revelará menos desenvolvida do que a América portuguesa.

A *Commonwealth* britânica, considerada da mesma maneira, surgirá também como a terra do subdesenvolvimento; basta acrescentar-se aos 50 milhões de ingleses, 430 milhões de hindus ou de paquistãos — sem falar de certo número de outros membros da *Commonwealth* — para se constatar que a renda de um membro da *Commonwealth* é das mais baixas do mundo e que — fato aliás incontestável — a *Commonwealth* é um grupo humano francamente subdesenvolvido. Mas, embora exista como organismo político, não se pode considerar a *Commonwealth* como um todo, principalmente do ponto de vista econômico. O inglês, assim considerado por ser um membro da *Commonwealth*, raramente sabe ler, sua expectativa de vida é pequena, é subalimentado e o seu nível de vida é ridicula-

mente baixo, mas ninguém pensa em considerar o inglês como membro da *Commonwealth* nem em deplorar o atraso da sua cultura.

Guardadas as devidas proporções, o Estado de São Paulo, e todo o Sul do Brasil, são objeto de julgamentos igualmente absurdos quando se persiste em considerar os seus habitantes unicamente na qualidade de brasileiros, sem levar em conta a existência dos dois Brasis. Não é porque, no Brasil, o elo político entre a metrópole e suas colônias seja inquebrantável, reforçado pelo elo nacional, nem porque o território da metrópole e o das suas colônias sejam contíguos, que se pode esquecer as diferenças que separam os dois Brasis.

A Bolívia ou a Índia são países extremamente subdesenvolvidos; a América portuguesa do Brasil, como a América espanhola das múltiplas repúblicas, é um império desigualmente desenvolvido. As diferenças entre os extremos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento não são tão distantes quanto os que se encontram no Império Britânico ou na União Francesa, mas não deixam de estar bem afastados.

A renda *per capita* do brasileiro era calculada, em cruzeiros, no ano de 1953, em NCr\$ 6,46; essa pequena renda era o resultado da média entre aquelas ainda mais baixas do Brasil subdesenvolvido — NCr\$ 1,59 no Piauí e NCr\$ 2,30 no Ceará — e as do Brasil evoluído — NCr\$ 11,91 em São Paulo e quase NCr\$ 20,00 no Distrito Federal. A diferença entre os extremos era da mesma ordem de grandeza que a existente entre o Egito e a Grã-Bretanha. O contraste entre os dois Brasis revela-se ainda maior quando se consideram os tipos mais representativos do país desenvolvido e do país subdesenvolvido: o agricultor do Nordeste e o habitante das cidades industriais do Sul. No Piauí, a renda por pessoa ativa empregada na agricultura não era superior a NCr\$ 2,00; no Distrito Federal, a renda por pessoa ativa era de mais de NCr\$ 45,00. Mesmo sem se considerar êsses casos extremos, que, entretanto, traduzem muito bem a desigualdade do desenvolvimento econômico, a renda agrícola *per capita* no Nordeste, considerando-se a região em geral, não ultrapassa NCr\$ 3,80 quando no Sul atinge NCr\$ 14,60. Os números em si não têm valor absoluto, porque as oscilações da moeda não permitem compará-los de um ano para outro, mas é significativa a diferença entre os dois tipos de sociedades brasileiras.

O Brasil, que possui no Sul uma vasta região já equipada com indústria poderosa e em rápida expansão, ao passo que as transformações econômicas mal afetaram o resto do país e nem ao menos produziram efeitos em certas áreas rurais do Sul, tem sérios problemas decorrentes dessa estrutura dualista. Não são, todavia, problemas do desenvolvimento, mas da desigualdade do desenvolvimento e, por conseguinte, da organização do território.

Equilíbrio e aproximação dos dois Brasis

Os problemas criados pelo desenvolvimento econômico do Brasil não são, pois, o da industrialização e da adoção de novas técnicas e de novos modos de vida por uma sociedade que pode não se adaptar a êles; são os problemas da generalização das técnicas e dos modos de vida adotados com entusiasmo e competência por uma parte do país. Não se trata, como em outros países pouco desenvolvidos, de uma revolução industrial; trata-se da difusão, em toda a América portuguesa, de uma revolução econômica e cultural que há muito se processa no Sul, onde tem obtido grande êxito.

Considerando-se que o Brasil é uma nação, seria absurdo aprofundar muito a comparação do Brasil desenvolvido e do Brasil subdesenvolvido como uma metrópole e seu império. Ao invés de serem separadas por barreiras de língua ou de religião e divididas por ódios de nacionalismos opostos, a sociedade arcaica e a sociedade progressista estão unidas pelos elos da mesma língua e da mesma história e pela comunhão do mesmo nacionalismo. São duas sociedades que se querem fundir e não se separar; como os dois Brasis não pensam em se separar e desejam compartilhar os mesmos valores, é extraordinariamente mais fácil estender a todos os benefícios dos progressos realizados por alguns. Mas, se é mais fácil estender a toda a América portuguesa os benefícios do progresso econômico e dos progressos sociais que o acompanham, é mais difícil, entretanto, tolerar que êsses benefícios demorem a estender-se a todos.

A economia dualista já estabeleceu uma grande distância social e econômica entre o Sul e o resto do Brasil, sendo grande a tentação de continuar a empregar os esforços de desenvolvimento na parte próspera do país, porque ali tais esforços produ-

zirão maiores resultados. A diferença dos níveis e condições de vida das duas categorias de brasileiros correria então o risco de aumentar em vez de diminuir; os ricos se tornariam mais ricos e, por comparação, os pobres ainda mais pobres. São êsses os perigos que ameaçam os impérios desigualmente desenvolvidos e são êsses os efeitos que se censuram aos domínios imperialistas.

Outrora, quando era ainda geralmente subdesenvolvido, o Brasil estava dividido entre uma pequena aristocracia muito rica e muito culta e um povo uniformemente pobre e ignorante. A democratização que se inicia na sociedade brasileira, diminui um pouco as diferenças entre os extremos, mas é sobretudo o desenvolvimento econômico que, provocando o nascimento de uma classe média no Brasil, atenua o contraste entre aristocracia e plebe que caracteriza as sociedades agrícolas simples. Dever-se-ia evitar que o desenvolvimento econômico, continuando a concentrar-se em uma parte do país, estabelecesse contraste entre populações cada vez mais ricas no Sul e cada vez mais pobres no resto do país, principalmente no Nordeste. Já existem, no Brasil, Estados pobres e Estados aristocratas; essa estrutura aristocrática também existe na sociedade internacional, onde já começa a ser pouco tolerada. As reivindicações sociais manifestam-se em duas frentes: entre ricos e pobres no interior do Estado, entre países ricos e países pobres nas relações internacionais; o proletariado externo é tão atuante quanto o interno.

Receia-se, com razão, uma repartição dos progressos econômicos pelo mundo, que parece não permitir aos países subdesenvolvidos diminuir a distância que os separa dos países anglosaxônicos e da Europa Ocidental. Mesmo não se falando da profunda injustiça que torna dificilmente suportável tal desequilíbrio no interior do Brasil, êsse desequilíbrio não poderia prolongar-se, nem sobretudo, acentuar-se, sem expor o país a sério perigo. A unificação dos dois Brasis constitui o grande problema econômico e social contemporâneo e os brasileiros, em geral, têm plena consciência disso. A unificação, naturalmente, não se poderá efetuar a não ser pela generalização a todo o país dos modos e níveis de vida que prevalecem no Sul; trata-se menos de aumentar as vantagens de que gozam os habitantes do Brasil desenvolvido, que de integrar nesse Brasil, a fim de que lhe desfrutem tais vantagens, os milhões de habitantes do Brasil arcaico.

Prioridade do Sul, de Minas Gerais ou do Nordeste

Para assim se conseguir concluir o desenvolvimento do país, tem-se, entretanto, que fazer uma escolha difícil, diante da qual é inevitável que divirjam as opiniões e hesitem os que devem decidir.

Com efeito, prosseguindo-se o mais rapidamente possível com a industrialização, dever-se-á deixar que o desenvolvimento econômico se concentre no Sul, porque nessa região já desenvolvida o rendimento dos investimentos é mais alto? O adiantamento do Brasil desenvolvido em relação ao resto do país continuaria a aumentar, mas o rápido crescimento econômico acarretaria migrações individuais cada vez mais numerosas e, através dessas migrações individuais, poder-se-ia esperar que o Brasil arcaico afluísse progressivamente para o Brasil moderno. É a solução econômica que, às vezes, se recomenda; é, sobretudo, a solução que se impõe por si mesma, na falta de planejamento. Mas até o momento, em vista da grande fecundidade, as abundantes migrações não diminuíram de maneira nenhuma o número de habitantes das regiões subdesenvolvidas: os que partem são logo substituídos. Se São Paulo aumentou em cerca de 25% entre 1940 e 1950, o Ceará aumentou em mais de 26%. Se o Brasil desenvolvido cresce todos os anos em detrimento do Brasil subdesenvolvido, é mais em virtude da extensão do desenvolvimento a outros territórios, do que em consequência das migrações internas. Essa extensão é relativamente fácil quando se trata de territórios novos do Oeste do Brasil, e bem mais difícil quando se trata do velho Brasil, do Centro Atlântico ou do Nordeste.

Dever-se-á, então, correr o risco de retardar um pouco o crescimento econômico do país em geral, a fim de melhor reparti-lo entre as diversas partes do país? Procedendo-se ao equilíbrio do território, em função de critérios sociais e não apenas econômicos, pode-se tentar desenvolver as regiões mais arcaicas do país, à custa de investimentos talvez mais pesados, obtendo-se resultados menores. Se se acelerasse o desenvolvimento do Brasil, ao mesmo tempo que se retardasse o do país nôvo, os dois Brasís se aproximariam e o caráter dualista da estrutura brasileira tenderia a atenuar-se. Mas, essa organização do território em função de necessidades sociais, nacionais, implica uma política de constante intervenção; exige também que os maiores esforços se apliquem, senão nas regiões mais

desfavorecidas, pelo menos nas grandemente povoadas, que são muito pouco favorecidas. Como êsses esforços se realizarão em regiões cuja vocação industrial não é garantida, devem êles visar a agricultura. É principalmente no desenvolvimento do Nordeste que, nesse sentido, grandes iniciativas têm sido tomadas. Mas, se os benefícios do crescimento têm de ser repartidos entre todos os brasileiros, sem que subsista a reserva de subempregados que vive hoje fora da economia monetária, é preciso que o número dos brasileiros não aumente em ritmo mais rápido do que o da produção.

Finalmente, há os que acreditam que, entre os dois métodos opostos, existem intermediários e que, se se devem aplicar esforços extraordinários ao país subdesenvolvido, não é nas regiões mais afastadas do Sul próspero e mais diferentes em sua estrutura que se deverão aplicá-los. Acham, ao contrário, que se devem escolher, nas regiões subdesenvolvidas, as que estão em condições mais favoráveis para corresponder aos esforços empregados. O Estado de Minas Gerais sempre foi o elo entre os dois grandes centros de população: na sua parte norte pertence à zona sêca e ali as condições de vida se assemelham às do Nordeste; na zona sul, limita-se com São Paulo, que começa a arrastá-lo em sua prosperidade. Passagem obrigatória entre o norte e o sul, o Estado de Minas Gerais é, ao mesmo tempo, um dos mais francamente subdesenvolvidos e um dos que se começam a desenvolver melhor: é, de fato, nesse Estado que se encontram as grandes riquezas minerais, principalmente o ferro, e foi ali que nasceu a siderurgia. Minas Gerais é o único Estado que, pelo número da população, quase pode rivalizar com São Paulo; é ali que se encontra, em Belo Horizonte, a cidade mais moderna do Brasil e uma das que crescem mais depressa, mas é também apesar de uma alta natalidade, de todos os Estados do Brasil, o de crescimento menos rápido, porque seus habitantes, envolvidos pelo movimento do país desenvolvidos, sem todavia dêle participarem plenamente, emigram em grande número. Entre 1940 e 1950 a população do Brasil aumentou em cêrca de 24%, enquanto a de Minas só aumentou em 14%.

O Estado de Minas Gerais, prestando-se tanto a um desenvolvimento industrial quanto a um desenvolvimento agrícola, ambos já iniciados, parece, pois, constituir o terreno mais favorável para ligar os dois Brasis e transmitir aos centros de população do Nordeste o complexo cultural do Sul.

Mas, seja qual fôr o método que se julgar o melhor — talvez nenhum seja considerado preferível aos outros — urge se eliminem o mais depressa possível as enormes disparidades entre regiões, muitas vêzes longínquas, mas às vêzes bem próximas, que tornam a sociedade brasileira uma sociedade dualista, tanto do ponto de vista da economia, quanto do ponto de vista da estrutura social, da cultura ou da organização política.

CAPÍTULO IX

INSTRUÇÃO PÚBLICA

A estrutura dualista da sociedade brasileira é a origem de vários problemas econômicos, mas acarreta outros bem mais graves no setor da instrução pública.

Todos os povos do mundo defrontam-se hoje com problemas educativos bastante delicados: de um lado, o desenvolvimento de formas de produção, cuja execução requer mais especialistas do que simples manobreiros, traz novamente à baila o espírito e os métodos de sistemas de ensino que até então visavam essencialmente a distribuição de uma cultura geral literária; de outro lado, a evolução para estruturas sociais democráticas, exigindo para todos uma certa igualdade de possibilidades de se instruir, aumenta consideravelmente o número daqueles a quem deve ser ministrado o ensino.

Gravidade dos problemas escolares na sociedade dualista do Brasil

Mas, no Brasil, esses problemas de instrução pública assumem formas tão graves e exigem soluções tão urgentes, que muitos espíritos lúcidos, apesar de notarem que a solução dos problemas escolares depende intimamente da solução dos problemas econômicos, são de opinião que eles são os mais importantes e os mais difíceis de resolver.

Em um país cujo crescimento demográfico é tão rápido quanto o do Brasil e cuja população, por conseguinte, tem uma alta percentagem de menores — mais de 52% em 1950 — é especialmente difícil proporcionar a todos a educação necessária ao progresso técnico e social.

O contraste entre os dois níveis de vida existentes no país torna, também, muito difícil a escolha e a prática de um sistema de ensino de aplicação geral e útil a todos. A sociedade arcaica, que se constituiu no Brasil colonial, onde predominou tanto tempo e ainda hoje subsiste na maior parte do território, legou a todo o país um conceito de ensino aristocrático que produziu excelentes resultados. Mas, êsse conceito aristocrático do ensino, que tende a proporcionar uma cultura geral à pequena elite, é particularmente inadequado às necessidades do país nôvo que, do Sul onde se estabeleceu, procura estender-se por todo o Brasil e que, para se estender, requer uma grande massa de indivíduos instruídos, mais do que uma elite de homens cultos. Por outro lado, o sistema de ensino aristocrático presta-se muito mal à difusão da instrução por tôda a população, exigida pelo rápido desenvolvimento das ideologias democráticas e pela vontade de estabelecer estruturas democráticas. Não só o Brasil, em virtude do crescimento muito rápido da sua população, tem de instruir um número de jovens excepcionalmente grande e que aumenta de maneira extraordinariamente rápida, como ainda êsse número é largamente acrescido, porque o sistema de ensino prevalecente no passado deixou ficar, ao lado da pequena elite extraordinariamente culta, a enorme massa de analfabetos, e porque, aos pesados encargos do presente e do futuro, vêm juntar-se, assim, os encargos do passado.

Também em matéria de instrução pública existem dois Brasis e, para que o complexo cultural do país nôvo possa estender-se e abranger todo o país, não basta o crescimento econômico; é preciso ainda que se torne possível a extensão dêsse crescimento econômico ou, pelo menos, que êle seja acelerado pela difusão geral de instrução adaptada às novas necessidades. O país nôvo tem de transformar a velha sociedade, fazendo-a participar da sua rápida ascensão e, para transformá-la, o progresso da instrução é tão necessário quanto o progresso econômico, do qual não se pode separar. Como são muitos os atrasos que o Brasil tem de recuperar e o ritmo estabelecido em São Paulo o obriga a recuperar rapidamente, terá de fazer investimentos em todos os terrenos; investimentos em homens, porque o país é insuficientemente povoado; investimentos econômicos, porque a produtividade é fraca e o número daqueles para os quais é preciso produzir multiplica-se rapidamente; e, finalmente, investimentos culturais, porque o nível de instrução das massas é baixo, o crescimento demográfico é grande e a rapidez do progresso técnico prolonga o tempo de

formação dos jovens, ao mesmo tempo que lhes modifica a natureza. De todos êsses investimentos, os escolares, embora não menos necessários, são principalmente os de escolha mais difícil e de rendimento mais incerto.

Cultura aristocrática do Brasil subdesenvolvido

Até à Primeira Guerra, e mesmo até à revolução de 1930, o Brasil foi um país essencialmente agrícola e, como a organização da sua agricultura, baseada na grande propriedade, trazia ainda a marca da escravatura abolida, um país de estrutura social muito aristocrática. A forma exterior da vida política — muito democrática para o pequeno número dos que dela participavam — a ideologia democrática, também frequentemente difundida entre as classes dirigentes, e enfim, a simplicidade e a bonomia dos costumes, não nos devem enganar sobre a verdadeira natureza da sociedade que predominava então em todo o Brasil e ainda impera no Brasil arcaico.

Uma sociedade, fundada sobre a grande propriedade, tal como a que tem subsistido no Brasil mesmo depois de abolida a escravatura, não pode comportar uma verdadeira classe média. Por muito que os comerciantes e os artesãos das cidades, bem como os funcionários subalternos, tenham podido constituir uma classe média, esta é muito pouco numerosa e muito estranha ao centro agrícola da sociedade para exercer grande influência.

Em opposição a uma aristocracia muito pouco numerosa de proprietários imobiliários, havia a grande massa de trabalhadores agrícolas ou de rendeiros intimamente unidos aos proprietários por laços tanto pessoais quanto econômicos. Dividia-se, pois, a sociedade em duas classes, apenas.

Em virtude de níveis de vida muito baixos e do isolamento devido a um *habitat* muito disperso, eram muito limitadas as possibilidades de instrução para a classe rural inferior. Tal, entretanto, não se devia ao fato de o Governo, quer no Império, quer na República, se ter desinteressado da instrução pública primária; o meio é que era desfavorável. A massa da população rural, que se dedica a uma agricultura rudimentar, tendo como único instrumento a enxada, que não trabalha diretamente para o mercado e vive em pequenos grupos isolados uns dos outros, encontravam muito pouca utilidade em uma instru-

ção de que não necessitava, quer para aplicar métodos culturais tradicionais, quer para obedecer a instruções do senhor ou dos seus prepostos.

Mesmo quando havia escola, era ela pouco freqüentada e, sobretudo, freqüentada de maneira irregular e fugaz, de sorte que nessa sociedade rural campeava o analfabetismo que, apesar dos esforços feitos ultimamente, continua a predominar no Brasil arcaico. Segundo o recenseamento de 1950 que, como todos os recenseamentos sôbre a matéria, seria talvez algo otimista, um pouco menos da metade da população brasileira, isto é, 49,5%, sabia ler e escrever. Mas, a divisão equitativa da população entre alfabetizados e analfabetos é apenas o resultado da média entre a situação cultural do país nôvo, em que geralmente se sabe ler e escrever, e a do país arcaico, em que impera a ignorância. Nas capitais dos Estados do Sul, São Paulo, Curitiba, Pôrto Alegre, bem como no Distrito Federal e em Belo Horizonte, a proporção dos indivíduos de mais de 10 anos, que sabem ler e escrever, oscila entre 83 e 87% e mesmo no interior dos Estados de São Paulo ou Rio Grande do Sul ela é superior a 65%. Em compensação, nas zonas rurais dos Estados de estrutura arcaica do Nordeste ou do Leste, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, a percentagem dos analfabetos é mais ou menos da ordem de 70%. Nas próprias vizinhanças do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, existem certas zonas rurais em que o Brasil arcaico subsiste ao lado do país nôvo e conserva a sua ignorância: a poucas horas da Capital Federal, em alguns municípios da zona de Cantagalo, há distritos rurais em que a percentagem de analfabetos é de 70 a 75% e mesmo no interior do Estado de São Paulo os analfabetos perfazem mais de 50%.

Era inevitável que o sistema de ensino adotado por essa sociedade arcaica fôsse de caráter duplamente aristocrático: aristocrático no espírito, porque, na ausência de uma numerosa classe média, procurava satisfazer as necessidades de cultura de um número muito pequeno de indivíduos pertencentes à classe dos grandes proprietários rurais ou a ela ligados e, aristocrático nos métodos, porque era proporcionado a um pequeno grupo que lhe podia arcar com as despesas e não procurava no ensino um meio de ascensão social.

Aquêles cujas necessidades ditavam os programas do ensino secundário ou superior, não dependiam essencialmente da instrução para ganhar a vida; os mais influentes dentre êles auferiam,

da grande propriedade e do comércio concomitante, rendas freqüentemente muito altas; outros, que muitas vezes lhes eram aparentados, procuravam nas funções públicas ou nas profissões liberais, um complemento às suas rendas. Entretanto, como não eram técnicos e, geralmente, dispunham de rendas pessoais, o ensino superior parecia-lhes, antes de tudo, um meio de enriquecer a cultura e também de melhor desempenhar funções mais de natureza social ou política do que econômica. A cultura geral que se buscava, constava primordialmente de letras clássicas e filosofia e, se para alguns era meio de acesso a profissões, estas eram as de advogado, funcionário ou médico. Quando os estudos prosseguiram até à sua conclusão lógica, conduziam às duas grandes variedades de "doutor", o médico e o jurista; o engenheiro era relativamente raro.

Esse gosto pela cultura geral sancionada pelo título de doutor, característico do tipo de sociedade aristocrática que prevalecia no Brasil, desenvolveu-se extraordinariamente sob a influência pessoal do Imperador Pedro II. Durante o longo reinado que assinalou o 19º século brasileiro, como o da Rainha Vitória assinalou o 19º século britânico, o Imperador fez da cultura desinteressada a distinção mais disputada e o título de "doutor" tornou-se para o Brasil o que o de *gentleman* era para a Inglaterra: um título de nobreza pessoal, que o povo brasileiro tende hoje a empregar como fórmula de polidez para com todas as pessoas cuja superioridade social quer reconhecer.

É preciso fazer justiça a essa cultura aristocrática dos grandes senhores, pois ela foi de alta qualidade; deve-lhe, o Brasil, uma rica literatura, uma aguçada receptividade às correntes de pensamento e uma concepção muito humana da vida que sempre se manifestou em seus governantes quando estes souberam tirar proveito da cultura. É cultura semelhante à que tiveram, antes do seu grande desenvolvimento econômico, os E.U.A., onde os que a possuíam provinham das regiões do Sul do país em que prevaleciam estruturas sociais muito semelhantes às do velho Brasil. Nos E.U.A. essa cultura produziu os Jefferson, os Madison, os Washington, os Hamilton, que no Brasil têm também os seus equivalentes.

Quando, sob a pressão do desenvolvimento econômico e da evolução democrática, se torna necessário difundir rapidamente uma cultura mais técnica, menos longa e menos dispendiosa para as grandes massas, é inevitável, a princípio, a decadência da cultura: o que ela lucra em quantidade, perde em

qualidade. A era da prosperidade econômica que, nos E.U.A., principia já antes da Guerra de Secessão, com a decadência da aristocracia rural e o desaparecimento dos homens de lazer, é uma era de obscurantismo durante a qual a cultura desinteressada cede lugar à instrução profissional. Será necessário, pelo menos, meio século de decadência cultural para que os E.U.A., tendo enriquecido, consigam reconstruir, apoiando-se, aliás, na Alemanha, uma cultura de valor.

Pode-se, pois, fàcilmente conceber que a decadência inevitável dessa cultura aristocrática, que não pode satisfazer às exigências do país nôvo, cause aos brasileiros cultos profunda nostalgia e que êles não se resignem a renunciar-lhe voluntariamente. Por mais elevada que haja sido essa cultura, que ainda tem no Brasil muitos representantes, era ela proporcionada a um escol muito limitado, para que se pudesse manter. O que lhe emprestava qualidade é que ela não era uma cultura nacional, mas uma cultura cosmopolita. A elite brasileira fazia os seus estudos secundários, geralmente, no Brasil, quer nos gínásios subvencionados pelas autoridades públicas, quer em estabelecimentos de ordens religiosas que recrutavam boa parte dos seus professôres na Europa. Os livros didáticos eram freqüentemente livros estrangeiros, principalmente franceses, que os alunos deviam utilizar na língua de origem. Como êsses alunos descendiam de famílias geralmente abastadas e como sua independência financeira lhos permitia, os que continuavam os estudos superiores faziam grandes estágios nas universidades francesas, que complementavam, às vêzes, com viagens à Alemanha, à Inglaterra, à Áustria ou aos E.U.A., viagens que repetiam freqüentemente depois de terminados os estudos. Absorviam, portanto, tudo o que de melhor encontravam e muito poucos países, mesmo entre os mais adiantados, poderiam apresentar o equivalente do homem culto de que o Brasil deu e dá ainda exemplos extraordinários.

Valorização da cultura aristocrática ou democratização do ensino

Nas regiões do Brasil que estão sendo hoje violentamente transformadas pelo desenvolvimento de novas formas de produção, a população, mesmo a mais humilde, tem necessidade,

para exercer as suas atividades, de instrução elementar além da simples alfabetização e já não são mais indivíduos, mas grandes massas, que é preciso instruir. Mas, no Brasil nôvo, é sobretudo a numerosa classe média de técnicos, comerciantes, funcionários, que precisa buscar no ensino secundário e superior os conhecimentos variados que terá de aplicar nas suas profissões. A própria orientação do ensino requerida já não é a mesma; é preciso que o ensino lhe seja ministrado localmente e de maneira pouco dispendiosa. Os membros das classes médias não dispõem mais, nem de recursos pecuniários, nem de liberdade para procurar a cultura onde esta lhes parece melhor. A aristocracia rural proporcionava ao Brasil uma cultura de elite, que seus membros adquiriam com os recursos próprios; hoje, o Estado brasileiro tem que fornecer localmente a formação técnica imposta pelo desenvolvimento econômico do país, e fornecê-la a baixo custo. Diante da transformação tão profunda e tão brusca das necessidades sociais, torna-se necessária uma reconversão do ensino, tanto no que diz respeito à sua orientação, quanto às modalidades da sua administração. O ensino secundário, e mesmo o superior, têm que ser ministrados a número maior de indivíduos, mas é mister que também se lhes ministre outro ensino.

É muito mais difícil modificar a orientação do ensino para satisfazer novas necessidades, do que administrar o ensino tradicional a clientela mais numerosa, quando apenas se pretende aumentar a quantidade, sem modificar o produto. Premido pelos acontecimentos, o Brasil não tentou ainda a reconversão do seu ensino de cultura geral tradicional; quis atender à grande e manifesta procura de instrução multiplicando os estabelecimentos de ensino, para distribuir a cultura geral aristocrática, não mais unicamente a uma pequena elite abastada, mas a massas relativamente grandes.

Essa extensão do ensino secundário e do ensino superior, era relativamente fácil. Se não se exigir que seja de primeiríssima qualidade, o ensino da cultura geral será relativamente barato; no Brasil, as primeiras camadas das classes médias, que solicitaram instrução secundária, enriquecidas pelo desenvolvimento econômico do país, podiam pagar o serviço que reivindicavam, além de não serem muito exigentes quanto à qualidade. A distribuição do ensino secundário revelou-se então muito lucrativa; constituiu hoje uma das grandes indústrias brasileiras

que, com capitais relativamente pequenos, proporciona grandes rendas. Ainda hoje o ensino secundário é sobretudo um ensino privado e êste ocupa lugar muito importante no grau superior.

Nestes últimos anos, a fim de atenuar os efeitos de uma seleção baseada exclusivamente no dinheiro e de tentar reerguer a qualidade de um ensino muitas vêzes aviltado por preocupações comerciais, os poderes públicos multiplicaram as escolas e os colégios os quais constituem pesado encargo para o orçamento federal. Somando-se as despesas privadas e as despesas públicas, o ensino secundário, distribuído a meio milhão de jovens, custa quase tão caro quanto o ensino primário que é distribuído a cinco milhões de crianças, e que deveria ser a mais de dez. Em tôda parte, as exigências das classes médias são mais violentamente expressas e mais facilmente atendidas do que as do povo, mas, na sociedade dualista dos países desigualmente desenvolvidos, as classes médias têm ainda mais autoridade porque as massas do país subdesenvolvido são silenciosas.

A exemplo do estabelecimentos de ensino secundário, as Universidades e as Faculdades, públicas ou privadas, também proliferam com extrema rapidez: só no ano de 1954, o número de instituições de ensino superior passou de 248 a 357; entre 1949 e 1955, foram criadas 17 Faculdades de Direito e 21 de Filosofia; as Faculdades de Ciências Econômicas multiplicam-se com igual rapidez.

A fim de fazer face a um tão rápido crescimento, foi necessário improvisar rapidamente um grande número de professores, tanto para o ensino secundário quanto para o ensino superior. Servindo-se dos diplomados das novas Faculdades, alguns estabelecimentos públicos e um número muito pequeno de estabelecimentos privados, conseguiram pagar o suficiente para recrutar quadros de valor. Mas, em sua maioria, os estabelecimentos de ensino têm que apelar para tôdas as boas vontades e restringir o ensino às matérias em que mais facilmente se podem improvisar os professores e cuja administração se adapta melhor às instalações materiais mais simples. O ensino de Humanidades é mais fácil de improvisar do que o ensino técnico, as Faculdades de Direito, de Letras ou de Ciências Econômicas multiplicam-se mais depressa e de maneira menos dispendiosa do que as Escolas de Engenharia.

Vários professores não se dedicam ao ensino senão como a uma atividade suplementar e os que fazem dêle a sua profissão precisam, para viver e atender à procura sempre crescente, de

multiplicar as horas de aula. Citam-se casos de professores que dão dez horas de aulas por dia, a 35 cruzeiros velhos a hora. Um inquérito realizado em 1956 revelou que, em certo estabelecimento secundário, os professores davam, um, 55 horas semanais de aulas, outro, 53, e um terceiro 50; trata-se, entretanto, de um estabelecimento de boa categoria, porque é subvencionado pela maior empresa do setor público. Tanto para utilizar ao máximo os professores, quanto para utilizar os locais, é comum o sistema de dois e até três turnos de alunos, que se sucedem durante o dia nos bancos que cada um não ocupa senão algumas horas.

Foi por meio desses expedientes que se conseguiu passar o número de alunos do curso secundário, no período de 1940 a 1954, de 170.000 a 575.000; pôde-se, assim, não só acompanhar o ritmo, decerto muito rápido, da expansão demográfica, como ainda dobrar a percentagem dos alunos do ensino secundário entre os jovens dos grupos de idade que necessitam desse ensino. Os estudantes do curso superior triplicaram no mesmo período (1940-1954).

O rápido aumento do número de jovens a que se destina o ensino secundário era de molde a satisfazer o desejo instintivo da população de compartilhar do privilégio aristocrático; esse privilégio foi estendido, pelo menos, às classes médias, e não é totalmente impossível aos elementos mais evoluídos do proletariado urbano fazer ingressar seus filhos no ensino secundário. Não se poderia considerar essa multiplicação do número uma democratização, pelo menos parcial, do sistema de ensino?

Mas, para democratizar o sistema de ensino aristocrático e substituir as exigências de cultura pessoal de uma sociedade feudal, pelas exigências técnicas de uma sociedade industrial, não basta estender esse sistema de ensino a massas cada dia mais numerosas. Os países mais evoluídos têm-se convencido de que precisam reconsiderar os conceitos mais enraizados da natureza e do papel da instrução pública e têm reconhecido o problema dos diplomados, decepcionados com diplomas prestigiosos, mas sem qualquer relação com as suas necessidades. A situação não é peculiar ao Brasil; entretanto é, aqui, mais grave, porque a mudança é maior e menos geral: mais rápida do que o normal no país novo e mais lenta, no país arcaico.

Fracasso do ensino tradicional

O primeiro resultado da pseudodemocratização decorrente de uma distribuição mais ampla da cultura geral a outros elementos além dos aristocratas é a decepção daqueles a quem essa cultura é destinada. Para a classe média e para os raros elementos do povo que ingressam no ensino secundário e, a seguir, no ensino superior, a universidade não é mais instrumento de enriquecimento pessoal, que permitirá melhor desempenhar um papel social assegurado por direito de nascença ou de fortuna, mas um instrumento de ascensão social, que dará acesso a funções, através das quais se poderão auferir as mesmas rendas e o mesmo prestígio da aristocracia.

Infelizmente, os valores criados por essa cultura geral, são, realmente, daqueles que a sociedade aproveita, mas não daqueles que ela paga. Para que o enriquecimento pessoal do maior número de indivíduos possa ser vantajoso, é preciso que a sociedade estabeleça primeiro as bases econômicas que proporcionem níveis de vida elevados e é aos que poderão ajudar a estabelecê-los e não aos que dêles se poderão aproveitar, que ela se prontifica a remunerar. Uma vez munidos dos seus diplomas, os estudantes, que dêles esperavam uma ascensão social, verificam que a sociedade continua perfeitamente indiferente. A pálida auréola, que no passado envolvia o diploma de doutor, cedo perdeu o seu brilho e a difusão do ensino aristocrático à maioria, nada mais fêz senão criar um proletariado intelectual dificilmente utilizável; para tentar aplacar a sua cólera ameaçadora, torna-se necessário multiplicar os empregos inúteis do setor terciário, cujo volume a produtividade do país não justifica e cuja manutenção, mesmo precária, constitui um pesado encargo para as massas miseráveis do Brasil rural. Mesmo assim o proletariado desiludido dos diplomados permanece hostil; é muito grande a distância entre as suas ambições e as suas realizações e êle não foi formado para a sociedade em que terá de viver.

A desilusão é tanto maior quanto uma outra conseqüência das tentativas de democratização do ensino através da simples multiplicação do número daqueles que o recebem e que já não o podem receber nas mesmas condições que a pequena elite rica para a qual êle fôra destinado, é a grande decadência da qualidade desse ensino. O aristocrata brasileiro que, há meio século atrás, começava seus estudos nos Jesuítas ou no Pedro II

e os prosseguia em Paris ou Cambridge, possuía, incontestavelmente, uma cultura geral de alta qualidade; tal não acontece hoje com o filho do pequeno comerciante de Vitória ou de Juiz de Fora, a quem um professor sobrecarregado ensinou um pouco de latim em colégio improvisado por algum homem de negócios mais empreendedor e que termina os seus estudos na Faculdade de Ciências Econômicas que uma ordem religiosa, sem qualquer humildade, inaugurou no ano anterior à custa da boa vontade dos habitantes locais.

Com a vulgarização do ensino de cultura geral aristocrática, não só o Brasil moderno não possui um ensino secundário adequado às suas novas necessidades, como o Brasil arcaico não dispõe mais do ensino de verdadeira cultura geral, que se lhe adaptava às antigas.

Perfeitamente conscientes da natureza do problema, os poderes públicos esforçaram-se por criar o ensino técnico, secundário e superior, mais adequado às necessidades da sociedade industrial e da agricultura evoluída. Resultados apreciáveis foram conseguidos no setor do ensino comercial, que progride rapidamente. Essa forma de ensino técnico-comercial é tão fácil de improvisar quanto os ensinos de cultura geral e a sua qualidade é igualmente difícil de apreciar. Também esse ensino tem sido explorado pela iniciativa privada, que está longe de ser desinteressada: dos 120.000 alunos, aproximadamente, que seguiram, em 1955, o ensino comercial, cerca de 110.000 pertenciam ao setor privado. Entretanto, mais vale o mau ensino comercial do que a má cultura geral.

Outro é o caso do ensino técnico-industrial, que não se pode improvisar, que custa mais caro e que se destina em grande parte a pessoas incapazes de pagar. São raras as iniciativas privadas nesse setor e, excetuando o Governo Federal, só o Estado de São Paulo apresenta esforços importantes. Mas, em todo o Brasil, o número de alunos não passa de uns vinte mil, quase tanto quanto as escolas de Direito e menos do que o ensino artístico dos Conservatórios de Música. Quanto ao ensino técnico-agrícola, exclusivamente público, não reúne mais de 13.000 alunos em um país onde mais da metade dos homens ainda está empregada na agricultura. Tanto para o desenvolvimento da indústria, que tem falta de quadros de base e de mão-de-obra especializada, quanto para o melhoramento de uma agricultura de fraco rendimento, o desenvolvimento do ensino

técnico é de importância vital. As autoridades do ensino federal desdobram-se em esforços para desenvolver êsse ensino, mas, além das dificuldades que apresenta, choca-se êle ainda com preconceitos, ali mais enraizados do que nos outros setores, que fazem com que se busque a ascensão social exclusivamente através dos diplomas de cultura geral.

Ensino primário e o problema do número

A dificuldade de adaptação do ensino secundário às exigências do país reside na necessidade de descobrir qual a natureza ideal do ensino e de fazer com que se aceite o seu princípio, apesar de tradições fortemente enraizadas. Quanto ao ensino primário, um problema ali domina os demais, o do número; antes mesmo de se poder decidir em que sentido deverá orientar-se o ensino primário a fim de atender às necessidades, provavelmente diversas, de um país tão vasto e variado quanto o Brasil, é preciso que se consiga assegurar à grande massa de crianças o mínimo de alfabetização, sem a qual não será possível qualquer forma de ensino.

Dois fenômenos dominam a questão: em primeiro lugar o número de alunos cresce consideravelmente de um ano para outro, porque, no Brasil arcaico, a população que sempre se contentou com a ignorância, sente agora a necessidade de saber pelo menos ler; em segundo lugar, a proporção dos jovens, que será necessário instruir é extraordinariamente elevada em virtude da composição por idade inferior decorrente de um rápido crescimento demográfico.

O aumento do número de alunos do ensino primário, de uns trinta anos para cá, é impressionante:

1920	1.250.000	1940	3.302.000
1930	2.084.000	1950	5.240.000

Mas, por mais rápido que seja êsse crescimento, não satisfaz, entretanto, completamente, às necessidades; para satisfazê-las, seria necessário impor a uma população ativa, pouco numerosa, um encargo esmagador. Pode-se avaliar o pêso dêsse encargo quando se compara a situação com a da França, onde a partir de 1945, com o ligeiro aumento da natalidade, a população entrou em uma fase de crescimento lento.

Na França, depois de 1945, a fecundidade aumentou ligeiramente, tanto que, depois de longo período durante o qual os efetivos escolares permaneceram estacionários ou até diminuíram, o número de jovens a serem instruídos começou a crescer. Considerando-se apenas o grupo de idade de 6 a 13 anos, sobre quem recaía tradicionalmente a obrigação escolar, o aumento foi de cerca de 30%, de 1950 a 1957. Tal aumento provocou problemas que foram parcialmente e, muitas vezes, mal resolvidos; conquanto se tenha conseguido receber todos os alunos que se apresentaram, foi preciso construir barracões provisórios, organizar classes desconfortáveis em apartamentos ou estabelecimentos comerciais e aceitar em grande escala o concurso do ensino livre. A falta de professores foi tal que houve necessidade de aumentar o número de alunos nas classes e confiá-los a professores improvisados. A aproximação desses grupos de idade relativamente numerosos do estágio do ensino secundário causa ainda maiores preocupações, porque ao efeito do aumento do número dos jovens franceses irá juntar-se o da atração do ensino secundário sobre novas camadas sociais. Mal o fenômeno começa a manifestar-se e já se é obrigado a transformar os estudantes em professores, antes mesmo que tenham terminado os estudos e a pedir-lhes várias horas suplementares, ao passo que muito embora os Ministros das Finanças se preocupem com os novos encargos impostos ao orçamento pela educação nacional.

O encargo imposto ao Brasil pelo aumento do número de jovens em idade escolar, e pela aspiração de grupos, cada vez mais numerosos, a um mínimo de instrução, não tem base de comparação com o da França. Em 1950, o número dos adultos, sobre os quais repousava a atividade do país, era bastante semelhante, mas, no Brasil, o número dos que tinham de receber instrução elementar era duas vezes maior:

	<i>Brasil</i>	<i>França</i>
População total	51.944.000	42.130.000
Adultos de 18 a 64 anos	25.400.000	26.000.000
Jovens de 6 a 13 anos	10.738.000	4.310.000

Mesmo este quadro, que revela um encargo com a escolarização elementar duas vezes mais pesado no Brasil do que na França, não dá idéia exata da extensão da diferença. De fato, considerando-se que as mulheres brasileiras, tendo grande número de filhos para criar, não podem participar da atividade

econômica do país, enquanto as mulheres francesas, cuja fecundidade é muito menor, podem participar, e realmente o fazem muito mais do que as brasileiras, dessas atividades, verifica-se que a população ativa da França é de 18 milhões e poderia, se preciso, ser muito mais numerosa, enquanto a do Brasil não passa de 14 milhões.

Para assegurar a tôda a população uma escolarização, com a mesma duração nos dois países, (de 6 a 13 anos por exemplo), que hoje se considera o mínimo para um país desenvolvido, o Brasil não teria para cada criança em idade escolar senão 1,21 indivíduos ativos, enquanto a França teria 4,32. O encargo brasileiro seria, por conseguinte, cêrca de quatro vêzes mais pesado do que o da França, onde apesar de ser êsse país mais rico e particularmente bem equipado para o ensino, já provoca tantos problemas.

Poucos países consagram ao ensino percentagem tão alta do seu orçamento, mas, face a tal composição por idade, é totalmente impossível fornecer a tôda a população um ensino satisfatório; em iguais condições, nenhum país, aliás, o conseguiu. Quando o número das crianças é muito grande em relação ao dos adultos, torna-se necessário que o ensino seja breve e muito barato ou então que seja proporcionado a uma parte apenas da população.

Condições da instrução primária na sociedade dualista

Mas, em um país desigualmente desenvolvido como é o Brasil, o problema do número torna-se mais complexo em vista da dualidade de estrutura econômica e social que separa os dois Brasis. É difícil, realmente, em um mesmo país, não se pôr à disposição de tôdas as regiões um ensino de igual qualidade e duração; entretanto, a parte desenvolvida do país não se pode contentar com um ensino barato e deficiente e a parte subdesenvolvida não pode arcar com a sua parcela das despesas do ensino de longa duração e alta qualidade.

No país já desenvolvido, de que São Paulo é o protótipo, a renda *per capita* é igual à de certos países europeus, dos quais, aliás, atrai imigrantes. O desenvolvimento da economia exige operários e empregados que tenham, pelo menos, uma boa ins-

trução primária e, se possível, preparo técnico; a população sente a necessidade dessa instrução e, enfim, a própria produtividade da economia do país desenvolvido permite custear a escolarização relativamente prolongada que é necessária. A responsabilidade pelos pesados encargos da escolarização é, além do mais, facilitada no Estado de São Paulo ou no Distrito Federal, porque nessas regiões, as mais evoluídas, o número das crianças é relativamente muito menor do que nas regiões subdesenvolvidas. O Estado de São Paulo, e mais ainda o Distrito Federal, têm melhor composição por idade do que os Estados do Nordeste e mesmo do que os seus vizinhos próximos, como Minas Gerais ou o Rio de Janeiro, porque, de um lado, a natalidade ligeiramente menor reduz o número de jovens, ao passo que as migrações de adultos aumentam o número de homens ativos.

No país subdesenvolvido, de que são modelos os Estados do Piauí, Maranhão ou Ceará, mas de que não saíram ainda Estados como Minas Gerais e Rio de Janeiro, a renda *per capita* é igual às do Oriente Próximo ou da Ásia. A economia desses Estados baseia-se, em grande parte, na agricultura rudimentar que requer muito pouca especialização; os indivíduos, encerrados, em sua maioria, em comunidades locais muito simples, têm pouca ocasião de utilizar a instrução que porventura recebem e a pequena produtividade do trabalho torna difícil a manutenção do mais elementar sistema de instrução pública. Além disso, na parte mais pobre do país, a fecundidade muito elevada aumenta o número dos que devem receber instrução, ao passo que as migrações diminuem o número dos que a deveriam pagar.

A êsse respeito o contraste é gritante entre São Paulo e o Distrito Federal, de um lado, e Minas Gerais e o Rio de Janeiro, do outro. Em 1950, Minas tinha cerca de 1.500.000 habitantes menos do que São Paulo, mas igual número de jovens de 5 a 14 anos. O Distrito Federal e o Rio de Janeiro tinham, nessa época, quase o mesmo número de habitantes, mas, no Distrito Federal, para cerca de 400.000 jovens de 5 a 14 anos, havia quase 700.000 homens de 20 a 64 anos; no Estado do Rio de Janeiro havia apenas 542.000 homens para 574.000 em idade de freqüentar a escola. Portanto, se o Rio de Janeiro quisesse proporcionar instrução prolongada, teria mais de uma criança por trabalhador e, ao passo que a sua renda *per capita* não chega a ser um terço da que tem o Distrito Federal, o ônus da escolarização seria duas vezes maior. Os dois Estados de Minas

Gerais e Rio de Janeiro são os que se encontram em situação mais difícil no que diz respeito ao ensino primário; sob muitos aspectos, ambos são ainda Estados subdesenvolvidos e, portanto, Estados pobres, mas ficam ambos próximos das regiões desenvolvidas às quais pertence parte dos seus territórios. Nêles é mais difícil do que em outros Estados, fornecer ensino às crianças, porque muitos adultos se deixam atrair por São Paulo e pela Capital Federal, e, no entanto, êsse ensino lhes seria mais necessário, porque muitos dos seus filhos irão estabelecer-se no Brasil desenvolvido, onde a instrução é indispensável.

O Distrito Federal, em que a pessoa ativa tem uma renda superior a NCr\$ 45,00 (1953), poderia proporcionar às suas crianças, aliás relativamente pouco numerosas (4 crianças para 7 homens adultos), uma instrução não muito dispendiosa; o Piauí, cuja renda não é a décima parte da que possui o Distrito Federal, e que tem 7 crianças para 4 homens adultos, não poderia fornecer às suas crianças senão uma instrução muito barata. É preciso reconhecer, aliás, que a necessidade de instrução não é igualmente sentida no país desenvolvido e no país subdesenvolvido e que, principalmente, não é a mesma a possibilidade de utilizar essa instrução.

Nessas condições é muito difícil a escolha de uma política de instrução pública; pretender dar a todos a instrução de que necessitam e podem dar às suas populações São Paulo e o Sul em geral, é impossível, porque com isto duplicariam os encargos. Por conseguinte, não serão os habitantes do Piauí, cuja renda *per capita* não ultrapassa NCr\$ 2,00 que poderão proporcionar aos seus numerosos filhos a instrução que custa a São Paulo mais de NCr\$ 2,50 por aluno.

Pretender fornecer a São Paulo ou ao Rio de Janeiro a mesma instrução barata e mal distribuída que pode dar o Piauí, seria o mesmo que impossibilitar a manutenção do desenvolvimento econômico dessas regiões o que seria intolerável para a população.

Fazer uma transação entre as necessidades e as possibilidades dos dois Brasís e dar a todo o país a instrução correspondente aos NCr\$ 6,46 que constituem a média entre a renda de NCr\$ 12,00 do paulista e a de NCr\$ 1,58 do habitante do Piauí, redundaria em sacrificar o futuro do país a um igualitarismo inútil: o nível da instrução de São Paulo baixaria demasiadamente, sem que aumentasse de modo correspondente o do Piauí.

E, no entanto, não é moralmente possível que o Governo Federal estabeleça diferenças entre as regiões, dando um ensino de pobre aos que são pobres e um ensino de rico aos que são ricos.

Necessidade da autonomia dos Estados em matéria de ensino primário

Diante de situação tão complicada, parece que o Governo Federal adotou a única solução que não é nem iníqua nem absurda: não tomar a seu cargo o ensino primário, confiando-lhe a organização aos diversos Estados, de acôrdo com as respectivas possibilidades. O Governo Federal limita-se, com efeito, a baixar normas gerais de instrução pública para todo o Brasil e a exigir que cada Estado consagre uma percentagem mínima do seu orçamento a executá-las. A obrigação escolar foi reduzida a quatro anos de estudos, de 7 a 10 anos. Apesar dessa curta duração, o ônus é ainda muito pesado; na França, uma escolarização de oito anos, de 6 a 13 anos, daria uma relação de 4,32 pessoas ativas para uma criança na escola; no Brasil, metade dessa escolarização, (quatro anos, de 7 a 10 anos) daria uma relação de 3,2 ativos, apenas, para uma criança na escola.

Estabelecidos os princípios dos quatro anos de estudos, da obrigação escolar e da percentagem obrigatória das despesas destinadas à instrução pública, a responsabilidade de organizar os estudos cabe aos Estados e aos municípios; a êles competirá arcar com a quase totalidade das despesas com o ensino primário, enquanto o Governo Federal consagrará seus esforços aos ensinos secundário e superior. Resulta, então, que cada Estado proporciona o ensino que lhe permitem os seus recursos e a composição por idade de sua população; a intervenção dos municípios permite até variar a duração e a qualidade do ensino em um mesmo Estado, conforme as circunstâncias locais.

O Estado de São Paulo consegue, não só assegurar à quase totalidade da população em idade escolar, de 7 a 10 anos, os quatro anos de instrução previstos, como ainda consegue ultrapassar as normas, mantendo as crianças na escola, pelo menos nas comunidades desenvolvidas, além da idade obrigató-

ria; conquanto não houvesse em São Paulo mais de 862.000 crianças de 7 a 10 anos, cêrca de um milhão estavam matriculadas nas escolas. Como o Estado e os municípios pudessem destinar a cada aluno NCr\$ 2,50 (1953), as escolas em geral eram boas e os professôres de alta qualidade. O ônus financeiro impôsto aos podêres públicos era grande, naturalmente, mas não excessivo, pois não excedia 10% do orçamento do Estado de São Paulo.

Em compensação, um Estado como o Maranhão, tinha que destinar 25% do seu orçamento à instrução primária, o que representa um esforço duas vêzes maior que o de São Paulo e que, no entanto, não permitia, àquele Estado pobre e excessivamente provido de crianças, gastar mais de NCr\$ 0,20 por aluno. O Maranhão não só não podia ultrapassar a norma de uma escolarização de quatro anos, como nem sequer podia atingi-la; se em São Paulo há mais alunos nas escolas do que crianças de 7 a 10 anos, no Nordeste geralmente há menos — 150.000 em 311.000 no Ceará — e mesmo na Bahia — 201.000 em mais de 560.000. Na realidade, mesmo no Brasil arcaico, a grande maioria das crianças matricula-se nas escolas (de 80 a 90%), porque o desejo de se instruir é grande, mas acontece freqüentemente que, ou a escola fica muito distante, ou os prédios e o material são precários, ou ainda os professôres improvisados não podem ensinar às crianças. Muitos começam os quatro anos, mas poucos os completam: em 1955, havia 2.200.000 alunos no 1º ano, porém apenas 268.000 no 4º. No Brasil arcaico, conquanto sejam muitas as crianças inscritas nas escolas, muitas são as que ficam fora e a maioria delas sai sem ter sequer aprendido a ler.

Considerado em seu conjunto, o Brasil, que em 1953, gastava NCr\$ 0,62 por aluno, podia receber nas escolas primárias mais de 80% das crianças em idade escolar, mas se se considerar separadamente o Brasil desenvolvido e o Brasil subdesenvolvido, constatar-se-á que o Sul, que pode gastar cêrca de NCr\$ 0,90 por aluno e manter quase tôdas as crianças na escola, tem, no Distrito Federal, 15% de analfabetos, enquanto em certos Estados do Nordeste, que só podem despende NCr\$ 0,20, e não com tôdas as crianças, há mais de 75% de analfabetos.

A descentralização do ensino primário que permite, sem muito escândalo, uma desigualdade inevitável nas normas de instrução, é o único meio de dotar o Brasil de um sistema

de instrução primária que não seja absurdo. Mas o reconhecimento, necessário, da estrutura dualista do país poderia tornar-se muito perigoso se levasse a perpetuar e a acentuar, no setor da cultura, as diferenças entre os dois Brasis, já suficientemente grandes no setor econômico.

A inferioridade em matéria escolar não afeta igualmente todos os Estados pobres; prejudica-os tanto mais quanto mais diretamente estejam em contacto com o desenvolvimento econômico do Brasil moderno e quanto mais reconheçam a possibilidade de nêles também participar.

Nas comunidades rurais atrasadas, que ainda predominam em parte do Brasil, os que se beneficiam dêsse mínimo de instrução que permite ler, têm geralmente muito pouca oportunidade de utilizá-la localmente e, por conseguinte, de a conservar. Se quiserem aproveitar os seus conhecimentos terão que partir; de um ponto de vista pessoal, essa partida talvez lhes seja vantajosa e lhes permita integrarem-se na sociedade evoluída e melhorarem tanto o nível de vida como os conhecimentos. Mas, pode-se perguntar se a coletividade teria obtido qualquer proveito: a partida dos elementos instruídos, que provavelmente teriam sido os mais ativos, deixaria a comunidade ainda mais pobre e um pouco mais distante do país próspero e progressista.

Uma boa instrução primária, em compensação, é um bem que traz vantagens incontestáveis a todos, em Estados como os de Minas Gerais, Rio de Janeiro ou Espírito Santo, que mantêm estreito contacto com o complexo cultural evoluído sem nêles se integrarem completamente; o mesmo se aplica a localidades que, em outras regiões, já estão desenvolvidas, como Recife, por exemplo, e, em geral, nas várias Capitais dos Estados. A instrução não permite apenas a indivíduos ingressar

no Brasil desenvolvido, permite, quando é amplamente distribuída, acelerar a passagem de uma comunidade ou região para o país desenvolvido.

Utilidade da intervenção federal em matéria de ensino primário

Nessas condições, o papel do Governô Federal é particularmente delicado: não lhe compete distribuir o ensino primário, pelo qual são precipuamente responsáveis os Estados,

mas cabe-lhe orientar a política escolar do país, no interesse nacional. Infelizmente, no Brasil, existem necessidades contraditórias, tôdas igualmente justas e por conseguinte, não é possível sacrificar totalmente uma às outras e a escolha de uma política escolar não pode ser questão de princípio, mas, antes, de tato.

De um lado, não é possível, com efeito, proporcionar eficazmente à totalidade das crianças brasileiras a instrução primária de cinco ou seis anos, que constituiria um mínimo para um país em processo de evolução, porque o país não é bastante rico e as crianças são muito numerosas; por outro lado, é profundamente injusto que dentro de uma nação, as crianças das regiões mais pobres sejam abandonadas à ignorância, enquanto as das regiões mais ricas atingem um nível de instrução cada vez mais alto. Enfim, se se deixar crescer a diferença de instrução entre os dois Brasis, correr-se-á o perigo de tornar mais duradoura a dualidade de estrutura, porque a ignorância de alguns lhes impedirá a passagem para a sociedade instruída; se, a fim de obter maior igualdade, se quiser obrigar os Estados mais ricos e evoluídos a baixar seus níveis de instrução, compartilhando equitativamente seus recursos com os mais pobres, correr-se-á o risco de retardar o desenvolvimento econômico e social do país em geral.

Qualquer solução extrema seria absurda e perigosa; o Governo Federal não pode, pois, renunciar a estender as normas de instrução do país desenvolvido a novas regiões incapazes de fazê-lo com seus próprios recursos e assim, obrigar o país desenvolvido a correr em auxílio do país subdesenvolvido, mas, como não seria possível dispersar esforços por todo o país, sem paralisar e arruinar inútilmente os Estados mais ricos, urge escolher e estabelecer prioridade. Qualquer escolha seria iníqua e provocaria justa indignação contra o Governo que assim procedesse, se para tal se inspirasse em motivos políticos e dependesse de influências que o Partido no Poder exercesse sôbre o Governo Federal.

Com efeito, o Governo brasileiro tem pela frente uma tarefa inicial em matéria da instrução pública: ajudar todos os Estados, que não o puderem fazer sôzinhos, a suprimir o analfabetismo. Nas condições econômicas e sociais prevalentes em uma parte do país, a simples alfabetização esquecida logo depois de adquirida, não oferece senão um pequeno inte-

rêsse para o desenvolvimento do país, mas é, entretanto, indispensável. Saber ler tornou-se um dos direitos do homem, mesmo quando a estrutura social não lhe dá oportunidade de utilizar êsse direito; tanto mais que o direito de voto está ligado à alfabetização e que, se não se assegurar a tôdas as crianças os meios de adquirir êsse mínimo de instrução, estar-se-á fazendo daqueles a quem ela é recusada, súditos e não cidadãos. A publicação de estatísticas, que revelem os progressos da alfabetização, é uma questão de prestígio e é pouco lisonjeiro para um país ter que apresentar um grande número de analfabetos. Certos países orgulham-se das campanhas que permitem ensinar a ler, em poucas semanas, adultos que continuarão a ser miseráveis e não terão à sua disposição nem livros, nem jornais. Mas, as questões de prestígio não podem ser desprezadas, e conquanto as estatísticas afirmem que 80% dos habitantes são capazes de soletrar, isto não quer dizer que o país tenha deixado de ser subdesenvolvido, porém impede, às vêzes, que seja qualificado como tal.

Nesse caso não se trata verdadeiramente de instrução pública, mas de alfabetização geral. O Governo Federal brasileiro intervém nesse setor para complementar a ação dos Estados; com a finalidade de compensar a falta de recursos dos mais pobres, bem como de estimular esforços, mas sempre a arbitrariedade, os subsídios federais são repartidos de acôrdo com dois critérios: são tanto mais elevados quanto mais pobre fôr o Estado e quanto mais fôr a percentagem que destina à educação. Mas, trata-se apenas de um incentivo, sobretudo, à construção de escolas que, se pode ajudar os Estados a fornecerem um mínimo de instrução, não pode entretanto remover a impossibilidade do país subdesenvolvido de dar às suas crianças o nível de vida relativamente alto do país desenvolvido.

Para se desincumbir de uma segunda tarefa e ajudar a estender progressivamente a novas regiões o nível de instrução primária necessário a um país desenvolvido, seria preciso que o Governo Federal pudesse fazer escolhas e, como nas questões econômicas, estabelecer prioridades. Tem-se repetido muitas vêzes que se deve repartir o desenvolvimento econômico por todo o território e evitar a sua concentração em um único ponto, mas também se constatou que seria inútil querer o desenvolvimento econômico partindo das regiões mais desfavorecidas; aquelas em que se precisa primeiro acelerar o desen-

volvimento são as que já lhe possuem o germe e nas quais esse germe possa crescer de maneira menos dispendiosa e mais rápida.

Acontece com o desenvolvimento da instrução o mesmo que com o da produção: num país desigualmente desenvolvido é tão perigoso concentrar quanto dispersar em demasia os esforços; é preciso planificá-los. Essa planificação escolar do território não se pode, aliás, separar da planificação econômica, pois têm, ambas, relação de fator e função: enquanto o desenvolvimento econômico oferece oportunidades à mão-de-obra instruída, a existência desta faculta o desenvolvimento da economia.

É preciso determinar quais as regiões do Brasil em que os esforços de instrução renderão maiores resultados, quer decorram do desenvolvimento econômico, quer o precedam e originem; é preciso descobrir os métodos de ensino que melhor se adaptem à estrutura econômica e social dessas regiões. Só as pesquisas de natureza tanto sociológica quanto pedagógica poderão determinar as prioridades mais fecundas e permitir que se façam as escolhas necessárias sem parcialidade. A criação de um órgão de pesquisas, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, pelo Governo Federal, pode construir, no terreno da educação, o que representam, no terreno econômico, as comissões de planejamento do território; deverá ser um dos principais órgãos de toda a planificação.

Já que não é possível, nem aconselhável, exercer uma ação uniforme em todo o Brasil, pode-se lançar mão, em matéria de instrução pública, dos mesmos variados meios que se oferecem em matéria econômica. Pode-se, de fato, tentar provocar uma extensão da zona de escolarização intensa, dos centros de São Paulo e Distrito Federal, aos Estados vizinhos do Rio de Janeiro e, sobretudo, Minas Gerais, esse Estado-chave que, êle próprio, ao mesmo tempo, moderno e arcaico, constitui o ponto de junção mais importante do país desenvolvido e do país subdesenvolvido. O Estado de Minas Gerais é talvez o que mais necessita de alto nível de instrução, pois constitui terreno particularmente favorável à industrialização; mas é um dos Estados que mais dificuldade tem em corresponder às necessidades de instrução em virtude de uma composição por idade muito pouco favorável. Se todo o Estado de Minas Gerais estivesse prestes a sair do Brasil arcaico, tanto no que diz respeito à cultura, quanto à economia, a unificação dos dois Brasís estaria em via de se concretizar.

Pode-se, por outro lado, considerar que o Nordeste constitui o coração do Brasil arcaico, embora nas cidades da costa existam centros de desenvolvimento econômico e social. Se ali se empreendessem esforços para proporcionar instrução, esforços que seriam facilitados pela grande densidade de população, difundir-se-ia diretamente o complexo cultural superior nas partes mais francamente subdesenvolvidas do Brasil e se corrigiria o desequilíbrio provocado pelos progressos muito localizados no Sul.

O emprêgo simultâneo dos dois métodos não é impossível, desde que os recursos o permitam, pois ambos podem ser eficazes, mas, de qualquer maneira, a organização do território é tão importante do ponto de vista da instrução pública, quanto do ponto de vista da economia, caso se queira, para fazer do Brasil um país plenamente desenvolvido, torná-lo menos desigualmente desenvolvido.

CAPÍTULO X

INSTITUIÇÕES E VIDA POLÍTICA

Coronelismo e populismo

É no terreno da vida política que os observadores estrangeiros denotam maior tendência a confundir em um mesmo julgamento as situações muito diferentes dos países da América Ibérica. Estereótipos, talvez justificados pela história de algumas pequenas Repúblicas da América Central, são aplicados indiscriminadamente; individualismo anárquico, falta de respeito pela legalidade, gosto pela violência de militares políticos indisciplinados, culto do poder pessoal aguçado pela transposição imprudente do regime presidencial, eis os traços culturais atribuídos igualmente a todos os países sul-americanos e que seriam a causa dos golpes de Estado militares, das ditaduras presidenciais e das revoluções quadrienais.

Diferenças políticas entre a América Espanhola e a América Portuguesa

Julgamento tão sumário, mesmo se fôr unicamente aplicado aos países hispano-americanos, teria que ser feito com muita reserva, mas, quando se pretende aplicá-lo igualmente à América Portuguesa, torna-se realmente absurdo, pois, lado a lado com alguns traços comuns à política do Brasil e dos seus vizinhos espanhóis, encontram-se outros, bem mais numerosos, que diferenciam profundamente a vida política do Brasil e da República Argentina, da Bolívia ou da Venezuela.

A vida política do Brasil apresenta, realmente, certos traços comuns aos outros países da América Ibérica, porque êle foi colonizado, à mesma época, por latinos católicos provenientes da Península Ibérica e, principalmente, porque, como outros países sul-americanos, sua situação é hoje a de um país desigualmente desenvolvido, em processo de rápida transformação. Entretanto, a vida política brasileira apresenta outros traços bem particulares, porque o país foi colonizado por portugueses e não por espanhóis, porque teve uma história política diferente e porque, embora precisando de resolver hoje problemas semelhantes aos dos países da América Espanhola, os que os resolvem são homens de cultura muito diferente.

Contrariamente ao império espanhol da América, o império português não se desmembrou e, conseqüentemente, a estrutura política do Brasil é muito mais complexa que a de qualquer um dos países hispano-americanos, comportando dois aspectos, aparentemente contraditórios, o de uma unidade precoce e sólida e o de uma extrema diversidade regional.

Apesar de possuir território tão vasto quanto o de tôdas as Repúblicas espanholas da América do Sul reunidas, a América Portuguesa conservou-se unida por sentimento nacional comum e pôde formar, no Brasil, uma só nação; essa unidade nacional de território, mais vasto que o dos E.U.A. podia, entretanto, excluir a existência de particularidades locais muito acentuadas. Para satisfazer às duas tendências contraditórias da sociedade política, o Brasil teria que estabelecer um regime verdadeiramente federal. O Federalismo no Brasil não é instituição arbitrária, nos moldes da Constituição americana, que se adotou juntamente com o regime presidencial; constitui uma aceitação por parte das instituições políticas de uma situação de fato que a elas se impunha.

Se a América Portuguesa pôde conservar a unidade, enquanto a América Espanhola se desmembrava, deve-o, sem dúvida, à sua situação geográfica central, mas deve-o, sobretudo, ao fato de ter adotado, na ocasião da Independência, a Monarquia parlamentar de origem portuguesa, que pôde constituir instrumento de transição entre o antigo e o novo regime. A Independência brasileira não foi seguida de uma revolução e não deu oportunidade aos particularismos regionais de romperem com o Governo central que, instalado no Brasil, tomara, êle próprio, a iniciativa da Independência.

A Monarquia liberal, ao mesmo tempo que contribuiu para preservar a unidade do império português, legou ao Brasil tradições políticas muito diferentes daquelas que as repúblicas transmitiam aos países hispano-americanos. Mas, o que distingue mais profundamente a América Portuguesa da América Espanhola, são as diferenças psicológicas que separam os dois povos. Instituições políticas diferentes encontram na população de origem ou cultura portuguesa um individualismo muito menos anárquico que o das populações de origem ou cultura espanhola. A população brasileira, em seu conjunto, tem sido até hoje relativamente pouco sensível aos movimentos de paixão; lenta a revoltar-se e paciente, a população é fácil de governar.

Mas, se de um lado contrasta com as populações hispano-americanas, por suas tradições e sua psicologia política, a população brasileira tem, de outro lado, em virtude da estrutura social herdada, como a do período colonial e de influências sociais semelhantes que sofre hoje, características políticas comuns aos demais países da América do Sul, e, de maneira mais geral, comuns a outros países desigualmente desenvolvidos, que sofrem as mesmas influências exteriores.

No Brasil, como nos demais países da América do Sul, o rompimento dos laços que o uniam à metrópole, não pôs fim ao período colonial; revolução puramente política, a independência não modificou a estrutura da sociedade e conservou as hierarquias sociais nascidas da propriedade escravagista, que se mantêm ainda em grande parte do país. As tradições da sociedade colonial são hoje postas bruscamente em contacto com os novos traços culturais introduzidos pela rápida importação das novas técnicas de produção, de modos de vida diferentes e de novas ideologias. Nesse período de transição, o Brasil, como outros países ibero-americanos, tem uma estrutura social dualista, que complica os problemas do Governo e à qual dificilmente conseguem adaptar-se instituições políticas moldadas naquelas que as democracias euro-americanas estabeleceram no século XIX, em período de mudança social relativamente lenta para sociedades de estruturas muito diferentes.

As contribuições da história política, que emprestam à vida política do Brasil características diferentes das que possuem os seus vizinhos hispano-americanos e as contribuições da história social, que lhe emprestam características semelhantes,

constituem o quadro em que se devem situar as instituições que o Brasil recebeu da Constituição Federal de 1946, cujo funcionamento foi colorido pela personalidade do Presidente Getúlio Vargas.

Contribuições da História Política e o papel da Monarquia

A Independência brasileira efetuou-se quase sem oposição, como consequência do longo exílio da família real portuguesa no Brasil, no decurso das guerras napoleônicas. Sede do Governo, separado da metrópole desde 1808, o Brasil não se podia conformar em voltar à situação de colônia; quando a família real teve que retornar a Portugal, os dois países foram incapazes de encontrar uma fórmula de associação que satisfizesse a ambos. No dia 7 de setembro de 1822, o Príncipe herdeiro, que permanecera no Brasil, proclamou a Independência e, sem encontrar resistência, subiu ao poder como Imperador constitucional, sob o nome de Pedro I. O Brasil separou-se, assim, de Portugal, em 1822, mas a Monarquia dos Braganças continuou e, no plano local, não houve ruptura entre o presente e o passado: nada de essencial havendo sido destruído, nada havia a reconstruir.

Esse período imperial teve as suas perturbações, mas, depois da guerra do Rio Grande do Sul, em 1845, o reinado de D. Pedro II, que atingira a maioria alguns anos antes, constituiu um período de estabilidade que marcou durante muito tempo a vida política brasileira. Os países hispano-americanos, havendo conquistado individualmente, e às vészes dificilmente, sua independência, entraram imediatamente em uma era de perturbações políticas. O Brasil, ao contrário, até 1889 teve vida política singularmente ordeira que lhe permitiu a aprendizagem do autogoverno e introdução progressiva aos processos democráticos.

Aferrado aos processos da Monarquia parlamentar, respeitador das liberdades individuais e particularmente dedicado à Ciência e à Instrução, D. Pedro II foi o tipo perfeito do imperador filósofo. No século XIX, a Democracia no Brasil, mais do que em qualquer outra parte, não podia deixar de ser uma democracia de Senhores; não só os escravos, como

a população em geral, não tinham qualquer participação na vida política do país. Mas em nenhum outro lugar os preceitos da Monarquia constitucional foram tão fielmente seguidos, em nenhum outro lugar tão completamente respeitadas a liberdade de imprensa e a liberdade de opinião; o Imperador nem sequer tentou opor-se à difusão das ideologias políticas que visavam derrubá-lo do trono. Com D. Pedro, o Brasil teve 48 anos de Monarquia, imbuída no mesmo espírito que a de Vitória na Inglaterra e a de Luís Filipe na França, porém mais sinceramente fiel ao espírito do regime representativo e mais ciosa da cultura.

A queda da Monarquia, em 1889, não foi, aliás, uma revolução popular, mas um golpe de Estado promovido por militares irritados com a indiferença que o Imperador manifestava para com o Exército e a primazia que concedia ao "doutor" em relação ao "coronel". O golpe militar fôra favorecido com o descontentamento provocado entre as classes dirigentes ante o papel que a família imperial desempenhara na abolição, sem indenização, da escravatura e, sobretudo, pela atração que exerciam sôbre parte do escol intelectual — cuja formação fôra estimulada pelo Imperador — certas modas estrangeiras que apresentavam a forma monárquica do Govêrno como coisa superada. O Imperador foi pacificamente deportado não porque se detestasse a Monarquia, mas porque ela passara de moda. Com a proclamação da República, tendo caído nas mãos de aventureiros militares, o Brasil atravessou alguns anos de ditadura e perturbações, mas, desde 1894, recuperou, sob o regime republicano, um equilíbrio político que conservou até 1930. A estrutura da sociedade não mudou e nem foi introduzida no Brasil a verdadeira Democracia, mas, na República como no Império, continuou o regime de representação dos Senhores. De 1849, depois da insurreição de Pernambuco, até 1930, houve sucessões presidenciais bem difíceis e agitações locais, mas só houve uma revolução, a de 1889 que não foi sangrenta. A história política do Brasil faria inveja a muitos países europeus; não tem a calma da história política inglesa, mas também não apresenta a sucessão de golpes de Estado que se consideram característicos da política sul-americana.

A longa experiência de liberdade e estabilidade imprimiu à política do Brasil sólido respeito pela legalidade e, sobretudo, uma moderação geralmente ausente nos países hispano-americanos. Foi apenas no Rio Grande do Sul — cujas zonas pasto-

ris, nas fronteiras da República Argentina e do Uruguai, sofreram a influência da cultura mais rude do "gaúcho" do Prata — que o cavaleiro, o caudilho, exerceu influência. Depois da queda do Império, essa influência, às vèzes, fêz-se sentir até sôbre o Governo Federal. Sòmente depois de 1930, entretanto, quando o Brasil entrou em uma fase de transformação social violenta, é que se produziram golpes de Estado mais frequentes; a vida política passou então a ser dominada por seguidas intervenções do Exército e pela popularidade do Presidente Vargas, que dela se aproveitou, de 1937 a 1945, para impor um govêrno pessoal autoritário.

Se, portanto, a experiência imperial foi preciosa por causa da educação política que deu ao Brasil, foi ainda mais preciosa porque contribuiu para conservar a unidade da imensa América Portuguesa.

Unidade nacional e o federalismo

O domínio da colonização portuguesa da América do Sul é quase tão vasto quanto o da colonização espanhola e, tal como a Espanha em seus domínios, Portugal não pôde colonizar o seu como um todo. Em seguida às expedições que revelaram a extensão do território descoberto por Pedro Álvares Cabral em 1500, os portugueses fundaram, em condições muito diferentes, Capitánias totalmente independentes umas das outras e que ainda hoje não se reuniram completamente. As várias Capitánias, como a que Duarte Coelho fundou em Pernambuco, em 1534, eram verdadeiros Estados em miniatura, que seus chefes, os donatários, governavam livremente, sem esperar, quer assistência, quer contrôle, da parte da metrópole ou das suas vizinhas.

As necessidades de defesa comum obrigaram o Rei de Portugal a dar a Tomé de Sousa, em 1549, poderes de Capitão-geral, o que não impediu que a colonização do Brasil se fizesse em diferentes centros locais, dando origem à divisão do país em Províncias e, posteriormente, em Estados. Cada um desses centros de povoamento continuou a ter vida própria, sua estrutura social particular e, apesar de um sentimento nacional generalizado, populações locais, compostas de elementos étnicos dosados de maneiras diferentes, exercendo ativi-

dades diferentes, em climas diversos, separadas uma das outras por enorme distância, distinguem-se por particularismos locais grandemente acentuados.

Em condições semelhantes, os diversos centros de povoamento que se formaram do Atlântico ao Pacífico e do Mar dos Caraíbas à Terra do Fogo, deram origem, com a independência, a uma série de Estados soberanos. Tôdas as tentativas que têm feito êses Estados para reconstituir entre êles a união quebrada com a independência fracassaram, como têm fracassado os esforços que periódicamente se vêm fazendo para constituir uniões locais no Norte ou no Sul.

Talvez porque o território português ocupasse posição central e fôsse cercado de três lados por territórios espanhóis, mas, sobretudo, porque a armadura colonial não foi quebrada e os Bragança souberam conciliar a autonomia local com a unidade nacional, a nação brasileira pôde reunir em um mesmo Estado todos os luso-americanos.

Dessa unidade nacional em território tão vasto e variado, resultou a vitalidade do federalismo. Desde que, em 1834, um ato adicional à Constituição de 1824, deu personalidade às Províncias, concedendo-lhes Assembléias Legislativas autônomas, tôdas as Constituições brasileiras têm respeitado o princípio federativo. Atendendo à necessidade de estrutura em nação vastíssima, cujas várias regiões têm de exprimir diferenças profundas, o federalismo brasileiro constitui tipo intermediário entre o dos E.U.A. e o da URSS: não é, como o primeiro, um federalismo de agregação unindo, por tratado internacional, Estados independentes, que renunciavam a parte da sua soberania, e não é, como o segundo, simples instrumento de descentralização de um Estado preexistente. A Federação não é criação dos Estados como nos E.U.A., mas também os Estados não são criação da Federação; o Brasil é tão antigo quanto os Estados e os Estados são tão antigos quanto o Brasil.

Papel político dos grandes Estados

Dois Estados, principalmente, desempenharam um papel tão preeminente que, durante tôda a "Velha República" — a que vai da queda do Império, em 1889, à revolução de 1930 — dividiram entre si a direção política do Brasil: São Paulo e Minas Gerais. Êses dois Estados, os mais povoados do

Brasil, tiveram durante muito tempo a mesma importância demográfica e, até 1930, puderam impor, como uma das convenções da política nacional, certa alternância na presidência do Governo Federal, alternância essa que assegurava a representação dos dois grandes tipos sócio-econômicos do Brasil: com Minas governava o velho país tradicionalista e, até à revolução de 1930, o país nôvo identificava-se unicamente com o Estado de São Paulo. A tentativa de um presidente paulista de romper a alternância, lançando a candidatura de outro presidente originário de São Paulo, foi o pretexto para a revolução de 1930.

Em virtude dos seus dez milhões de habitantes, mas principalmente em virtude da sua atividade econômica, foi o Estado de São Paulo que mais impôs o seu acentuado particularismo. Mais profundamente transformado que outros por uma imigração européia de origem recente, o Estado de São Paulo concentrou a atividade econômica do país, tanto no que diz respeito à agricultura quanto à indústria. Muito mais adiantado que o resto do Brasil, São Paulo, diante desse país imobilizado nas suas velhas atividades e nas suas estruturas coloniais, era bem a imagem de uma metrópole em face das suas colônias. Mas, muito embora desse ao império a sua riqueza, a metrópole paulista constituía uma população bem minoritária em um império cujos membros tinham todos a mesma nacionalidade.

O Estado de São Paulo pode ter eventualmente ambicionado a solidão da República Argentina, liberada, pelo desmembramento da América Espanhola; de qualquer elo com países mais atrasados do que ela; certo de que devia sozinho sustentar o resto do Brasil, pode ter invejado um isolamento que lhe teria permitido dobrar mais livremente os seus progressos sem ter que lhes dividir os benefícios com os que não queriam ou não sabiam imitá-lo. O particularismo paulista, entretanto, que nunca ameaçou a unidade nacional extremamente sólida, não era senão a conseqüência do embrião de prosperidade baseado na exportação para o estrangeiro dos produtos da monocultura produtiva do Estado: São Paulo, vivendo da exportação do café, não tinha necessidade do resto do Brasil, pelo qual podia com razão queixar-se de ser explorado. São Paulo, tornando-se o centro de uma indústria cujos produtos são totalmente absorvidos pelo mercado brasileiro, não pode pensar em se separar dos seus mercados cujo desenvolvimento, ao contrário, tem que assegurar. O país nôvo está ligado ao velho país,

que tem de transformar à sua imagem, o que, aliás, em grande parte, já conseguiu, pois, em redor de São Paulo, o complexo do país novo estende-se cada dia um pouco mais além pelos Estados vizinhos. Como se a prosperidade fôsse função do contacto com São Paulo, o Estado do Rio de Janeiro, no vale do Paraíba, que o liga a São Paulo, o Estado de Minas Gerais, no triângulo mineiro, o Estado do Paraná, na zona norte, que depende das vias férreas de São Paulo, e até os Estados de Mato Grosso e Goiás, como todo o sul do Brasil, vêem a sua agricultura transformar-se, a sua indústria desenvolver-se e modificar-se os seus níveis e estilos de vida, a exemplo de São Paulo. A metrópole sócio-econômica não mais se reduz a uma parte do Estado de São Paulo; estende-se amplamente à sua volta, ao passo que o Brasil arcaico recua.

O vizinho de São Paulo que talvez mais lhe tenha resistido à influência é o Estado de Minas Gerais, ainda hoje com oito milhões de habitantes e, depois de São Paulo, o mais importante do Brasil. Sofre, entretanto, a influência da atividade paulista e, em certos pontos, já começa a transformar-se rapidamente. É no Estado de Minas Gerais que a luta entre o Brasil arcaico e o Brasil moderno se processa hoje mais nitidamente; o Brasil tradicional subsiste no Estado de Minas como subsiste no Rio de Janeiro e na maioria dos Estados. Minas Gerais, porém, é também o país das grandes riquezas minerais, cuja exploração, juntamente com a criação das grandes indústrias siderúrgicas, faz ali surgir as cidades mais modernas do Brasil, como Belo Horizonte. A integração de Minas Gerais — verdadeiro centro do Brasil — no país novo, deverá assegurar o seu triunfo decisivo sendo, portanto, a tarefa essencial dessas próximas décadas; tal transformação, que já teve início no terreno econômico, apenas se esboça no terreno das estruturas sociais e da vida política. Minas apresenta hoje o mesmo tipo das estruturas de transição entre país novo e país arcaico, as quais tendem a multiplicar-se, emprestando à vida política a instabilidade inerente às estruturas sociais dualistas.

No extremo sul do Brasil, o Estado do Rio Grande do Sul, que em 1955 tinha mais de 4 milhões e meio de habitantes, apresenta características políticas e sociais muito diferentes do resto do país. Como no Estado de São Paulo, os elementos étnicos luso-brasileiros foram renovados por contingentes alemães e italianos introduzidos pela imigração. Mas, ao contrário do que sucedeu no Estado de São Paulo, as colônias alemãs

e italianas formaram durante muito tempo sociedades muito particularistas que, geralmente, não participavam da vida política. Essas colônias italianas e alemãs cedo transformaram a estrutura econômica do Estado, no qual introduziram agricultura próspera e um comêço de desenvolvimento industrial, mas, até à revolução de 1930, em quase nada modificaram o comportamento político do Estado, o qual continuava dominado pelos luso-brasileiros dedicados à criação nas planícies fronteiras da República Argentina e do Uruguai. Conquanto dotado de forte sentimento nacionalista brasileiro, — talvez por ser Estado fronteiro, na única fronteira que tenha sido preciso defender, — o Rio Grande do Sul apresentou traços culturais que o assemelhavam tanto à América Espanhola quanto ao Brasil. A vida política da fronteira foi dominada, como no Uruguai ou como no interior da Argentina, pelo espírito do “gaúcho”, êsse *cow-boy* do Prata, mais guerreiro, menos culto e menos disciplinado que os demais brasileiros. Mantido um tanto à parte da evolução nacional, tanto em virtude da diferença do clima e das atividades, quanto em virtude do seu isolamento no extremo sul do país, o gaúcho custou a assimilar o sentido do Estado; durante muito tempo manteve-se fiel às solidariedades pessoais das culturas pastoris. Conquanto ainda hoje o espírito da fronteira se oponha no Rio Grande do Sul ao das zonas muito progressistas, que circundam a capital, é o Estado que, depois de São Paulo, apresenta mais nitidamente as características do país nôvo, com uma população que, apesar de ser em seu conjunto bem menos rica, é entretanto a que compreende menor número de pobres e analfabetos.

O Estado da Bahia, terceiro do país pelo número de habitantes, tem influenciado muitas vêzes a política nacional; sua aristocracia rural, muito característica do Brasil tradicional, exerceu influência moderadora em virtude da cultura dos seus homens de Estado, do seu apêgo aos processos regulares da democracia representativa e em virtude do fato de que a estrutura social muito hierarquizada do Estado dava pouca oportunidade a movimentos populares.

Depois que o Estado de Minas Gerais se viu envolvido pelos movimentos econômicos e sociais, que transformaram profundamente todo o sul do Brasil, é da Bahia para o Nordeste onde se deve procurar a permanência de um Brasil arcaico, cujas diferenças do país nôvo se acentuam à medida em que êste evolui mais rápida e completamente.

É preciso acrescentar, entretanto, que hoje não é apenas na vida política federal que se manifesta a instabilidade de uma sociedade cujos membros são arrastados por movimentos muito diferentes; a mesma necessidade de conciliar as exigências de um país nôvo, com as da velha sociedade colonial manifesta-se no interior de cada Estado. Apenas São Paulo, e talvez o Paraná, que a êle está intimamente ligado, possuem desenvolvimento tão completo que nêles o velho Brasil já não é mais do que a lembrança local de um passado abolido. Nos Estados do Nordeste também existem zonas em via de rápida transformação; o desenvolvimento econômico não só transforma os dados da política tradicional, em tórno de uma cidade como Recife, no Estado de Pernambuco, como, até mesmo nos Estados que parecem mais distantes dessas transformações, existem algumas zonas urbanas que lhe sentem os efeitos.

O Estado, como centro da vida política, conserva ainda real importância, mas o centro dessa vida política se desloca cada vez mais para a cidade do Rio de Janeiro, sede do Governo Federal. Até 1930, a política local de São Paulo, Minas Gerais ou Rio Grande do Sul, tinha mais importância do que a política federal; não só as instituições federais davam grande liberdade aos Estados para organizar suas próprias instituições, como a autoridade reconhecida pela Constituição ao Governo Federal era muito mal assegurada. Cada Estado possuía sua própria fôrça militar, que, às vêzes, como no caso do Rio Grande do Sul, era temida pela Federação. Do ponto de vista político, uma das principais conseqüências da revolução de 1930 e do poder arbitrário que, apoiado no Exército, o Presidente Vargas exerceu de 1937 a 1945, foi a eliminação das fôrças militares locais e a afirmação incontestável da supremacia federal. Esse período assinala, na evolução das relações entre a Federação e os Estados, as mesmas transformações assinaladas pelo período da Guerra de Secessão nos E.U.A.

Regionalismo

Conquanto, depois de 1937, o Governo Federal do Brasil tenha adquirido mais amplos poderes que o dos E.U.A., a evolução centralizadora não está adiantada quanto a daquele país; entretanto, como nos E.U.A., já se esboçam, acima das fron-

teiras dos Estados, agrupamentos regionais, que correspondem a uma divisão do país mais lógica do que a velha divisão político-administrativa.

Em primeiro lugar, a região Norte, Amazonas e Pará, que abrange, com os territórios federais que dêles foram desmembrados, 42% do território nacional (3.558.000 km²), mas tem apenas 2 milhões de habitantes. Com exceção de alguns centros urbanos à margem dos rios e perto da costa, Manaus, no Estado do Amazonas e Belém, no Pará, o Norte é praticamente vazio e inexplorado; essa região equivale para o Brasil a uma imensa colônia, dotada cedo demais, pela divisão em Estado, da mesma independência administrativa do resto do país; tratar êsses territórios virgens como Estados de categoria igual a Pernambuco, Bahia ou São Paulo, equivaleria a abandoná-los à própria sorte, quando necessitavam, ao contrário, de auxílio e proteção.

O federalismo foi e é ainda uma necessidade absoluta para o Brasil, porém, aplicou-se de maneira muito rígida a todo o país. O território do Brasil, como se tem seguidamente afirmado, engloba uma metrópole e suas colônias mas, como as colônias estão no mesmo território, manifesta-se tendência para esquecer que as condições de vida não são ali iguais às da metrópole e a simetria das instituições nelas não deixava de ser perigosa. São Paulo precisava governar-se livremente, por estar muito mais adiantado do que o resto do Brasil; o Amazonas tinha, naturalmente, necessidade de liberdade, porém não se podia governar sozinho, porque a Amazônia constituía uma região geográfica, mas não uma comunidade política. Conceder-lhe a mesma liberdade de dirigir os seus negócios como se concedera a São Paulo, era o mesmo que abandoná-la, pois ela necessitava do resto do Brasil para se desenvolver.

A identidade de tratamento de territórios já povoados e desenvolvidos e territórios que não eram nem ao menos explorados, contribuiu para a dispersão da população por um domínio imenso, à custa do desperdício inevitável de homens e de terras; prejudicou também o desenvolvimento harmonioso do país, perturbando a vida política das regiões mais adiantadas com a participação um tanto artificial das mais atrasadas, deixando-lhes responsabilidades para as quais não tinham a força nem a educação necessárias para assumir.

O que faltou ao Brasil foi o equivalente do ato decisivo que, nos E.U.A., determinou a cessão, pelos diversos Estados, dos territórios do Oeste ao Governo Federal; o Brasil não teve aquela lei do Nordeste que, em 1776, submeteu tôdas as terras norte-americanas do Oeste à autoridade do Governo Federal. Os territórios federais da América do Norte puderam ser explorados sob o contrôle da Federação; por seu intermédio puderam receber auxílio dos Estados mais adiantados e a admissão à categoria de Estados, iguais aos demais, foi-lhes progressivamente concedida, à medida em que eram povoados e desenvolvidos.

O Brasil possui hoje vastos Territórios Federais: na região Norte, os Territórios do Acre, Rondônia, Rio Branco e Amapá, cobrem cêrca de 800.000 quilômetros quadrados e foram desmembrados dos Estados a que pertenciam durante a Segunda Guerra Mundial, sem qualquer protesto; a Constituição de 1946 sancionou a reforma que o presidente operara arbitrariamente. Abrangem, entretanto, apenas parte das imensas regiões ainda inexploradas do Norte ou do Oeste do país. Além disso, a sua criação foi muito tardia, na ocasião em que era menos necessária, pois as modificações introduzidas nas relações entre Estados e Federação dão a esta última o poder de intervir muito eficazmente até no interior dos Estados.

A região Centro-Oeste, de Mato Grosso e Goiás, é também muito extensa e pouco povoada (22% do território — 1.800.000 km² e apenas 4% da população — cêrca de 2 milhões); como o Norte, representa para o Brasil um território colonial. Está, porém, mais próxima de poder participar do desenvolvimento das regiões ativas do Sul; é território colonial, no sentido em que o eram para os E.U.A. os territórios do Oeste, isto é, uma linha divisória entre a parte desenvolvida do país e aquela ainda em via de desenvolvimento. A região central, que encerra planaltos elevados, de clima ameno e que, apesar do nome de Mato Grosso, não é totalmente coberta pela floresta, é de exploração relativamente fácil, exploração, aliás, já iniciada. É lá, sem dúvida, que se pode estender o país nôvo e os brasileiros, que acreditam ter em Goiás e Mato Grosso o equivalente do *Far West* dos E.U.A., já vão para lá transferir a Capital Federal.

No resto do Brasil, já povoado, podem-se distinguir três grandes tipos regionais característicos: a região do Leste, a do Sul e, finalmente, no extremo meridional, a do Rio Grande do Sul, que por si só constitui uma região de tipo todo especial.

Do Maranhão ao Rio de Janeiro, com diferenças que se evidenciam à medida que se vai do Nordeste para Sul, o Leste apresenta individualidade muito marcada. É o mais antigo centro de povoamento brasileiro, contém ainda mais de 50% da população e comporta numerosos elementos africanos. É a parte mais pobre do país e a mais tradicionalista, mas é também uma região que, orgulhosa de seu passado e da cultura das suas elites, faz questão de conservar intacta a influência política. É o equivalente, no Brasil, da região Sul dos E.U.A. A região do Leste brasileiro compreende todos os chamados Estados do Nordeste: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e o pequeno Território Federal da ilha de Fernando de Noronha, mas, do ponto de vista econômico e sociológico, nela também se poderiam incluir Sergipe, Bahia e Espírito Santo, parte de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

O Sul, enfim, que, em 9,69% do território, abriga 34% da população, constitui o elemento motor do Brasil, o equivalente do que foram, nos E.U.A., o Leste e o Meio-leste. Lá se fixaram os novos imigrantes europeus, lá se localizaram as grandes produções agrícolas e lá se desenvolve a indústria. De lá emanam as novas forças que operam a evolução do país. É no Estado de São Paulo que as características dessa região se apresentam de forma mais nítida, mas tôda ela (parte do Rio de Janeiro e de Minas, ao norte, o Paraná e o Estado de Santa Catarina, ao sul) é mais ou menos rapidamente arrastada pelo mesmo movimento.

Sòzinho no extremo meridional, o Estado do Rio Grande do Sul deve ao clima temperado, à predominância da criação na região da fronteira e das culturas familiares europeias nos arredores da capital, bem como ao contacto com o Uruguai e a República Argentina, certos traços particulares que o tornam uma região distinta.

Tendências centralizadoras

O federalismo brasileiro, necessário em virtude da estrutura do país o qual encerra Estados e regiões tão diferentes que não poderia impunemente submetê-los à ação uniforme de

um Estado unitário, jamais concedeu, entretanto, aos Estados membros da Federação tão grande autonomia quanto o dos E.U.A.

A distribuição dos poderes entre as duas categorias de governo é, com efeito, muito diferente no Brasil. Nos E.U.A., Estados independentes consentiram, a fim de formar “uma união mais perfeita”, em delegar ao Governo, que eles criavam, poderes explicitamente definidos: por exemplo, a direção do comércio entre os Estados, ou a gestão dos negócios exteriores. Mas, todos os poderes não expressamente delegados, foram conservados pelos Estados, a menos que o seu exercício houvesse sido interdito a qualquer espécie de governo. As competências governamentais foram divididas entre as duas categorias de governo, conforme sua natureza, e a massa dos poderes permaneceu com os Estados. Entre a competência dos Estados e a da Federação, a distinção é relativamente precisa; na realidade, certas interpretações mais amplas, certos desvios de poderes e, mas raramente, certas emendas constitucionais, permitiram ampliar os poderes da Federação sempre que se tornou necessário, mas, em princípio, o poder de intervenção neste ou naquele terreno, pertence, ora à Federação, ora aos Estados. Assim é que a Corte Suprema pode invocar a distribuição de poderes estabelecida pela Constituição, para manter cada governo dentro da sua competência constitucional ou, pelo menos, para regular o ritmo da centralização, que as transformações do país tornavam inevitável.

As Constituições brasileiras, principalmente as duas últimas — a que foi outorgada pelo presidente Vargas em 1937 e a Constituição atual promulgada em 1946, depois da queda da ditadura — estabeleceram uma distribuição de competências segundo a dimensão e não segundo a natureza dos poderes. Como nos E.U.A., o Governo Federal recebe poderes exclusivos em certas esferas — recebe-os muito mais do que os E.U.A. — não só na das Relações Exteriores, que a Constituição dos E.U.A. também atribuía à Federação, mas em muitas outras, como a do Direito Civil, do Direito Comercial e do Direito Penal que a Constituição norte-americana reservava aos Estados. Mas, além disso, em relação aos poderes não exclusivamente concedidos ao Governo Federal, o federalismo brasileiro prevê a possibilidade de estabelecer, no plano nacional, as grandes linhas da regulamentação, deixando aos Estados apenas a possibilidade de adaptar os princípios gerais às suas necessidades particulares.

A êsse respeito, portanto, o federalismo brasileiro, em 1946, assemelha-se muito mais ao da Rússia soviética que ao dos E.U.A. As normas da instrução pública, da legislação social, do fisco, e mesmo das instituições políticas ou judiciárias locais, são estabelecidas pelo Governo Federal. Essa distribuição dos poderes, segundo a sua dimensão, tem a vantagem de ser muito mais maleável do que a norte-americana, segundo sua natureza, pois permite, sem reforma constitucional, adaptar as instituições políticas às transformações do país. O Brasil, por conseguinte, desconhece os problemas criados nos E.U.A. pela ausência de qualquer competência federal em matéria de legislação social, por exemplo. Mas, essa divisão dos poderes segundo a sua dimensão priva os Estados de qualquer garantia e permite a completa centralização das instituições políticas. Entre o estabelecimento dos princípios gerais da legislação pela Federação, e sua aplicação pelos Estados, não há delimitação possível; e o que resta da competência dos Estados é unicamente o que o próprio Governo Federal não decidiu regulamentar.

Conquanto exista no Brasil, como nos E.U.A., uma Côrte Suprema, que tem o poder de julgar a constitucionalidade das leis, não se pode usá-lo do mesmo modo que a Côrte Suprema dos E.U.A., para manter o Governo Federal e os Governos Estaduais em seus respectivos domínios, porque não há poder que a Constituição vede à Federação. Em matéria de distribuição de poderes entre a Federação e os Estados, pode-se violar o espírito da Constituição brasileira, mas não se lhe pode violar a letra. Como na Constituição Federal russa, os Estados brasileiros têm, em princípio, amplos poderes, mas não os têm, senão na medida em que o Governo Federal não os queira assumir; qualquer centralização é legitimamente possível.

No tipo de federalismo brasileiro, não só os Estados conservam muito poucos poderes próprios, como ainda o Governo Federal se reserva o direito, em caso de necessidade, de assumir a gestão das faculdades concedidas: é o exercício do direito de "intervenção", que constitui modalidade característica do federalismo da América Ibérica. Em virtude dêsse direito, o presidente da Federação pode designar um "interventor" para substituir o governador eleito pela população do Estado e exercer em seu lugar o Poder Executivo muito amplo que o regime presidencial concede ao Chefe do Estado.

Sob a vigência da Constituição autoritária outorgada ao país em 1937 pelo Presidente Vargas, competia ao Presidente da República, sem qualquer contrôlo, recorrer à intervenção, que podia fãcilmente justificar sob pretexto de reorganização financeira ou de manutenção da ordem; recorrendo constantemente à intervenção, conseguiu o Presidente Vargas destruir as tentativas locais de resistência à sua autoridade e assegurar definitivamente a primazia do Govêrno Federal. A Constituição de 1946, adotada depois da queda do govêrno autoritário, cercou a intervenção de tãda sorte de precauções contra o seu exercício pelo presidente; em princípio, teria que ser votada por lei e, em caso de urgência, o presidente poderia tomar a iniciativa da intervenção, sujeita, entretanto, à aprovação do Presidente do Supremo Tribunal que poderia também alvitrar a sua necessidade. Assim decidida deveria, porém, ser ratificada por lei.

Se, por conseguinte, a intervenção não pode ser empregada arbitrariamente pelo Presidente da República, continua a ser, todavia, uma arma poderosa para o Govêrno Federal. Tanto em vista da distribuição de poderes entre as duas categorias de govêrno, quanto em vista do direito de intervenção, o Govêrno do Brasil, ao contrário do que foi o dos E.U.A., não é um govêrno de poderes limitados, e o federalismo brasileiro, como os demais federalismos ibero-americanos, não é, por si só, garantia muito firme das liberdades locais. Se, entretanto, ao contrário dos outros países ibero-americanos, o Brasil é um país grandemente descentralizado, tal acontece porque a estrutura da sociedade impõe essa descentralização ao Govêrno, seja qual fôr a sua forma jurídica.

Resistência das estruturas sociais aos esforços de centralização

Apesar da autoridade ilimitada do Govêrno Federal, a descentralização da vida política brasileira não deixa de ser um fato. Em uma sociedade com o tipo de povoamento do Brasil, em que a vida social se organizou em pequenos agrupamentos de vizinhança, que constituem "comunidades" muito homogêneas, a forma mais ou menos centralizada das instituições políticas é apenas aparente. Um govêrno, seja estadual ou federal, pode ter, em princípio, uma autoridade sem limite, mas é-lhe

muito difícil exercer a autoridade diretamente sobre os indivíduos. Entre o Estado e os indivíduos interpõem-se muito eficazmente grupos intermediários; o Governo Central do Brasil possui poderes muito mais amplos do que o dos E.U.A., mas a sociedade brasileira é muito menos sensível do que a norte-americana à ação do Governo.

O Brasil, com um Governo Federal e vinte Governos de Estados, é porém, antes de tudo, uma aglomeração de municípios que, totalizando 1.895, (em 1956) constitui, na maior parte do país, os centros em que se organiza a vida política. O governo dos municípios é exercido por um prefeito que, hoje em dia, é eleito pela população, mas é freqüentemente dominado por uma família ou pelos "chefes políticos", a cuja autoridade se submete, em última análise, a população rural do Brasil.

Em uma sociedade com tal estrutura, o Governo Central, sejam quais forem os poderes de que está dotado, não pode governar muito; a sua autoridade só se pode exercer diretamente nas cidades e regiões onde foram desorganizados os agrupamentos primários; no resto do país, a autoridade do Governo Central, é enfraquecida pela impossibilidade de atingir diretamente os indivíduos. O Governo, mesmo nas mãos de um ditador, pode ser arbitrário, mas não será totalitário; pode perseguir a pessoa ou os bens de tal ou qual indivíduo e geralmente o faz, mas será incapaz de impor a sua autoridade a todos os indivíduos e de impô-la de maneira permanente.

A forma das instituições federais adotadas no Brasil — a forma ibero-americana — pode não ser das mais eficazes, pois o federalismo mais eficaz não é aquêle que resulta das instituições e das garantias políticas ou judiciárias, com as quais as Constituições podem cercar as liberdades locais, mas sim o federalismo que resulta da natureza das coisas e da impossibilidade de o Governo Central comandar, com igual autoridade, tôdas as regiões do país.

O federalismo russo é mera aparência: apesar das instituições federais previstas pela Constituição de 1936, não existe país algum cujas instituições sejam mais eficazmente centralizadas do que as da URSS. Se a autoridade do Governo da União Soviética não tem limite, não é apenas porque a distribuição de poderes entre as duas categorias de governo nada atribui de próprio aos Estados, mas sim porque, em todo o

país, os centros da vida local, quer se trate dos órgãos do Governo, dos órgãos do partido ou das organizações profissionais, só obedecem às autoridades centrais.

A Constituição brasileira de 1946 não concede aos Estados mais autonomia do que têm as repúblicas russas, mas o federalismo brasileiro é uma realidade e a ação do Governo Central é de fato limitada, pois os chefes políticos locais, por intermédio de quem se faz sentir a ação do Governo no interior, são os chefes naturais da população, sobre cuja escolha o Governo tem pouca influência e sobre os quais tem escassos meios de ação. Nas mãos do grande proprietário, dos membros da velha família ou do chefe político que estabeleceu a sua própria clientela, o autogoverno local do Brasil talvez não seja um autogoverno muito democrático mas opõe-se, de maneira muito eficaz, aos esforços de centralização.

Para se avaliar a verdadeira forma do Estado, no caso dos países sul-americanos e principalmente no caso do Brasil, é preciso substituir-se a noção formal de distribuição dos poderes entre o Governo Federal e os Governos Estaduais, pelas noções mais importantes de zona de ação direta do Governo e de zona de ação amortecida. O Governo Federal tem poderes ilimitados, pode legislar sobre qualquer matéria e não deixa de o fazer; prescreve, no interior dos Estados, minuciosas formalidades policiais, dita os mínimos pormenores da legislação civil, impõe regulamentação das horas e condições de trabalho; como nos Estados unitários mais centralizados, tudo é prescrito por lei que vigora em todo o país.

Mas, quando se sai do país nôvo, no qual a ação do Governo se exerce diretamente, a legislação federal, e mesmo a legislação dos Estados são enfraquecidas pela intervenção de autoridades locais, cujo comando é mais respeitado que o do Governo distante. O homem do interior está habituado a dirigir-se às autoridades locais para lhes pedir proteção contra leis que não conhece e lhe inspiram receio, em lugar de se dirigir aos funcionários do Governo Central para lhes pedir que apliquem a lei. Apesar das instituições centralizadoras, o velho Brasil continua efetivamente descentralizado, porque a lei uniforme inaplicável, não é respeitada e nem ao menos conhecida. As formalidades do estado civil são rigorosamente prescritas e o Brasil dispõe de um excelente sistema de identificação, mas o

caboclo do interior não tem estado civil; as formalidades do casamento são as mesmas em todo o país, mas o caboclo amigasse, não se casa; o Governo Federal prescreve a duração e as formas do ensino, mas o caboclo, não possui muitas escolas; uma legislação trabalhista progressista, feita para o país nôvo e mesmo muito avançada para o seu estado social, vigora em todo o país, mas é ao homem influente que o emprega e não ao juiz ou ao inspetor do trabalho, que o caboclo leva as suas queixas.

A comunidade rural do interior vive fora do alcance da lei e segue os seus próprios costumes; a desobediência à lei, ou melhor, o desconhecimento da lei, constitui um ótimo meio de defesa das liberdades locais, não só contra o Governo Federal, como ainda contra qualquer espécie de governo. Isto explica porque o Brasil, e muitos outros países sul-americanos, podem, assinar as mais modernas convenções internacionais de trabalho e adotar medidas que países mais adiantados hesitam em adotar; ficam no papel na maior parte do país, mas como, entretanto, são aplicadas em algumas grandes cidades, alargam o abismo que separa a civilização urbana da civilização rural, o país nôvo do país velho. As mesmas leis não têm a mesma significação nas duas partes da sociedade dualista.

A Constituição dos E.U.A., durante muito tempo, por meio de barreiras jurídicas, protegeu os Estados no exercício dos numerosos poderes que lhes eram atribuídos mas, desde que o Governo Federal decidiu intervir, e a Côrte Suprema, para lho permitir, aceitou uma interpretação complacente da Constituição, os Estados não podem interpor a sua autoridade para resistir à centralização. As resoluções de Kentucky e da Virgínia são muito antigas — 1798 — mas nunca passaram de vão protesto. A Constituição do Brasil não assegura qualquer proteção aos direitos dos Estados, nem lhes reserva outros poderes além daqueles que o Governo Federal não quer exercer; entretanto, 1.895 municípios, um número infinito de proprietários rurais, de pequenos chefes políticos e de funcionários locais, interpõem todos os dias a sua autoridade entre o Governo e os indivíduos, limitando a seu talante os poderes federais. Na zona de ação governamental indireta, que abrange a maior parte do país, a legislação federal não constitui senão um ideal feito para o Brasil do futuro, ideal que reclama as mais flexíveis adaptações às necessidades locais.

Adaptação das instituições políticas às duas sociedades diferentes que dividem o país

A diferença da estrutura entre o país novo e o país velho modifica também o jôgo das instituições políticas; é preciso que o país tenha um só Governo e uma só Constituição, pois as mesmas instituições funcionam de maneira tão diversa nas duas sociedades que, na realidade, não podem redundar no mesmo regime político.

No Brasil, como geralmente em tôda a América do Sul, as formas das instituições políticas, em épocas de legalidade, são as da democracia representativa, com modalidades, depois da queda do Império, do regime presidencial inspirado nos E.U.A. Conquanto dêle muitas vêzes se afastem na prática, os países sul-americanos são profundamente apegados ao ideal da democracia política. Mas, mesmo quando o regime presidencial funciona regularmente e a legalidade constitucional é respeitada, as instituições inspiradas nos E.U.A. funcionam de forma tão diferente e produzem resultados tão imprevistos que os observadores norte-americanos não podem acreditar sejam sinceramente aplicadas e ficam indignados com a duplicidade dos governantes.

Com efeito, geralmente os mecanismos eleitorais, sôbre os quais repousam as instituições da democracia representativa, são incapazes de assegurar o estabelecimento de regimes democráticos, no sentido ocidental da palavra, porque a estrutura diferente da sociedade não permite ao voto popular um meio de expressão das opiniões individuais. Em virtude da indiferença e ignorância política das massas rurais e da grande autoridade dos homens influentes que dominam a vida das pequenas comunidades isoladas, a participação na vida política nacional é restrita a um pequeno número de indivíduos, proprietários ou chefes políticos, que dispõem à sua vontade do voto popular. Na maioria das vêzes, as massas confiam inteiramente nêles em questões políticas e, apesar do sufrágio obrigatório prescrito por lei, não votam senão por sua indicação e sob a sua direção; freqüentemente, também, a coação, a corrupção e a fraude eleitoral, são meios de orientar as eleições. Em geral, porém, tende-se a exagerar a atuação da fraude eleitoral, seja porque se dá muita atenção às queixas dos vencidos, seja porque os observadores estrangeiros, habituados ao funcionamento do seu

próprio sistema representativo em condições completamente diferentes, não pensam em atribuir senão à fraude os resultados que os surpreendem.

Quando uma sociedade é efetivamente hierarquizada e o patronato, quer dos homens influentes, quer do Governo, é aceito, o resultado normal do regime representativo é levar à representação das comunidades locais, aquêles que têm prestígio social e poder econômico.

O funcionamento dos mecanismos representativos nas partes pouco desenvolvidas do país resulta no abandono da direção da vida política aos proprietários influentes ou aos chefes políticos; é uma consequência do sistema representativo que não pode ser conveniente às partes evoluídas do país, sobretudo às cidades, que esperam da democracia política resultados muito diferentes. As classes médias suportam mal o domínio de um grupo cujos interesses são diferentes dos seus. Acontece, então, nos países desigualmente desenvolvidos, que as formas tradicionais da democracia representativa produzem resultados tanto menos democráticos no país subdesenvolvido quanto mais sinceramente respeitáveis, ao passo que, na parte mais evoluída do país, em que processos da democracia representativa poderiam funcionar normalmente, parte da população dêles se afasta para procurar nos golpes de Estado militares ou nas ditaduras pessoais, o meio de fugir a uma lei da maioria, que favorece o passado.

A sociedade dualista não pode ser estável. A coexistência, em um mesmo país, de duas civilizações de épocas diferentes, não pode deixar de perturbar o funcionamento das instituições políticas, porque, apesar do federalismo, as mesmas instituições têm de reger as duas sociedades diferentes. No país desenvolvido e no país subdesenvolvido, as mesmas instituições são compreendidas de maneira diversa e produzem resultados diferentes.

A coexistência de duas sociedades separadas por séculos de distância é característica dos países em processo de industrialização, mas é particularmente acentuada no Brasil, porque a evolução, conquanto parcial, onde se processa é muito mais rápida e completa do que alhures. A estrutura social evoluída dos países industrializados já se estabeleceu em grande parte do Sul e em algumas grandes cidades; a estrutura social arcaica subsiste em muitas regiões do Nordeste e do Centro e em quase toda a zona rural. Numa sociedade assim dividida, a vida

política não pode deixar de ser uma luta entre duas concepções igualmente sinceras da natureza das instituições políticas e a parte do país, que fica lesada, é solicitada a procurar na violência remédios que só podem ser provisórios.

Até 1930, a política brasileira era relativamente ordeira e o Brasil não compartilhava o gôsto dos seus vizinhos hispano-americanos pelos regimes autoritários. Se, depois de 1930, a vida política se tornou mais agitada, não é, portanto, em consequência de traços psicológicos típicos dos sul-americanos, que os brasileiros tivessem súbitamente adquirido, é, antes, a consequência da fase de transição, que hoje atravessa a sociedade brasileira, é o tributo do progresso econômico muito rápido e desigual e só poderá ser remediado pelo desenvolvimento econômico e sua generalização em todo o país.

Funcionamento do regime representativo nas zonas de estrutura arcaica

Na estrutura social arcaica, a vida política, como conjunto dos contactos sociais, enquadra-se no âmbito restrito de uma comunidade cujos membros estão ligados por contactos pessoais. Seja qual fôr a natureza das relações pessoais que se estabelecem no interior dessa sociedade — relações de dominações baseadas na propriedade ou no prestígio pessoal — não são os indivíduos que participam diretamente da vida política nacional, mas, unicamente, as comunidades locais, por intermédio dos seus representantes naturais, os Senhores, proprietários ou “chefes políticos”.

Na estrutura social arcaica, enquanto permanece efetivamente dominante, pode acontecer que as instituições da democracia representativa, tanto sob a forma do regime parlamentar, quanto do regime presidencial funcionem sem tropeços; o Brasil, principalmente, teve longos períodos de estabilidade política.

Mas, se o regime representativo pode funcionar sem tropeços, a natureza e os resultados sôbre os quais repousa são muito diferentes dos que se produzem na democracia de tipo norte-americano, inglês ou francês. As eleições, de fato, a prepoderância dos Senhores, sobretudo dos grandes proprietários rurais, tanto mais quanto o sufrágio é de caráter mais

universal e, nas zonas rurais, as pessoas influentes podem invocar, para lhes apoiar a autoridade, os votos de todos os seus dependentes. As instituições funcionam, então, muito bem, porém, no sentido em que hoje o entendemos nos países norte-atlânticos, não o de uma democracia de indivíduos, mas uma democracia de coletividades que, em sua maioria, são constituídas por grandes propriedades. A democracia, que o próprio atraso da evolução rural sul-americana permite apoiar no sufrágio universal, não é a da Inglaterra trabalhista nem a dos velhos cantões da Suíça, mas antes a dos velhos barões ingleses de Renneymead.

Papel do patronato e o coronelismo

Realmente, no interior do Brasil, a população quase totalmente analfabeta, que passa a vida inteira em pequena comunidade local, tão isolada que a ação do Governo quase não se faz sentir nela exceto na exigência de impostos ou do serviço militar, não se interessa senão esporadicamente pela política federal, ou mesmo estadual. Isto não quer dizer, entretanto, que não exista opinião pública ativa, pronta a manifestar-se sobre os problemas que afetam a comunidade, pronunciando-se de maneira direta, sem necessidade dos expedientes de representação e eleição. As pequenas comunidades do interior do Brasil, quando não são desorganizadas, constituem grupos de contacto direto em que a integração se exerce imediatamente de um indivíduo a outro. O chefe pode ser um proprietário designado pelas leis da hereditariedade ou pelo prestígio do dinheiro e, nesse sentido, não são absolutamente democracias sociais. Mas êsse chefe não pode ser insensível a uma opinião pública que se exerce diretamente sobre êle sem que deixe de ser reconhecido como tal e neste caso a comunidade se desagrega; as comunidades são, assim, democracias políticas que estão muito satisfeitas em entregar a questão dos negócios nacionais a seus representantes naturais. O problema da representação democrática surge unicamente com a centralização e a transferência para um plano mais alto das atividades que interessam aos indivíduos.

Em tôdas as sociedades existe opinião pública e só os regimes policiais, — que não são absolutamente os do Brasil arcaico, — poderiam governar longamente sem levar em conta

essa opinião pública. Se, nas sociedades complexas dos Estados contemporâneos, a democracia, ou melhor, o *Ersatz* da democracia, consiste na designação de representantes através da eleição, nos grupos de contacto direto, que são as pequenas comunidades rurais, a democracia consiste no livre acesso à presença do chefe.

No que diz respeito à política do Estado ou da Nação, a comunidade local geralmente tem, na pessoa do grande proprietário, o representante natural; os seus membros não irão votar — tanto mais que a distância às vezes faz do voto um grande sacrifício — a menos que o seu chefe natural lhes peça para votar, lhes diga como votar, lhes garanta o transporte para o local de voto e lhes remunere a prestação de serviços, que lhes solicitou, com algum presente — um par de calças ou de sapatos; para o caboclo, o exercício do direito do voto é dever para com o patrão ou o chefe político e não dever para com o Estado ou um direito. Os administradores da região, os representantes das Assembléias Estaduais ou Federais são, na realidade, os eleitos de alguns grandes eleitores, que têm tanto mais influência quanto mais clientes possuam e quanto melhor os sabem conduzir às urnas.

Seria simplificar muito as coisas, querer apresentar o patronato, no Brasil arcaico, como algo que funciona sempre no interesse do proprietário; as modalidades do patronato dependem da estrutura social e, no plano regional, elas variam muito. O que importa é a existência de intermediários entre o Estado e os indivíduos; seja qual fôr a forma do patronato, o voto do eleitor raramente é um voto pessoal ou mesmo partidário, mas sim um voto de clientela.

Como a célula da vida política é o município, cuja dimensão, sobretudo nas regiões pouco desenvolvidas, chega sempre a muitas centenas e, às vezes, muitos milhares de quilômetros quadrados, é raro que o patronato de um grande proprietário se estenda por todo o município, mas também acontece que, uma dessas famílias patriarcais que ainda subsistem no interior, desfrute de autoridade incontestável em um ou mesmo vários municípios. Mas comumente, famílias rivais lutam pelo domínio do distrito e formam alianças; ocorre então que as lutas locais dos partidos políticos nada mais são do que as rivalidades seculares dos clãs e de seus clientes, que se aliam, indiferentemente, no plano nacional, aos homens ou aos par-

tidos, contanto que ninguém lhes conteste a autoridade no plano local. É a transposição das rivalidades de clã para as eleições, de que há muito a Córsega deu o exemplo, na Europa; no Brasil, o regime arcaico, que dela decorre, no plano local, é chamado de "coronelismo".

Muito embora existam tipos diferentes de patronato e de chefes de origens diferentes, com diferentes interesses, a vida política do país subdesenvolvido foi, durante muito tempo, dominada pelos Senhores e muito freqüentemente ainda o é. Entre os senhores rurais, o dono de fazenda, com seus parentes, seus empregados, seus colonos e seus clientes, ainda conserva grande influência.

Enquanto a modalidade predominante do patronato fôr a dos Senhores, a eleição produzirá resultados que, do ponto de vista das sociedades mais evoluídas e em particular do Brasil moderno poderão não parecer muito democráticas. De fato, quanto mais o sufrágio fôr realmente universal, mais sòlidamente assegurada estará a autoridade do Senhor e da classe a que pertence a política nacional. O Estado nacional não é, na realidade, constituído por indivíduos, e sim por grupos, e, para os chefes das comunidades, os sufrágios da clientela equivalem a um voto plural.

A aplicação sincera dos processos de regime representativo leva assim à reprodução de uma imagem exata da sociedade arcaica. No Brasil, até à ditadura de Vargas, a estrutura social não era bem democrática e ainda não o é muito; é, pois, inevitável que o jôgo regular das eleições resulte no govêrno dos Senhores, tanto mais certo quanto maiores forem as bases do sufrágio, quanto menos o Govêrno procure dirigir o voto e quanto mais o povo atrasado tenha liberdade de votar para os seus chefes tradicionais. Os especialistas estrangeiros em política ou ciência política, estranham que o sufrágio universal não eleve ao poder, nos países subdesenvolvidos, indivíduos ou partidos da mesma tendência que em seu próprios países; o que seria surpreendente é que o regime representativo produzisse efeitos semelhantes em sociedades diferentes. Diante de uma sociedade que conservou os seus quadros tradicionais, não é o triunfo dos Senhores que deve fazer suspeitar depressões ou fraudes eleitorais, mas sim o triunfo de reformadores, a quem provavelmente pertencerá o futuro, mas que, no presente, são a minoria.

Nos anos de 1891 a 1930, no Brasil da "*Velha República*", como na Argentina de Alvear ou Castillo, o regime presidencial funcionava regularmente, conquanto fôsse caracterizado na América por uma hipertrofia do Poder Executivo. Mas, como a estrutura social das sociedades brasileiras e argentinas era então muito diferente da estrutura dos E.U.A. ou da França, o sentido do voto não era o mesmo e as formas regulares da consulta popular determinavam o govêrno da aristocracia e não o das classes médias.

Desagregação do patronato: "bossismo" e populismo

Acontece hoje, cada vez com mais freqüência, que, sob a influência das transformações econômicas e a difusão de novas ideologias, os patronatos se desagreguem no país subdesenvolvido, sem que nenhuma outra forma de quadro organizado os venham substituir. É o caso das zonas de grandes propriedades, onde os proprietários ausentes ou indiferentes não podem gozar de autoridade política através das suas propriedades ou não a querem exercer, porque perderam confiança na legitimidade do seu patronato. Às vêzes acontece que o administrador está em melhores condições para exercer o patronato do que o proprietário.

Mas, hoje em dia, freqüentemente ocorre que a penetração de ideologias novas, mesmo sem profundas transformações econômicas, tem desacreditado completamente os titulares tradicionais do patronato; o caboclo, que não sabe ainda votar por si, fica sem saber como, ou para quem votar, mas está perfeitamente decidido a não votar para o proprietário ou o seu representante.

O mesmo fenômeno de desagregação se verifica, aliás, nas cidades, nas zonas em que se vão aglomerar caboclos incultos que, com a mudança, perderam os seus quadros tradicionais e não reconstituíram outros. Esses imigrantes, saídos da sociedade arcaica, porém mal integrados na nova sociedade, não pertencem completamente a nenhum dos dois Brasís.

Os votos de tôdas essas criaturas desgarradas, urbanas ou rurais, estão avulsos, à disposição, portanto, de profissionais da política que, não podendo fundar clientela sôbre lealdades tradicionais nem sôbre ideologias comuns, têm que fundá-la sôbre promessas e serviços. O sentimento cívico ainda não pode

atuar porque esses eleitores não estão integrados na sociedade em que se exercerá o seu voto, a lealdade que prende a um chefe deixou de existir, e ainda não surgiu a ideologia ou a comunidade de interesses que ligam a um partido político; o voto, então, que não poderá ter significação cívica, nem significação partidária, nada mais é do que a participação popular em um contrato bilateral, que associa o eleitor e seus representantes na exploração da coisa pública; o representante fica obrigado a prestar serviços, mas tem o direito de explorar as suas funções em benefício próprio.

Tal fenômeno ocorreu outrora nos E.U.A., de onde ainda não desapareceu completamente. Nos grandes centros de imigração, surgiram chefes políticos, muito pouco respeitadores das finanças públicas, mas prontos a proteger a sua clientela mesmo contra a lei, explorando os votos dos imigrantes irlandeses ou italianos. Esses imigrantes, tendo rompido tôdas as solidariedades das sociedades rurais européias e não havendo reconstituído outras nas cidades americanas, estavam nas mesmas condições das massas rurais brasileiras arrancadas aos seus quadros tradicionais com as migrações para as cidades, ou desorganizadas com o desmoronamento desses quadros no campo.

Entre a autoridade tradicional do Senhor, na sociedade arcaica e a fidelidade ao partido, na sociedade moderna, intervem a autoridade do demagogo na sociedade desorganizada. Na fase de transição, durante a qual o país desenvolvido e o país subdesenvolvido se defrontam na vida política, o demagogo, que não pertence a uma, nem a outra, está em ótima posição, quer para se apoderar do govêrno, quer para impor o seu arbítrio às forças que se digladiam e dominar assim a vida política.

Depois da revolução de 1930, sob a ditadura, já se via organizar esse regime de transição, que não desapareceria com a ditadura, acomodando-se, ao contrário, perfeitamente, com os processos regulares da democracia. Na época da ditadura esta forma de demagogia era um dos traços do "getulismo"; distinguindo-o do "coronelismo", os brasileiros denominam-no hoje de "populismo".

O populismo, que está atualmente adquirindo grande importância na vida política brasileira, assemelha-se muito ao *bossismo* americano; como êste, faz-se acompanhar pela corrupção e é muito dispendioso. Por mais poderoso que seja, o populismo, tal como o *bossismo*, não consegue dominar o país;

mas pode aliar-se, tanto ao patronato tradicional que domina o país subdesenvolvido, quanto aos partidos ideológicos e aos grupos de interesses que se constituem no país desenvolvido.

Entre os chefes tradicionais e os novos, embora falem linguagem muito diferente, as transações não são absolutamente impossíveis; o resultado das eleições de 1956 demonstram que coronelismo e populismo não são, necessariamente, inimigos.

Mas, o populismo pode perfeitamente aliar-se ao país novo, pois, aplicando-se ao Brasil de hoje, a sociedade muito diferente da que existia nos E.U.A. na segunda metade do século XIX tende a não desprezar as ideologias poderosas e a cercar-se de pretextos desinteressados. O *bossismo* pode ter sido cínico e ter-se atribuído como única tarefa explorar o Governo e prestar serviços aos indivíduos, mas o populismo tem que se apresentar como desejo de melhorar a sociedade e de prestar serviços às classes sociais menos favorecidas. O populismo brasileiro pode ter uma ação de evolução ou de revolução que não tinha o *bossismo* americano; se não é um instrumento muito eficaz de reforma social, o é, entretanto, de agitação social.

Não seria, portanto, absurdo afirmar que êle constitui um instrumento relativamente eficaz de transação e de transição entre as duas partes da sociedade dualista. Infelizmente, êsse sistema se alia à grande moralidade política e, uma vez estabelecido, com tôdas as suas corrupções, é difícil de ser extirpado; os E.U.A. ainda não o conseguiram.

Funcionamento do regime representativo nas zonas de estrutura evoluída

Se, em uma parte do Brasil, as hierarquias tradicionais, baseadas na propriedade e no patronato, permanecem bem vivas, há outras em que elas jamais conseguiram estabelecer-se ou de que desapareceram completamente e outras ainda em que começam a ser combatidas. O país novo é dominado pela grande cidade; ao contrário do que acontece com os pequenos centros urbanos que serviam à sociedade rural, êle escapa ao patronato. Até cerca de 1930, o Brasil foi um país exclusivamente agrícola e rural; a partir dessa data, ainda continuando essencialmente agrícola e rural, mesmo nas regiões rurais mais prósperas, co-

meçam a penetrar os valôres e os modos de vida da civilização industrial. As grandes cidades, por todo o país e, às vêzes, as zonas rurais já não constituem mais comunidades estáveis e, nelas, os indivíduos já não se enquadram no sistema do patronato.

Nessa estrutura de transição que prevalece hoje no Brasil e, de forma mais ou menos evoluída, em tôda a América do Sul, como também prevalece na maioria dos países em processo de industrialização, o resultado quase certo dos processos da democracia clássica, inspirada nos E.U.A. ou na Europa Ocidental é submeter a sociedade mais evoluída à que permaneceu arcaica. A vida econômica e intelectual é dominada pela sociedade individualista das cidades e das regiões pioneiras; mas a sociedade arcaica está entrincheirada, graças ao seu número, nas instituições políticas, cuja gestão ou princípio do sufrágio popular confia aos Senhores das zonas rurais ou aos que lhes merecem a confiança.

No país nôvo, a maior parte da população participa da vida política; no velho país colonial, só os Senhores dela participam. De um lado, o corpo político é composto de milhões de indivíduos, do outro de algumas dezenas de milhares, mas, como o habitante do país nôvo se apresenta isoladamente e o Senhor das zonas rurais se apresenta com todos os sufrágios dos seus protegidos, a lei da maioria leva os Senhores ao poder.

Assim que os elementos que estão fora do patronato, embora sem conseguir constituir maioria, crescem em número e adquirem consciência da sua fôrça, tendem a afastar-se das formas tradicionais da democracia. Isto absolutamente não significa que repudiem os princípios democráticos, mas antes, que culpam os métodos, através dos quais a Europa ou os E.U.A. procuram estabelecer a democracia política, de acarretarem, em seu país, a perpetuação do poder de aristocracia.

Isto explica a razão pela qual a América do Sul em geral e o Brasil em particular, que são tão apegados à ideologia democrática, como o acentuam com surprêsa os observadores norte-americanos, custem tanto a resignar-se a deixar agir livremente as instituições, das quais os povos norte-atlânticos julgam depender a democracia.

Na estrutura social de transição, a vida política é necessariamente agitada, mais por fôrça da estrutura do país e da fase de evolução que atravessa, do que do temperamento dos seus habitantes. Principalmente as classes médias — porque o proletariado urbano (com exceção da cidade de São Paulo), for-

mado muito recentemente, ainda não desempenha senão um papel esporádico — exigem constantemente a adoção das formas mais modernas que a ideologia democrática introduz nos países evoluídos. Em 1889, foram elas que quiseram expulsar o Imperador para estabelecer a República; em 1930, foram ainda elas que derrubaram a “Velha República” e, em 1946, foram elas que fizeram introduzir na Constituição as declarações de direitos sociais e econômicos, que então figuravam nas Constituições européias. Essas formas políticas são muito facilmente seguidas, porque os Senhores brasileiros têm a preocupação de não parecer atrasados e porque, enquanto a estrutura da sociedade permanecer a mesma, nenhuma reforma poderá impedir que o pronunciamento popular, desde que se processe livremente, confirme o seu poder. As reformas de princípio tornam-se cada vez mais audaciosas, mas ficam na teoria e, antes de atingirem as massas populares, diluem-se completamente.

Assim, os que desejam realmente a mudança, são levados a esperá-la de uma nova revolução e de um Governo autoritário; como, depois de um período de ditadura, a volta à legalidade democrática e à consulta popular acarreta a volta dos Senhores, os períodos de ditadura tornam-se cada vez mais freqüentes, à medida que as classes médias, tornando-se mais numerosas, toleram menos a preponderância dos Senhores. É preciso ter-se em mente, portanto, que na América do Sul, e em geral nos países pouco desenvolvidos, a legalidade republicana é comumente de espírito conservador, e, através de um sufrágio universal, livre de pressão governamental, ela se inclina para a direita; as diversas formas de ditadura, militar, pessoal, fascista, ao contrário, são geralmente, de tendência reformadora e os regimes esquerdistas apóiam-se na ausência do sufrágio, no sufrágio dirigido ou no sufrágio restrito.

Importância do papel dos estudantes nas agitações políticas

Nas lutas políticas, próprias do país nôvo tanto quanto do país velho, participam, na América do Sul, de maneira particularmente ativa, dois elementos que, aliás, estão presentes em todos os países que atravessam a mesma fase de evolução: os estudantes e os militares.

Nas sociedades cujos membros, em sua maioria, são analfabetos ou apenas sabem assinar o nome, o t ermo estudante deve ser interpretado em um sentido muito lato e compreende os alunos do ensino secundário, mal saídos da infância, tanto quanto os estudantes universitários. Na sociedade brasileira, o estudante constitui o elemento desenraizado e instável por excelência.

A sociedade a caminho da industrializa o começa a diversificar a estrutura muito simples que, na maior parte do país, opõe a uma massa analfabeta e miserável, uma reduzida elite de senhores que dela se diferencia profundamente pela cultura e pelo nível de vida; essa transforma o acarreta rápida multiplica o do número dos estudantes, assim como modifica es em sua origem social. Enquanto a sociedade arcaica não foi abalada, os estudos superiores, e mesmo os secundários, constituíram o monopólio de uma aristocracia que via, principalmente nos diplomas de advogado e médico, um meio de lhe aumentar a influência mais que de ganhar a vida. No Brasil, a tradi o imperial concedera ao diploma universitário o mais alto prestígio social e, para se ser realmente importante, era necessário ser "doutor", além de proprietário.

Com a nova mobilidade da sociedade, os estudos secundários ou superiores parecem o meio mais generalizado de ascensão social. Os filhos, e atualmente as filhas, dos novos imigrantes europeus, que nunca se enquadraram nas hierarquias tradicionais da sociedade brasileira, os filhos dos comerciantes portugueses ou sérios, às vêzes mesmo os filhos dos caboclos do interior, amontoam-se nos colégios e universidades, onde encontram os filhos numerosos dos Senhores, que não podem mais viver da terra empobrecida e dividida: todos esperam da universidade uma profissão e não apenas o prestígio social, como os seus predecessores.

Universidades particulares ou públicas fundadas apressadamente, estabelecimentos secundários, que são emprêsas lucrativas, acolhem f cilmente a clientela numerosa, porque esta, fiel às tradi es estabelecidas pelos Senhores, continua a procurar, sobretudo, o ensino jurídico, ou, mais recentemente, literário, que se pode adaptar em instala es pouco dispendiosas e pode ser f cilmente ministrado por professores improvisados. Estudantes ambiciosos, mal alojados e mal alimentados, ávidos por terminarem os estudos e poderem enfim ganhar a vida, esperam de seus estudos o mesmo prestígio que d es anterior-

mente auferia a pequena elite rica, mas esperam também os mesmos níveis de vida elevados, que essa pequena elite atinge através da sua fortuna e não dos seus diplomas.

Sem dúvida, o desenvolvimento de novas atividades e a industrialização parcial do país acarretam necessidades de novos quadros, que justificam o aumento do número de estudantes. Não é, porém, a formação técnica que procura a maioria desses estudantes atraídos pelo prestígio das profissões liberais ou da função pública, e não será também a formação técnica que poderão facilmente adquirir, pois esta é muito especializada e dispendiosa para que se possa improvisá-la.

Conquanto o país continue a ser essencialmente agrícola, e a maioria da população analfabeta viva em nível mínimo de subsistência, o exemplo dos países evoluídos leva ao aparecimento de uma classe média intelectual muito numerosa, que a atual produtividade e o desenvolvimento do setor terciário nem sempre bastam para justificar, mesmo nesses países. A tendência a instruir-se antes de enriquecer, a multiplicar os bacharéis e os doutôres, antes de multiplicar os que apenas sabem ler, é um traço comum a todos os países desigualmente desenvolvidos. No México, está-se construindo a mais luxuosa universidade do mundo, enquanto apenas alguns privilegiados podem freqüentar a escola primária. O Brasil demonstra um pouco mais de moderação, mas não pode evitar o desequilíbrio que atinge a todos os países que atravessam hoje a mesma fase de evolução: as despesas com o ensino secundário e o superior são quase tão elevadas quanto as do ensino primário.

É tão grande a parcela do orçamento destinada ao ensino, principalmente ao ensino superior, pelos países que se encontram em tal situação, que faria inveja a países muito mais evoluídos; disso têm justificado orgulho e não lhes têm faltado elogios do estrangeiro, mas correm o risco de criar um parasitismo da classe média intelectual, que só poderá aumentar a miséria popular.

Os estudantes, que imprudentemente se multiplicam, aspiram a transferir-se para o grupo socialmente mais alto, anteriormente constituído pela pequena aristocracia da civilização agrícola, e a beneficiar-se dos mesmos níveis de vida, sem compreender que a sua própria quantidade lhes impede e que, se os milhões de caboclos miseráveis poderiam, não sem sacrifícios, manter no luxo os poucos milhares de privilegiados, já não o poderiam fazer senão muito dificilmente, caso estes passassem a ser centenas de milhares.

Esses estudantes muito numerosos, cujas grandes ambições pesam sobre os ombros do povo, sem que por isto deixem de ser frustradas, constituem um grupo ativo de descontentes, que, nas cidades, estão em ótima situação para observar os contrastes extremos do luxo e da miséria que custam a suportar. Mas, os processos normais do regime representativo não dão oportunidade a êsses descontentes de exercer influência sobre a política, porque as massas dão os seus votos aos Senhores.

Os estudantes sentem-se, portanto, grandemente atraídos pelos movimentos revolucionários, de que são muitas vêzes os instigadores e aos quais, em vista da sua cultura, podem imprimir alguma ideologia. O fomento de agitações políticas por movimentos estudantis é uma característica das estruturas sociais de transição; é o que está ocorrendo hoje em vários países em processo de industrialização e foi o que ocorreu na Europa do século XIX. As revoltas, às vêzes sérias, que se originam no fato de não ter a Universidade escolhido os professores que convinhem aos estudantes, de terem os transportes coletivos aumentado as tarifas, e de haverem os teatros, e hoje em dia os cinemas, suprimido os descontos concedidos aos alunos das escolas, bem como de outros motivos mais elevados e desinteressados, ocorreram, no período da industrialização, na França ou na Alemanha, como hoje ocorrem na Índia, no Egito ou no Brasil; procuram justificativas no nacionalismo, mas são, antes de tudo, um indício da falta de desenvolvimento econômico. É uma fase da evolução política, que termina com a educação e a organização do proletariado.

X Mas as revoltas dos estudantes não constituem, em si próprias, revoluções; êles não dispõem, realmente, de força própria; suas manifestações parecem poderosas, porque a elas se reúnem geralmente os alunos das escolas secundárias, que lhes engrossam as fileiras e, sobretudo, porque a juventude dos manifestantes e a ligação de vários dêles com as classes dirigentes, torna muito delicada a missão da política. Nas grandes cidades as suas manifestações também são perigosas, porque a população marginal, ociosa, às vêzes muito numerosa, delas se aproveita para a desordem.

Às vêzes, os estudantes conseguem arrastar um operariado, que é ainda muito pouco educado para ter política própria; os seus movimentos, entretanto, difficilmente se tornam populares, porque os estudantes estão muito afastados do povo e porque o povo do interior, indiferente à política, segue os quadros rurais que lhe são muito mais próximos.

Papel dos militares na vida política

Existe, porém, na América do Sul, um outro elemento, o corpo de oficiais do exército, que, êle também, tem dificuldade de se enquadrar na estrutura tradicional da sociedade e reluta em aceitar o domínio da aristocracia rural. Em face da autoridade legal que o exercício do patronato outorga às personalidades rurais nos pleitos eleitorais, a autoridade arbitrária do corpo de oficiais cresceu consideravelmente devido ao aumento dos efetivos militares provocado pelo nacionalismo. Em consequência da falta de educação e da indiferença política das massas, bem como do seu hábito de total obediência aos que exercem autoridade, o serviço militar obrigatório, não atingiu de forma alguma a obediência cega do soldado aos seus chefes: no Exército, o caboclo segue os oficiais ou suboficiais, como na fazenda seguia o seu patrão. O Exército nacional, está, pois, tão apto a desencadear golpes militares quanto um exército profissional.

Na América do Sul, raramente acontece, e é o caso do Brasil, que os oficiais do Exército sejam estreitamente ligados aos senhores que exercem o poder político, como o eram na fase correspondente da evolução social européia. Na Europa, uma antiga tradição monárquica permitiu a reconciliação do exército feudal aristocrático e do exército profissional, orientando para a profissão militar a aristocracia subjugada. Mas a união do exército e da aristocracia é um acidente histórico muito particular à Europa. Mais comumente, o corpo de oficiais e suboficiais, ou constitui uma casta à parte, ou se alia à classe média. Na América do Sul, as elites afastam-se geralmente da profissão militar e abraçam de preferência as profissões liberais. Essa tendência foi particularmente acentuada no Brasil, talvez em virtude da preeminência concedida ao poder civil pelo Imperador Pedro II. Os títulos militares, freqüentemente ostentados pelos chefes políticos na América do Sul, não nos devem enganar; denomina-se "coronelismo" o contrôlo político exercido no Brasil pelos Senhores do interior, mas êsses coronéis e generais da América do Sul, como os majores dos E.U.A., são-no em caráter civil, porque têm em suas comunidades uma autoridade que, antigamente, lhes permitia, em casos de perturbações, arrastar certo número de seguidores.

Enquanto subsistiu uma espécie de feudalismo — não faz muito tempo que desapareceram os seus últimos vestígios — foram os senhores feudais que gozaram de prestígio militar e político e não os oficiais profissionais.

Deve-se, todavia, fazer exceção à Marinha onde os profissionais nunca tiveram de enfrentar a rivalidade dos amadores; não só o recrutamento se fez em camadas muito mais altas, que se podiam adaptar melhor aos regimes aristocráticos, como ainda se manteve geralmente afastada das lutas políticas, talvez devido ao prestígio das tradições inglesas.

Pertencendo a uma classe média que até muito recentemente não exerceu grande influência, o corpo de oficiais, — em certos casos também o dos suboficiais — não tendo, como a classe média dos comerciantes, possibilidades de ascensão social através do enriquecimento, tinha de procurar possibilidades na política, sendo, então levado às atividades revolucionárias. Essas revoluções militares, entretanto, não passaram de golpes de Estado, sem significado ideológico, por meio dos quais os chefes militares ou suas criaturas se assenhoreavam do poder, de cujo exercício se aproveitavam para conceder ao Exército patentes e soldos.

Mas a intervenção do Exército na política adquire cada vez mais profunda significação. As escolas militares há muito, no Brasil, estão entre as que ministram melhor ensino secundário e mesmo superior. Atraem, em consequência, elementos de grande valor, que hoje provêm de todos os meios; cada vez mais, com o nível de preparo técnico e de cultura geral que se exige de um Exército moderno, a existência de um corpo de oficiais de cultura igual à dos profissionais liberais tende a transformar os golpes de Estados militares em verdadeiras revoluções, que visam a reforma política e às vêzes também a reforma social.

A classe média é quase inevitavelmente vencida nas lutas eleitorais, porque é pouco numerosa e porque, ao contrário da aristocracia rural, não tem apoio nas massas. Mas, no concurso do Exército encontra a força que lhe permite expulsar do poder os detentores do patronato rural e, o apoio mesmo, na classe militar de uma elite de cultura, cujo concurso não deixa de ser útil à realização de reformas políticas e sociais. Todos os partidos políticos se queixam das intervenções do Exército, mas poucos são os partidos, que numa ou noutra ocasião, não tenham solicitado essa intervenção e provocado, assim, o estabelecimento de regime autoritário.

Sufrágio restrito e sufrágio dirigido

Os regimes autoritários, que se multiplicaram na América ibérica durante o último quarto de século, em geral possuíram programas de reformas sociais; têm objetivos e adotam métodos que se qualificam às vêzes de fascistas, mas que, talvez com exceção da Argentina peronista, se assemelham muito mais ao bonapartismo de Napoleão III. Em tal fase das transformações sociais e econômicas, conquanto mais profundas e mais rápidas, os regimes políticos apresentam traços comuns aos da França do Segundo Império.

A ditadura de um homem, como no Brasil, entre 1937 e 1945; a ditadura de um homem apoiado em um movimento popular, como a de Perón na Argentina, depois de 1943; a ditadura, enfim, de um partido autoritário, apoiado em eleições dirigidas, como no México desde 1934; regimes êsses que prezam a democracia política, na realidade repudiam os métodos do sufrágio universal. Todos foram ou são autoritários, mas todos foram também mais ou menos dirigidos contra a aristocracia rural que governara o país desde o período colonial; quando não visavam uma verdadeira revolução social, esforçavam-se por lhe acelerar a evolução, o que sempre conseguiram.

A América do Sul, só em casos excepcionais, está em condições de praticar a verdadeira democracia política; a desigualdade do desenvolvimento econômico e social e a existência de vastos setores atrasados, impediam a livre ação das instituições parlamentares ou presidenciais, mas, em nenhum outro lugar do mundo a população é mais profundamente apegada ao ideal da democracia política. Se tantos países da América ibérica recorrem hoje a regimes autoritários, não é para repudiar a democracia política; ao contrário, é na esperança de criar as condições necessárias ao melhor funcionamento das instituições. Depois de um período de ditadura que, nos países mais evoluídos da América do Sul, nunca é muito longo, procura-se retornar aos pleitos eleitorais. Mas para voltar a êles, sem restituir aos Senhores autoridade plena, é preciso que as ditaduras tenham conseguido destruir o sistema tradicional do patronato e substituir o patronato dos Senhores pelo do Govêrno.

A fôrça política do pequeno grupo que dirigia o país provinha da fidelidade das massas rurais aos que as dirigem; quando as classes médias, que apenas constituem minoria essen-

cialmente urbana, se assenhoreiam do poder para legalizar o regime que implantaram e recorrer sem perigo ao voto popular, têm que impor certa modalidade de escrutínio que prive os Senhores da sua clientela.

Em circunstâncias um pouco semelhantes e com o mesmo objetivo, a fim de assegurar a primazia de um proletariado urbano minoritário sobre as massas rurais que, uma vez de posse da terra, davam por terminada a revolução, as primeiras Constituições russas atribuíram francamente aos sufrágios urbanos maior valor que aos rurais: concediam aos operários das cidades uma espécie de voto plural, atribuindo a dois votos urbanos a mesma representação que a cinco votos rurais.

Para permitir, não ao proletariado, mas às classes médias urbanas legalizar o seu poder sobre as eleições apesar da sua inferioridade numérica, os regimes reformadores sul-americanos teriam necessidades de sistema semelhante. Mas, em países tão profundamente apegados aos princípios igualitários da democracia representativa, como o são os países ibero-americanos, e, principalmente, o Brasil, o voto plural ou qualquer outro meio confessável de aumentar a representação urbana parece inadmissível. Os sul-americanos recorrem então a um equivalente, consagrado pela tradição e muito mais eficaz: negam o direito de voto aos analfabetos. É o que prescreve a lei eleitoral atualmente em vigor no Brasil.

Quando os analfabetos constituem mais da metade da população, negar-lhe o direito de voto é o mesmo que renunciar ao sufrágio universal, mas ousa-se fazê-lo porque o pretexto é legítimo e os princípios permanecem intactos. Não se pode saber ao certo se os analfabetos constituem no Brasil 50% da população, como o demonstram as estatísticas, ou se são mais numerosos, porque a noção de alfabetização é muito imprecisa para permitir que os recenseamentos apurem dados exatos. Inegável, porém, é que os analfabetos são numerosos entre os adultos em idade de votar e em maior proporção no campo do que nas cidades. São eles que constituem a massa da população do velho país colonial, ao passo que no país novo, pelo menos os jovens, geralmente, freqüentam a escola. Não há dúvida também que são os analfabetos que, no interior do país, ainda constituem os quadros sociais tradicionais e formam a clientela dos Senhores. Negar o direito do voto aos analfabetos, se tal negativa fôr honestamente respeitada, significa privar os Senho-

res da sua clientela e, por conseguinte, privá-los da maioria; significa assegurar a preponderância do grupo menos numeroso, porém o mais instruído e mais ativo. No Brasil, conquanto, em 1950, os homens e mulheres de mais de dezoito anos, a quem se reconhece o direito e mesmo a obrigação de votar, fôsem mais de 25 milhões, caso se aplicasse sem muito rigor o censo de alfabetização, o corpo eleitoral se reduziria a cerca de 11 milhões e, com as abstenções, em 1950 bastaram 3.829.000 votos, aproximadamente 15% da população adulta, para assegurar a eleição do Presidente Vargas.

O corpo eleitoral reduz-se, assim, aos mais evoluídos, mas mantém-se o princípio do sufrágio universal. Os brancos do sul dos E.U.A. empregavam recurso semelhante quando, para afastar os negros das eleições, exigiam teste de instrução.

Seria contrariar absolutamente os princípios democráticos, conceder aos indivíduos que passaram pela escola, o voto plural, pelo fato de saberem ler, mas parece conforme os princípios democráticos conceder-lhes o monopólio da representação, privando de voto a maior parte da população porque não sabe ler. O aluno ou aluna das classes mais adiantadas dos ginásios urbanos, com dezoito anos, exerce o direito de voto negado ao chefe de família que, no interior, dirige uma exploração agrícola. A restrição do direito do sufrágio aos que sabem ler e constituem a minoria, dá um caráter muito particular à noção de democracia política e de sufrágio universal no Brasil e em outros países ibero-americanos e explica porque minorias ativas podem impor as reformas que bem entendem a maiorias de espírito muito conservador ou simplesmente passivas, sem encontrar grandes resistências no direito de voto.

As cláusulas das leis eleitorais relativas à alfabetização não asseguram, aliás, automaticamente, a eliminação dos analfabetos e a evicção dos Senhores privados da sua clientela; tudo depende, realmente, da sua aplicação. Foram, provavelmente, a principal causa das fraudes eleitorais no Brasil. As provas exigidas para o registro eleitoral, como por exemplo a assinatura, deixam tão grande margem à interpretação, que, no interior, o número de eleitores depende em grande parte da atividade e da influência dos cabos eleitorais e, por conseguinte, o Senhor que quisesse registrar os seus eleitores, dêles poderia perfeitamente conseguir que desenhassem a assinatura, a qual só a hostilidade intencional da autoridade encarregada da lista de eleitores poderia não reconhecer.

Atualmente, conquanto não se possa afirmar que tais práticas jamais ocorram no Brasil, parece que a aplicação honesta da legislação eleitoral foi assegurada, tanto quanto o permite a estrutura do país, pela existência de uma justiça eleitoral bem organizada e indiscutivelmente imparcial. Mas o governo autoritário e populista do Presidente Vargas não deixou de se servir da exigência da alfabetização para diminuir a influência que o número superior de indivíduos assegurava às populações do interior, de maneira que muito se assemelhava aos métodos empregados pelos governos revolucionários russos; seu método, entretanto, foi muito mais hábil e dissimulava muito melhor o sufrágio diferencial concedido aos partidários do Governo. Este organizara, de fato, sindicatos operários, rigorosamente controlados por agentes seus e, enquanto a população rural, para ser inscrita nas listas eleitorais, tinha que se submeter a testes de instrução, a legislação eleitoral previa a inscrição ex-officio dos membros desses sindicatos. A clientela eleitoral dos Senhores do interior podia ser filtrada, a do Governo não o era e, por conseguinte, embora os rurícolas fôsem mais numerosos, eram necessários vários deles para se obter um voto, ao passo que ao situacionismo bastava um operário.

Uma grande parte da população do campo não participa da política nacional e nela só intervém como clientela dos que dirigem a política local; em virtude do funcionamento normal da estrutura social, essa passividade favorece os Senhores locais, proprietários ou chefes políticos. Mas, quando qualquer grupo sobe ao poder e consegue colocar criaturas suas nas funções públicas locais — prefeitos, chefes de polícia, tabeliães — ou é capaz de organizar um partido privilegiado, como ocorreu no México, pode utilizar a passividade das massas para substituir a autoridade dos Senhores locais pela dos seus funcionários. O caboclo do interior não está habituado a votar de maneira independente e põe os seus votos à disposição do primeiro que os quiser utilizar; o patronato de uma administração ou de um partido pode facilmente substituir o do proprietário.

Desde o momento em que os governos autoritários se apoderam do patronato, podem facilmente restabelecer a legalidade constitucional e restaurar os pleitos eleitorais, dos quais já nem precisam mais afastar as massas rurais. A fraude eleitoral pode persistir, porque é consequência de longa tradição,

facilitada pela complicação das leis eleitorais, mas uma ditadura pode realizar eleições livres, como devem concordar os observadores estrangeiros, cujo resultado, pode ser determinado pelo Governo, como o era pelos Senhores. Ocorre então, com grande espanto dos mesmos observadores, que uma ditadura imposta poucos anos antes, por um golpe de Estado militar, contra a vontade expressa da maioria, é restabelecida no poder, em eleições indiscutivelmente livres, pelos votos de eleitores que, tendo perdido seus chefes tradicionais, encontram outros aos quais são igualmente leais.

A ditadura Vargas e o getulismo

Até 1930 a preponderância dos quadros tradicionais nunca fôra seriamente combatida; os partidos políticos, instáveis e mal organizados, eram essencialmente partidos locais, mais do que nacionais, e que, muitas vezes, transferiam para as eleições as lutas de clãs.

A revolução de 1930 inaugurou nova era na vida política do Brasil; estabeleceu as bases de um regime que ainda está em formação e que os brasileiros chamam às vezes de “República Nova”, em contraste com a “Velha República” que repudiara a Monarquia, sem repudiar a organização social do Império.

A revolução de 1930 desenrolou-se ainda, no quadro tradicional das lutas políticas do velho Brasil, como um conflito entre os grandes Estados em épocas de sucessão presidencial. Mas, pela primeira vez, essa revolução, na qual o Exército teve papel preponderante, despertou real entusiasmo, nas classes médias, certamente, e talvez também em certo setor do povo. Tendo, portanto, base popular, a revolução de 1930 elevou ao poder elementos novos, que as classes dirigentes consideravam aventureiros; estes, às vezes, utilizaram o poder em benefício próprio, porém, para conseguir apoio popular, tiveram que instituir uma legislação trabalhista que só encontrava aplicação nas cidades, mas que nelas foi relativamente eficaz.

De 1930 a 1937, o regime instaurado pela revolução, que, do ponto de vista político, era o mesmo regime presidencial em vigor no Brasil desde 1891, não se conseguiu estabilizar, e foi perturbado por disputas interestaduais, que culminaram,

em 1932, com o levante de São Paulo, sòmente subjugado depois de verdadeira guerra, além de ameaças de revolta de outros Estados, como o Rio Grande do Sul. Foi perturbado ainda pelo desenvolvimento de um partido comunista ativo, pronto para um golpe de Estado e pelo crescimento de um partido fascista, o “integralismo”, que, em 1937, parecia na iminência de usurpar o poder.

Em tais circunstâncias, a vida política foi dominada pela forte personalidade do Presidente da República, Getúlio Vargas; êste, que fôra designado, em 1930, Chefe do Govêrno Provisório, teve o mandato confirmado pela Constituição adotada em 1934. A carreira política de Vargas começou no Rio Grande do Sul. Procede êle de uma família de criadores da fronteira argentina, em São Borja, antiga redução jesuítica. Ao contrário do resto do Brasil, o Rio Grande do Sul, principalmente nas regiões próximas da fronteira, tem tradições de poder pessoal; zona fronteiriça, mal integrada no resto do Brasil e de que o resto do Brasil desconfiava, sua vida política desenvolveu-se à parte; sofreu freqüentes revoluções e, como na Argentina e no Uruguai, ali o caudilho desempenhou grande papel. Em um Brasil profundamente pacífico, o Rio Grande do Sul de outrora representava o elemento guerreiro.

Dotado de amplos podêres que, no regime presidencial, sobretudo na sua variedade sul-americana, possui o Presidente da República, Vargas foi levado, pelos perigos que ameaçavam o regime e a unidade do país, a adotar medidas de fôrça que as circunstâncias justificavam; para evitar a insurreição e para reprimi-la, lançou mão da intervenção, facultada pela Constituição e para a qual não teve dificuldade em obter o concurso do Exército. Essas intervenções permitiram-lhe colocar à frente dos Governos dos Estados, homens dedicados, geralmente militares, e de impedir assim qualquer resistência local à sua autoridade. Desde 1937 o que restava dos efetivos militares estaduais haviam sido desorganizados e colocados sob o comando dos chefes do Exército nacional, ficando o país inteiramente nas mãos do Presidente, apoiado pelo Exército. O próprio Presidente gozava de grande popularidade no país cansado das agitações políticas, sendo apenas combatido pela elite culta, que temia a ditadura de um homem que considerava um demagogo ambicioso e a autoridade de um Exército no qual não confiava.

Em 1937, no momento em que os poderes presidenciais iriam expirar, sem que a Constituição permitisse que se lhes solicitasse o prorrogamento, Vargas, com o apoio do Exército, deu um golpe de Estado, que não encontrou qualquer resistência e decretou nova Constituição que o transformava em verdadeiro ditador e cuja aplicação foi sempre adiada a fim de dar ao Chefe de Estado maior liberdade de ação. Esse governo pessoal durou até 1945.

Se o Presidente Vargas subiu ao poder através dos métodos tradicionais das ditaduras pessoais, dêles não tardou a livrar-se, tendo o seu governo adquirido significação social que marcou profundamente a sociedade brasileira.

Levado ao poder por uma revolução que aspirava mudar não só o Governo, como a sociedade, porém sem o conseguir, Getúlio Vargas fez seus os objetivos da revolução. Combatendo, alternativamente, o comunismo e o integralismo, sem entretanto jamais romper com qualquer dos dois, esforçou-se por recrutar uma clientela popular por meio da política de reformas sociais, às vêzes mais simbólicas do que reais e, sobretudo, por meio da política de exaltação do sentimento nacional. No ambiente internacional do período de 1937 a 1940, em um país que tem população italiana respeitável, tal política não poderia deixar de sofrer a influência do fascismo italiano, do qual entretanto muito diferiu.

Antes que Perón inventasse na Argentina o "justicialismo", Getúlio Vargas inventou o "getulismo" no Brasil. O traço principal do getulismo é uma tentativa de democracia social que não ficou no papel. De maneira geral, o regime foi marcado por uma vontade de reerguer, pelo menos em princípio, a situação social do caboclo ignorante, do mestiço e do negro. Política de reforma social, que deixa subsistir extrema miséria e extrema desigualdade, mas que, no Estado social do Brasil, dava origem a uma nova era, porque deixava entrever a uma população passiva a possibilidade de reivindicações cuja legitimidade confirmava. A população não se iludiu e, enquanto o povo do Brasil principalmente o das cidades, tinha pelo Presidente verdadeira veneração, sua ditadura só foi combatida, aliás apenas verbalmente, pelas elites.

Os que não aceitaram o getulismo no Brasil, como os que na Argentina não aceitaram o justicialismo, são os aristocratas (no sentido etimológico) mais puros. A oposição, realmente, não procedia dos mais ricos, pois a indústria, em fase de rápido

crescimento, adaptou-se perfeitamente ao regime que tolerou os lucros mais exorbitantes e facilitou toda sorte de especulação. Os oposicionistas encontravam-se antes na alta aristocracia rural, nas velhas famílias, nas profissões liberais e em todas as pessoas cultas, que prezavam a democracia política, a probidade e, sobretudo, a liberdade individual, mas que, às vezes sem se dar conta, se apegavam igualmente às velhas estruturas do Brasil e ao paternalismo.

Do ponto de vista dos métodos, a característica da ditadura getulista, que lhe empresta grande originalidade, é a extrema maleabilidade, o seu oportunismo. Essa maleabilidade provém, principalmente, do caráter do presidente Vargas, personagem cujos traços psicológicos são diametralmente opostos aos que geralmente se atribuem ao latino e que, salvo nos últimos meses da sua vida, foi sempre silencioso, glacial e cínico. Ao contrário de Perón, Vargas nunca se empolgava pelas palavras e nunca perdeu, a não ser no momento da sua morte, o senso da medida. A maleabilidade do regime só foi completa, entretanto, porque a ditadura permaneceu estritamente pessoal. Até o momento em que o Exército tomou posição contra êle, o Presidente apoiou-se unicamente nesse Exército; não precisava, aliás, pedir-lhe senão a neutralidade, pois o regime tinha incontestável apoio popular e o temperamento da população não é dado a rebeliões. Ao contrário dos regimes autoritários, fascista, nacional-socialista, mexicano ou comunista, Vargas não fundou nenhum partido enquanto permaneceu no poder, não estando, portanto, prêso a qualquer palavra de ordem.

A maleabilidade do regime getulista chega ao auge do cinismo. A liberdade de imprensa não existiu nêle, mas a liberdade de palavra nunca foi limitada e a crítica oral do regime, desde que não tentasse influenciar as massas, era considerada excelente derivativo para a oposição. Muitos dos seus adversários irredutíveis foram perseguidos, mas via de regra, Vargas tinha como princípio que era melhor corromper um adversário do que aprisioná-lo; acreditava que, em determinado momento, a reconciliação seria possível e um antigo adversário poderia tornar-se um ministro dedicado. Não são desconhecidas as prisões arbitrárias e as brutalidades policiais, mas nem sempre é fácil saber até que ponto Vargas rompeu definitivamente com as suas próprias vítimas: em 1945, com espanto geral, o chefe comunista conclamou os seus correligio-

nários, da prisão em que ainda estava encerrado, a apoiar o regime do Presidente que o mantinha encarcerado há tantos anos.

O regime era orientado contra os ricos, mas granjeou o apoio da maioria dos grandes industriais que aceitaram sem dificuldades as reformas sociais tão modernas e os inúmeros transtornos da administração, porque tôda sorte de lucros e especulações lhes eram permitidos; pessoalmente desinteressado, o Presidente Vargas não exigia dos que o cercavam e o serviam os mesmos princípios.

A maleabilidade e o realismo cínico acentuavam-se ainda mais na política externa. No período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, as democracias ocidentais, França e Inglaterra, pareciam perdidas e, como os E.U.A., se mantinham neutros, a vitória parecia garantida aos regimes autoritários da Alemanha e da Itália; conquanto a população brasileira — pelo menos a elite que durante muito tempo constituiu por si só a opinião pública — fôsse profundamente apegada à democracia política e que, na sua maioria, tivesse mais simpatias pela França que pela Alemanha, o Govêrno brasileiro concedeu os seus favores às potências do Eixo durante tôda a primeira fase da guerra. "Acreditamos que os velhos sistemas e as fórmulas caducas começam a declinar", disse Vargas em um discurso pronunciado em junho de 1940, depois da derrota da França.

Mas, assim que os E.U.A. entraram na guerra, Vargas previu que a situação iria mudar e moldou sua política sôbre a dos E.U.A. que não teria aliado mais fiel em tôda a América do Sul. O Brasil rompeu com o Eixo, declarou a guerra e chegou a enviar uma fôrça expedicionária à Itália. Em 1945, a diplomacia norte-americana, esquecida dos serviços prestados, descobriu que a era da ditadura havia findado e Vargas foi expulso do poder por um golpe de Estado militar desfechado depois que o Embaixador dos E.U.A. ajudou a preparar a derrubada do regime. Em 1950, o antigo dirigente foi restaurado no poder pelo voto dos eleitores, graças à divisão dos seus adversários, mas de forma perfeitamente legal; os acontecimentos posteriores mostrariam que Vargas não se havia esquecido da ingratidão dos E.U.A., mas, então, a sua política não revelou qualquer ressentimento pessoal. Foi sempre com o Brasil que os E.U.A. puderam contar de maneira mais segura, porque aquêlê país nunca teve interêsse em se integrar em um bloco sul-americano muito homogêneo que, pela lei do número dos Estados, constituiria artificialmente um bloco hispano-americano.

Em 1945, depois da Vitória dos aliados, embora o Presidente Vargas não fôsse impopular, o getulismo não podia mais subsistir na forma ditatorial. O Brasil foi sempre muito sensível às grandes correntes internacionais, bastando, portanto, o incentivo dos E.U.A. para que o mesmo Exército que elevara ao Poder o Presidente, comandado pelo mesmo general (Dutra), o convidasse a renunciar.

A retirada do ditador e a volta ao regime constitucional operaram-se sem qualquer violência. O Brasil tem a particularidade de ser o único país em que o ditador, sem um dia sequer de exílio, pôde retirar-se para as suas terras e lá participar diretamente das lutas eleitorais, na legalidade restaurada. Na Bolívia, o ditador deposto foi enforcado, na República Argentina êle conseguiu fugir, mas sua partida foi o sinal de longo período de perturbações, acompanhadas de derramamento de sangue; no Brasil, o ditador deposto é eleito Senador antes de se tornar, novamente, por meio de sufrágio universal, Presidente da República, respeitador dos processos constitucionais. Em momento algum houve derramamento de sangue, nem se perturbou a vida econômica do país. Essa é uma prova muito característica dos métodos tão diferentes da política brasileira e da política dos países hispano-americanos.

Constituição Federal de 1946

Apesar de tão longo período de ditadura, a volta ao regime constitucional processou-se rapidamente. A Constituição logo redigida foi promulgada em 1946. Tal rapidez foi possível porque ela se baseou grandemente, pelo menos na letra, na Constituição tão efêmera de 1934, sob a qual Vargas subiu ao poder e que posteriormente (1937) revogou. O Brasil permaneceu, de fato, fiel ao regime presidencial que não abandonara desde a queda do Império; as facilidades outorgadas à transformação da presidência em ditadura pessoal não parecem ter constituído razão suficiente para abandoná-lo. Êle tenta voltar ao passado, mas não o consegue senão na forma.

Todavia, se os textos constitucionais não mudaram profundamente, transformou-se-lhes completamente o espírito, porque o Brasil ao qual devem ser aplicados depois da passagem de Vargas pelo poder é muito diferente daquele por êle encontrado em 1930. Uma extensa prática da intervenção federal

nos negócios dos Estados, imposta com o apoio do Exército, assegurou a incontestável primazia do Governo Federal, transformando o Brasil em uma nação relativamente centralizada.

Essa Constituição de 1946 traz as marcas das formas constitucionais que prevaleciam ao fim da Segunda Guerra Mundial. Em contraste com a Constituição norte-americana de 1789 e, em geral, com as Constituições do século XIX, é extremamente longa; contém 218 artigos. A extensão decorre da minuciosa enumeração de todos os pormenores dos poderes do Governo Federal, e particularmente, da organização e do exercício do poder judiciário, do estatuto dos funcionários e dos militares. Mas decorre também da presença de uma declaração de direitos que determina a natureza e as garantias dos direitos do cidadão, dos direitos do trabalhador, dos direitos da família, etc.. Tanto quanto uma Constituição, é uma declaração de princípios e um programa de governo; a ditadura "getulista" foi repudiada, mas não se renunciou ao espírito social que caracterizara, pelo menos em intenção, o getulismo, procurando-se, ao contrário, acentuá-lo. Antes de Getúlio Vargas, já a revolução de 1930, era, aliás, animada por esse espírito social.

A organização dos poderes obedece aos princípios tradicionais do regime presidencial; dividem-se os poderes entre o Congresso que detém o Poder Legislativo, o Presidente que exerce o Poder Executivo e os Tribunais.

Como em geral acontece nos Estados federais, o Congresso é constituído por duas Câmaras, uma que assegura a representação do povo e a outra, a representação dos Estados. O Senado, que reúne os representantes dos Estados, compõe-se de três senadores por Estado, seja qual fôr a importância da sua população: o Estado de Mato Grosso, com 500.000 habitantes, era representado por três senadores, tal qual São Paulo com 8.800.000; o Distrito Federal — a cidade do Rio de Janeiro — sede do Governo, em contraste com o que ocorre no Distrito de Colúmbia nos E.U.A., é representado, como os Estados, por três senadores.

A Câmara compõe-se de deputados eleitos pelos Estados, em número proporcional ao dos seus habitantes: um deputado por 150.000 habitantes, quando o Estado tem direito a menos de 20 deputados e um por 250.000 habitantes, quando o Estado tem direito a mais de 20 deputados; cada Estado tem direito a um mínimo de sete representantes, inclusive o Distrito Federal. Os deputados são eleitos por quatro anos por um com-

plexo sistema de representação proporcional e os senadores, por oito anos, juntamente com os respectivos suplentes, pelo voto majoritário.

As duas Câmaras têm os mesmos poderes e o seu curso é necessário ao exercício do Poder Legislativo. O Senador brasileiro não tem sobre a Câmara dos Deputados a preeminência que se atribuiu o Senado dos E.U.A., porque não tem competência exclusiva em matéria de ratificação de tratados. Entretanto, a Câmara dos Deputados tem competência especial e exclusiva para processar os Ministros de Estado e o Presidente da República; caso a Câmara conceda a licença, o Presidente ou os Ministros são enviados a julgamento, perante o Senado, quando se trata de responsabilidade política, e perante o Supremo Tribunal Federal, quando há violação de Direito comum. O Senado tem ainda competência para aprovar as nomeações de altos funcionários, de conceder ou recusar aprovação a qualquer empréstimo contraído no estrangeiro, tanto pelas coletividades locais, quanto pelo Governo Federal, e de decidir, em face de uma declaração de inconstitucionalidade procedente do Supremo Tribunal, se a aplicação da lei incriminada deve ou não ser suspensa.

O Presidente da República, bem como o Vice-presidente destinado a substituí-lo em caso de impedimento, são eleitos por cinco anos. A eleição faz-se hoje em dia pelo sufrágio universal direto; ao contrário do processo adotado nos E.U.A., na eleição presidencial não se leva em conta a personalidade dos Estados; os eleitores de todo o país votam diretamente no presidente, em lugar de designar, em cada Estado, como acontece nos E.U.A., o sentido em que deverão ser utilizados os votos presidenciais que os preceitos constitucionais atribuem a cada Estado.

O regime presidencial é em geral combatido no Brasil pelos que se preocupam com o excesso de poder nas mãos de um só homem. Mas pode-se duvidar com razão de que o regime parlamentar tenha condições para funcionar em um Estado federal do tipo do Brasil; o papel do presidente não é, com efeito, apenas o de governar, é também o de obrigar, por sua simples existência, à organização da vida política no panorama nacional. Um dos problemas mais delicados do federalismo é o de conseguir criar partidos políticos nacionais; é o problema com que se defrontaram durante longo tempo os E.U.A. e que o Brasil ainda enfrenta. Como a vida política se organizou

primeiramente no plano local, os partidos políticos tiveram tendência a formar-se em função de problemas locais. Quando se trata de eleger, nas Assembléias Federais, os representantes de cada Estado, os partidos locais continuam a opor-se em função dos problemas locais, dando lugar a um fracionamento absurdo das Assembléias Federais.

Basta imaginar o que aconteceria se na Europa viesse a ser criado um Parlamento Federal: os franceses continuariam a eleger socialistas, radicais, independentes e talvez "poujadistas"; os alemães, democratas cristãos, liberais, etc... A vida política federal seria quase impossível.

A vantagem do regime presidencial, que tem como personagem mais importante o presidente eleito pelo sufrágio universal e único, é que os políticos dos diversos Estados são obrigados a estabelecer acórdos para lançar um candidato e que, como essa eleição é a mais importante, os partidos acabam por se organizar no plano nacional. Nos E.U.A., o partido democrata e o partido republicano são um resultado de alianças entre partidos locais, exigidas pela eleição presidencial e que se perpetuaram. Sem o regime presidencial a federação corre o risco de se desmembrar, porque a organização política conserva caráter local.

O Presidente da República no Brasil, como o dos E.U.A., exerce sozinho o Poder Executivo; os Ministros que o auxiliam são por êle nomeados e exonerados. A responsabilidade penal dos membros do Poder Executivo só pode ser contestada por acusação apresentada ao Senado pela Câmara.

A separação dos poderes no Brasil é, entretanto, menos rígida do que nos E.U.A., mas é em proveito do Presidente que se suprimem as barreiras entre o Poder Executivo e o Legislativo; o Presidente da República no Brasil goza de mais amplos poderes que o da América do Norte. Pode, como nos E.U.A., opor à legislação votada pelo Congresso um veto que êste só pode derrubar pelo voto da maioria das duas Câmaras reunidas. Além disso, o Presidente brasileiro participa pessoalmente da legislação, enquanto o dos E.U.A. não tem nela, em princípio, qualquer participação direta e só pode solicitar por meio de mensagens que o Congresso lhe conceda as leis de que tem necessidade. Como compete ao Presidente do Conselho de Ministros, no regime parlamentar, o Presidente brasileiro pode apresentar projetos de leis e é mesmo o único que pode tomar essa iniciativa quando se trata de aumentar o crédito.

Os constituintes de 1946, numa reação contra o Governo autoritário dos anos precedentes, apegaram-se especialmente à organização de um Poder Judiciário independente. Para isso criaram Tribunais Federais, dos quais o mais alto, o Supremo Tribunal Federal, se compõe de onze juizes, denominados Ministros, designados pelo Presidente da República, com a aprovação do Senado, escolhido entre juristas de notável saber. Esse Supremo Tribunal tem papel semelhante à Côrte Suprema dos E.U.A., mas, conquanto se lhe atribua o julgamento sôbre a constitucionalidade das leis, a natureza das instituições brasileiras não lhe dá a mesma amplitude de poderes que tem o dos E.U.A. e suas atividades são mais restritas do que o seu homólogo norte-americano.

Duas medidas originais foram também adotadas no terreno judiciário. De um lado, a Constituição Federal quis assegurar, não só a independência da magistratura federal, como também a das jurisdições de Estado, cujas condições de recrutamento e de promoção não ficam a critério dos Estados. De outro lado, houve importante inovação na criação de uma jurisdição eleitoral de ampla competência. A essa justiça eleitoral federal foi confiado não só o contencioso das eleições, como a sua organização; a ela cabe registrar as declarações de candidaturas, inscrever os eleitores e organizar os distritos eleitorais. Uma reforma de tal natureza, que parece ter sido seriamente obedecida, é de molde a modificar o espírito da vida política, tornando mais difíceis as fraudes eleitorais.

Retôrno ao regime constitucional

O retôrno ao regime democrático processou-se tanto mais facilmente quanto contava com o apoio do Exército, que acabava de obrigar o ditador a renunciar. Os dois grandes adversários que se defrontavam eram ambos generais e o que se elegeu, o General Dutra, chefe das fôrças armadas. Sendo o responsável tanto pela instalação do ditador no poder como pela sua deposição e tendo sido escolhido pelo sufrágio universal, podia liquidar a ditadura sem violência e sem dificuldades, e revelou-se um presidente constitucional perfeitamente escrupuloso.

A eliminação de Getúlio Vargas não deveria durar muito, entretanto, pois, quando terminou o mandato do General Dutra, uma eleição tripartite permitiu a volta de Vargas à Presidência

da República. Nas condições que então prevaleciam, o Presidente, fiscalizado pelo Exército, não podia pensar em restabelecer uma ditadura que a sua pequena maioria eleitoral, por outro lado, enfraqueceria. Com a sua habitual maleabilidade, o antigo ditador revelou-se um presidente respeitador dos preceitos constitucionais que, aliás, lhe concediam poderes muito amplos. Chegou mesmo a entender-se com um Congresso no qual não possuía maioria.

Perdendo o seu caráter ditatorial e obrigado a adotar forma legal, apoiando-se nos votos dos eleitores, o "getulismo" foi, pouco a pouco, perdendo o caráter personalista e, assim, transformou-se em "populismo". Mais do que por um programa político, constituído por reformas definidas, o populismo, nascido da democratização do getulismo, caracteriza-se pelo desejo de aliciar as massas e de se apresentar como o partido dos humildes. Para que adquirisse realmente força era preciso que Vargas morresse e que os que lhe quisessem suceder o transformassem em figura lendária.

Realmente, Vargas não pôde terminar o seu mandato; em 1954 o Exército novamente intervinha para o obrigar a renunciar, não por temer que êle se apoderasse mais uma vez do poder ou por lhe censurar grandemente a política, mas porque sérios escândalos explodiam todos os dias à sua volta. Mas, em vez de se retirar pacificamente, como da primeira vez, Vargas suicidou-se, deixando um testamento político em que se apresenta como a vítima da sua dedicação aos humildes.

As circunstâncias sórdidas da queda do regime são logo esquecidas e o populismo, podendo agora erguer-se sobre o sangue de um mártir, torna-se uma força na política brasileira. Os que a êle se aliam nas eleições seguintes são os vencedores das eleições. Mas as tendências que dividem assim o Brasil, são tão diferentes e tão dificilmente conciliáveis, que a vida política oferece constantemente ao Exército oportunidade de intervenção.

Governo dos Juizes e Governo dos Generais

Depois da revolução de 1930 a intervenção do Exército adquiriu tal importância na política nacional que parece fazer parte integrante da variedade contemporânea do regime presidencial no Brasil. Nessa variedade do regime presidencial, o

poder militar intervém para controlar e dirigir o jôgo das instituições políticas e não para combater o regime. Nos últimos anos, as freqüentes intervenções militares não constituíram, de fato, uma série incoerente de pronunciamentos; apesar das divisões do Exército, que lhe emprestam à ação muita incerteza no momento em que se produz, é possível descobrir numa visão retrospectiva dessa ação, um significado político de ordem geral.

Os golpes de Estado militares constituíram um instrumento de reforma tanto quanto de reação e foram destinados a corrigir movimentos com tendências esquerdistas ou direitistas muito acentuadas. Através de uma alteração de intervenções em sentido oposto, o Exército manteve, de fato, certo equilíbrio entre as grandes tendências presentes na vida política brasileira: de um lado um conservantismo paternalista respeitador da legalidade democrática e dos preceitos da probidade financeira e, de outro lado, um populismo muito pouco respeitador da legalidade assim como, às vêzes, da probidade, além de demagógico, mas que, entretanto, força o país a mudanças inevitáveis.

Com Vargas, em 1937, o Exército coloca o populismo no poder sob a forma de ditadura; em 1945, derrubando Vargas pela primeira vez, o Exército faculta o retôrno à legalidade, que reconduz as forças de conservação social; reconduzindo Vargas ao poder por eleições regulares, mais uma vez o Exército frena o desenvolvimento do populismo derrubando-o novamente em 1954; daí por diante, o resultado, já não mais de intervenção direta, mas da eventualidade permanente de uma intervenção, parece ser o de estabelecer o equilíbrio entre as duas tendências.

Entre dois fenômenos políticos tão diametralmente opostos, a comparação pode parecer estranha, mas tudo se passa como se o Exército brasileiro pretendesse usurpar, no Brasil, o mesmo papel do Conselho dos Sábios, que nos E.U.A. tentou desempenhar a Côrte Suprema; por métodos diferentes, o Govêrno dos Juizes e o Govêrno dos Generais querem impor o seu contrôle ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, regulando o ritmo das reformas que o Govêrno pode empreender.

Em nome da legalidade constitucional e mesmo da superlegalidade, um Govêrno de Juizes interditara ao legislador, nos E.U.A., intervenções que lhe pareciam injustas ou inoportunas e às vêzes mesmo suprima a inação do legislador. Na questão

da segregação escolar, os juizes americanos nem ao menos se dão ao trabalho de basear a sua intervenção em justificativas de ordem jurídica ou constitucional; fundam-na em considerações psico-sociológicas e, julgando que a segregação no ensino já durou em demasia, decidem suprimi-la.

Sem outra justificativa além do arbítrio das armas, o Exército tem constituído no Brasil, de uns anos para cá, um instrumento de orientação geral da política nacional que estabelece limites à ação dos poderes eleitos, tal como o fez nos E.U.A. a Côrte Suprema na época do Governo dos Juizes. Num e noutro caso, o organismo de contrôle não pretende tomar o lugar dos poderes eleitos para governar o país; intervém, periodicamente, para repô-los no bom caminho, quando julga que enveredaram por vias perigosas ou sem saída.

A Côrte Suprema dos E.U.A. não foi de forma alguma infalível, mas, sejam quais forem as censuras que se possam fazer à usurpação do poder político pelos juizes, não se pode deixar de reconhecer que as intervenções dos juizes americanos têm sido, em geral, acertadas. O mesmo talvez se pudesse dizer das recentes intervenções do Exército no Brasil. O que torna o contrôle dos atos do Governo pelo Exército infinitamente mais perigoso, não é, no caso do Brasil, o espírito que presidiu às intervenções recentes; os métodos de intervenção do contrôle militar é que são perigosos.

O Governo dos Juizes, tal como funcionou nos E.U.A., tem a vantagem de que os que o exercem, como não disponham de força, não podem intervir senão na medida em que os governados o permitam. Os juizes americanos do período de 1900 a 1935 não possuíam nenhum título que os credenciasse a impor ao legislador a sua concepção do bem público, mas, se o legislador e o Presidente aceitaram essa concepção, é porque a opinião pública lhe era favorável; quando a opinião pública se manifestou a favor do Presidente Roosevelt, os juizes nada mais puderam fazer senão inclinar-se e renunciar à sua missão de arbitragem entre as grandes tendências políticas. O Exército pode conservar por mais tempo as ilusões sôbre os méritos de suas intervenções, dispondo, além disso, da fôrça necessária para as impor.

Existem, entretanto, outros inconvenientes nas intervenções freqüentes do Exército, menos evidentes, mas igualmente sérios e manifestam-se mesmo quando são justas as intervenções. Graves perigos podem mesmo decorrer precisamente

porque essas intervenções do Exército na política se exercem em plano mais elevado e desinteressado. Quando os golpes de Estado militares são pronunciamentos egoístas, podem perfeitamente processar-se, não em nome de um chefe respeitado, mas em nome dos interesses de casta do Exército, com um mínimo de desordem; quando o Exército intervém a fim de exercer contrôlo moderador sôbre a ação dos poderes públicos, para evitar conflitos entre as fôrças políticas muito diferentes e para impor transações, difficilmente se pode evitar que as lutas de partido e as lutas ideológicas se transponham para o Exército.

Apesar da imparcialidade judiciária, quando os Juizes da Côrte Suprema quiseram impor ao legislador determinada política econômica e social, tiveram que tomar partido em tôdas as grandes questões que dividiam a opinião, tendo a Côrte admitido uma direita e uma esquerda, um partido da situação e um partido da opposição. A bandeira do nacionalismo não pode dissimular a diversidade das direções em que é lícito buscar o interesse nacional. Como os chefes superiores do Exército brasileiro recebem uma educação de nível superior, em que não se esquece a formação econômica e política, é inevitável produzirem-se entre êles as mesmas diferenças de filosofia social e econômica que ocorreram entre os Juizes da Côrte Suprema americana no apogeu do Governo dos Juizes. Mas, no sistema de contrôlo de oportunidade dos atos do Governo pelos juizes, a diversidade de opinião dêstes últimos não oferecia grandes perigos, a não ser, talvez, para a serenidade da justiça. Se surgiam conflitos de opiniões entre o juiz McReynolds e o juiz Cardoso, tal conflito não se manifestava senão por troca de argumentos jurídico-sociológicos entre os adversários. A solução de um conflito entre o Exército e a Marinha poderia ter conseqüências mais perigosas. O Governo dos Juizes pode ser meio durável de governo, porque no interior de tribunais imiscuidos na política, a lei da maioria permite suprimir os conflitos e suprimi-los de maneira muito mais segura e pacífica do que em outras assembléias. Quando os chefes de um Exército são levados a tomar decisões políticas, a lei da maioria difficilmente pode evitar os conflitos de opinião e, mesmo conseguindo impor-se, o espírito militar sairia enfraquecido.

Intervenções militares freqüentes, como as que se processaram no Brasil depois da revolução de 1930, têm ainda o grave inconveniente de enfraquecer o prestígio e a autoridade

dos órgãos regulares do Govêrno. O público está sempre pronto a acreditar que as decisões dos governantes são movidas por fôrças ocultas e, dada a circunstância de os militares se prestarem muitas vêzes a intervenções públicas na política, emprestam-se-lhes, a tôda hora, intenções secretas. Quer o Govêrno aja, quer deixe de agir, os boatos da rua afirmam que não ousou fazê-lo porque o Exército se opôs ou que foi obrigado a fazê-lo porque o Exército o exigiu. Mantém-se uma agitação constante na vida política, muito mais pelas intervenções imaginárias do que pelas que realmente se processam. Há muitos anos que a vida política brasileira se vem caracterizando pelo lugar que nela ocupam os falsos boatos de golpes de Estado; golpismo e contragolpismo são, a todo momento denunciados e, sobretudo, anunciados. Os políticos da minoria raramente renunciam à esperança de que a intervenção do Exército restabeleça as coisas em seu beneficio; o Exército, por conseguinte, tem que se defender contra as constantes solicitações de todos os partidos políticos. Mesmo quando os adversários dos homens no poder perdem as esperanças e comprovam a neutralidade do Exército, acham boa política denunciar a ausência de liberdade do Govêrno e a precariedade da sua existência, a fim de o ridicularizar.

Papel nacional do Presidente

Nessas condições, é preciso que o Presidente da República tenha grande habilidade e grande autoridade para promover, depois de longos anos de ditadura, o retôrno do regime democrático de um país onde as fôrças políticas estão enfraquecidas e desorganizadas. É quase inteiramente sôbre o Presidente que recai a tarefa de, no regime presidencial, organizar uma nova vida política.

Das grandes fôrças políticas que, acima dos partidos, hoje disputam o Brasil, nenhuma parece capaz de conquistar tão cedo a supremacia, e talvez não a possa conquistar sem grande perigo, enquanto permanecer tão heterogênea a estrutura do país e não houver desaparecido a distância que separa o Brasil arcaico do Brasil moderno, dando lugar a um Brasil mais igualmente desenvolvido.

A volta dos Senhores e dos letrados ao "liberalismo" não parece muito provável, não que a esse regime faltem méritos e seja capaz de proporcionar progressos rápidos à economia brasileira, mas porque passou a hora do paternalismo esclarecido de uma aristocracia, mesmo de paternalismo eficaz e desinteressado. Sob a forma do "coronelismo" o governo dos feudais e dos chefes de clãs tem ainda sólidos pontos de apoio no Brasil subdesenvolvido, apoio esse de que ninguém pode prescindir. Tal regime representa, entretanto, a força puramente negativa da sociedade arcaica, que se desagrega, e não é compatível com o desenvolvimento do país. O "populismo" tornou-se força permanente, que já não é mais possível ignorar; exerce influência cada vez maior sobre grupos que saídos do Brasil arcaico, ainda não se incorporaram plenamente no Brasil moderno. Porém esse populismo é de espírito muito demagógico para governar eficazmente e, se conseguisse apoderar-se do poder, teria provavelmente que retornar às formas de ditadura pessoal no regime de Vargas, do qual se originou. Mas, por sua origem e pela natureza do seu eleitorado o populismo é levado a dar aos problemas sociais a atenção que eles merecem.

A partir de 1945, na fase difícil de restauração da democracia, nenhuma dessas três forças se pôde destacar de maneira permanente no plano eleitoral e as intervenções ou ameaças de intervenções militares impediram que elas vencessem por outros meios. É preciso tirar proveito da neutralização dessas forças para provocar ajustamentos políticos mais compatíveis com o Governo do país, que sejam igualmente proveitosos para os dois Brasis, facilitando-lhes a fusão. Esta é a pesada tarefa presidencial; só o Presidente poderá realizá-la porque, no regime presidencial, a posição do Presidente tende a elevar-se acima dos partidos e, porque, no Brasil, a tríplice divisão de grandes forças políticas (que, independentemente, não podem assegurar a eleição do respectivo candidato), obrigam o Presidente a provocar alianças e a organizar transações.

Muitos brasileiros temem a incoerência da vida política e suas agitações; são, entretanto, dificilmente evitáveis, na fase de evolução rápida que atravessa o Brasil e é muito mais surpreendente que essas agitações não tenham sido mais violentas. Aos que temem certa incoerência e não conseguem prever que futuro poderá delinear-se por detrás das alianças que se fazem e se

desfazem entre partidos políticos que parecem ter prazer em se desmentir, poder-se-ia recordar a história política dos E.U.A. depois da Guerra de Secessão.

Depois dessa guerra, os E.U.A., como hoje o Brasil, eram um país desigualmente desenvolvido e, mais ainda do que no Brasil, o país moderno do Norte distanciava-se do país arcaico do Sul que, não satisfeito em permanecer imóvel enquanto o primeiro se transformava com extrema rapidez, entrava em fase de regressão. Nesse país desigualmente desenvolvido, podiam-se observar três forças políticas principais, que não deixavam de ter semelhança com as que hoje se observam no Brasil; as condições eram muito diferentes, as forças não se preocupavam com os mesmos problemas, mas as relações de forças apresentavam muitas analogias.

No Sul, no país subdesenvolvido, logo que a vida política pôde ser restabelecida depois da guerra, o partido democrata que se reorganizou, voltou-se para o passado; a democracia do Sul é o equivalente do coronelismo brasileiro, porque as estruturas hierarquizadas do Sul foram destruídas pela guerra, mas é a herdeira do governo dos "plantadores" (os fazendeiros norte-americanos).

No Norte, o partido republicano é o que melhor representa os interesses do país desenvolvido; é o partido da renovação que pensa antes de tudo no progresso econômico e, no plano político, é o que mais respeita os métodos regulares da democracia, mas é um partido "liberal", que procura melhorar a condição dos homens através do crescimento econômico, mais do que pela reforma social. No Brasil o liberalismo econômico dos partidos que nunca aceitaram o getulismo assim como seu receio de liberdades políticas, oferecem certas semelhanças com o republicanismo americano.

Finalmente, no Norte dos E.U.A., depois da Guerra de Secessão, originou-se, entre as populações marginais das grandes cidades, um movimento "populista". Visando sobretudo aos descontentes, não era partido construtivo: reunia todos os que, sem pertencer aos E.U.A. arcaicos do Sul, estavam mal integrados na civilização evoluída do Norte: imigrantes recentes, refratários que não quiseram participar da guerra entre os Estados, minorias religiosas. O elo que os unia era a maior atenção que davam aos problemas sociais do que aos econômicos e certa preocupação de reforma social. Esse partido dos des-

contentes era também muito demagógico e muito corrupto, o partido dos *bosses*, que não hesitavam em explorar o poder em proveito próprio.

Pode parecer estranho que no Brasil se haja estabelecido aliança entre o partido da reação, o "coronelismo" do país subdesenvolvido, e o partido dos reformadores demagogos do país desenvolvido; tal foi, entretanto, o que ocorreu nos E.U.A. e o resultado dessa aliança duradoura foi o atual partido democrata, que reuniu, a princípio, os que tinham a nostalgia da escravidão àqueles que desejavam sociedade mais igualitária. Com o desenvolvimento mais uniforme do país, o partido democrata, apesar de suas origens incoerentes, tende, atualmente, a tornar-se órgão de expressão de uma das grandes tendências da política americana e a formar, com as suas alterações com o partido republicano, o instrumento de política democrática ordenada. Em relação ao partido da resistência em que se transformou o partido republicano, o partido democrata tende a transformar-se em partido de renovação e o sentido da evolução aparece claramente.

Teria sido muito difícil prever-se o sentido da evolução política nos E.U.A., há três quartos de século; por detrás da incoerência aparente dos movimentos políticos que hoje se processam no Brasil, pode-se perfeitamente esperar que esteja ocorrendo evolução semelhante e que, em um Brasil plenamente desenvolvido, o regime presidencial funcione com a alternância de um partido da resistência e de um partido progressista que parece indispensável a uma vida política democrática, pacífica e produtiva. (*)

(*) O autor refere-se a *parti du mouvement* e *parti de résistance* na acepção de forças conservadoras e de renovação. Nas diferentes passagens, a denominação toma, por vezes, cõr específica de partido situacionista e oposicionista, como procurou atender o tradutor.

FAC. EDUC. **BAIXA** BIBLIOTECA

— / — / —

★

*Este livro foi confeccionado
nas oficinas da*
INDÚSTRIA GRÁFICA SARAIVA S. A.
à Rua Sampson, 265, São Paulo,
para a
COMPANHIA EDITORA NACIONAL,
em agosto de 1967

✱